

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

Departamento de Pós-Graduação em

Sociologia Política

EMPRESÁRIOS E PARTIDO DOS TRABALHADORES:  
AS METAMORFOSES DE UMA RELAÇÃO  
*EM FOCO A ADMINISTRAÇÃO POPULAR EM*  
PORTO ALEGRE - 1989/1992

Mestranda: ALAIR SUZETI DA SILVEIRA

Orientador: Prof. Dr. ARY CÉSAR MINELLA

Julho de 1996

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

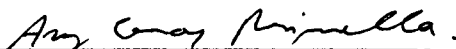
**“EMPRESÁRIOS E PARTIDO DOS TRABALHADORES:**

**As Metamorfoses de uma Relação**

**Em foco a Administração Popular em Porto Alegre - 1989/1992**

Alair Suzeti da Silveira

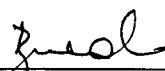
Esta Dissertação foi julgada e aprovada  
em sua forma final pelo Orientador e  
Membros da Banca Examinadora,  
composta pelos Professores Doutores:



Prof. Dr. Ary Cesar Minella  
Orientador



Prof. Dr. Marcelo Baquero  
Membro



Profa. Dra. Bernardete W. Aued  
Membro

Florianópolis, julho de 1996.

*Ao meu pai...*

*Pela pessoa generosa e íntegra*

*que sempre foi*

*E que, para nossa dor,*

*foi chamado à alegrar outros espaços*

*e conquistar outros corações*

## AGRADECIMENTOS

Ao amigo e orientador, Prof. Dr. ARY CÉSAR MINELLA, pelo estimulante envolvimento com o projeto, a paciência e o apoio ao longo de todo o trabalho.

À Prof. Dra. BERNADETE AUED, pela solidária amizade e identidade teórica que muito ajudou para segurar a barra da marginalidade das opções teóricas e políticas.

À CAPES que financiou meus estudos e permitiu este trabalho; aos demais professores do Curso pelas tantas discussões e produtivas inquietações.

A todos aqueles que, gentilmente, garantiram minha pesquisa nas mais diversas instituições: IBGE, FEE, PMPOA, TRE, DIEESE, Câmara Municipal de POA, Entidades Empresariais, PT, Zero Hora, Jornal do Comércio e Museu de Comunicação José Hipólito.

Aos tantos amigos que, de uma forma ou de outra, tornaram possível este trabalho; em especial aos colegas do curso que entre polêmicas e cervejas foram firmando uma gostosa camaradagem; ao Ivo, pelas tantas e inumeráveis gentilezas; ao Todynho, pela força na Câmara de POA; ao Gilson pelos jornais da DS; ao companheiros do PSTU pelos jornais da CS; à Silene e Patrícia pelo convívio feito também de boas gargalhadas e gentis cafezinhos; ao Adelino pela mansa generosidade; ao Norton pelo doce aconchego; à Sandra e Denise pela amizade tranqüila e certa; ao Walmir e ao Carlos pelos longos bate-papos; ao André pelos deliciosos relaxamentos, regados a vinho.

À Cris e à Mara por serem, na prática, tudo o que a teoria mais inspirada pode eleger como verdadeira amizade.

À minha família, pelo aconchego e apoio constante, mesmo quando distante. Em especial ao Bibi e à Vera que tantas barras seguraram; ao solidário Aurélio pelos serões e à doce Cíntia, de tantas e tantas horas de trabalho.

## ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	IV
ÍNDICE GERAL.....	VI
ÍNDICE QUADROS DEMONSTRATIVOS.....	VIII
RESUMO.....	IX
ABSTRACT.....	X
<b>INTRODUÇÃO</b>	
Referencial Teórico.....	01
Procedimentos Metodológicos.....	09
Município de Porto Alegre.....	12
a - Perfil Econômico.....	13
b - Perfil Social.....	15
c - Perfil Político.....	16
Notas.....	18
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>PANORAMA INTERNACIONAL.....</b>	<b>21</b>
I - A revivescência conservadora.....	22
II - A emergência Neoliberal.....	28
III - A Reestruturação Produtiva.....	35
IV - A derrocada do " <i>Socialismo realmente Existente</i> ".....	41
Notas.....	50
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>QUAL DEMOCRACIA?.....</b>	<b>54</b>
I - A transição transada de " <i>Todos com quase Todos</i> ".....	55
II - Uma relação incestuosa: Estado & Empresários.....	60
III - A emergência dos civis <i>incivilizados</i> .....	72
IV - Empresários & PT: A Democracia na Constituinte.....	82
Notas.....	98

### **CAPÍTULO III**

<b>DE BODOQUE À VIDRAÇA.....</b>	<b>101</b>
I - A conjuntura das eleições municipais em POA.....	102
II - Os Meios de Comunicação formadores de Opinião.....	112
a - Editoriais.....	114
b - A propaganda da iminência do Golpe Militar.....	124
III - As eleições municipais em POA.....	131
IV - A vitória da " <i>Coragem de Mudar</i> ".....	142
a - Análises através Meios de Comunicação.....	144
b - Reação empresarial.....	146
c - Reação dos partidos políticos e entidades populares.....	151
Notas.....	156

### **CAPÍTULO IV**

<b>CONSTRUINDO A DIFÍCIL RELAÇÃO.....</b>	<b>157</b>
I - A forma petista de governar.....	158
II - As relações entre PT e empresariado.....	164
III - A externalidade das metamorfoses internas.....	179
IV - Câmara de Vereadores: Empresários & Partido.....	190
Notas.....	207

### **CAPÍTULO V**

<b>ELEGENDO O SUCESSOR.....</b>	<b>211</b>
I - Entre Collor & Itamar.....	212
II - Os Meios de Comunicação.....	217
III - Eleições municipais de POA: 1º Turno.....	222
IV - O 2º turno das eleições municipais de POA e a vitória de Tarso Genro.....	232
Notas.....	242

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>244</b>
-----------------------	------------

<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>252</b>
--------------------------	------------

## ÍNDICE DE QUADROS DEMONSTRATIVOS

Quadro 1 - Distrib. Ativ. por Região em Porto Alegre.....	014
Quadro 2 - Demonstr. Geral das Temát. Edit. ZH(1988).....	114
Quadro 3 - Demonstr. Geral das Temát. Edit. JC(1988).....	119
Quadro 4 - Demonstr. Declar. s/Golpe - Base:Crise.....	126
Quadro 5 - Demonstr. Declar. s/Golpe - Base:Greves.....	128
Quadro 6 - Demonstr. Declar. s/Golpe - Base: Constituição.....	130
Quadro 7 - Demonstr. Geral Pesq.IBOPE - Eleiç.POA/1988.....	138
Quadro 8 - Demonstr. Geral Pref. Partid. - Eleiç. POA/1988.....	139
Quadro 9 - Demonstr. Opinião Eleit.de POA/1988.....	140
Quadro 10 -Demonstr. Opinião Eleitorado de POA/1988- n. 2.....	140
Quadro 11 -Resultado Eleições Municipais POA/1988.....	143
Quadro 12 -Repres. Empres. & Entid. de Classe em POA (88/92).....	166/67
Quadro 13 -Demonstr. Editoriais ZH (1992).....	218
Quadro 14 -Demonstr. Editoriais JC (1992).....	220
Quadro 15 -Greves Nacional, RGS & POA - 1989/1992.....	223
Quadro 16 -Demonstr. Compos. Dir. do SIMPA (1987/1993).....	225
Quadro 17 -Demonstr. Pesq. Pref. Eleitoral (1992).....	230
Quadro 18 -Resultado Eleiç. Munic. POA - 1º Turno (1992).....	232
Quadro 19 -Demonstr. Pesq. Pref. Eleitoral (1992).....	233
Quadro 20 -Resultado Eleiç. Munic. POA - 2º Turno (1992).....	239



## RESUMO

O presente trabalho objetiva a compreensão de "como" e "porque" processa-se uma transformação significativa na relação entre o empresariado de Porto Alegre e o Partido dos Trabalhadores, durante a gestão de Olívio Dutra (1989/1992).

Desta forma, a questão proposta preocupa-se em responder **porque** e através de **quais mecanismos**, uma relação marcada por antagonismo explícito, metamorfoseia-se numa relação que, muito mais do que o respeito mútuo e os empreendimentos de parceria, apontam para atitudes de apoio implícito ou explícito do empresariado ao candidato do PT nas eleições municipais de 1992.

Mais do que avançarmos pelo "ambiente de governança" que produz, inegavelmente, transformações dentro do Partido, queremos perseguir, nos limites da nossa pesquisa, as orientações ideológicas que re-orientam as práticas do Partido e do empresariado dentro do processo de transição democrática brasileira, a partir de 1985.

Ambos os setores pesquisados, na sua peculiar relação de rejeição extremada ou de colaboração respeitosa, sofrem transformações não só como resultado da convivência forçada, através das relações comerciais que necessariamente mantêm, mas, e fundamentalmente, porque esta relação de convivência estrutura-se dentro de uma normatividade democrática, que produz no interior tanto do Partido quanto do empresariado, transformações re-orientativas de cunho ideológico e/ou pragmático.

## ABSTRACT

What we intend with this work is to understand "**how**" and "**why**" a meaningful transformation in the relations between the class of the entrepreneurs of Porto Alegre and the Workers' Party (PT) takes place during the political term of Olívio Dutra (1989/1992).

Being so, the proposed question in an attempt to answer "**why**" and "**by which means**" a relation set up by explicit antagonisms turns into a relation that, more than mutual respect and partnership, resulted in implicit or explicit attitudes of support adopted by the entrepreneurs in the benefit of the candidate of the PT for the municipal elections of 1992.

More than considering the "**ruling environment**" that produces unquestionable changes inside the Party, we want to look for, within the limits of our research, the ideological orientations that reorientate the acts of the Party and the entrepreneurs in the face of the democratic transition that occurred in Brazil after 1985.

Both researched sectors, in their peculiar relations of extreme rejection or respectful cooperation, suffer the transformations not only as an effect of the imposed companionship that derives from the commercial relations they necessarily maintain, but because this relation is fundamentally built upon democratic parameters that produce inside the Party and among the entrepreneurs such ideologically and/or pragmatically orientated transformations.

## INTRODUÇÃO

Compreender as transformações que envolveram as relações entre empresários e Partido dos Trabalhadores, em particular durante a gestão de Olívio Dutra (1989/1992) em Porto Alegre/RS., tornou-se uma estimulante inquietação e conquistou, por fim, o objeto desta dissertação.

Orientando nossa pesquisa através da hipótese que pressupunha anterioridade ao "*ambiente de governança*" (Couto, 1995) para explicar as transformações que re-qualificam a relação entre ambos sujeitos sociais, identificamos no processo de re-democratização brasileira, aliado às importantes transformações que sacudiram o mundo - e que serão abordadas no primeiro capítulo deste trabalho -, os elementos essenciais que nos permitem a compreensão das mudanças que atingem a ambos e, por conseguinte, sua relação social.

Representantes sociais de projetos distintos, sobre eles atuou de forma também distinta, processos de abrangência mundial que revolucionaram a ordem da produção e subverteram a lógica das ideologias, elegendo uma suposta unidade ideológica cuja identidade atende pelo nome de "*democracia*".

Âncora propositiva de variadas leituras, é possível afirmar, na verdade, que por mais criativos, limitativos ou libertários sejam seus adjetivos, a democracia está cindida por extremos ideológicos que podem lhe conferir tanto um caráter estratégico, quanto um caráter tático<sup>1</sup>.

Neste sentido, a opção por um conceito que abarcasse as necessidades práticas de exercício democrático, insere-se não só sob o ponto de vista das regras do jogo<sup>2</sup>, como avança por sobre uma questão essencial: em **quais condições** podem os cidadãos exercer realmente a cidadania? Talvez, em outras palavras, possamos dizer que nossa inquietação nos remete àquela

questão elementar que aponta os limites da democracia formal e o ideal da democracia real.

Se existe um consenso entre grande parte dos autores de que a democracia representativa significa muito mais do que o mero exercício do voto, estendido a todos os cidadãos de um país (quem vota); se entre alguns destes autores existe a preocupação de apontar os limites deste sufrágio, que não alcança grande parte das instituições, como por exemplo, escolas e empresas (*onde se vota*); em número bem mais reduzido encontram-se aqueles inquietados com os entraves que comprometem o exercício democrático. Porém, mais restrito ainda é o número daqueles que reconhecendo todos estes vícios de origem, dentro de uma ordem democrática meramente formal, conseguem, para além da retórica socialista, ultrapassar a recorrência, por outros argumentos, da visão instrumental da democracia como transição para o socialismo<sup>3</sup>.

Desta forma, ao perseguirmos uma democracia que realize-se enquanto vontade da maioria, necessariamente nos embrenhamos pela estrutura social, econômica e política que lhe serve de base. Assim, quando Marilena Chauí pondera sobre a pseudo igualdade democrática<sup>4</sup>, ela na verdade está sistematizando os limites representativos de uma igualdade que por ser oriunda de desigualdades sociais e econômicas, resulta numa inverossímil igualdade política. Decorre daí que o exercício democrático, na essência da representatividade que diz efetuar dentro de uma ordem desigual, exercita a reprodução **das** desigualdades, **nas** desigualdades e **pelas** desigualdades.

Em virtude disso, a democracia está condicionada (ou acondicionada) dentro de um sistema social, político e econômico socialmente construído. Isto é, a democracia não possui feição própria impermeável à qualquer sistema econômico. Ela, ao contrário, assume as feições (e os limites) do ordenamento social sob o qual está subordinada, e como tal serve como

mecanismo de conservação socialmente legítimo. Como bem ensina Florestan Fernandes:

*"...há na essência da concepção socialista uma relativização do conceito de democracia. A democracia é, sem dúvida, um valor, mas ela não escapa às determinações da sociedade civil. Por isso, não pode ser representada como um valor em si e, muito menos, como um valor absoluto."*<sup>5</sup>

Se a democracia não tem, para além do princípio do respeito à vontade da maioria<sup>6</sup>, um valor absoluto capaz de realizar-se plenamente, independente do ordenamento social e econômico, resta-nos estabelecer minimamente sobre qual ótica orientamos nossa compreensão de democracia.

Parece-nos que Nelson Coutinho, no seu ensaio sobre o valor universal da democracia, estabelece de forma satisfatória os patamares básicos para a identificação conceitual da democracia no sentido da efetivação do princípio da vontade da maioria. Diz o autor:

*"Assim como a socialização das forças produtivas impõe a socialização dos meios de produção, do mesmo modo a socialização política coloca a questão da socialização do poder".*<sup>7</sup>

A democracia que nos apresenta Coutinho, numa clara associação entre socialização produtiva e socialização política dos meios de governar, nos permite não só demarcar o elemento fundamental da plenitude democrática, mas - e em que pese nossas diferenças com o autor quanto à efetividade do processo de "democracia progressiva"<sup>8</sup> - reivindicar a necessidade de aprofundamento dos espaços democráticos conquistados, num processo de constituição cultural e amadurecimento social.

A progressividade dos avanços democráticos dentro de uma ordem determinada, exige, no entanto, a formação de organismos eficazes para a

construção e consolidação da hegemonia<sup>9</sup> política, por parte de sujeitos sociais específicos. Mais do que os Conselhos de Fábrica, idealizados (e experienciados) por Gramsci, o Partido Político (o Novo Príncipe<sup>10</sup>) desempenha um papel elementar para a conformação de um projeto social que atravesse as barreiras locais, regionais ou corporativas. A ele cabe o papel agregador<sup>11</sup>, a partir de um conjunto de idéias socialmente partilhadas.

Porém, é fundamental que se registre que para Gramsci, este papel "agregador" está restrito à uma aliança de classes dentro de uma perspectiva anti-capitalista, que objetiva o isolamento da burguesia. Isto é, não existe em Gramsci uma compreensão supraclasse que oriente as alianças e a obtenção do consenso.

*"O proletariado pode tornar-se a classe dirigente e dominante, na medida em que consiga criar um sistema de alianças de classes, que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora: ou seja (...) consiga obter o consenso das amplas massas (...) de modo a realizar a união orgânica destas camadas através de uma aliança que é, mais do que isso, uma frente anti-capitalista que procura isolar a burguesia." (Machiocchio;1980:128)*

A questão chave neste processo de construção da hegemonia de um determinado projeto social, reside, portanto, no papel dirigente que um grupo social específico pode desempenhar. Dirigente no sentido de "conduzir", formar novos aparatos de hegemonia, "como instrumentos de sustento, difusión" de uma nova vontade coletiva alternativa. Em outras palavras, para Gramsci "quando um grupo subalterno intenta converter-se em hegemónico, necesita construir una nueva orden intelectual y moral, expandir su proyeto hegemónico a través de una concepción de la vida y de un programa escolar."(Diaz;1991:237)

É, talvez no cumprimento ou não do papel dirigente, na disputa pela elaboração (e difusão) de um conceito alternativo de democracia, que potencialize a construção de uma hegemonia democrática inscrita sobre outros princípios, que a relevância da produção intelectual de Gramsci plante seus inabaláveis alicerces e nos auxilie a compreender as relações políticas dos sujeitos sociais que ora pesquisamos.

Existe, entre estes dois sujeitos, Partido e empresariado, uma compreensão distinta de democracia. Como decorrência, existe por parte de cada um destes sujeitos coletivos, a disputa, travada no interior da sociedade, pela obtenção da hegemonia de seu projeto particular.

Entre os vários autores que centram seu estudo no empresariado nacional ou local<sup>12</sup>, expressiva maioria deles apontam o caráter restritivo da democracia praticada pelos empresários, seja enquanto abrangência social, seja enquanto administração do conflito. Como poderemos observar no segundo capítulo desta dissertação, em particular no tópico sobre a Assembléia Nacional Constituinte (ANC).

Pode-se creditar esta compreensão elitista e autoritária da democracia como resultado da nossa trajetória histórica, onde vivenciamos longos períodos de exceção democrática. Ocorre, porém, como nos demonstra o extraordinário trabalho de Dreifuss<sup>13</sup> sobre o golpe de 1964, o empresariado não foi mero coadjuvante do planejamento, organização e desdobramentos do golpe militar de 31 de março de 1964. O que significa dizer, o empresariado foi elemento orgânico da prática e disseminação anti-democrática. Revela-se aí, recorrendo à Gramsci, a luta pela hegemonia de um projeto de conteúdo elitista, autoritário e coercitivo<sup>14</sup>.

Este conteúdo anti-democrático está conformado dentro de orientações ideológicas que não reconhecem "outro" ser coletivo, possuidor de direitos formalmente iguais, para além das fronteiras da própria classe. Isto implica não somente uma visão elitista da prática política, que redunde

numa coerção sobre qualquer manifestação da vontade ou direito que caracterize a existência do "outro", mas explica o ideal do interesse particular transvestido de interesse coletivo. Ao "eliminar" o confronto que representa seres coletivos antagônicos, pretende consolidar uma pseudo unicidade de interesses. E, em nome desta unicidade, qualquer manifestação conflitiva é caracterizada como contraposição à estabilidade e às pretensões nacionais.

É dentro desta perspectiva que a exclusão do outro vai sistematizando práticas que se consolidam não somente na esfera econômica ou social, mas que atingem, profundamente, a esfera política, mesmo quando da reinserção em um ordenamento democrático. O que significa dizer: a base sobre a qual constrói-se o discurso da igualdade política, assentado sobre o pressuposto da equidade social das leis, demonstra, desde logo, um descumprimento objetivo que, inequivocadamente, compromete sua eficácia.

Em um estudo bastante interessante, efetuado por Roberto da Matta(1983), o dilema brasileiro é apresentado sem disfarces, sob o significativo: "**Você sabe com quem está falando?**", que para além de uma delimitação hierárquica discricionária, revela uma delimitação social entre o **ser pessoa** e o **ser indivíduo**.

Ser **indivíduo** é ser massa, normalmente denominada povo e que, como tal, "*está sujeito às leis da oferta e da procura; das decisões e opções governamentais, dos congelamentos salariais e dos dilemas políticos(...)*são os **fodidos** do nosso sistema".(Matta,1983;188) Ser **pessoa** é a exata medida do seu contrário. Implica na posse de distintivos sociais calcados na "*ideologia do sucesso*" que justifica a "*idéia da diferenciação em universos igualitários(...)* Temos então que a ideologia do sucesso é um modo de conciliar a diferenciação" (Matta,1983;177).

Como resultado, ser **pessoa** significa<sup>15</sup> trazer o brasão da diferença, justificar práticas autoritárias que traduzem a hierarquia social,



estabelecer o que é lícito, empregar de valor práticas cotidianas, designar o que é adequado para os "*indivíduos*" e, inclusive, ficar à margem das leis que prescreve. Essas são aquelas que refletem a superpessoa, e que enquanto "*patrimônio brasileiro ou nacional*" (Matta,1983;181), não nasceram, foram fundadas.

Se, como astutamente nos demonstra Matta, existe uma diferença social entre as *peçoas* e os *indivíduos*, fragiliza-se deveras o argumento da democracia representativa, ancorada na força das leis e na socialização dos procedimentos de representação. É assim que, sob a aparência de correção das desigualdades, as leis acabam atuando como mecanismo de legitimação<sup>16</sup>. Esta observação reveste-se de fundamental importância na medida em que a associação entre democracia e liberalismo angaria inúmeros defensores, inclusive entre intelectuais, que de forma explícita ou não, abraçam o conteúdo hegemônico do neoliberalismo.

Se no liberalismo clássico existia preocupação de cunho ético, que prescreve relativa responsabilidade social<sup>17</sup>, o neoliberalismo representa o abandono de qualquer comprometimento social entre os cidadãos. Ou melhor, o cidadão, dentro da perspectiva neoliberal é, antes de tudo, um *homo economicus*. É na liberdade econômica (entenda-se: sem a interferência do Estado) que a liberdade política realiza-se segundo a ótica do novo liberalismo. Ao Estado cabe "*fazer cumprir os contratos privados, fomentar os mercados competitivos(...)e manter a lei e a ordem para evitar a coerção de um indivíduo por outro.*"(Friedmann Apud Passos;1992)

Ocorre que neste processo de hiperdimensionamento do homem econômico que, concomitantemente, refunda a sociedade de mercado (que é integralmente individualizada), a sociedade solidária oportunizada pela disputa política, expressa mais claramente na esfera do Estado, acaba comprometida.

Não é por acaso, portanto, que um teórico afinado com o liberalismo<sup>18</sup> como Norberto Bobbio, ressalte a gravidade de um projeto social que mais do

que redefinir o papel e o tamanho do Estado, agride a própria democracia. Ao identificar a ingovernabilidade como resultado do excesso de demandas oriundas da sociedade organizada, os neoliberais agridem não somente o Estado do bem-estar, mas a própria ordem democrática, a liberdade de ação, organização e reivindicação, e o jogo político que lhe dá forma. Como sabiamente afirmou Bobbio, "*a insídia é grave*".(1984;126)

Se a redemocratização brasileira é o pano de fundo que paronamiza as metamorfoses que envolvem empresários e Partido, o processo de 1) reestruturação produtiva; 2) de derrocada do *socialismo real* e 3) de reemergência liberal com seus sistemáticos ataques ao Estado do Bem-Estar social, acabam por ser o fundamento estrutural e histórico que nos permite apreender a qualidade das mudanças que envolvem os sujeitos sociais ora pesquisados. Cumpre os dois primeiros capítulos, portanto, o papel de fundamentar teórica e contextualmente estes processos que, encadeados, refletem uma nova dinâmica que tanto produz novas relações sociais de produção, quanto avança por sobre as relações de poder.

E resconstituir, brevemente, a conformação do empresariado e do Partido, à luz de contextos históricos específicos, nos permite não somente demarcar práticas e discursos particulares, mas, e fundamentalmente, compará-los face ao período pré-democrático e aquele que compõe sua transição (em particular os anos de 1988-1992). Desta forma, mais do que contextualizá-los, cumpre o segundo capítulo, o papel de apresentar, na prática da Assembléia Nacional Constituinte (ANC/1988), o conteúdo de democracia que norteia cada um dos sujeitos sociais.

O terceiro capítulo ocupa-se integralmente da campanha eleitoral de Porto Alegre em 1988. Seja através dos jornais locais investigados (apresentados no tópico dos *Procedimentos Metodológicos*), seja através da reconstituição da conjuntura da época, seja através dos editoriais coletados. Objetiva-se, neste particular, captar as bandeiras elementares

que aglutinam importantes setores empresariais, unificando a desconfiança e a rejeição à candidatura petista.

O capítulo IV detém-se, particularmente, no "modo petista de governar" e, neste sentido, avalia o Orçamento Participativo, a inversão de prioridades públicas e a democratização do poder local. Como decorrência desta ação no governo, os conflitos e adequações nas relações desenvolvidas com a clientela empresarial. Como parte integrante deste processo de convivência necessária e *locus* fundamental do regime democrático, adentramos a Câmara Municipal de Vereadores de POA, acompanhando votações de importantes projetos que envolveram Executivo, comunidade e Legislativo. Em particular projetos que envolveram questões de transporte, imobiliário e comércio.

O capítulo V, por fim, analisa a eleição de Tarso Genro, que de vice-prefeito, assume o cargo máximo no Executivo municipal, quebrando não só a tradição de POA, de não eleger sucessor, optando sempre pela oposição, como de disputar a eleição com o apoio implícito ou explícito de importantes personalidades empresariais. Tem-se assim o registro do fato que demonstra a ocorrência de mudanças durante os anos de 1989 e 1992; mas, como já foi dito no início desta Introdução, os elementos que os explicam, conforme nossa avaliação, não se restringem à experiência administrativa, mas, através dela assumem forma.

#### Procedimentos Metodológicos

Antes de mais nada é necessário precisar quais os setores do empresariado estudados. Trata-se do setor de transporte; setor do grande empresariado imobiliário - em particular a construção civil - e o setor do comércio. Setores apontados, inclusive, pelo então candidato Olívio Dutra -

e ratificados após sua vitória - como os setores preferenciais a serem enfrentados pela Administração Popular.

Optamos, como fonte prioritária, pela pesquisa documental. As entrevistas foram realizadas somente quando a pesquisa documental tornou-se impraticável devido à inexistência de material ou no caso da necessidade de esclarecimentos mais sistemáticos.

Partilhando com Dreifuss<sup>19</sup> a opinião da validade incontestada da leitura atenta dos jornais na obtenção de informações reveladoras, procedemos ao acompanhamento dos meses de agosto à dezembro de 1988 e o mesmo período de 1992 (totalizando, ambos, 20 meses pesquisados), de dois importantes jornais locais, com expressão regional. São eles: Zero Hora(ZH) e Jornal do Comércio(JC). Este último reveste-se de especial importância, por sua penetração no empresariado, ligado particularmente ao setor do comércio, sendo utilizado como um contumaz veículo de expressão do empresariado. Incluímos neste levantamento a leitura dos editoriais por reconhecê-los como fonte importante na divulgação da posição empresarial e desta na própria eleição municipal.

A partir da reconstituição da conjuntura e do argumento discursivo dos empresários, vimo-nos obrigados a buscar subsídios tanto no Tribunal Regional Eleitoral/RS(TRE), quanto no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos(DIEESE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(IBGE) e Fundação de Economia e Estatística(FEE), para que pudéssemos apreender a força de tais argumentos frente a realidade dos números. Mais do que isso, até que ponto, na medida da veracidade ou não, este discurso atingia sua eficácia, seja no resultado das eleições, seja no repúdio a determinadas práticas, seja na assimilação de uma responsabilidade social socializada. Porém, se os jornais nos permitiam apreender a conjuntura mais geral das disputas que se refletiam no pleito municipal, imprescindível era observar como estas questões ecoavam e eram

enfrentadas nas entidades patronais, através de seus (prováveis) periódicos. Neste sentido, pesquisamos os materiais - quando disponíveis - de 10 entidades empresariais, representativas do setor do Comércio, Indústria, Transporte Coletivo, Instituto Liberal e Construção Civil, que serão devidamente apresentadas no IV capítulo deste trabalho. A Associação dos Transportadores de Passageiros de Porto Alegre(ATP) e a Associação Nova Azenha (ANA), por não contarem com nenhum tipo de periódico, foram supridos com entrevistas.

O período de pesquisa dos periódicos compreende agosto de 1988 à dezembro de 1992. Ou seja, acompanhamos não somente a fase pré-eleitoral, tal qual ZH e JC, como também a gestão de Olívio Dutra e a eleição de Tarso Genro. É preciso ressaltar, entretanto, que muitos destes periódicos não foram encontrados nos arquivos das respectivas entidades, respeitando a integralidade do tempo abrangido. Outras não possuíam um veículo de forma sistematizada, o que resultou em pesquisa dos recortes selecionados pela própria entidade, conforme matérias veiculadas nos meios de comunicação de massa.

No caso do PT, além dos materiais disponíveis que refletem seu posicionamento unificado pelas deliberações partidárias, procuramos acompanhar as mudanças que se deram por dentro do Partido. Optamos assim por pesquisar aquelas tendências com expressão em POA, que possuíssem periódico próprio. Dentro deste critério, apenas duas se enquadravam: Democracia Socialista(DS) e Convergência Socialista(CS). O período responde ao mesmo espaço de tempo que aquele das entidades patronais. Esclarecemos, no entanto, que não é objeto desta pesquisa a análise das disputas intra-tendências, mas tão somente o acompanhamento, a partir das polêmicas mais significativas, da metamorfose do Partido.

Observando os interesses dos setores empresariais selecionados, fez-se o levantamento, no Legislativo Municipal, das intervenções e votações

das leis, identificando o eixo discursivo que mobilizava as opiniões e deliberações por parte dos vereadores, convergindo aí uma possível identidade com os setores empresariais pesquisados. Dentro deste mesmo espírito, procedemos ao levantamento dos projetos encaminhados pelos 33 vereadores que compõem a Câmara Municipal de POA, durante a gestão de 1989-1992. É preciso esclarecer, no entanto, que devido à escassez de tempo, limitamo-nos apenas ao acompanhamento das intervenções e votos no dia da votação final.

Por fim, as entrevistas feitas, conforme já justificado acima, respondem às necessidades de campo. Por não possuírem documentos específicos, entrevistamos um Diretor da ATP e um da ANA; dispensando justificativas, pelo seu importante papel na Administração Popular, incluímos uma entrevista com Olívio Dutra; pela necessidade de esclarecimentos e impressões mais sistematizadas, conversamos com dois assessores do PT, sendo que um atua como Coordenador Político da SMIC desde a gestão de Olívio Dutra. Porém, estimulados pelas descobertas de campo, sentimos a necessidade de conhecer quais impressões e experiências guarda o funcionalismo municipal da administração Olívio. Para tanto, entrevistamos os três ex-Presidentes do Sindicato dos Municipários de POA (SIMPA) que estiveram na direção do Sindicato durante os anos de 1989 a 1992.

Antes, porém, de adentrarmos o objeto de nossa pesquisa, conheçamos um pouco o perfil econômico, social e político da cidade de Porto Alegre.

### \* O município de Porto Alegre

A experiência da Administração Popular (AP) em Porto Alegre, nos anos de 1989 a 1992, conquistou para a cidade uma referência constante nas análises sobre o modo petista de governar<sup>20</sup>. Trata-se, no entanto, de um município que ao mesmo tempo que apresenta particularidades que se

refletem, sobretudo, nas estatísticas, apresenta condições econômicas, sociais e políticas que gravam triste semelhança com o restante do país. Conheçamos um pouco da capital do Rio Grande do Sul.

Se, de tantos nomes já experimentados, o Porto foi o único que permaneceu identificando a cidade<sup>21</sup>, mais do que uma alusão a permanência de seu potencial aconchego, o Alegre ainda trava lutas diárias para tornar-se efetivo no cotidiano dos seus 1.280.167 habitantes, distribuídos na área urbana e rural do município; sendo 1.264.928 residentes na zona urbana e 15.239 na rural (FEE;26/05/94).

#### a - Perfil Econômico

Considerada como uma "metrópole de enormes contrastes" (ZH;20/11/88), este município de 508,6 Km<sup>2</sup>, conforme levantamentos da Secretaria Municipal de POA no período de 1993/1994, tem um PIB<sup>22</sup> de 6 milhões e 791 mil dólares, o que corresponde a 19,8% do PIB estadual. Ao mesmo tempo, 27,9% dos trabalhadores porto-alegrenses recebem até 2 salários mínimos e 5.700 chefes de família estão desempregados, dentro de um universo de 75 mil desempregados locais. Isso enquanto a renda per capita é de 5.088 dólares anuais, contraposto aos 3.577 dólares anuais do RGS. Como dado esclarecedor, é relevante considerar que os 10% mais ricos, em 1989, concentravam 43% da renda.

O setor de comércio e serviços absorve 81% da força de trabalho porto-alegrense (maior responsável pela riqueza gerada internamente), 16,6% corresponde à indústria e 2,4% à produção rural. O setor informal é responsável, aproximadamente, por 30% da riqueza gerada no município.

Esta cidade sem tanto motivos para sorrir por uma parcela considerável de seus habitantes, acompanhou no período que compreende 1989 a 1992, o crescimento da ordem de 15,85% no número de indústrias de

transformação (2.366 para 2.812) ao mesmo tempo que a taxa de desemprego no setor acusava um crescimento de 26,59%, representando um redução de 15.463 vagas (de 58.163 empregados para 42.700), no mesmo período(FEE/RS). Importa registrar que a indústria do município contribui com 12,44% do PIB Estadual(Secretaria Planejamento;1994)

Da mesma forma, o setor de comércio atacadista e varejista, entre os anos de 1989 e 1992, registrou um crescimento de 22,39% no número de empresas (de 12.313 para 15.865), contra um decréscimo de 9,04% no número de empregos, o que significa dizer: de um total de 94.363 empregados no setor no ano de 1989, apenas 85.830 continuavam trabalhando(FEE/RS).

Segundo o Censo Econômico da cidade de Porto Alegre, elaborado pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio - SMIC, realizado no período de janeiro à dezembro de 1990, a localização regional<sup>23</sup> das atividades econômicas<sup>24</sup> no município, apresentam a seguinte conformação.

**QUADRO 1**  
**DISTRIBUIÇÃO ATIVIDADES POR REGIÃO**  
**MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**  
**PERÍODO JAN À DEZ/1990**

<u>ATIVIDADE</u>	<u>CENTRAL</u>	<u>INTERMEDIÁRIA</u>	<u>PERIFÉRICA</u>	<u>%</u>
Serviços	9.600	3.971	1.291	43,46
Comércio	5.553	4.851	2.421	37,50
Indústria	296	628	256	3,45
Autônomos	1.809	800	234	8,31
Amb/Camelôs	784	135	63	2,87
Rec.Encer.	587	418	128	3,31
Não Ident.	221	119	33	1,09
<b>TOTAL REGIÃO</b>	<b>18.850</b>	<b>10.922</b>	<b>4.426</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Censo Econômico/90 - SMIC/POA

### **b - Perfil Social**

Compreendida dentro de uma região considerada (e defendida) por muitos como um país dentro do Brasil, pela sua qualidade de vida e



produtividade, Porto Alegre apresenta, contraposto a um quadro nacional marcado por muitas carências, um perfil relativamente apreciável (Secretaria Planejamento; 1994)

A quase totalidade dos 400 mil domicílios do município (98%) têm acesso ao abastecimento de água e energia elétrica; 78% da área urbana tem rede de esgoto e 63,4% das ruas são pavimentadas. Como parte deste quadro, a expectativa de vida da população é de 70 anos.

A partir daí, entretanto, os números não são tão apreciáveis e destoantes para as 99.232<sup>25</sup> mil pessoas que habitam moradias precárias; para aquelas 1.203 famílias que sobrevivem em área de risco, ou para as 30 mil famílias que passam fome. Conforme a Secretaria Municipal de Planejamento, existem na cidade 261 loteamentos irregulares ou clandestinos; mais de 3.000 famílias estão ameaçadas de despejo<sup>26</sup> e 14.000 pessoas moram em cortiço.

Segundo o Censo Econômico da SMIC de 1990, a população de Porto Alegre responde a uma distribuição regional onde 336.183 residem na Região Central (24,4%); 570.408 na Região Intermediária (51,4%) e 471.208 (34,2%) na Região Periférica<sup>27</sup>.

Os dados do IBGE, datados de 1991, apresentam um total de 1.050.336<sup>28</sup> pessoas alfabetizadas. A Secretaria Municipal de Planejamento, conforme Moura (1995; 63-64), informa que um total de 650 mil pessoas cursam até a 5 série e que 10% da população possui curso superior. O município conta com um total de 183.112 (13,13%) crianças e adolescentes em idade escolar.

### c - Perfil Político

O primeiro prefeito chamava-se Felicíssimo Manoel de Azevedo e governou a cidade até novembro de 1891, sendo depois substituído pelo seu

sobrinho, Alfredo Augusto de Azevedo. Em 28 de setembro de 1896, Porto Alegre votou pela primeira vez.

Olívio Dutra foi o 9º administrador da cidade, eleito através do voto. Porém, foi o 5º a concluir o mandato. Os 4 prefeitos que não completaram mandato foram: Otávio Rocha (por falecimento); Ildo Meneghetti - primeiro a ser eleito por voto popular - e Leonel Brizola (ambos renunciaram para concorrer ao governo do Estado) e Sereno Chaise (este destituído pelo golpe de 1964). Alceu Collares foi o primeiro prefeito eleito por voto popular, após o golpe militar (ZH;11/88).

Porto Alegre tem um total de 776.371 eleitores (TRE Apud ZH;10/11/88) o que corresponde a 14,73% do eleitorado gaúcho. Deste total de eleitores, 53,81% são mulheres e 1,6% (12.367) são analfabetos.

Segundo João Carlos Terleira<sup>29</sup> da Editoria de Política da Zero Hora, *"uma nova realidade partidária"* descortina-se a partir do pleito municipal de 1988. Desde 1985, que é o ano de reabertura das urnas ao voto direto, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) angariava, majoritariamente, os votos de Porto Alegre, *"o que lhe valeu o título de ser o partido mais forte da capital gaúcha"*. Quadro que se inverteu em 1986, quando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ancorado no Plano Cruzado, fez uma votação bastante expressiva no município. O Partido Democrático Social (PDS), por sua vez, tradicionalmente manteve-se como um partido intermediário.

O PT, até as eleições de 1988 era um partido com pouca expressão parlamentar (apenas 1 vereador) e nenhuma experiência no Executivo da cidade. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)<sup>30</sup>, em que pese sua significância histórica pelas figuras tradicionais de Leonel Brizola, Sereno Chaise e outros, não conseguiu manter expressividade eleitoral após a formação do PDT, que arrecadou a maioria dos expoentes do trabalhismo gaúcho.

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) era um partido recém criado, a partir de dissidentes do PMDB<sup>31</sup>, que não contava com muitas personalidades públicas expressivas do ponto de vista das urnas, Da mesma forma, outros partidos situados no campo democrático ou socialista, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ou aqueles identificados com o ideário liberal, como o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido Liberal (PL) e outros, não constituíam uma força com representatividade eleitoral significativa na história de Porto Alegre.

## NOTAS

1 Conforme René Dreifuss, no seu livro "A Internacional Capitalista" (1987b), **Estratégia Política** é a arte/ciência do planejamento e condução da ação política de conjunto para a conquista, consolidação ou prevenção de posições e relações de poder (em relação a outras classes ou grupos). **Tática** é a arte/ciência da organização do conjunto de meios imediatos e a sua operacionalização cumulativa para obter os resultados almejados.- Pág. 29/30.

2 Norberto Bobbio no seu clássico "O futuro da democracia - Uma defesa das regras do jogo" (1992,28), avança por sobre os limites da democracia representativa, quando, pertinentemente, questiona não só quem vota, mas também onde se vota. Este questionamento, no entanto, não avança para a pergunta: *em que condições se vota?*

3 Trata-se de uma antiga discussão dentro da teoria socialista, entre uma perspectiva progressiva de avanço democrático a partir das instituições burguesas e a perspectiva que diz da inviabilidade de tal progressividade, na medida em que a ordem democrática burguesa, enquanto circunscrita à ordem de dominação capitalista, existe como mecanismo de preservação da própria ordem, nunca como motor de conspiração contra sua própria existência. Voltaremos a esta questão no decorrer do trabalho.

4 Diz Marilena Chauí: "*Quando hoje, se reafirma, que a igualdade democrática é política e não social e econômica, ainda assim a noção de representação não pode mais satisfazer o quesito da igualdade, pois para que a desigualdade social e econômica pudesse democraticamente manifestar-se como igualdade política, seria preciso que as diferenças de classe e de grupos interferissem diretamente nas decisões, o que supõe, pelo menos, igualdade de participação e não de representação*". *in* Benevides, Maria Vitória. "Cidadania Ativa" (1991) - Pág. 101

5 Fernandes, Florestan. *in* Toledo, Caio Navarro de. "A Modernidade Democrática da Esquerda: Adeus à Revolução?" - Revista Crítica Marxista (1994,35).

6 Referência à Rosseau, cuja defesa da vontade geral orientou sua principal obra e influenciou tantos outros pensadores. "O Contrato Social e outros escritos".

7 Coutinho, Carlos Nelson (1984). "Democracia como valor universal e outros ensaios". Faço referência a este trabalho em especial por ser ele um daqueles que, para além da mera referência ao socialismo, identifica qual socialismo: *socialização dos meios de produção econômica e socialização dos meios de produção política*. Este é aliás, o conceito de democracia que orienta o ensaio que dá nome ao livro.

8 Este conceito é de Palmiro Togliatti, que influenciado por Gramsci (com os conceitos de Guerra de Posição e Hegemonia), aponta a democracia como condição básica, necessária e progressiva, através da qual será possível empreender transformações profundas na sociedade, abrindo caminho para o socialismo. *in* Coutinho. (1984) *Op. cit.*

9 Conceito gramsciano de hegemonia, que em síntese representa a busca de consenso em torno de determinado projeto social. De acordo com Rafael Diaz, "*Gramsci entende la hegemonia primariamente en su sentido etimológico de "conducir", "ser guia". La contrapone a la idea de dominio para resaltar la capacidad de una clase de ser guia mediante la organización del consenso y la dirección política, intelectual y moral de toda la sociedad. (...) La hegemonia es considerada tanto como dirección ideológico-política de la sociedad civil como combinación de fuerza y consenso, de coerción y persuasión para lograr el control de esa sociedad.*" "El proyecto de Gramsci" (1991).

10 "*O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade na qual já tenha iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o Partido Político, a primeira célula na qual se aglomeram germes da vontade coletiva que tendem a se tornar*

*universais e totais.*" Gramsci, Antônio (1988). "Maquiavel, a política e o Estado moderno." - Pág. 6

11 Cláudio Couto faz uma interessante introdução conceitual ao Partido Político, destacando o papel de agregador de interesses do partido, contraposto aos grupos de interesse, responsáveis pela articulação de interesses. Da mesma forma, aponta as diferenças entre partido responsivo e partido responsável, a partir da elevação dos partidos ao exercício da governança. *Op. Cit.* - Págs. 29 a 51.

12 Ao nível nacional, podemos apontar os estudos realizados por Abramo, Lais Wender (1985); Boschi, Renato Raul (1979); Cardoso, Fernando Henrique (1983); Cruz, Sebastião (1984) e (1986); Fiori, José Luiz (1990); O'Donnell, Guilherme (1988); e outros. Ao nível do RGS, as pesquisas reveladoras de Grós, Denise (1990) e a Dissertação de Mestrado de Paz, Cleider Geissler (1993): "O empresariado industrial gaúcho e a abertura política - (1978-1984): O discurso sobre democracia". Este texto foi apresentado in *Memorian*, já que, lamentavelmente, seu autor veio a falecer antes de sua defesa.

13 Dreifuss, René (1987a). "1964: A conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe." Diz o autor, no seu capítulo conclusivo: *"Entre as observações a serem feitas há duas que acarretam conseqüências para a historiografia recente do Brasil. A primeira refere-se ao envolvimento político dos empresários e à qualidade de sua organização e ação, que foram ambos, incontestavelmente, muito notáveis. A segunda concentra-se na tomada, pelos empresários e tecno-empresários do IPES, da administração do Estado e do aparelho de formulação de diretrizes."* - Pág. 481.

14 Não vamos nos deter, neste momento, na análise da realização ou não, da hegemonia de um projeto anti-democrático.

15 Este desenvolvimento está presente em trabalho anterior, sobre N. Bobbio e M. Foucault, intitulado: "Do poder da cidadania à democracia vigiada". Silveira, Alair S. (1993).

16 Ou nas palavras de Matta: *"...uma atividade que tanto serve para atualizar ideais democráticos quanto para impedir a organização e a reivindicação de certas camadas da população (...) em outras palavras, as leis só se aplicam aos indivíduos e nunca às pessoas; ou melhor ainda, receber a letra fria e dura da lei é tornar-se imediatamente um indivíduo. Poder personalizar a lei é sinal de que se é uma pessoa."* (1983, 184).

17 Walquíria Leão Rêgo, em palestra proferida na UFSC (1994), foi incisiva em acentuar as diferenças entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo, através de uma linha demarcatória que reside na ética social do Estado na promoção de condições elementares para os indivíduos competirem dentro da sociedade liberal, como educação, saúde, etc. e o darwinismo triunfante do neoliberalismo. Norberto Bobbio, numa linha de raciocínio próxima, discutindo sobre o liberalismo velho e novo, aponta o liberalismo clássico como aquele que fundamenta-se sobre uma valorização prioritária do indivíduo (1984, 116).

18 Esta identidade é analisada de maneira convincente por Perry Anderson (1989), num texto chamado "As afinidades de Norberto Bobbio" in *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 24 - Julho.

19 Dreifuss, René. "O jogo da Direita" Em particular sobre o mito do baú (1989, 7-8)

20 A expressão **modo petista de governar** é bastante corrente dentro do Partido dos Trabalhadores, ao nível nacional, a qual caracteriza as particularidades do governo petista, e dá nome a inúmeros documentos produzidos pelo Partido, em especial o livro organizado por Bittar (1992).

21 Os nomes citados conhecidos são: Porto do Dorneles; Porto do Viamão; Porto do São Francisco dos Casais; Porto dos Casais e Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. in Moura, Gilnei Luís de. (1995) "Planejamento Estratégico e Planejamento Participativo na gestão municipal: o caso do município de Porto Alegre - Gestão 1989-1993". UFSC - Dissertação de Mestrado.

22 Os dados apresentados doravante provêm da Secretaria do Planejamento de Porto Alegre, 1994, complementados pelas informações constantes na Dissertação de Moura, *Op.Cit.*

23 O agrupamento dos bairros em 3 regiões (Central, Intermediária e Periféria), foi baseado no trabalho de Tanya M. de Barcellos, da FEE/RS, e representa o seguinte conjunto de características identificatórias: a) **Região Central** caracteriza-se pelo maior valor dos terrenos, por ser melhor servida de equipamentos urbanos e por ter a população de maior renda média; b) **Região Periférica** caracteriza-se por estar no extremo oposto: menor valor dos terrenos, menor quantidade e pior qualidade de equipamentos urbanos e população de menor renda média. *in* "Censo Econômico da Cidade de Porto Alegre - 1990" - Pág. 5

24 De acordo com a SMIC/POA, a definição de Atividade Econômica corresponde ao preenchimento das seguintes condições: é aquela que possui Razão Social ou é Pessoa Física (Autônomo, Ambulante, Camelô); ocupa no mínimo uma pessoa que recebe remuneração; está localizada em determinado endereço ou tem ponto fixo de referência. *Op. Cit.* - Pág. 5

25 De acordo com matéria veiculada na Zero Hora, no dia 18/09/1988, na página 36, sob o título de "POA: Censo do IBGE reduz número de favelados", existe uma discrepância entre o total de favelados apresentado pelo IBGE (de 99.232) e aquele apontado pela Secretaria de Planejamento Municipal, de aproximadamente 360 mil pessoas. Os técnicos do Instituto reconhecem que "7,86% da população residente nos 70 bairros da capital mora em favelas". Em consequência da diferença significativa entre o Censo do IBGE e os dados da Secretaria do Planejamento, estabeleceu-se um grupo de estudos, formado por técnicos do IBGE, da Secretaria Municipal e da Metroplan, objetivando a "uniformização dos conceitos de subhabitação e do que pode ser considerado população favelada".

26 Neste aspecto é importante considerar o dado constante em matéria da Zero Hora, do dia 28/11/1989. "Só 20 mil moradias ao ano vencem déficit habitacional".

27 Os critérios que qualificam cada Região foram apresentados na Nota 23. *Op. Cit.* - Pág. 141. Por essa distribuição regional percebe-se o grande número de porto-alegrenses que residem na Região Periférica, qualificada pela carência.

28 Os dados colhidos no IBGE, inclusive por abarcarem períodos diferentes, apresentam um total populacional de 1.155.159 pessoas residentes em Porto Alegre, sendo 1.141.317 na área urbana e 13.842 na área rural. Censo Demográfico - População (1991-RGS) - Pág. 324.

29 Na análise que segue, baseio-me preferencialmente na matéria veiculada pelo Jornal Zero Hora, 21/11/1988 "Liderança do PDT e PMDB na capital acabou", Pág. 1 do Jornal da Eleição (encarte).

30 Esta avaliação e impressões refletem o resultado, não sistematizado, das informações colhidas ao longo do processo de pesquisa, como também, pela proximidade com a política da cidade, produto da residência local por período superior a 10 anos.

31 Criado em 1988, através dissidência de alguns membros do PMDB, como Franco Montoro (SP), Mário Covas (SP), Fernando Henrique Cardoso (SP) e outros. Ecléa Fernandes (PSDB) retirou sua candidatura, apoiando Olívio Dutra da Frente Popular.

## CAPÍTULO I

### PANORAMA INTERNACIONAL

A trajetória da democracia no mundo revela um trânsito de mão dupla. Ou seja, se analisarmos a realização da democracia representativa nas últimas duas décadas em particular, observaremos que existe um movimento espasmódico, de retração e expansão democrática, seja enquanto produto das contradições que refletem as lutas que se desenvolvem na sociedade, seja a partir da performance internacional ou nacional. Não significa, entretanto, um movimento de alcances opostos, mas, ao contrário, movimentos distencionais ou retrativos, dentro da órbita de democracia representativa.

Para que possamos apreender as principais transformações que orientam novas posturas e opções dos nossos sujeitos sociais - objeto desta pesquisa -, fez-se necessário empreender um apanhado mais geral das principais mudanças ocorridas no plano da produção e da política, que como partes de um mesmo sistema, encadeiam-se entre si, gerando contradições e superações, no inesgotável fazer da história.

Optamos assim, por apresentar, de forma sucinta, quatro processos significativos que traduzem as transformações ocorridas ao nível internacional e que, pela própria internacionalização do capital, espraiam-se pelo mundo afora, influenciando deveras a história nacional. São eles: o impulso conservador a partir da crise capitalista em 1974/75 e o ataque ao *welfare state*; a emergência neoliberal, a reestruturação produtiva e a derrocada do socialismo real. Estes processos, além de sua inquestionável significância enquanto transformações nas relações exteriores e numa nova ordem (desordem<sup>1</sup>) mundial, nos permite acompanhar a trajetória de construção da hegemonia neoliberal e a retração democrática<sup>2</sup>, inclusive, em países do Primeiro Mundo. E, no que aqui em especial nos interessa,

influencia, inegavelmente, as eleições municipais estudadas, na medida em que interferem de forma diferenciada, porém, potente, tanto sobre o empresariado quanto sobre o PT.

### I -A Revivescência Conservadora

Agustín Cueva, num interessante estudo sobre *A Guinada Conservadora*, identifica os anos 1974/79, como o quinquênio que registrou importantes fatos "em detrimento do imperialismo" (1989;34) e que, por consequência, reorientaram não só a política externa dos países do Primeiro Mundo<sup>3</sup>, como também a eclosão de uma nova direita mais refratária às regras do jogo democrático. Os acontecimentos mais expressivos deste período têm como marco "divisor de águas" (1989;33), a crise do petróleo em 1974/75 onde paralelo ao ineditismo de um intercâmbio favorável aos países terceiro-mundistas, gera uma identidade com sinal negativo, onde os desencontros e desencantos do capitalismo contemporâneo, são debitados na conta dos países periféricos. Ou dito de outra forma: a conjunção da crise do petróleo à eclosão dos movimentos<sup>4</sup> revolucionários ou de libertação nacional, vão projetar não só uma instabilidade nas relações de dominação imperialista, como marcar nas páginas da História Mundial, para além da derrota vexatória dos EUA e a consequente "síndrome do Vietnã", estratégias mais elaboradas de intervenção e destruição dos "inimigos da liberdade e da democracia"<sup>5</sup> (1989;51)

Esta política externa para com os países do Terceiro Mundo, não registra originalidade do ponto de vista da intervenção ou dominação política e econômica, mas reflete um endurecimento ofensivo hoje assentado para além dos métodos convencionais, em estratégias mais elaboradas, que ambicionam a conquista psico-ideológica de amplas massas dos países dependentes. Mas, o que interessa reter aqui, é que sob a forma ou



denominação que for, estas práticas ofensivas estão alicerçadas em um pseudo-direito que os "Estados Unidos - mas também outros países centrais neocoloniais como a França e Grã-Bretanha - se arrogam para intervir nos países do Terceiro Mundo, através de operações militares ou de naturezas diversas, visando obter resultados adequados a seus interesses ou objetivos próprios" (Selser;1989,44)

É sob o signo da segurança nacional, ou sua variante, de segurança das relações internacionais, que a política intervencionista funda seus alicerces. E, embora existam interpretações diferenciadas<sup>6</sup> sobre a praticidade das intervenções, nenhuma delas rejeita sua utilização como viabilidade para difusão do ideário democrático Primeiro Mundista.

Há que se registrar, entretanto, que mais do que uma ação contraditória com o princípio democrático de "liberdade" e de auto-determinação dos povos, as intervenções estão inseridas dentro de uma compreensão particular de democracia, circunscrita aos interesses dos países centrais. Decorre daí que o substantivo democrático subordina-se aos condicionantes externos e como tais, redundam numa democracia que não é resultado da vontade dos cidadãos, mas aquela mais adequada aos interesses dos países centrais.

A necessidade de consolidar um referencial mínimo de princípios democráticos socialmente partilhados, através dos quais seja possível legitimar as ações intervencionistas como produto da defesa nacional e das relações internacionais, tem convergido para o apelo discursivo do respeito elementar aos **direitos humanos**. (Hurrel,1993,93)

Não faz parte do discurso democratizante e da prática intervencionista dos países centrais, qualquer possibilidade de conter a fúria **extorsiva** representada pela dívida externa<sup>7</sup>, que continua e crescentemente tem sangrado os cofres dos países dependentes, impedindo investimentos políticos capazes de responder às demandas sociais e à

extensão da cidadania aos milhares de excluídos dos mais elementares direitos.

Embora existam análises diferenciadas sobre o peso da alta do preço do petróleo na crise de 1974/75<sup>8</sup>, ela, inequivocadamente, serviu de argumento convincente para a ressonância social de um discurso neoliberal e a emergência de uma nova direita no interior dos países centrais. É o entrelaçamento, portanto, entre os movimentos externos de libertação terceiro-mundista e os movimentos internos do capital, que vão pavimentar a ascensão da nova direita e dar consistência aos seus propósitos.

Mais do que um movimento ideológico, com projeto social próprio, esta nova direita é o resultado da união de esforços que objetivam, fundamentalmente, a manutenção do *status quo*. Em oposição ao pensamento conservador tradicional, esta nova direita sustenta um traço consistentemente **anti-político**, isto é, um desapego às regras do jogo, à busca do consenso e o não reconhecimento da legitimidade dos seus oponentes. Este desprezo aos processos constitucionais, ou a utilização instrumental dos procedimentos políticos, permitiram uma atuação marginal ao sistema, inclusive através da formação, manutenção e treinamento de grupos paramilitares.

Apoiada por grandes grupos econômicos, interessados no reordenamento do Estado, no sentido de canalizar somas significativas para o rearmamento militar<sup>9</sup>, por exemplo, em detrimento dos programas sociais, esta nova direita combate, na verdade, não o tamanho do Estado, mas o tamanho do orçamento dirigido ao Estado do Bem-Estar. Isto significa, em outras palavras, que o Estado que detivera um papel fundamental durante o período de acumulação fordista, torna-se desproporcional frente às transformações das relações produtivas, o que lhe confere um novo papel social, caracterizado pela retração das políticas sociais abrangentes.

Se a Revolução Francesa representou o ideário democrático que permitiu a supremacia da burguesia emergente, os movimentos posteriores que decorreram do desenvolvimento e dos enfrentamentos entre capital e força de trabalho, foram configurando uma elasticidade peculiar ao conceito de democracia. Assim é, que a nova direita revigorada, volta-se ferozmente contra o conceito de **igualdade** que está na raiz das "idéias de 1789" (Cueva;1989,28). Isto é, conforme o ideário da nova direita, a subversão e o comunismo são fermentados justamente sobre a "ideologia igualitária" que tem seu berço na Revolução Francesa.

Assentada sobre a apologia da "diversidade", a nova direita contrapõe a diferença à aspiração igualitária, onde as desigualdades relativas entre os homens são consideradas motivações para o "dever histórico". Mas, como diz A.Cueva, a realização da diversidade, apesar da "homenagem teórica de uma intelectualidade" (1989;21), esconde sob uma fórmula falsamente democrática, o refinamento de práticas segregatórias e racistas.

Na raiz deste processo de emergência do novo liberalismo está a incompatibilidade tendencial entre o funcionamento do modo de produção capitalista e a lógica da democracia burguesa, apontada por Marx e resgatada por Atilio Boron (1994;19): "a reprodução dos mecanismos sociais que possibilitavam a extração de mais-valia se achava ameaçada pela expansividade e as pressões igualitárias inerentes ao regime democrático, condenando-o a estar cronicamente afetado por uma forte propensão para a ingovernabilidade e a crise política."

Não é por acaso, portanto, que o Estado keynesiano, que propusera a consolidação de um compromisso entre democracia e capitalismo, e que durante um período relativamente longo alcançou êxitos sociais surpreendentes nos países centrais, encontre-se, a partir da crise do capital dos anos 70, profundamente agredido e questionado.

É na condição de instrumento eficiente e necessário à contraposição das crises periódicas inerentes ao capitalismo, que o Estado<sup>10</sup> foi chamado a desempenhar um papel intervencionista sobre a anarquia da produção, organizando as relações de trabalho e disciplinando as forças de mercado. Ao propor a "*socialização do investimento*" (Boron, 1994;75), através de fomentos capazes de oferecer retornos compensadores aos empresários, induzindo-lhes ao investimento e à expansão das atividades econômicas, Keynes aspirava não apenas à absorção necessária dos desempregados e ao estímulo à demanda agregada, mas ambicionava, fundamentalmente, a preservação do modo de produção capitalista. Como afirmava Keynes: "*se não queremos passar para o comunismo*" (Apud Boron, 1994;75), é necessário estabelecer qual a margem adequada de lucratividade empresarial, sem comprometer a própria ordem produtiva.

Este Estado emergente, fundado paradoxalmente sobre a consolidação do capitalismo e a expansão democrática, equilibra-se entre os limites administráveis da integração das massas, predominantemente organizada através de associações partidárias e sindicais, e as necessidades expansivas do capital. Ao Estado, mais do que administrar e circunscrever os limites da democracia, cabia a promoção de políticas públicas que desonerassem o capital e angariasse a legitimidade social necessária.

A contraface da valorização da demanda como fator elementar da ordem econômica é a inevitável ampliação da esfera política, espraiando-se pela sociedade e recolhendo legitimidade através da responsabilidade estatal para com as aspirações da cidadania. A democratização deste Estado interventor realiza-se, portanto, através das crescentes lutas travadas no interior das sociedades nacionais. E, em que pese as diferentes abrangências e extensões do Estado Social nos diversos países centrais, a existência de políticas sociais informam a efetividade da democracia na

realização da cidadania, não circunscrita apenas à realização formal dos procedimentos políticos.

A ampliação do Estado, absorvendo demandas sociais antes excluídas, fundando responsabilidades públicas sobre o cidadão antes desconhecido, e, mais do que isto, reconhecendo sujeitos coletivos antes marginalizados pelo seu conteúdo anti-capitalista, resulta por realizar aquilo que Boron denomina de "desbordamento" (1994;80) e que Bobbio classifica como "excessos da democracia" (1992;26).

Longe de comprometer a democracia pelo excesso de exigências à participação do "cidadão total", nominado por Ralf Dahrendorf (Apud Bobbio,1992;26), o qualitativo de "excesso de democracia", constitui excesso apenas sob a ótica do capital, intrinsecamente excludente, o que lhe impõe limites para sua tolerância política enquanto prática de crescente abrangência social e econômica.

É assim que na medida em que a crise do capital apresenta sua conta, os liberais recolhidos ao anonimato no período de supremacia keynesiana, prescrevem velhas receitas, acrescidas da aversão ao "participacionismo" social.

Mais conspirativo do que o ideal de igualdade são os ensaios de efetividade democrática que o Estado de Bem-Estar teve que aceder pelas lutas sociais travadas em seu seio, pela extrapolação de uma democracia cujo conteúdo não se aprazia com a formalidade dos procedimentos políticos, mas que constante e crescentemente reivindicava maior concretude cidadã. É o "irresistível avanço da democracia (que) agora desborda os amplos limites do Estado para invadir as áreas "privadas", outrora a salvo da irrupção do elemento democrático(...)isso é o que galvaniza um forte bloco burguês que satanizou o Estado keynesiano como a causa da crise política e da "ingovernabilidade" da democracia". (Boron,1994;80)

É este desbordamento, portanto, que explica a ferocidade com que as políticas sociais são atacadas. Não se trata, pois, de uma redução do tamanho do Estado na face que compreende a "socialização dos investimentos", mas a redução da sua contraface, qual seja, a realização democrática. Neste sentido, a face visível do neoliberalismo que pretende redução do Estado, esconde a façanha que objetiva a retração democrática.

## II - A emergência Neoliberal

Quando José Guilherme Merquior(1991), afirma a existência de inúmeras variâncias no ideário liberal, há que render-lhe a devida importância, não só porque tal afirmação parte de um liberal reconhecido, mas porque seu livro mostra-se convincente na demonstração de tal asserção.

Em que pese as ênfases e os preterimentos peculiares aos mais diferentes autores, a história do pensamento liberal está pavimentada sobre 4 princípios elementares: o individualismo, o constitucionalismo, a liberdade e o igualitarismo.

O protoliberal Jonh Locke, tinha uma compreensão particular da liberdade, atrelando-a diretamente à propriedade<sup>11</sup>. Nesta concepção, o homem só é "um espécime completo quando se exterioriza no mundo e põe em operação uma atividade que define o contorno das coisas. Por isso mesmo, o homem é **essencialmente proprietário**" (Franco,1993;40 - Grifo da autora).

Conseqüentemente, todo ataque à propriedade é considerado um ataque à liberdade. E, na defesa de liberdade, é legítimo ao homem-proprietário, o direito de matar, na exata medida em que ao atentar contra a propriedade, "que é a determinação fundamental do homem - sua própria substância" (1993;47), atentam-lhe contra a vida.

Desta forma, é a partir da propriedade que as igualdades e as desigualdades entre os homens assumem forma social, estabelecendo distintas

sociabilidades e justificando práticas explorativas de convivência. Aos não-proprietários resta-lhes assumir a responsabilidade pela dominação da qual são objeto(!)

O Estado lockeano, que é resultado de um pacto entre os homens, que almejam a preservação da vida e a inibição das guerras, deve responder a duas exigências fundamentais: Proteger a vida e a propriedade; não invadir a esfera dos direitos individuais(Almeida,1993;2). Neste sentido, como ressalta Bobbio, uma das principais características do Estado liberal, é a "*doutrina do Estado limitado tanto com respeito aos seus poderes quanto às suas funções. A noção corrente que serve para representar o primeiro é o **Estado de direito**; a noção corrente para representar o segundo é o **Estado mínimo**.*"(1993;17-Grifos do autor).

De Locke até os dias atuais, distintas ênfases foram atribuídas, conformando distintos liberalismos. Assim, conforme classificação de Merquior, seja sob o adjetivo de conservador, moralista, social, evolucionista, de esquerda, neocontratualista, sociológico ou neoliberal, aqueles quatro princípios fundantes mantiveram-se presentes, fermentando a defesa liberal.

Quando Benedetto Croce estabeleceu um conceito distintivo entre **liberalismo** e **liberismo** destacando neste apenas a "*liberdade econômica*", tratava de preservar o princípio ético do liberalismo, equivocadamente degradado ao "*hedonismo utilitário*"(Merquior,1991;141). Esta diferenciação conceitual não implica uma ruptura temporal entre a ética social e a estrita liberdade econômica, mas identifica os extremos através dos quais o liberalismo tem-se debatido ao longo da sua existência. Entre o darwinismo social, que vocifera a sobrevivência dos mais aptos, e que encontra seu apogeu nas idéias de Herbert Spencer, e aqueles como John Stuart Mill e Thomas Hill Green, que reclamam a responsabilidade social para o

fortalecimento do acesso às oportunidades individuais, muitas variáveis são possíveis.

Seja para reduzir o peso social das vítimas do processo seletivo de Spencer, que ao contrário da evolução natural não são eliminadas do conjunto da sociedade, como atenta Francis Charles Montague, seja, ao contrário, para refutar qualquer responsabilidade social frente a estas mesmas vítimas, conforme defende Robert Nozick (Merquior, 1991; 210), o apelo individualista tem sido o traço permanente das variáveis liberais.

Subordinados à compreensão de individualidade, os demais elementos adequam-se à propositiva liberal que tanto pode pressupor uma individualidade sobreposta às relações sociais e, portanto, sem nenhum tipo de responsabilidade social, como pode entender a individualidade como parte de um todo e como tal, estabelecer patamares mínimos de acesso às oportunidades sociais.

A concepção de individualidade é o fermento que pavimenta as orientações sobre o tamanho e o papel do Estado. Quanto mais restrito o papel reservado ao Estado, mais ampla a subordinação da liberdade à esfera do mercado e da igualdade à esfera da representação política.

Desta forma, o conflito da sociedade moderna, conforme a ótica de Ralf Dahrendorf, reside na oposição entre "provisões" e "intitulentos". Assim, enquanto a Revolução Industrial foi fecunda na revolução de provisões, isto é, "suprimento de alternativas em dadas áreas de atividade", a Revolução Francesa foi generosa na revolução de intitulentos, isto é, "bilhetes de entrada, direitos de acesso a quaisquer bens ou profissões". Segue-se daí que enquanto as reformas do Estado Keynesiano priorizaram a manutenção de intitulentos, a década de 80 veio retomar a preocupação com as provisões, no melhor estilo Schumpeteriano, do empresário empreendedor.



Neste sentido, a crise de 1974/75 e seus desdobramentos políticos e ideológicos, retirou do ostracismo social o liberalismo mais evolucionista, sobrepujado pela hegemonia do Estado Keynesiano até então. Assim, a dita **nova direita** pelas palavras de alguns autores, objetiva socializar formas associativas de identidade que pretendem a compreensão da crise a partir do excesso de demandas, o que significa em outras palavras, excesso de democracia, viabilizado pelo Estado Keynesiano hiperatrofiado e que, segundo esta perspectiva, redundando no crescente processo de ingovernabilidade do Estado contemporâneo.

Autores como Friedrich Hayek, por exemplo, identificam as razões do desemprego não somente na política do governo, que trouxe a si a responsabilidade da elevação ou da queda de empregos, mas, principalmente, a ação dos **sindicatos** que ao imporem taxas elevadas de salários, rompem com a dinâmica da ação do mercado na formação dos preços da força de trabalho, comprometendo a lucratividade das empresas e o desenvolvimento econômico (Butler, 1987;64). Parceiro de Hayek, Milton Friedman afirma: "*Enquanto pareceria não ter existido nenhuma tendência ascendente na importância do monopólio empresarial no último século, certamente houve na importância do monopólio do trabalho*" (Boron, 1994;63).

Dentro da mesma linha analítica, Hayek reconhece na pobreza das favelas que margeiam as cidades de crescimento econômico rápido, não a concentração de proletários suprimidos pelo capitalismo, mas a expressão da capacidade deste de mantê-los. Segundo Hayek, "*elas consistem em indivíduos que, sob qualquer outro sistema diverso do capitalismo, não estariam vivos, pois apenas o capitalismo pode gerar recursos para sustentá-los*". (Butler, 1987;40)

A superioridade do mercado defendida por Hayek e Friedman, concentra seu benefício social na exata medida em que a busca pessoal da satisfação dos interesses particulares, no livre jogo do mercado auto-regulado, acaba

por realizar objetivos alheios, diferentes e até mesmo conflitantes aos seus. Esta é a simbiose realizada pelo mercado. E é sobre a tese da supremacia do mercado enquanto meio de realização da liberdade individual, que qualquer intervenção é tida como mecanismo obstaculizador da plena expressão da vontade individual.

Feroz oponente do planejamento econômico pelo Estado, os neoliberais reafirmam o caráter local e circunstancial do saber sobre as relações econômicas. Dentro desta concepção de parcialidade, somente o mercado, **computador central** que armazena e processa inúmeras informações de infinitos indivíduos, é capaz de estabelecer as regras elementares de sociabilidade e realização individual, "sobre as quais repousa a ordem social." Cumprir ao Estado - ou governo, como prefere Hayek - o papel limitado de fornecer os serviços que a "ordem espontânea foi incapaz de produzir" e de garantir o respeito das regras estabelecidas pelo mercado. (Almeida;1993;7)

Existe no horizonte neoliberal, o objetivo de reduzir à expressão mínima o espaço político que caracteriza as disputas e demandas sociais. Ao insistir no entrelaçamento entre liberdade individual e liberdade econômica, autores neoliberais têm privilegiado uma espécie de individualismo darwiniano, que não se reconhece enquanto parte da totalidade social, mas apenas e tão somente, enquanto êxito ou fracasso pessoal. Ao erigir a individualidade como categoria máxima, cuja única expressão possível, realiza-se no mercado, os neoliberais exercem uma ruptura com Estado Keynesiano, inscrito sobre outras combinações liberais e através das quais não só a individualidade resultava produto social, mas onde a política do Estado recolhia legitimidade.

Essa ruptura não implica, conforme já foi exposto em outros momentos desta análise, no reordenamento radical do Estado em relação ao papel que cumpre no desenvolvimento do capitalismo. A "dependência" estatal, por

parte dos empresários, para resolução das crises, não somente permanece atuante, como em certo sentido, acentuada. Como afirma A. Borón, "veja-se para confirmar o "keynesianismo perverso" de Ronald Reagan - seduzindo empresários reticentes mediante um verdadeiro arsenal de políticas econômicas que garantem altas taxas de rentabilidade para seus investimentos" (1994;75). Ou, sobre outras formas, um culto ao empreendimento empresarial, onde qualquer espécie de progressividade nos impostos<sup>12</sup> é tida como uma punição ao êxito e um desestímulo ao espírito empreendedor. Segundo este raciocínio, a progressividade age de forma duplamente nefasta: nivela muito as diferenças, criando o tédio e a uniformidade, provocando, por consequência, a apatia econômica e a atonia social. (Kuntz,1983;60)

As dificuldades na conceituação do neoliberalismo<sup>13</sup> têm sido apontada por alguns autores, preocupados em discernir o conteúdo neoliberal do conteúdo do liberalismo clássico. Mais do que um discurso pela supremacia mercantil e preceitos de reforma estatal, o neoliberalismo ambiciona uma identidade despolitizada, creditando sua superioridade na ideologia da competência e eficiência técnica. Fundada sobre conceitos pseudamente auto-suficientes, as opções orientam-se pelos critérios econômicos sinalizadores que se inscrevem entre o bom e o ruim. Como registra Schneider: "Em lugar de ideologia, os neoliberais têm conceitos: "Gastar é ruim" É bom ter prioridades. É ruim exigir programas. Precisamos de parcerias, não de governo forte. Falem das necessidades nacionais não de demandas de interesses especiais. Exijam crescimento, não distribuição. Acima de tudo, tratem do futuro. Repudiem o passado." Ao cabo de pouco tempo as idéias neoliberais começam a soar como combinações aleatórias de palavras mágicas" (Draibe,1993;89).

Mas, mais do que "palavras mágicas", o neoliberalismo acaba por sublinhar suas especialidades nas formas excludentes sobre as quais se

constitue. Embora retire do liberalismo clássico, em suas distintas expressões, os elementos inspiradores do seu conteúdo discursivo e prático, existe na sua performance, um caráter de marginalização social deliberada que o torna particularmente nefasto e socialmente destrutivo.

Esta destrutividade social presente no projeto neoliberal, não pressupõe, no entanto, a introdução de um elemento inovador no ideário liberal. O que registra sua particularidade, mais do que o grau de marginalidade a que estão condenadas parcelas significativas da sociedade, é a hegemonia que tal projeto gozou alcançar mundialmente.

Advém daí a suprema contradição entre a tendência de retração democrática inscrita dentro da própria dinâmica do capital, e as afirmações de Norberto Bobbio, por exemplo, que sustenta a indissolubilidade, nos dias atuais, entre o exercício democrático e Estado liberal. Segundo ele, a democracia e o liberalismo foram, paulatinamente, conformando uma interdependência que acabou por tornar inconcebível, na atualidade, a existência de Estados liberais não-democráticos, da mesma forma que Estados democráticos não-liberais. Nas suas palavras: *"Existem, em suma, boas razões para crer: a) que hoje o método democrático seja necessário para a salvaguarda dos direitos fundamentais da pessoa, que estão na base do Estado liberal; b) que a salvaguarda desses direitos seja necessário para o correto funcionamento do método democrático."* (1993;43).

À indissolubilidade sustentada por Bobbio, há que contrapor, portanto, não o **lado mau** do liberalismo, nominado neoliberalismo, mas a essência de um ideário que se sustenta pela apologia ao individualismo. Um individualismo que não é sinônimo de singularidade, mas de egoísmo. Um individualismo, que mesmo quando reconhece a responsabilidade social, o faz como recurso necessário à estabilidade, jamais como prática solidária.

A virulência deste projeto que se tornou hegemônico, retira sua energia não somente da crise do capital não superada, como também da

derrocada do "socialismo real", soterrando alternativas atreladas às experiências do "socialismo realmente existente".

Mas, como ensina Perry Anderson, é necessário retirar da experiência neoliberal, três lições para a construção de uma contra-hegemonia:

- 1 - Não ter nenhum medo de estar na contracorrente do consenso;
- 2 - Não transigir em idéias. Não abrir mão de princípios. Radicalismo e dureza intelectual que lhe garantiu a vitória.
- 3 - Não aceitar nenhuma instituição estabelecida como imutável!<sup>14</sup>.

### III - A Reestruturação Produtiva

As transformações registradas no mundo do trabalho afetaram profundamente tanto a materialidade quanto a subjetividade daqueles que vivem do trabalho. São estas mudanças radicais que, fincando seus pilares no padrão de produção, vão orientar (ou des-orientar) as novas formas de sociabilidade e organização dos trabalhadores. E, para além da esfera produtiva propriamente dita, alcançar as políticas sociais do Estado.

O padrão de acumulação fordista<sup>15</sup> que entrou em crise em meados de 60, implicou fundamentalmente na produção massiva de mercadorias relativamente homogeneizadas, através da concentração de trabalhadores em grandes unidades industriais, os quais eram controlados através de tempos e movimentos, e especializados em tarefas repetitivas dentro da fragmentação das funções, peculiar à produção fordista.

O novo padrão acumulativo que emerge do esgotamento do modelo fordista, redonda numa radical<sup>16</sup> metamorfose que atinge não somente a dimensão da planta de fábrica, desconstituindo o trabalhador coletivo, mas objetiva a emergência do novo trabalhador flexível, capaz de desenvolver várias tarefas, aumentando a produtividade e reduzindo a "porosidade" do

trabalho. Implica também na contratualidade crescente do serviço de terceiros e na flexibilização da organização do trabalho.

A ruptura entre elaboração e execução, constitutiva do padrão fordista, sofre profundas alterações sob a orientação da produção flexível, denominada pós-fordista ou toyotista<sup>17</sup>. O trabalhador multifuncional compreende uma aparente unidade entre elaboração e execução, na medida em que é estimulado a criar e interferir no processo produtivo. Esta pseudo unidade revela, para além de uma relativa autonomia e qualificação profissional, uma tentativa de firmar uma estreita cumplicidade entre os interesses da empresa e os interesses dos trabalhadores.

Estas transformações, entretanto, não implicam na emergência de um novo trabalhador menos "estranhado", do ponto de vista da dimensão dual da realização do trabalho<sup>18</sup> mas, ao contrário, impõe a este novo trabalhador uma des-identidade da classe-que-vive-do-trabalho.

Como afirma Ricardo Antunes, o "**estranhamento** próprio do toyotismo, é aquele dado pelo **envolvimento cooptado** que possibilita ao capital apropriar-se do **saber** e do **fazer** do trabalho. (...) deve **pensar** e **agir** para o capital, para a produtividade, sob a **aparência** da eliminação efetiva do fosso existente entre **elaboração** e **execução** no processo de trabalho. Aparência porque a concepção efetiva dos produtos, a decisão do **que** e de **como** produzir, não pertence aos trabalhadores". (1994a;29-Grifos do autor).

Inscritos dentro de uma estruturação que maximiza a produção de acordo com a demanda de um público consumidor exigente, os trabalhadores vão assimilando novos valores e novas formas associativas mais "adequadas" às relações individualizadas de produção e consumo. Elevados à condição de membros de uma grande "família", ou seja, a empresa onde trabalham, os trabalhadores não só vão assimilando um sentimento de "despertencimento" de classe, como vão desenvolvendo novas formas de organização que passam por

dentro desta nova subjetividade, subordinada aos interesses do capital, qual seja, o "sindicato-empresa".

Resultado do desenvolvimento das forças produtivas, que permanentemente revolucionam a si mesmas<sup>19</sup>, e do movimento organizado dos trabalhadores, que permanentemente ambicionam estender seus direitos e conquistas, a revolução tecnológica que permitiu as mudanças de fundo no padrão de acumulação, é aquela mesma que expulsou (e expulsa) um número crescente de trabalhadores do mercado de trabalho.

Estas transformações complexificam profundamente a conformação da classe-que-vive-do-trabalho, estabelecendo-lhe como traço distintivo a heterogeneidade. Da incorporação crescente da mão-de-obra feminina ao assalariamento retumbante do setor de serviços, a classe-que-vive-do-trabalho cinde-se hoje, entre os trabalhadores estáveis (minoritários e decrescentes) e os trabalhadores temporários (majoritários e crescentes). Assiste ao processo de desproletarização industrial ao mesmo tempo e pelas mesmas razões que registra práticas ascendentes de trabalhos terceirizados. O desemprego é a explosão de trabalho informal refletem o coroamento de uma revolução que deixou excluídos aqueles que forneceram as ferramentas para tal.

As estatísticas têm sido enfáticas na apresentação dos números que conformam esta nova realidade do mundo do trabalho, onde o crescimento de serviços subcontratados, temporários e a explosão da economia informal<sup>20</sup>, revelam a outra face da revolução no padrão de acumulação, ao mesmo tempo que permitem ao capital soerguer práticas aparentemente enterradas com o desenvolvimento produtivo: a extração de mais-valia absoluta.

Isto significa, em outras palavras, que a preponderância do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, não representa a eliminação da extração de mais-valia, mas um deslocamento da concentração espacial das grandes unidades de produção para os espaços domésticos dos produtores de

mercadorias. Significa, portanto, que ao invés de pavimentar a ascensão de uma sociedade de novos trabalhadores (de trabalho materializado) mais livres e independentes, impôs, ao contrário, "uma forma de dispêndio de trabalho que levou às últimas conseqüências o trabalho abstrato(...) Noutras palavras, trata-se de uma forma transfigurada do salário por peça, que Marx analisou em "O Capital", como forma de pagamento que serviu de alavanca para o prolongamento do tempo de trabalho e rebaixamento dos salários" (Teixeira:1994;34-35)

Mais do que isto, refunda práticas associativas restritivas à construção de uma identidade de classe<sup>21</sup>, através de um envolvimento manipulatório, que reordena não somente a sociabilidade circunscrita à planta de fábrica, mas repercute tanto no papel reservado ao Estado, quanto nas organizações que serviram como entidades garantidoras de um modelo produtivo específico.

As organizações sindicais dos trabalhadores encontram-se, hoje, profundamente atingidas pelas transformações produzidas pela reestruturação produtiva. Foram estruturalmente abaladas não somente pelas múltiplas processualidades que transfiguraram a conformação da classe-que-vive-do-trabalho, reduzindo drasticamente o número de trabalhadores estáveis, mas também porque estas transformações introduziram a instabilidade como elemento recorrente das relações de trabalho.

O fosso existente entre os trabalhadores estáveis e aqueles trabalhadores precários redimensiona o papel reservado às entidades sindicais daqueles que vivem do trabalho. As proporções inverteram-se assustadoramente, desde o exército industrial de reserva de outros tempos e o exército dos desempregados crônicos dos tempos atuais<sup>22</sup>. Resulta daí que as respostas sindicais restritas às ações corporativistas, realimentam o fosso entre os estáveis e os temporários e assim, mais do que preservarem conquistas parciais, afrontadas pelas exigências da flexibilização



produtiva, acabam por estimular divergências no interior da própria classe, as quais assumem formas discriminatórias, racistas e distanciadas de movimentos autônomos dos próprios trabalhadores. E em absolutamente nada contribuem para a organização dos desorganizados e a construção da solidariedade e do sentimento de pertencimento da classe.

Assim, mais do que travar importantes lutas no sentido de alargar socialmente o desfrute das revoluções tecnológicas, através do "tempo livre"<sup>23</sup> é preciso forjar alternativas para além do capital. Como afirma Ricardo Antunes, "a luta da classe-que-vive-do-trabalho é central quando se trata de transformações que caminham em sentido contrário à lógica da acumulação de capital e do sistema produtor de mercadorias"(1994a;92).

A constituição, no entanto, de uma alternativa para além do capital, encontra-se significativamente **marginal** nos dias atuais. As profundas transformações que marcaram as últimas décadas, provocaram revoluções não apenas nas relações produtivas mas, conjuntamente, nas opções ideológicas abrangentes e nas formas associativas.

As fronteiras ideológicas através das quais os projetos sociais adquiriam sentido e orientavam opções, encontram-se congeladas do ponto de vista da penetração social mais ampla. Tanto é assim, que o projeto **socialista** - que objetiva a supressão da propriedade privada e a prática democrática - encontra-se hoje desacreditado a partir das experiências da União Soviética e dos países do Leste Europeu, onde o "socialismo real" praticou a propriedade estatal e autoritarismo do partido; a **social-democracia** que pretende um maior equilíbrio entre capital e trabalho e, portanto, não propõe rupturas no modo de produção erigido sobre a propriedade privada - tem regido sua atuação pela agenda neoliberal<sup>24</sup>. O que significa dizer que a hegemonia conquistada pelo neoliberalismo alcançou o ideário da social democracia e tem hoje efetivado suas propositivas, também, através da vestimenta social-democrata. Rompendo com

o reconhecimento da legitimidade das organizações sindicais daqueles que vivem-do-trabalho<sup>25</sup>, peculiar ao Estado do Bem-Estar, os retóricos social-democratas<sup>26</sup> têm-se desdobrado na tentativa de pôr a cabo o desmantelamento dos sindicatos e a redução do Estado Keynesiano, no que concerne às políticas sociais. O projeto **liberal** - seja sob a denominação que for - move-se com a desenvoltura dos favorecidos pela conjuntura atual. Assentando suas bases sobre o individualismo proprietário, conforme já analisamos no tópico 2 deste capítulo, o liberalismo implementa sua política, aproveitando-se do refluxo dos projetos alternativas e da hegemonia que, por consequência, conquistou.

As consequências deste quadro político, onde o neoliberalismo goza de penetração social, e os projetos alternativos encontram-se subordinados ou marginais, é que as ações de **satanização do Estado** (conforme expressão de Boron), tem permitido aos novos liberais ataques contundentes às políticas sociais e às organizações dos trabalhadores.

Assim, quando Draibe identifica dois momentos da ofensiva neoliberal, frente às políticas sociais, cujo objetivo é desmantelar os sindicatos e os movimentos organizados da sociedade, *quebrando-lhe a espinha dorsal*, é possível compreender o veio antidemocrático que está no cerne do projeto dos novos liberais, os quais não toleram e não reconhecem outros interlocutores externos à própria classe.

Segundo Draibe, esta dura ofensiva tem seu ápice nos governos de Reagan e Thatcher, protótipos deste primeiro momento. A atenuação desta ofensiva, no início da década de 90, responde aos desafios do desenvolvimento do capital, o qual exige, por exemplo, níveis de educação adequado aos processos de modernização e competitividade capitalista. Por outro lado, objetivam a preservação da ordem e da estabilidade social (Draibe, 1993;62).

Retira-se daí que, embora possa ser possível distinguir um momento de relativa atenuação da ofensiva neoliberal, sobre a universalização dos direitos e a política obstinada de render seus inimigos, esta atitude apenas reflete táticas subordinadas à estratégica liberal sobre a qual se orientam seus ideólogos. E estas táticas estão inscritas, é preciso que se registre, dentro das lutas travadas entre os interesses do capital e os interesses daqueles que vivem do trabalho.

Não é despropositado, portanto, o alerta que faz Ricardo Antunes para a "ocidentalização" do toyotismo sob o *welfare state*. Como ele afirma: "Menos do que a **socialdemocratização** do toyotismo, teríamos uma **toyotização** descaracterizadora da socialdemocracia." (1994a;25-26-Grifos do autor).

#### IV - A derrocada do "socialismo realmente existente"

O ano de 1989 é pródigo em transformações de alta significância. A derrocada do "socialismo real" e o comprometimento daqueles países comunistas que resistem, representou mais do que o grito triunfal do capitalismo: instaurou uma Nova Ordem Mundial, com seus desdobramentos para a instabilidade das relações internacionais e, principalmente, jogou na orfandade inúmeros socialistas do mundo todo, desorientados ante a derrubada do Muro de Berlim e a propalada superação do marxismo. Como disse Robert Kurz: "Nunca houve tanto fim" (1992:16). A questão que nos impõe, portanto, é compreender sobre qual **começo** está encerrado este fim, pois como ensina a dialética, a identidade dos elementos registra-se, também, pelo seu contrário.

Abordar os acontecimentos ocorridos no Leste Europeu não é uma tarefa fácil. Não só porque fazem parte da história recente, e como tal, seus desdobramentos ainda estão se constituindo, como também porque as análises

sobre a experiência socialista e as razões de sua queda são heterogêneas e, inclusive, contraditórias.

Existe um número extenso de análises que, sob o propósito de destacar as causas do colapso do *socialismo realmente existente*, acabam por encapsular o projeto socialista nas experiências realizadas neste campo, e assim, ao invés de prescrutar seus erros e limites, terminam na melancólica aquiescência, que reside em apontar a superioridade do mercado e a inviabilidade do socialismo.

As críticas, entretanto, ao distanciamento entre o projeto socialista e o modelo soviético, que depois espalhou-se pelos demais países componentes do bloco comunista, já era apontado tanto por Lênin, sobre a *deformação burocrática*, quanto por Trotsky, como foi objeto, também, de fecundas observações por parte de Rosa de Luxemburgo, sobre a asfixia da democracia<sup>27</sup> soviética e sua conseqüente ruptura com a Revolução Socialista.

No livro ***A Revolução Traída***, Trotsky aponta a degeneração do Estado Operário em uma burocracia descolada e sobreposta aos trabalhadores, e em nome dos quais exercia seu poder. Como disse Quartim de Moraes, ao invés da *"direção política da sociedade pela classe operária organizada, isto é, em vez da ditadura da classe, havia na Rússia soviética a ditadura do Partido Bolchevique."*(1994;68) Um partido que, segundo Trotsky, ao abdicar do ***centralismo democrático*** como princípio elementar da sua existência, e sobre o qual retirava sua legitimidade e vitalidade, agudiza um processo degenerativo que é a *"razão e a conseqüência da burocratização do Estado."*(1980;68)

Ao tornar-se impermeável aos interesses da sociedade, consolidou-se autoritário. Para manter-se dominante (não dirigente, no sentido gramsciano), instituiu a repressão como meio e a horizontalidade como forma. Selou assim a *"vitória da burocracia sobre as massas"* (1980;75) O saldo desta vitória atingiu não somente a prevalência de desigualdades

salariais, privilégios arbitrários, fomentando antagonismos no seio da própria sociedade, mas, fundamentalmente, aprofundando o fosso entre os ideais socialistas e a experiência concreta implementada pelos Partidos Comunistas nos países em que os *meios de produção foram estatizados*.

Neste sentido, é possível detectar dois eixos analíticos dentro da interpretação que recusa o sinal de igualdade entre a experiência do socialismo real como a implementação do projeto socialista: elas residem tanto sobre a permanência da sociedade do trabalho<sup>28</sup>, como na não-realização da socialização<sup>29</sup>, seja dos meios de produção, seja das formas de governo, as quais são inseparáveis e partes do mesmo processo. No outro extremo, estão as análises que recusam diferenciação entre o existente e o idealizado, reiterando assim o fracasso da experiência como fracasso do projeto. A consequência entre uma e outra interpretação, aponta extremos que não se tocam, mas se reconhecem como parte do todo: a primeira conduz a reafirmação do ideal socialista como potencialidade histórica; a segunda traduz-se no aspirado "*fim da história*", que afirma o fim das ideologias e dos projetos alternativos.

Como acreditamos que os homens fazem a história, mesmo que em circunstâncias e resultados muitas vezes adversos, optamos por abordar, sucintamente, as análises que procuram compreender as razões da degeneração da Revolução de Outubro em uma experiência burocrática e autoritária, marcando rupturas inconciliáveis entre o ideal socialista e o modelo de comunismo de Estado gerido até então.

Robert Kurz (1992), em um instigante estudo sobre o *socialismo de caserna*, identifica na permanência da sociedade do trabalho, as razões que levaram à derrocada as experiências comunistas. E é pela mesma razão que embora reconhecendo a vitória relativa do mundo ocidental, refuta com veemência, o triunfo do capitalismo: "...não está sendo substituído agora um modelo social e econômico errado por um modelo correto, o que poderia

conduzir à paz e ao bem-estar, mas sim está se impondo de forma abrangente a lógica de crise do sistema produtor de mercadorias. O colapso dos "mercados planejados" é apenas uma parte dessa crise global." (142)

Ao preservar a lógica da produção de mercadorias para superar o atraso das condições produtivas da Rússia atrasada, foi mantido, segundo autores como Kurz e Naves, igualmente "**o núcleo duro das relações capitalistas**" (Naves, 1994;71) que manteve a relação de exterioridade entre a produção e o trabalhador, e suas conseqüentes rupturas entre elaboração e execução, peculiar ao fordismo/taylorismo. Na expressão de Kurz, cumpriu o Partido Bolchevique o papel de promover o **capitalismo recuperador** na Rússia atrasada. (1992;54)

É, entretanto, sobre estes aspectos que as interpretações começam a tecer suas diferenças. Conforme Ricardo Antunes, as formulações de Kurz, "**acertam no essencial, no diagnóstico da crise dos nossos dias e falham nas visualizações, nas proposições, no modo de caminhar para além do capital**" (1994b;138-Grifos do autor). Isto significa que ao perseguir a lógica do objeto - crise do sistema produtor de mercadorias -, Kurz resvala numa análise totalizante, que não apreende a **subjetividade**, isto é, a ação e resistência dos sujeitos sociais inseridos dentro desta lógica fetichista do mundo produtor de mercadorias. Resulta disso que a crítica de Kurz ao trabalho abstrato não apreende a **dupla dimensão** contida na categoria trabalho, isto é, **trabalho abstrato** e **trabalho concreto**. A conseqüência desta não apreensão acaba por aproximá-lo de autores que afirmam a superação da centralidade do trabalho<sup>30</sup>, pelo esgotamento da sociedade do trabalho abstrato. As implicações destas conclusões remetem à recusa da possibilidade de rebeldia, fundado no antagonismo entre a **totalidade do trabalho social** e a **totalidade do capital**. (1994b;139)

Ao perseguir a lógica objetiva do mundo produtor de mercadorias, autores como Kurz e Aued(1993) acabam por superestimar as condições

objetivas e subestimar a subjetividade dos sujeitos sociais. Isto permite tanto a Kurz quanto a Aued, fazer afirmações totalizadoras sobre a ação dos indivíduos, onde independente da subjetividade, as condições objetivas condicionam uma única forma de atuação. Concluem daí a indiferença entre Stálin e Trotsky, subjugados e sinônimos dentro de uma mesma realidade.

Incorre-se assim, numa espécie de fatalidade histórica que não só justifica a degeneração do Estado Operário em uma burocracia arbitrária e privilegiada, quanto, sob outra forma, se argumenta da inviabilidade de outra espécie de experiência naquele momento específico. Em outras palavras: foi o que poderia ter sido naquelas condições objetivas. Ao engessar a vontade política dos homens, não só legitimam a experiência soviética, como comprometem as possibilidades históricas que se reafirmam pela análise assentada sobre o que foi e o que poderia ter sido.

E assumir esta experiência como a única possível naquelas circunstâncias, significa avalizar, entre outras coisas: o culto ao trabalho<sup>31</sup> sob orientação taylorista; a permanência da lógica da produção capitalista; o limite da estatização dos meios de produção, sem jamais alcançar sua socialização; a transmutação da ditadura da classe em ditadura do partido; a repressão e a violência em contraposição à liberdade e à democracia socialista; enfim, representa dizer legítima uma burocracia que elevou-se acima da sociedade para retirar da sua condição de poder dominante, sua arbitrariedade e seus privilégios.

Importa anotar, no entanto, que o rompimento entre o projeto socialista e o modelo soviético (que Miglioli, 1994; denomina de terceira alternativa) não foi um processo degenerativo pacífico. A presença da vontade política, ou em outras palavras, da subjetividade, manifestou-se na mesma proporção em que a violência foi instituindo-se como forma de relação entre sociedade-burocracia. A história das arbitrariedades contra povos inteiros<sup>32</sup>, da eliminação dos opositores, da condenação aos trabalhos

forçados na Sibéria, são algumas das páginas mais trágicas de uma experiência que se constituiu para libertar os homens, não para subjugarlos.

Porém, como contraface da força eleita como forma de eliminar opositores e silenciar críticas, esta mesma burocracia necessitou ceder às demandas universalizadas como meio de angariar tolerância social. Isto é, a sociedade, em que pese carências e a economia de guerra permanente, usufruía de pleno emprego, assistência social, seguridade, infra-estrutura, educação, saúde, etc, além de diferenciais salariais reduzidos (principalmente quando comparados ao quadro ocidental, em particular ao Terceiro Mundo). Isto representa, do ponto de vista cultural, uma valoração positiva da igualdade como elemento societal. Não é por acaso que as maiores incógnitas sobre os desdobramentos da ocidentalização das sociedades comunistas, recaiam, com especial atenção, sobre as reações possíveis aos custos sociais e econômicas deste processo<sup>33</sup>.

Portanto, se podemos dizer que o *socialismo realmente existente* não realizou o *sócialismo* na medida em que não socializou nem os meios de produção, nem os meios de governar, a experiência dos países comunistas não pode, simplesmente, ser considerada como a extensão do capitalismo, em que pese sua crescente degeneração.

Alguns autores falam do "*capitalismo recuperador*" (Kurz,1992); outros falam do "*capitalismo de Estado*" (Naves;1994), para explicar a ação e poder do Estado burocrático nos países comunistas. Porém, é necessário considerar que os meios de produção são estatizados e mesmo que este Estado esteja nas mãos de uma burocracia que se auto-eleva sobre a sociedade, utilizando o aparelho do Estado como espaço privado, esta burocracia "*não tem títulos nem ações, recruta-se, completa-se e renova-se, graças a uma hierarquia administrativa, sem ter direitos particulares em matéria de propriedade. O*



*funcionário não pode transmitir aos seus herdeiros o seu direito à exploração do Estado." (Trotsky,1980;173)*

Antes que um Estado capitalista, é possível reconhecer uma sociedade que conjuga elementos anti-capitalistas com a subordinação à lógica do sistema produtor de mercadorias. Trata-se, assim, de **sociedades híbridas**, nem socialistas, nem capitalistas (Antunes, 1994c;83) que embora orientadas pelo poder do capital, e como tal voltadas para a acumulação, não são sinônimas de sociedades capitalistas, já que a acumulação objetivada pelo capital *"pode ser garantida por diferentes caminhos"* (1994c;82).

Ao defender e realizar o *"socialismo num só país"*, a burocracia soviética não apenas estava cumprindo parte de um acordo para a estabilidade mundial, como estava consolidando o isolamento da Revolução de Outubro e suas possíveis transformações em direção à realização socialista. Estava, desta forma, comprometendo suas possibilidades de existência, na medida em que permanecia, isolada e desigualmente, inserida dentro das relações internacionais geridas pelo capitalismo. Se conjugarmos estes elementos às condições internas das sociedade comunistas, onde o custo da manutenção da burocracia no poder foi, além da repressão e da arbitrariedade, o congelamento progressivo das pesquisas, circunscritas ao pragmatismo *"vermelho"*, que como dizia Trotsky, *"tem um medo supersticioso de tudo o que não a serve e de tudo o que não compreende."* (1980;126).

Se a *"perestroica"* e a *"glanost"* pretendeu re-orientar a economia e a política na era Gorbachov, e se os desdobramentos destas medidas redundaram nos acontecimentos explosivos de 1989, é possível reconhecer aí não somente o esgotamento das condições objetivas, mas também a ação orientada pela subjetividade dos homens, que não mais queriam continuar como antes. Assim, ao identificar toda a repressão e carência vivenciada como sinônimo de socialismo, sua ojeriza não só dirige-se aos símbolos socialistas, como orientam-se em direção oposta: optam pelo capitalismo.

Como afirma acertadamente Eric Hobsbaw, "*o que quer que Stálin tenha feito aos russos, ele foi bom para o povo comum do Ocidente*"(1993;103). Isto é, a Revolução de Outubro e seus êxitos econômicos até início dos anos 60, foram não só o principal referencial para o movimento operário, como pelo outro extremo, sinônimo de medo para as classes dominantes dos países centrais. Em outras palavras, "*o socialismo realmente existente*" foi o grande responsável pela implantação do Estado do Bem-Estar nos países ocidentais. Foi o medo um importante combustível para a universalização dos direitos sociais.

Resulta daí, que o desmoronamento da potência socialista associado à crise do capitalismo (que tem imposto um movimento de ataque aos direitos sociais e de retração democrática) e a tendência dos países em processo de "*ocidentalização*", está traçada dentro do quadro mundial de hegemonia neoliberal e suas implicações sociais e políticas. Não é por acaso, portanto, que intelectuais proeminentes, defensores do mercado e da democracia (como apropriação liberal), têm exercitado sua capacidade intelectual na conjunção de variáveis capazes de assegurar o êxito das reformas e a administração das prováveis reações sociais aos custos da sua implementação<sup>34</sup>. Assim como também não é casual a constância do paralelo entre as sociedades pós-comunistas e os países do Terceiro Mundo.

A crítica de Adam Przeworsky (1994), por exemplo, sobre a inviabilidade do planejamento estatal, assentada sobre o egoísmo dos indivíduos, não ultrapassa a fronteira da sociedade capitalista. Como dizia Marx: "*a riqueza espiritual do indivíduo depende da riqueza de suas relações. (...) os indivíduos fazem-se uns aos outros, tanto física como espiritualmente, mas não se fazem a si mesmos.*" (Marx, 1987; 54-55)

Desta forma, a reivindicação social-democrata como única alternativa viável para corrigir os desmandos do capitalismo, apresentada pelos mais variados autores - tanto os que renunciaram ao projeto socialista, quanto

aqueles que nunca o defenderam - esbarra tanto nas tendências mundiais<sup>35</sup> do capitalismo, quanto na instabilidade das relações internacionais provocada pelo término da Guerra Fria<sup>36</sup>, que abriu uma nova etapa de **aventurismo**, conforme expressão de Hobsbawm(1993).

Em síntese, a "*Revolução Recuperadora*" de que fala Habermas (1993) e as velhas reivindicações de 1848 (Enzensberger;1993), que mobilizaram as sociedades comunistas em direção a conquistas democráticas, não permitem o grito triunfal do capitalismo e, muito menos, a redução do socialismo a um "*conceito limítrofe*" (Habermas;1993) ou um mero **corretivo** contrário ao capitalismo, "*dentro do próprio capitalismo*", como deseja Robin Blacknurn (1993;13). Não somente porque a crise do capitalismo contemporâneo atenta contra qualquer pretensão de estabilidade social ou irreversibilidade democrática - onde os excluídos atingem números cada vez mais assustadores -, como também porque o ideal socialista permanece vivo, e sua marginalidade circunstancial não eliminou sua possibilidade histórica.

## NOTAS

1 A "Nova Desordem Mundial" é uma expressão utilizada por Eric Hobsbawm, para dar conta da instabilidade mundial que se apresenta a partir do fim da Guerra Fria, quando a existência de duas superpotências permitia a existência de um relativo equilíbrio nas relações internacionais. Conforme palestra proferida, sob o mesmo nome, em 16/12/1992 - UFSC - mimeo.

2 É necessário ratificar que o conceito de democracia que orienta nossa leitura dos processos históricos, está assentada sobre a socialização do poder político, econômico e social, conforme apresentado na Introdução deste trabalho. E é sob esta compreensão que os movimentos de retração e expansão estão inseridos.

3 *"Durante um quarto de século, o imperialismo foi levado a se livrar gradualmente do sistema colonial, a passar da dominação direta à dominação indireta sobre os países semicoloniais e dependentes, sem modificar, salvo de modo marginal, a partilha da mais-valia mundial entregue a burguesia imperialista e as classes proprietárias dos países semicoloniais. (...) obrigou a conceder às classes dominantes dos países da OPEP uma parte consideravelmente maior da mais-valia mundial através da brusca e enorme elevação dos rendimentos com petróleo (...) estima-se algo em torno de 7% a 8%". Mandel, Ernest. A crise do capital. Pág. 222*

4 Cueva cita entre vários movimentos geograficamente localizáveis, confrontos diretos ou não, mas que estão inscritos dentro do mesmo ideário de libertação do jugo imperialista: Vietnã, Camboja; Laos; Angola, Moçambique, Etiópia, Iêmen do Sul, Afeganistão, Irã, Nicarágua, Granada. - Pág. 34

5 Estas estratégias, que atendem pelo nome de **Conflito de Baixa Intensidade** (ou Doutrina Reagan), trafegam prioritariamente na direção da contra-insurreição. Este tipo de conflito não convencional, se orienta não só pelos propósitos políticos, sociais e econômicos, mas objetiva um êxito psicológico, através de vários mecanismos de sabotagem, terrorismo, guerrilha, subversão, operações militares e paramilitares, de **Baixa Visibilidade**, que mescladas ou não com pressões diplomáticas, econômicas e psicossociais, não requerem o envolvimento de um efetivo militar por tempo prolongado. Gregório Selser (1989) faz um interessante trabalho sobre as estratégias e táticas implementadas sob o signo do Conflito de Baixa Intensidade, a partir, principalmente, de conferências e documentos do próprio Exército Americano. - Pág. 39 a 63.

6 Conforme Andrew Hurrel, é possível identificar três abordagens existentes sobre o apoio externo à democratização: a realista (mais instrumental); a liberal pluralista (autodeterminação relativa) e a liberal cosmopolita (internacionalização direitos humanos). Apoio externo à democratização e a ordem internacional in Estado, Mercado e Democracia (1993) - Págs. 70 a 78

7 A questão da dívida externa é constantemente abordada pelos escritores mais comprometidos com a perspectiva anti-imperialista, a partir da ênfase na impossível equação entre pagamento da dívida e consolidação democrática. Entre eles é possível citar: Agustín Cueva, Guilherme O'Donnell e Atilio Borón. A referência à dívida externa, apontando suas conseqüências sobre os limites da consolidação democrática, porém sem assumir posição pelo não pagamento é feita, por exemplo, por Andrew Hurrel. Todos *op.cit.*

8 Ernest Mandel no seu livro sobre A crise do capital - os fatos e sua interpretação marxista, identifica a crise de 1974/75 como crise de superprodução. Neste sentido, a eclosão da recessão generalizada deste período (*ondas largas com tendência à estagnação*), já estava inscrita dentro de um ciclo recessivo que iniciara com a recessão parcial de 1970/71 e que se prolongou com o boom especulativo de 1972/73. *"Tanto as capacidades de produção cada vez mais ociosas como a inflação que toma impulso o mostram incontestavelmente. Ora, esses dois movimentos precedem a quadruplicação do preço do petróleo pelo OPEP (...) Esta alta do preço do*

petróleo não é, portanto, nem a causa, nem mesmo o detonador imediato da recessão. É no máximo um fato adicional que amplifica a gravidade da crise". - Pág. 38

9 John Saxe-Fernández (1989) lista algumas empresas que participaram ativamente da campanha contra a dissuasão e a favor do rearmamento, como forma de garantir a "paz". São elas: General Motors, Rockell, Martin Marietta, McDonald Douglas e General Electric. - Pág. 75

10 A apresentação das principais características do Estado Keynesiano (ou Estado Benfeitor), fundamentam-se em Atilio Borón (1994): Estado, capitalismo e Democracia na América Latina; Adam Pzeworsky e Michael Wallerstein (1988): O Capitalismo Democrático na encruzilhada. Novos Estudos CEBRAP; e Francisco J. S. Teixeira (1994): A crise e reestruturação produtiva na década de setenta.

11 A preocupação com o direito do proprietário, na sociedade contemporânea, é abordado por Robert Dahl, ao apontar a tirania da maioria sobre a minoria na sociedade democrática. Este autor expressa o temor dos minoritários que são proprietários frente à maioria não proprietária. A saída proposta por Dahl reside na heterogeneidade de interesses, expressa em uma sociedade pluralista. Segundo ele, *"o pluralismo, conjugado com a maximização da liberalização e da participação, permite o funcionamento simultâneo da democracia liberal no mundo da política e do mercado na esfera da economia."* Conforme Alberto C. M. Almeida. (1993;6)

12 A ação contra a progressividade dos impostos, encontra sua forma prática mais visível, na proposição da instituição do Imposto de Renda com alíquota única. Kuntz (1993;60)

13 Esta reflexão é feita por Sônia Draibe (1993), no seu artigo sobre As políticas sociais e o neoliberalismo. O trabalho de Rolf Kuntz (1993) O liberalismo é um integrismo situa-se dentro da concepção de revivescência do liberalismo clássico, ou nas suas palavras: *Quanto ao neoliberalismo, só é novo por ser uma forma de integrismo.* - Pág. 57

14 Conforme palestra no **Seminário sobre pós-neoliberalismo** realizado na UERJ, nos dias 13 a 16 de setembro de 1994.

15 Esta apresentação sucinta sobre os padrões de acumulação está fundamentada, especialmente, no trabalho de Ricardo Antunes (1994a): Adeus ao Trabalho?; Helena Hirata et alii (1991): Alternativas sueca, italiana e japonesa ao paradigma fordista: Elementos para uma discussão sobre o caso brasileiro; e Francisco José Soares Teixeira (1994): *Op. Cit.*

16 Alguns autores compreendem o toyotismo como um "fordismo híbrido", na medida em que observam a conservação de elementos do fordismo no modelo japonês. Conforme Helena Hirata. *Op. Cit.* - Pág. 165

17 Conforme Benjamin Coriat (citado por R. Antunes), o advento do toyotismo reside em 4 fases fundamentais: a primeira como resultado da introdução na indústria automobilística japonesa, da operação simultânea de várias máquinas pelo trabalhador; a segunda devido à crise financeira, de aumentar a produção sem aumentar o número de trabalhadores; a terceira, a importação de técnica de Kaban dos supermercados americanos; a quarta, a necessidade de enfrentar o combativo sindicalismo japonês. *Op. Cit.* - Pág. 13 a 15

18 Conforme o belíssimo trabalho de Ricardo Antunes (1994a), é necessário compreender a dupla dimensão contida no trabalho, o que permite que a *"crise do trabalho abstrato (produção de valor) seja entendida equivocadamente como a crise da sociedade do trabalho concreto (produção do valor de uso)."* - Pág. 81

19 A burguesia só pode existir se constantemente revolucionar os meios de produção e, portanto, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais." Karl Marx (1986): Manifesto do Partido Comunista. - Pág. 21

20 R. Antunes citando André Gorz, afirma que "aproximadamente 35 a 50% da população trabalhadora britânica, francesa, alemã e norte-americana encontra-se desempregada ou desenvolvendo trabalhos precários, parciais." - Pág. 38-39

21 Ricardo Antunes (1994a), analisando as transformações na formação da força de trabalho mundial, afirma que "...se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre o indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero, tornaram-se mais agudas na era contemporânea." - Pág. 50

22 O livro de Robert Kurz (1992) sobre o Colapso da Modernização é contundente na apresentação de dados sobre o quadro de pobreza mundial e as perspectivas de desemprego e miséria para os anos vindouros. Particularmente as páginas 145 a 153.

23 André Gorz (1992), num interessante artigo, apresenta as duas propostas opostas, que aglutinam partidários de esquerda e direita, sobre o direito ao rendimento mínimo garantido aos desempregados permanentes, resultantes do darwinismo social: Os liberais propõem um imposto de renda negativo, que permita o mínimo aos indivíduos sem recursos. Porém, exigem que tal garantia seja precedida da eliminação de outras formas de proteção social. A concepção da esquerda está no front oposto e reside na observação de um direito indissolúvel: direito ao rendimento e direito ao trabalho. O ponto de partida é a redução das horas trabalhadas. in Quem não tiver trabalho, também terá o que comer

24 A subordinação da prática social democrata ao projeto neo-liberal é apontado por autores como R. Antunes (1994a): *Op. Cit.*; Perry Anderson (1994), conforme palestra já citada. Atílio Borón (1994)*Op. Cit.* e Agustín Cueva (1990):*Op. Cit.*

25 Esta conceituação empregada por R. Antunes não está restrita àqueles que efetivamente trabalham, ou seja, os empregados. Esta conceituação, na verdade, abrange a totalidade daqueles que não possuem os meios de produção e como tal, necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver.

26 Fernando Henrique Cardoso (1990), em um artigo bastante elucidativo sobre o caminho a seguir pela social-democracia na América Latina, após interessante análise sobre as particularidades da região, atenta para a necessária restrição à prática corporativista, que, segundo o autor, ao defender interesses parciais, comprometem a universalização dos benefícios. De acordo com FHCARDOSO, há que "não descuidar da produção (da eficiência, da produtividade, da necessária ligação entre distribuição e produção)." in Os desafios da social-democracia na América Latina. Novos Estudos CEBRAP.

27 A repressão da vida política em todo o país mutilará cada vez mais a vida nos soviets. Se não houver eleições gerais, se não houver irrestrita liberdade de imprensa e de reunião, se não houver um debate livre de opinião, deixará de haver vida em todas as instituições públicas. Passa a haver um mero simulacro de vida, mantendo-se a burocracia como único elemento ativo." Rosa de Luxemburgo Apud Robin Blackburn (1993).

28 Os autores sobre os quais referenciamos nossa análise sobre a manutenção da sociedade do trabalho no socialismo real, são Robert Kurz (1992); Idaletto Aued (1993) e Márcio Bilharinho Neves (1994).

29 Dentre os autores utilizados mais incisivos sobre a ruptura entre a democracia e socialismo como razão da derrocada das experiências realizadas estão Ricardo Antunes (1994c);

Eric Hobsbawm (1993); José Paulo Netto (1994); Jorge Miglioli (1994); João Quartim de Moraes (1994); Frederic Jameson (1993) e Ralf Miliband (1993).

**30** Sobre o **fim da sociedade do trabalho** destacam-se autores como André Gorz, Jürgen Habermas e Claus Offe.

**31** Tanto Kurz quanto Aued retratam a existência do valor trabalho (abstrato) como parte da sociedade soviética. A diferença é que enquanto Kurz traça um paralelo crítico entre a Ética Protestante de Weber e a defesa taylorista de Lênin; Aued justifica a orientação de Lênin como parte da realidade econômica que precisava ser desenvolvida.

**32** O texto de Jacob Gorender (1994) sobre as condições históricas da União Soviética é bastante rico para a compreensão da sua formação histórica e dos seus desdobramentos sob o jugo de Stálin, particularmente.

**33** Joan Nelson (1993); Laurence Whitehead (1993); Andrew Hurrell (1993), são autores que abordam as possibilidades de desestabilização democrática frente aos custos sociais e o efeito demonstração da realização social nos países ocidentais, tornadas inatingíveis para parte significativa dos indivíduos "ocidentalizados".

**34** Em particular Adam Pzeworski (1994) e László Bruszt (1993).

**35** Robert Kurz (1992) denomina de "triste **reunificação** atual da social-democracia global", onde critica o "salto mortal ideológico" feito pelos partidos que abandonaram os símbolos da foice e do martelo, para aconchegarem-se sob a égide social-democrata. Segundo o autor, "esse fenômeno fantasmagórico evaporar-se-á à medida que também no Ocidente a função de modernização da social-democracia e a propaganda de assimilação social acabará numa crise evidente. O "modelo sueco", por exemplo, que é tratado como perspectiva por ingênuos ex-leninistas já está agonizando na sua terra natal." - Pág. 53 (Grifo do autor)

**36** Eric Hobsbawm fez referência não só aos conflitos já deflagrados no Golfo Pérsico, por exemplo, ou às guerras civis étnicas e a crise no Oriente Médio, como também à força hegemônica representada pela Alemanha, a qual tem "um perigoso assunto não concluído: a recuperação de grandes territórios perdidos em 1945 para a Polônia e para a União Soviética." (1993;104-105)

## CAPÍTULO II

### QUAL DEMOCRACIA?

Parte da latinidade Terceiro-Mundista, o Brasil não tem demonstrado, assim como seus pares, um apego significativo à democracia. A história brasileira está permeada por períodos de normalidade democrática e períodos ditatoriais. Ainda que durante a vigência da democracia, as conspirações golpistas tenham inscrito suas fracassadas tentativas. Como diz Otávio Ianni, *"no Brasil, sob diversos aspectos, a democracia é uma planta que pouco se cultiva"*. (1989;109).

Esta *planta pouco cultivada* que foi suprimida durante longos períodos da história brasileira, será o fio condutor deste capítulo. Mais do que resgatarmos a formação e o conteúdo ideológico do empresariado nacional e do Partido dos Trabalhadores, trata-se de resgatarmos, concomitantemente, elementos da história brasileira que conferem a cada um deles, personalidade social.

Cumprido este capítulo, portanto, papel fundamental para a compreensão do presente trabalho, na exata medida em que somente apreendendo as particularidades destes sujeitos sociais, pode-se avaliar não somente sua responsabilidade histórica pelos descaminhos e fragilidades da democracia brasileira, mas também a qualidade das mudanças que envolvem ambos e que, na prática, reorientam suas relações.

A análise das posições e declarações durante o processo da Assembléia Nacional Constituinte(ANC), representa muito mais do que um momento privilegiado para a captação do conteúdo democrático do Partido e do empresariado; representa um momento de inflexão significativa frente a um ordenamento que se faz democrático e que exige, de ambos, novos posicionamentos e posturas.



### I - A transição transada de todos com quase todos

Depois de 21 anos de ditadura militar no Brasil, em 15 de março de 1985, é re-instaurado, formalmente, o regime democrático brasileiro. Mesmo que pelas ironias da história, o governo civil da democracia (re)conquistada, não tenha sido o produto da vibrante e massiva vontade popular que encheu praças em todo o Brasil, no movimento pelas Diretas-Já, mas resultado de acordos interpartidários pela **eleição indireta** no Colégio Eleitoral. E é através dos passos contraditórios desta incipiente democracia que o caráter da consolidação democrática vai tecendo suas possibilidades. Guilherme O'Donnell, em um interessante estudo sobre as transições (1988a), vai descortinando não somente os paradoxos da instauração do regime democrático, mas, inclusive o quanto de continuidade/regressão está inscrito na retomada pela normatividade democrática nos países em processo de transição.

O Brasil, de acordo com O'Donnell, faz parte da segunda categoria de transições, ou seja, é aquela que se inscreve a partir de um relativo êxito econômico e pela baixa repressividade política (em comparação com outras, mais atroz). Isto confere à transição brasileira a forma pactuada, ou, nas palavras de O'Donnell, uma **transição transada**. E é sobre esta forma, oposta àquelas *por colapso*, que suas particularidades e seus comprometimentos vão se conformando. Em outras palavras: o pacto de re-democratização feito pelas elites políticas e econômicas, impedindo o **desbordamento popular**, canalizado no movimento das Diretas-Já, implica na continuidade de atores autoritários na vida civil. Forma-se aí algo próximo<sup>1</sup> do conceito de Schmitter: **Democratura**, isto é, governo civil com soberania militar.

A memória social, portanto, que orienta o sentimento anti-autoritário que forma o capital político dos democratas, está atravessada pelas

experiências econômicas e repressivas do regime militar. No caso brasileiro, a política econômica que conferiu dinamismo ao desenvolvimento capitalista nacional e que, por conseqüência, trouxe ganhos relativos à classe média e, efetivos, ao empresariado, é aquela mesma que associada a uma repressão menos violenta, fundou uma memória social mais positiva e menos anti-autoritária. Esta memória coletiva se por um lado permite uma transição sem colapso, por outro fragiliza as condições fundantes da re-democratização, assim como consolidação.

O paradoxo da transição brasileira reside - sempre em acordo com O'Donnell - entre os traços mais amenos do regime militar e a debilidade na ruptura com a prática autoritária. A destrutividade de outros regimes, quando comparados ao vivenciado no Brasil, se por um lado, constrói uma memória social negativa do autoritarismo e convulsiona suas estruturas, formando uma consciência coletiva mais marcadamente anti-autoritária; por outro, está sujeito à "*morte rápida*", via novo golpe. A situação brasileira, no entanto, padece de uma ameaça regressiva oposta, isto é, a "*morte lenta*". Aquela regressão autoritária que vai, lenta porém progressivamente, corroendo os espaços de prática democrática, reduzindo o poder efetivo dos civis e comprometendo os direitos individuais e as garantias constitucionais.

A possibilidade desta regressão, ou sob outra forma, a permanência de uma democratização menor-de-idade, constantemente *inconstante* nas regras da vigência democrática e profundamente excludente na sua abrangência social, vão delineando uma transição que não atinge a consolidação da democracia. Ou seja, não se completa enquanto transição, permanecendo no primeiro estágio, qual seja, aquele que vai do regime autoritário à instalação do governo civil.

Um governo civil produto de uma forma anti-democrática de escolha, embora eleita em seu nome. Um governo civil que toma forma na figura de um

político profundamente identificado com o regime militar. Um governo civil, portanto, tranqüilamente assentado sobre as bases constitucionais autoritárias e pactuante com seu ideário.

A eleição indireta do governo civil através de acordos interpartidários, é a feição mais visível de um Legislativo afeito às práticas autoritárias e elitistas. É assim que a permanência da atividade parlamentar, subjugada ao Executivo durante o regime militar, aparece aí muito mais próximo do atraso do que do avanço democrático.

Nestas condições a manutenção da atividade Legislativa funcionou tanto como mecanismo seletivo das lideranças mais afinadas com o ideário autoritário, quanto como aparência de legalidade. A conjunção de ambas reforçou uma herança de práticas políticas elitistas, cuja forma objetiva atende pela ação clientelista para com o "povo" (a massa de indivíduos de que nos fala Matta) e de troca de prebendas, apoios e favores para com as "pessoas", seus pares e/ou poderes constituídos.

É nesta permanência que não confronta ameaças de fundo à maioria daqueles que permanecem na ativa, que a reciclagem das práticas tradicionais não encontra efetividade. Não só porque a conservação do espaço político por excelência permanece vigente - mesmo que cerceado -, mas porque o filtro social capaz de intervir no processo, questionando e reorientando práticas, está arbitrariamente silenciado pelo "rumor de botas", nas palavras de Eder Sader(1982). É preciso não esquecer que o golpe de 1964, conforme a maioria dos autores, constituiu-se como anteparo à ação das organizações coletivas, que extravasaram as fronteiras do populismo. Populismo que ao mesmo tempo que fundava sua sustentação na massa popular, a mantinha sob estreita menoridade política.

É assim que o "**Pacto Democratizante**", capaz de formar uma identidade social entre os francamente democratas, acaba forte e objetivamente diluído num pacto elitista de todos com "**quase**" todos. Às costas para a vontade

popular, mas em nome da restauração democrática, reúnem-se não somente os defensores tradicionais da democracia política, mas também os praticantes autoritários da regime que se finda.

O resultado deste acordo é tanto a permanência de antigos e representativos atores autoritários em postos-chave do poder civil, como o compromisso de não revisão do passado arbitrário do qual fazem parte. O pacto de silêncio sobre as profundezas autoritárias do regime militar, pavimenta os laços de sociabilidade, tanto na sua aparente neutralidade ou indiferença sobre o regime em vigor, quanto na manutenção de padrões autoritários nas mais variadas esferas das relações sociais. Simultaneamente, o padrão de relacionamento sociedade-Estado não supera as formas elitizadas e clientelistas que performaram as relações anteriores às mudanças institucionais.

Em outras palavras, a transformação significativa do regime militar para o civil sofre uma relativa diluição na consciência social, na exata medida em que a representatividade dos **notáveis** do mundo político, sofre pouca renovação. Da mesma forma, suas práticas patrimoniais que primam pela indistinção entre o privado e o público, persistem e renovam-se. Por outro lado, hermético às exigências democráticas dos sujeitos sociais emergentes, o Estado permanece como espaço privatizado.

Segundo Alberto Almeida (1993), são duas as principais organizações dos Estados autoritários, ambas burocráticas: a grande empresa e a burocracia pública. A forma de articulação entre ambas é feita, prioritariamente, através dos famosos "**anéis burocráticos**", descritos por Fernando Henrique Cardoso. A consequência da permeabilidade do Estado a setores sociais específicos é sua progressiva privatização. Formam-se assim ilhas de racionalidade que além de não contarem com procedimentos universais na elaboração e implementação das políticas estatais, não as sujeita ao controle público.

Portanto, se considerarmos a consolidação democrática como o enraizamento de "práticas previsíveis e regulares, habitual e generalizadamente acatadas" por instituições públicas "capazes de processar demandas de (pelo menos) todos os setores politicamente ativos da sociedade(...)de acordo com regras do jogo competitivo que excluem a eventual supressão desta competitividade."(O'Donnell,1988b;80), percebemos o quanto esta democracia ainda carece de avanços, mesmo para consolidar-se enquanto mera prática política. Trata-se, como atentam perspicazmente Figueiredo e Cheibub (1982), de um "**prefácio à democracia**", que embora goze de unanimidade sobre princípios elementares de liberdade e igualdade política, na prática objetivam-se em distinções que rejeitam não só o princípio da igualdade, mas também da liberdade. Refunda-se assim, sob o signo da democracia, outras formas discricionárias que selecionam legitimidade a alguns sujeitos coletivos, estabelecendo hierarquias sociais que distinguem os homens entre cidadãos de primeira, segunda e terceira classe. Tanto para a recusa quanto para a hierarquia, a forma mais tradicional e mais eficiente, repousa na **criminalização**<sup>2</sup> das ações políticas dos sujeitos sociais.

Contudo, em que pese o desejo daqueles que imprimem sua marca vitoriosa na história, esta não se conta pela soma de fatos, mas pelas disputas que se travam entre interesses que se opõem. E para cada avanço ou recuo inscrito nas páginas da história brasileira, se encontram no mínimo dois pólos opostos que disputam, palmo a palmo, a democracia política. Seja para alguns, como atentam Figueiredo e Cheibub, como ponto de chegada; seja para outros, como ponto de partida.

## II - Uma relação incestuosa: Estado & Empresariado

Walder de Góes, analisando os militares e a política, dentro de uma perspectiva de estratégia para a democracia, afirma que qualquer avanço no absentismo político das Forças Armadas está estreitamente atrelado ao avanço no absentismo do golpismo civil. Isto significa, em outras palavras, que *"a ação política dos militares reflete, simultaneamente, motivações próprias e de seus aliados externos"*(1988a;229). Motivações que refletem, não obstante, uma tradição autoritária do pensamento político e social brasileiro, que recusa tanto a existência do "outro", quanto dos conflitos inerentes ao desenvolvimento econômico e social.

Este entrelaçamento entre a ação civil e militar, enquanto recurso autoritário eficiente para a coibir avanços democráticos, está inscrito como parte fundante do capitalismo desenvolvido no país. Se considerarmos o período de 30 até os dias de hoje, a presença mais ou menos ostensiva da Corporação Militar guarda visibilidade incontestada. A diferença reside nos aliados preferenciais que esta Corporação faz a partir de 1964, priorizando alianças com as elites dominantes, principalmente econômicas<sup>3</sup>.

O que o Golpe de 64 revela, pela sua significância e conseqüências, é a unidade ideológica de uma aliança que objetiva fundamentalmente a formação de um tipo particular de Estado, onde o capital possa avançar imponente, sem oposição e resistência. Revela, portanto, um reordenamento radical do Estado, no sentido de torná-lo fechado, não só às demandas populares emudecidas pela força das baionetas, mas também pela reclusão do espaço privilegiado da política pela soberba da coerção. Assim, se é possível falar de um projeto militar que aspira ser sinônimo de projeto nacional, mesmo que através da força bruta, tal projeto é resultado não só da conivência de setores civis dominantes, mas da sua estreita colaboração.

Ao perseguir o poder do Estado como maneira eficiente de discipliná-lo à rigidez militar, adequando-o, portanto, ao fechamento da vida política, como mecanismo de desenvolvimento capitalista no país, a aliança civil-militar produziu não só uma ruptura institucional, mas uma ruptura com a forma mais adequada de Estado ao modo de produção capitalista, segundo Claus Offe (1984).

De acordo com este autor, o caráter de classe do Estado capitalista reside na forma orgânica de **seletividade** (portanto de exclusão), conjugando operações de positividade e negatividade. Ambas respondem ao equilíbrio entre, de um lado, a seleção positiva, que objetiva a proteção do capital de "si mesmo", ou seja, da articulação de interesses míopes, imediatos, fechados em si mesmos; e, de outro, a forma de seleção negativa, que reside na preservação do capital frente a interesses anti-capitalistas (1984;150).

A seletividade como forma orgânica do Estado capitalista se institucionaliza através de, no mínimo, quatro níveis: estrutural, ideológico, processual e repressivo. Segundo Offe, atuam estes níveis como um sistema de filtros, "um anteposto ao outro, cujo resultado, ou seja, atos soberanos concretos e processos políticos, é determinado pelas operações cumulativas de seleção deste sistema". (1984;151) Desta organização estatal seletiva resulta tanto a função classista do Estado, quanto sua aparente neutralidade. E é sob esta dupla ação que Offe precisa o problema estrutural do Estado: "Ele precisa simultaneamente praticar e tornar invisível o seu caráter de classe." (1984;163).

Assim, se o Estado capitalista é estruturado sob uma dupla seletividade, as quais objetivam a manutenção e reprodução do capital, torna-se o regime democrático, a forma mais adequada para a conquista da estabilidade social, através do método coletivo de participação política que, mesmo dentro de limites e ao preço de novas contradições, consegue

dissimular a contradição elementar entre a produção social e a apropriação privada.

Desta forma, quando a aliança civil-militar transforma o Estado numa instituição impermeável à sociedade, impedindo mecanismos de manifestação e intermediação política, mais ineficiente a função *ocultadora* do caráter de classe do Estado. E mais visível socialmente a identidade entre Estado e capital.

Se o Estado atuou, desde o primeiro momento, como organizador e fomentador do desenvolvimento capitalista no Brasil, sua identidade de classe foi constante ocultada pela forma de gerenciamento político, que embora não fosse propriamente democrático, considerava as aspirações populares, mesmo que com o intuito de manipulá-las, desorganizá-las ou descaracterizá-las enquanto produto organizado da vontade popular.

A ditadura militar de 1964 é, portanto, não só a exclusão das reivindicações e manifestações populares do seio do Estado, senão que reflete o des-ocultamento do caráter de classe deste Estado. Des-ocultamento esse apreendido por segmentos significativos dos trabalhadores, mesmo que de maneira incipiente e conjuntural, onde o caráter de classe estava atrelado ao tipo particular de Estado, ou seja, o Estado autoritário.

A relação incestuosa que se estabelece entre o empresariado e o Estado no Brasil - orientados pela mesma lógica do capital - repousa na quase exclusividade relacional, que prima tanto pela exclusão dos demais representantes sociais, quanto da política de prioridades que resultam do processo seletivo, fracamente permeado pela contraposição de interesses.

Ao longo do processo de auto-identificação do empresariado industrial(1930) frente ao setor agro-exportador; da expansão e diferenciação interna(1950); e da consolidação desta heterogeneidade intra-classe, sedimentando oposições entre oligopólios industriais e pequenas e



médias empresas(1970), o Estado desempenhou papel fundamental. Não só porque restringiu conflitos sociais decorrentes da urbanização, mas também porque atuou como regulador das relações entre capital e trabalho, evitando possíveis rupturas que a organização política empresarial incipiente não estava capacitada para enfrentar. Mas, mais do que tudo isto, o Estado assegurou as fontes de acumulação de capital que permitiram o financiamento da atividade industrial(Boschi,1979;96)

Assim, se o pragmatismo dos empresários, na década de 50/60, expôs a instrumentalidade do seu compromisso nacionalista (Boschi;1979), foi ele também que atuou na delimitação dos espaços específicos (não concorrenciais) de investimentos entre Estado, capital privado e capital estrangeiro<sup>4</sup>. Da mesma forma que orientou a criação de organizações extra-corporativas e o fortalecimento de canais formais e informais capazes de dar eficiência e agilidade às reivindicações empresariais. Embora seja preciso fazer menção ao baixo índice de participação empresarial constatado por Diniz e Boschi (1979), em pesquisa realizada por ambos.

Boschi identifica quatro modos de inter-relação entre a esfera privada e o Estado no contexto autoritário: Ao lado da estrutura corporativa oficial, o empresariado desenvolve associações paralelas, as quais o autor denomina de extra-corporativas. Estas duas organizações identificam-se como modalidades formais de acesso ao Estado. Os canais informais respondem, de um lado, pelo acesso relativamente estruturado, envolvendo uma ou mais agências do aparato estatal, formando assim os denominados "anéis burocráticos" e, de outro, os contatos pessoais entre "pessoas", independentemente e em acréscimo aos contatos já em andamento pelas associações de classe.(1979;163)

A formação de associações civis (extra-corporativas) de formato pluralista, reflete o processo de diferenciação que marca o desenvolvimento industrial no país. Dito de outra forma, sendo as grandes empresas, aquelas

que formam, preferencialmente, as associações extra-corporativas, elas acabam por transformar-se numa agregação de interesses seletiva e excludente.

A dinâmica de excludência processa-se na concentração regional e setorial, que acaba por contrapor não somente o tamanho das empresas, mas, inclusive, setor moderno ao tradicional<sup>5</sup> e o núcleo regional do Rio de Janeiro(RJ) e São Paulo(SP), aos demais estados. As pesquisas realizadas por Diniz e Boschi, apontam esta dinâmica através de números percentuais expressivos: As associações civis representam 77% do setor moderno e 23% do setor tradicional; ao mesmo tempo que 63% das empresas afiliadas, estão concentradas no estados do RJ e SP, e apenas 37% de outros estados. (1979;27)

A heterogeneidade que transparece na forma organizacional dos interesses de classes é, pois, a tradução mais exemplar das diferenciações que atravessam a conformação interna do empresariado nacional. Se acusam uma ação conjunta capaz de agilizar e maximizar seu poder de pressão, revelam, fundamentalmente, o peso desigual de representatividade entre pequenas, médias e grandes empresas; entre setor tradicional e moderno e entre alguns estados mais dinâmicos e concentradores de atividades industriais e outros menos expressivos. Daí decorre também, a desigualdade no poder de barganha de determinados setores em relação a outros e a efetiva capacidade de utilização dos canais, formais e informais, de acesso ao Estado privatizado.

O marco da Campanha contra a Estatização (Cruz,1984), por exemplo, assenta importância nos pleitos empresariais que demandam maior participação no processo decisório do Poder Central. Ou seja, em meio ao movimento de re-democratização que assumia forma social, os empresários pleiteavam uma maior participação empresarial no Estado. Suas críticas ao fechamento Estatal não extrapolavam seus interesses de classe. Na verdade,

os empresários reivindicavam o revigoramento dos canais formais e informais de acesso particular dos quais haviam se beneficiado, em especial, durante o regime militar.

Os canais privilegiados através dos quais os empresários fizeram (e fazem) uso para orientar as políticas econômicas e sociais que lhes convêm, devem ser acrescidos dos mecanismos ideológicos que tencionam imprimir ao Estado, eficiência e competência técnica. No melhor estilo do pensamento autoritário, reaparece o Estado como o "locus" vital da racionalidade científica, onde a neutralidade socialmente associada à ciência é redimensionada para garantir ao Estado o exercício legítimo das políticas econômicas e sociais indispensáveis à recuperação nacional<sup>6</sup>.

Para tanto, recorre o Estado à dita "intelligentsia" de que fala Chico de Oliveira. Produz-se assim um duplo movimento: de um lado, eleva-se a economia à condição de esfera privativa e inviolável dos técnicos, em contraposição à irracionalidade da política; de outro, se procede à tentativa de caracterizar, progressivamente, a presença da classe média, a *intelligentsia*, no aparelho do Estado, como *agregadora* e *interlocutora* das reivindicações populares. Este duplo movimento objetiva tanto descaracterizar qualquer reivindicação/obstrução às políticas econômicas do Estado, pelos movimentos (ditos leigos e irracionais) da sociedade, quanto tornar legítimo o fechamento deste Estado, pela função *agregadora* e *mediadora* que cumpriria estas pessoas frente aos movimentos sociais organizados.

Trata-se de um processo que atinge maior eficácia quanto mais representativos forem tais personalidades. Não por acaso, os últimos presidentes civis aspiraram a maior entrosamento com o sindicalismo brasileiro, através da nomeação de figuras ligadas às atividades sindicais, para o Ministério do Trabalho. Procuravam desta forma não só disciplinar os trabalhadores, mas dentro do possível, **substituí-los** frente ao Estado. Esta

*"intelligentsia", que vai progressivamente acreditando, tanto no seu papel de tradutora das difusas demandas populares, quanto no seu papel de intermediadora frente ao Estado, acaba, no final das contas, atuando como importante elemento reforçador da anulação da esfera política do Estado. Ou nas irônicas palavras de Chico de Oliveira: "Quase-sujeitos da razão administrativa, a oligarquização serve-se dela, da intelligentsia, para traduzir no plano das reivindicações populares e articular no plano das demandas burguesas."* (1988;291)

A importância deste fenômeno de participação de figuras importantes do mundo do trabalho no aparelho do Estado, contém profundas conseqüências, não só porque dilui a identidade do projeto social que está implícito no projeto de governo - através da aparente autonomia dos ministérios - quanto conferem legitimidade tanto às políticas implementadas, quanto àquelas excluídas pelo processo seletivo do Estado. Como dizia Marx, *"quanto mais capaz for uma classe dominante de incorporar os homens mais eminentes das classes dominadas, tanto mais sólida e perigosa será sua dominação."* (Apud Ianni, 1989;125)

A questão que se impõe, portanto, é compreender o Estado não só na sua externalidade, isto é, a forma como se relaciona com a sociedade, mas na sua internalidade<sup>7</sup>, ou seja, como é constituído. Mais do que uma organização societal com papel elementar e definido, o Estado é formado por homens. E homens que não abdicam de seus interesses de classe ao serem participes de uma instituição que aspira reconhecimento social pela sua pseudo neutralidade.

Ao esquadrihar sua internalidade, a feição de classe do Estado não encontra expressão apenas nas políticas aprisionadas pelo projeto social estratégico, mas reconhece-se pelas personalidades empresariais que assumem cargos públicos, seja diretamente, seja através das funcionais indicações<sup>8</sup>. Processo que atinge circularidade dentro da mesma classe ou que, no máximo,

ao ampliar seu espectro social à dita *intelligentsia*, subordina todos aos ditames do capital. Realizam, na prática, o **escoramento** das demandas privadas (Affonso et alii; 1988). Tem-se assim que as prioridades orçamentárias, por exemplo, possuem como característica mais marcante a falta de transparência e de democracia.

Como perspicazmente aponta Boschi (1979), tem o empresariado uma auto-estima bastante desenvolvida sobre sua relevância para o conjunto da sociedade. Esta auto-estima de viés narcisista (porque só enxerga a si mesmo), foi devidamente reforçada com os êxitos econômicos alcançados durante o regime autoritário e o sufocamento das oposições, o que implicou a eliminação da perspectiva anti-capitalista do debate político público (Oliveira; 1986). A apologia ao lucro como mecanismo de desenvolvimento social; do empresário como empreendedor fundamental e da ordem como elemento essencial (Paz, 1993) constituiu-se na tônica que conforma um discurso liberal firmado, na realidade, sobre uma prática anti-liberal.

Através de movimentos distintos que pleiteavam avanços de distintos significados, militares, empresários e trabalhadores atuaram frente ao processo de Abertura Política<sup>9</sup>. Seus significados, ritmos e atuações evidenciavam não apenas o conteúdo da democracia<sup>10</sup> aspirada, mas qual a efetividade que tal regime poderia ter enquanto espaço de reconhecimento social.

O movimento que firmou o Estado como pólo dinamizador do capitalismo nacional foi o mesmo que firmou, no ideário empresarial, um sentimento de *intermediação exclusiva* que desconhece outros interlocutores. Foi sedimentando, através de subsídios, loteamento de cargos, isenções, juros negativos, etc, o caminho do reconhecimento do Estado como um espaço particularizado, cuja atuação deveria responder sempre, e crescentemente, aos movimentos de acumulação capitalista, sem conflitos sociais e sem disputas políticas polarizadas.

É desta apreensão particular do Estado, que emerge a ação e o pensamento empresarial nacional. É assim, pois, que a incapacidade burguesa para a construção de uma hegemonia (Boschi;1979), reveste-se da incapacidade da burguesia de reconhecer "outros" interlocutores políticos e sociais e, portanto, de não considerar, **realmente**, a hipótese de disputar um consenso social para seus projetos específicos. Desconhecendo outros interlocutores legítimos, recorrendo às práticas discricionárias e arbitrárias da convivência social, alimentando-se e re-alimentando o pensamento autoritário tradicional, a burguesia não pensa disputar projetos, mas, dentro do possível, impô-los. Quando depara-se com interlocutores **reais** que teimosamente resistem, de maneira reiterada tem a burguesia recorrido ao autoritarismo para resolver impasses e conflitos sociais.

Se esta ação concertada tem fundado o perfil mais geral do empresariado, não nos permite entrever, entretanto, as divergências que atravessam sua conformação, nem tampouco, os canais através dos quais é possível detectar prováveis avanços nesta atitude das elites que, como diz O'Donnell, *"se não são necessariamente anti-democráticas, são claramente não-democráticas."* (1988c;51)

Neste sentido, a emergência do movimento grevista no final da década de 70 representa um marco com profundas conseqüências. A explosão de um novo sindicalismo, combativo e autônomo, que intervem diretamente no processo de Abertura e na ampliação dos direitos sociais, impõe ao empresariado uma interlocução para o qual não estava habituado ou preparado. Pego de surpresa, o empresariado debate-se entre o recurso à repressão e o inevitável reconhecimento da legitimidade do movimento e a negociação.

Essas diferentes posturas registraram as inovadoras rodadas de negociações que marcaram a época; as divergências intra-classe que

compareceram às páginas dos jornais; o reconhecimento das lideranças sindicais emergentes e, a concessão de aumentos salariais superiores aos índices oficiais. Mas, registraram, posteriormente, a adequação às coordenadas ditadas pelos setores mais conservadores do empresariado. Entre um movimento e outro, o empresariado rapidamente assimilou - pela força dos fatos - a necessidade de lidar com um sujeito social combativo, organizado e disciplinado. (Cruz, 1986) O recurso ao pensamento autoritário apresentou-se através do escudo estatal, seja através dos índices oficiais - descarada e publicamente manipulados -, seja através da legislação anti-greve em vigor.

Assim como o movimento sindical dos trabalhadores já não era o mesmo, não mais podia ser a mesma a atitude meramente autoritária que havia caracterizado as relações de trabalho no Brasil. Mesmo que com profundas resistências, tem o empresariado de absorver novos padrões de convivência e relevar as tímidas inovações que inscrevem-se no seio do próprio empresariado (Abramo, 1985). Revela-se aí que não só o operariado já não era o mesmo, como também já não era o mesmo o próprio empresariado.

Reduzidos a um número pequeno, os empresários mais abertos com relação ao direito de greve e atuação sindical, são também aqueles que, embora reconhecendo trabalhadores como agentes coletivos e as greves como conflitos inerentes às relações produtivas, demonstram uma profunda relutância em admitir a organização dos sindicatos no interior das empresas (Abramo, 1985). É possível identificar na posição empresarial politicamente mais inovadora, as inovações trazidas pela experiência toyotista, que reduz o sindicato à representação por empresa, sem vínculos classistas e solidariedade social. Não é por acaso, pois, que a unanimidade empresarial resida sobre o total repúdio à qualquer greve de solidariedade ou greve política.

Talvez a principal abertura para uma postura mais democratizada das relações de trabalho e, por conseguinte do reconhecimento de outros interlocutores sociais, esteja na formação de entidades empresariais<sup>11</sup> contrapostas às entidades tradicionais. Recusando os métodos não-representativos das Federações, em particular da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e registrando divergências quanto à condução de questões relevantes, a criação do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) é, sem dúvida, um marco na organização e renovação dos empresários nacionais. Como Oded Grajew afirmou: *"A divisão do empresariado, hoje, não é mais entre grandes e pequenos e sim entre forças conservadoras e democráticas"*. (Dreifuss, 1989; 131)

Não se trata, pois, de uma ruptura com o ideário liberal da livre iniciativa ou da redução do papel do Estado, defendidos na FIESP. Como atesta Bruno Nardini: *"As bandeiras são as mesmas, a diferença está no processo"*. (Dreifuss, 1989; 131) Trata-se de um incipiente aceno no reconhecimento dos trabalhadores como interlocutores legítimos, com os quais é preciso firmar pontos de interesse comum, como redistribuição de renda, crescimento do emprego, liberdades políticas, etc. Da mesma forma que a institucionalização das negociações como recurso moderno às relações de trabalho. (Dreifuss; 1989; Boschi; 1993).

Antes de finalizarmos, entretanto, este tópico que analisa as relações entre empresariado e Estado, há que considerar, mesmo que brevemente, as razões da crise nacional, a qual tem servido como instrumento ideológico e prático para ataques ao Estado e àqueles que vivem do trabalho, em particular.

A crise brasileira, segundo César Benjamin, relaciona-se menos com capacidade de gerar excedente e mais com as dificuldades de dirigir o excedente gerado para onde realmente importa. Segundo este autor, quando da virada dos anos 70, o esforço desencadeado pelo Estado para concluir o



processo de substituição das importações, foi atropelado pela crise da dívida externa. A estratégia administrada pelo então Ministro Antônio Delfim Neto, foi financiar um salto nas exportações, de modo a gerar mega-superávits comerciais com o exterior. Tanto para um quanto para outro, o Estado "*funcionou como repassador de recursos baratos ao setor privado, com juros negativos. Para completar assumiu grande parte da dívida externa desse setor. Esperava-se assim, exaurindo o Estado, que o capital privado se habilitasse a liderar a retomada do crescimento, e as relações com o exterior se normalizasse*". (1993;14) O resultado foi que o Estado, quase quebrado, teve que tomar emprestado. E assim, de emprestador a juros negativos, o Estado passa a ser tomador de capital, a juros positivos cada vez mais altos. Para coroar a dilapidamento do Estado e a socialização dos prejuízos, através da transferência de renda pela popular inflação, há que considerar que muito dos recursos tomados pelo Estado a altos juros, têm origem na sonegação empresarial.

Desta forma, ao resgatarmos o histórico da relação entre empresariado/Estado, e o discurso neoliberal que forma o ideário empresarial, principalmente a partir da formação do Instituto Liberal no RJ em 1983, reconhecemos o pragmatismo que sempre norteou o pensamento e a ação do empresariado. Não se trata somente do movimento privatista que se orienta em direção às empresas mais rentáveis e pagamentos em moedas podres, demissões massivas, etc. Trata-se - em fina sintonia com o neoliberalismo internacional - de **satanizar** o Estado, como diz Borón, e com isso, desqualificar o espaço político representado pelo Estado re-democratizado.

Não é por outra razão que a justificativa ideológica da ineficiência estatal reflita apenas a face clientelista, permanecendo invisível ao conhecimento público, a face empresarial do Estado dilapidado, conforme atentam Affonso, Sampaio Jr. e Schwartz (1988), em interessante artigo sobre

política econômica e democracia. Ou nas palavras duras de José Luis Fiori(1990): *"Talvez se façam ou permaneçam democratas pelo seu ódio irracional ao Estado que os fez empresários"*.

### III - A emergência dos civis incivilizados

Segundo Gramsci, a superestrutura está formada por duas esferas fundamentais: a *"sociedade civil"* e a *"sociedade política"*. Enquanto a sociedade política representa os mecanismos legais através dos quais a classe dominante detém o monopólio da violência, que transita entre a burocracia ligada às Forças Armadas e à aplicação das leis; a **sociedade civil** representa o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração das ideologias: Escolas, Igrejas, Partidos Políticos, Associações Profissionais ou Comunitárias, Sindicatos, Meios de Comunicação, Instituições Científicas, etc. É, fundamentalmente, a base material da hegemonia. (Coutinho,1984;Portelli,1987) E, indubitavelmente, a contra-face do Estado.

A sociedade civil brasileira esteve durante longos anos amordaçada pela violência do Estado. Mas a mordaza que impediu a expressão política, não conseguiu impedir as impressões produzidas pela identidade das experiências comuns. Não conseguiu impedir a sociabilidade das relações de trabalho ou da solidariedade de vizinhança inscrita no cotidiano das carências partilhadas.

Tem o Brasil a negativa particularidade de conjugar relevante dinamismo econômico com imoral desigualdade social. Mais do que um indicador econômico, trata-se de uma revelação social e política. Revelação que reflete a tradição das relações arcaicas e autoritárias, de que fala O'Donnell(1988b), onde a burguesia guarda profunda identidade com os valores escravocratas. Valores não processados pela experiência

civilizatória da negociação com sua contra-parte: os trabalhadores. Revelam, portanto, para além das particularidades do capitalismo tardio, dirigido pelo Estado, a debilidade das organizações dos trabalhadores.

A industrialização organizada pelo Estado implica não só a formação do *Estado de Compromisso* (Weffort, 1980) entre setor agrário e industrial<sup>12</sup>, mas uma ideologia populista capaz de manter devidamente neutralizado o operariado emergente. A contra-face desta formação particular, portanto, é um operariado urbano profundamente marcado pela herança das relações pessoalizadas do mundo rural (Ianni; 1985), as quais retardam seu processo de reconhecimento enquanto trabalhador coletivo, firmado pelas relações impessoais do mundo do trabalho, como também uma identidade política marcada pelo paternalismo do Estado.

A ideologia populista elabora uma identidade social que objetiva um tipo particular de **fetice do Estado burguês**, isto é, *"concebe o Estado como uma entidade acima das classes e em condições de implementar, por sua vontade livre e soberana, uma política de proteção dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Este fetice do Estado protetor induz os trabalhadores à passividade política."* (Boito Jr., 1992; 10) Por outro lado, conduz a uma prática política eleitoral talhada pela oposição **conjuntural** entre o "popular" e o "elitista", cuja definição é elaborada de maneira tosca e onde a "consistência" reside na opção reiterada pelo popular. (Reis; 1988) Tal percepção reflete também o papel que as direções operárias desempenharam em determinados períodos históricos, traduzida em expectativas e alianças que esmaeciam as contradições elementares entre capital e trabalho e acabavam por reforçar o discurso ideológico da unidade nacional para a consolidação do Brasil como nação independente.

O conjunto das condições objetivas e subjetivas que informam o desenvolvimento do operariado brasileiro está decididamente marcado pelo autoritarismo. Mas informam também a capacidade reativa, ainda que débil,

que desenvolve este mesmo operariado para contrapor-se ao conjunto destas condições. Apesar de lento, seu reconhecimento como sujeito coletivo contribuiu deveras para a emergência de uma sociedade civil mais organizada e reivindicativa, mesmo que inscrita dentro das fronteiras da ideologia populista.

Se as "*Reformas de Base*" refletem, simultaneamente, um momento de extravasamento destas fronteiras e a face ideológica da sociedade civil, refletem também a contra-face da classe dominante autoritária que, recorrentemente, associa reivindicação popular à subversão da ordem. A ordem da hierarquia e exclusão social. E pela preservação (e aprofundamento) desta ordem, presta-se a aliança civil-militar ao efetivo exercício de fechar o Estado à sociedade civil. Para tanto, amordaçam-na.

Durante o período de mordaza civil, o Brasil mudou: Imprimiu novos ritmos à industrialização, produziu diferenciações significativas na classe trabalhadora, em particular com o aumento diferenciado da classe média, ampliou a urbanização, expandiu o capitalismo no campo, difundiu o assalariamento ao nível nacional, estreitou as relações entre o capital privado e Estado, e concentrou, assustadoramente, a riqueza. Ao mesmo tempo, foi conformando reações que mesmo desarticuladas, pontuais e geograficamente localizáveis, vão delineando a insatisfação da sociedade civil com a ditadura militar.

As eleições de 1974 talvez sejam o marco mais visível da manifestação desta sociedade civil, que embora amordaçada, não era indiferente. Conforme Eli Diniz (1985), as eleições foram assumindo, progressivamente, o caráter plebiscitário a partir de 1974. E em que pese os variados desmandos<sup>13</sup> do governo, para a reversão dos resultados desfavoráveis, cada vez mais claramente foi se firmando a oposição da sociedade civil ao Estado autoritário.

Desta forma, apesar das tentativas arbitrárias da aliança civil-militar de forjar o monopólio de um discurso societário, restringindo formas de sociabilidade e despolitizando o Estado, a sociedade civil não foi completamente capturada pelos desejos totalitários da ditadura militar. Como acertadamente alerta Luporini (*Apud* Moisés;1986), a política não nasceu com o Estado, antecede-o. Assim, na medida em que o Estado transforma-se no *locus* administrativo da racionalidade técnica, trata a política de buscar outros canais através dos quais possa expressar-se.

Estes canais estão representados nas organizações da sociedade civil gestadas durante os anos de arbítrio. Entre a lógica da política, orientada para definições globais e projetos para o conjunto da sociedade e a lógica privatista das entidades corporativas, a política processa o duplo movimento que responde ao alargamento das demandas corporativistas na necessária relação com o Estado e ao processo de "re-politização" do Estado pelo compulsório reconhecimento de outros interlocutores, além do empresariado. (Moisés;1986)

Estes interlocutores não refletem, contudo, a mera re-emergência das antigas organizações anteriores ao Golpe de 1964. Traduzem, na verdade, as transformações objetivas e subjetivas ocorridas no país. Tanto a experiência explosiva do movimento sindical na região do ABCD<sup>14</sup> paulista não retratava a mesma orientação sindical amparada na ideologia populista anterior, quanto as inovadoras Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) representavam um salto qualitativo da Igreja Católica, através da *opção preferencial pelos pobres*. Da mesma forma, os movimentos sociais que disputam, para além do mero direito de morar, o direito de ser cidadão<sup>15</sup>, traçam importantes distinções no perfil destes novos interlocutores.

Reflete-se, neste contexto, o processo estudado por Claus Offe(1984) sobre a lógica dual que orienta as práticas organizacionais do capital e do trabalho. Dispõem de condições objetivas e subjetivas opostas aqueles que

vivem do trabalho e aqueles que vivem do lucro para firmar suas entidades organizativas. Sejam elas seus partidos, seus sindicatos, seus grupos de pressão, etc. Trata-se, como sagazmente aponta Offe, do recurso *monológico* que gozam os empresários para fazer valer seus interesses capitalistas dentro de uma sociedade estruturada sobre a ordem do capital. E, pelo lado oposto, do recurso *dialógico* necessário aos trabalhadores para construir a difícil unidade estratégica e tática capaz de fazer frente à ordem do capital.

O Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>16</sup> surge deste riquíssimo processo de re-organização da sociedade civil: do novo sindicalismo que irrompe radicalizado e aspirando autonomia; das Comunidades Eclesiais participativas e solidárias; dos movimentos sociais que reclamavam infraestrutura e cidadania; dos militantes da esquerda clandestina que resistiram e sobreviveram; de uns poucos parlamentares dissidentes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB); dos trabalhadores rurais expulsos da terra e de estudantes e intelectuais orgânicos, no sentido gramsciano. Como afirma Margareth Keck (1991), possuíam em comum a permanente exclusão da agenda política brasileira e o princípio da participação democrática.

Mas, mais do que qualquer outro segmento, é sindical o traço mais característico do PT. É do novo sindicalismo que emerge as principais figuras do partido, assim como as principais linhas de atuação. Trata-se não somente de repudiar os partidos tradicionais que usavam o interesse dos trabalhadores como recurso discursivo, mas da constatação da necessidade da criação de um partido que os representasse efetivamente. Trata-se, portanto, de um eixo orientador que, resumidamente, traduz-se pela famosa frase de Marx: *"A emancipação dos proletários será obra dos próprios proletários"*.

A inovação que representa a criação do PT não repousa razão apenas porque propõe-se a representar, democraticamente, os trabalhadores,

tradicionalmente excluídos da vida política, mas, também, porque resulta da vontade dos trabalhadores organizados<sup>17</sup>. O PT inova porque rompe com a tradição dos partidos políticos no Brasil, criados e geridos em função do Estado, não em função dos interesses sociais que enquanto parte da totalidade social poderiam representar. Trata-se, assim, de um partido de origem externa ao Parlamento, na clássica distinção de Duverger (1983). Mas, muito mais desestruturador que as inovações que impõe, é sua prática e seu discurso, fundado numa solidariedade de classe que ensina que sua união é sua força e que a realização das reivindicações dos trabalhadores depende dos próprios trabalhadores.

Não se trata, portanto, de um partido socialista com um programa revolucionário. Trata-se de um partido que ao aglutinar os excluídos da agenda política, funda sua atuação sobre dois princípios fundamentais: participação e união. O caráter socialista transparece, de um lado, pela aspiração difusa por uma sociedade mais justa, calcada sobre a independência de classe; por outro, assume contornos anti-capitalistas socialmente mais definidos, na medida em que sua atuação firma-se num período em que o Estado, ao fechar-se à sociedade civil, des-oculta o caráter de classe que o estrutura. Assim, a recusa ao Estado (autoritário) assume a forma de recusa ao capitalismo, na exata medida em que o caráter de classe do Estado capitalista não está neutralizado pela permeabilidade política necessária ao Estado de classe.

A imagem radicalizada conferida ao PT não encontra razão apenas pela particularidade do momento histórico em que se forma e atua, assenta razão também porque sua ação está centradamente concentrada nos movimentos sociais e sindicais que lhe conferem legitimidade. O parlamento é visto com muita desconfiança, não somente pelo cerceamento de suas prerrogativas, mas também pelas práticas clientelistas tradicionais e pouca representatividade

social. Ou seja, o PT priorizava uma atuação "de costas para o Estado algoz e longe do Parlamento prostituído". (Lince;1993)

Desta forma, entre a oposição eleitoral de caráter plebiscitário a partir de 1974, e o Movimento pelas Diretas-Já, em 1984, somaram-se 10 anos. Anos onde a ação e reação da sociedade civil foi superando impedimentos, alargando limites, conquistando novas arenas, descobrindo novas forças e métodos de ação e, também, constituindo novas contradições. Estes 10 anos registraram, pois, a emergência dos civis **incivilizados** que não se restringem às prescrições assépticas da conveniência dominante.

O PT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983, marcaram, em conjunto, o signo da combatividade e da organização politizada no mundo daqueles-que-vivem-do-trabalho. E muito desta unidade política está registrada na dupla militância de muitos petistas no Partido e na CUT.

Desta forma, foi o PT incontestável referência neste processo de re-emergência da sociedade civil. Penetrou profundamente nos movimentos sociais e sindicais, confrontou-se com antigas lideranças pactuantes com uma estrutura clientelista e tutelar, marcou nas lutas a prática e o discurso da independência de classe e a solidariedade dos trabalhadores, enfim, foi conformando uma nova forma de política que não se encontrava no Parlamento, mas fora dele. E onde a atuação parlamentar estava subordinada aos enfrentamentos dos trabalhadores.

Quando o acordo entre as elites políticas e econômicas tentou conter o "desbordamento popular", em 1984, o PT recusou-se a participar. Sua recusa repousava na demonstração da vontade popular, expressa não somente através do retumbante percentual das pesquisas que apontavam 80% favoráveis à eleição direta, mas também pela massiva participação popular no Movimento das Diretas-Já, ao nível nacional.

Assim como nas eleições de 1982 houve a tentativa de marginalizar a decisão petista de lançar candidatos próprios, associando, através dos



meios de comunicação, tal atitude à fragilização da oposição representada pelo PMDB; em 1984, a dose foi repetida. Tratava-se agora de consolidar, via imprensa, um consenso sobre a **única alternativa** capaz de garantir a re-democratização brasileira. Uma democracia que se viabilizava discriminando o dissenso. Como perspicazmente assevera José Nun (*Apud Keck;1991*), a democracia genuína pressupõe o abandono de uma racionalidade única e a supremacia da **"lógica da diferença"**.

Quando o PT põe em prática a "Lógica da Diferença", apontando outras alternativas, questionando o caráter do pacto democratizante acertado de costas à vontade popular, sua radicalidade (de ir à raiz das coisas) sofre a marginalidade e os custos de uma ação que contrapõe-se à "Lógica Binária" que tem orientado as principais disputas no país. Marginalidade que, entretanto, incomoda aos praticantes da política elitista, porque torna mais visível o grau de elitização do processo de transição. Como afirma Keck, *"sua diferença, de início a razão de sua fraqueza, torna-se uma fonte de sua força"*(1991;31)

Sob a competente propaganda da **racionalidade única**, que elimina alternativas para além da superação da ditadura sem rupturas, sucumbe o ideal das diretas e eleva-se a marginalidade do PT. Elege-se, via mídia, o novo mártir capaz de canalizar a frustração da sociedade, e assim, pela exploração da emoção popular, minimizar a permanência do antigo transvestido de novo. Ao mesmo tempo, para denegrir a impertinente presença do PT, trava-se uma campanha que transita entre a "radicalidade" destrutiva do PT e adjetivos de "autoritário" e "anti-democrático". A expulsão dos Deputados que votaram no Colégio Eleitoral, por exemplo, desrespeitando a orientação partidária é devidamente explorada, junto com as críticas às tendências e à disciplina interna; ao centralismo democrático; ao princípio da expulsão e ao rígido critério das alianças.

Mas entre a marginalidade imposta pela contraposição à lógica binária e sua eficiente e constante atuação nos movimentos organizados, vai o PT, lenta e progressivamente, conquistando legitimidade. É nesta ação militante e solidária, voltada para a ampliação dos direitos trabalhistas e sociais, que o recurso **dialógico** vai se constituindo. Amparado pela objetividade das condições de existência dos trabalhadores, vai modificando, de maneira não linear, sua subjetividade. Transforma assim sua marginalidade conjuntural em fonte de força futura, onde o reconhecimento pela coerência e compromisso com os trabalhadores torna-se um elemento de distinção e referência.

Se as eleições de 1982 produziram uma sensível decepção para o Partido, que não alcançou 5% dos votos nacionais, conforme exigência da Lei Eleitoral, as eleições municipais de 1985 significaram a possibilidade da experiência administrativa na Prefeitura de Diadema e Fortaleza.

Delineou-se, pois, o conflito entre o discurso dos ideais genéricos e princípios éticos e a necessidade de um plano efetivo de governo. O conflito entre a autonomia do Executivo eleito e os limites de interferência do Partido. O conflito entre as alianças legislativas capazes de dar sustentação ao Executivo e o câmbio anti-ético dos cargos e favores. O conflito entre a participação do movimento organizado na gestão e as instituições constituídas. Enfim, a difícil e conflitiva conciliação entre o programa partidário e um efetivo programa de governo.

Revela-se assim uma nova etapa na vida do Partido. Mais do que uma incompatibilidade entre o partido movimentista e revolucionário e o partido governante, revela esta nova etapa uma adequação do Partido à ordem institucional que não está circunscrita ao *ambiente governamental*<sup>18</sup>.

A instauração da transição democrática, que se processa a partir de 1985 e que, apesar das deficiências e restrições, transformam o Estado, produz não só a compulsoriedade da abertura à sociedade civil, mas a re-

inserção das mediações plurais dos partidos políticos e o re-ocultamento da identidade entre Estado e capital.

Significa que a *lógica da resistência* (Moisés;1986), que forjara uma unidade social anti-Estado autoritário, e que sob determinados aspectos firmara uma ação anti-capitalista, estava inscrita dentro de uma conjuntura específica, cuja identidade entre Estado-capital estava des-ocultada pelo fechamento do Estado. Reflete, portanto, uma dinâmica de recusa ao Estado que não produz positividade, isto é, não é propositiva. Significa, em outras palavras, que muito da *lógica da resistência* obedece aos limites de uma recusa ao Estado autoritário, que se encerrava na substituição por um Estado democrático. O deslocamento das lutas sociais para o plano político, sem que o papel permanente das organizações sociais tenha se consolidado, ou tenha sido capaz de gerar um novo padrão político e institucional, as expõe à permanente fragilidade, mantendo-as tradicionalmente subordinadas ao Estado. (Moisés;1986)

Esta é a principal consequência de uma política binária que recusa diferenças para além da generalidade que contrapõe uma forma à outra, mas não explicita seu conteúdo. Assim, sob a aparente propositividade alternativa, se consolida uma prática política que apenas revela resultados plebiscitários. A re-democratização brasileira não fugiu às consequências de uma lógica binária que promoveu o consenso da democracia como uma ação da sociedade contra o Estado **autoritário**. A democratização associava-se assim à chegada da oposição ao poder. Desta forma não só a democracia aparecia como sinônimo de consenso (da racionalidade única de que falava José Nun), como assumia o conteúdo democrático que os pactantes do Colégio Eleitoral entendiam conveniente.

#### IV - Empresários & PT: A democracia na Constituinte

A instalação da Assembléia Nacional Constituinte (ANC), em 01 de fevereiro de 1987, registra o início de um processo que não se encerra no dia 05 de outubro de 1988, com a promulgação da nova Constituição brasileira. A ANC para além de explicitar publicamente diferenças profundas entre Empresários e Partido dos Trabalhadores, registra mais explicitamente as mutações que ambos sofrem no processo constituinte e que exige-lhes uma conduta inscrita dentro dos marcos da transição democrática recém inaugurada.

Acostumado à posição privilegiada nas negociações que envolviam seus interesses de classe, tem o empresariado de re-orientar-se frente a uma situação significativamente nova: precisa não só dividir o espaço nas negociações, como inter-agir com um sujeito social determinado e representativo. Por outro lado, precisa o PT readequar-se ao momento político, compreendendo a importância do espaço conquistado e das negociações envolvidas. É assim que ambos, de forma diferenciada, inscrevem no processo Constituinte, o aprendizado que registra sua inserção na institucionalidade democrática.

Ambos compreenderam a importância do momento que se inaugurava nas eleições de 1986, com a perspectiva da redação da nova Constituição brasileira. E ambos investiram, distinta e desigualmente, na eleição de candidatos comprometidos com seus interesses. E assim, se durante a Abertura, empresariado e trabalhadores questionavam-se sobre a importância e viabilidade de fundar um partido<sup>19</sup> que os representasse, as dúvidas dirimidas pelos trabalhadores com o conseqüente lançamento do PT, foram habilmente resolvidas pelo empresariado com a distribuição de representantes em vários partidos afinados com seus interesses. Como registra Gramsci: "*Os grandes industriais utilizam alternadamente todos os*

*partidos existentes, mas não têm um partido próprio(...) seu interesse é um equilíbrio determinado, que obtém exatamente reforçando com os seus meios, alternadamente, este ou aquele partido do tabuleiro político" (1988;29)*

Distribuídos por partidos sintonizados com a ordem do capital, os empresários não só lançam-se pessoalmente ao jogo eleitoral como investem em candidatos anteriormente avaliados pelo seu grau de confiabilidade<sup>20</sup>. Objetiva, desta forma, organizar uma reação capaz de garantir uma maioria estável para a aprovação de medidas de seu interesse.

Tanto para empresários quanto para trabalhadores, tratava-se de firmar uma unidade capaz de somar forças, homogeneizar o discurso, viabilizar alianças táticas confiáveis, angariar o apoio da sociedade e atingir consenso. Os distintos mecanismos que informam a diferença entre ambos, não restringem-se apenas ao poder econômico concentrado em um sujeito social, mas, principalmente, na lógica monológica que privilegia a ação empresarial. Revela-se assim uma luta estruturalmente desigual, onde cada round ganho pelos trabalhadores traduz uma eficiência comparativamente maior do que aquele ganho pelo empresariado.

As principais organizações empresariais do período Constituinte atendem pelo nome de União Brasileira de Empresários(UB) e União Democrática Ruralista(UDR), esta numa ação mais concentrada nas questões rurais. Tinha a UB sobre si a responsabilidade de coordenar a ação geral do empresariado frente à Constituinte, administrando demandas internas e racionalizando esforços sobre recursos utilizados, assim como uma atuação atenta sobre o panorama político. (Dreifuss,1989;129)

Os trabalhadores contavam em especial com organizações firmadas no decorrer da ressurgência da sociedade civil: o PT, os partidos socialistas e comunistas (legalizados em 1985), os movimentos populares, a CUT, o Movimento Sem-Terra, Associações Profissionais, entidades estudantis, CGT, setores progressistas da Igreja Católica e os ditos parlamentares

progressistas, geralmente cambiantes, que ora votavam direitos sociais democráticos e ora contrapunham-se ao direito mais elementar dos trabalhadores sobre sua organização no local de trabalho e/ou direito de greve.

A ANC trazia na sua conformação parlamentar, a feição majoritariamente empresarial. Segundo estudos feitos por Leôncio Rodrigues, 32% dos parlamentares eram empresários, e apenas 3% dos constituintes operários de nível manual e médio (bancários, comerciários, metalúrgicos, etc). Dentro de uma conformação mais geral, os estudos de Walder Góes apontaram um percentual de 45,26% dos parlamentares mais explicitamente ligados aos interesses do capital, contra 12,15% daqueles ligados aos interesses dos trabalhadores. (Apud Diniz;1989)

Os empresários correspondiam, segundo Leôncio Rodrigues, a 58% do Partido Democrático Social (PDS); 64% da aliança Partido Liberal/Partido Democrático Cristão (PL/PDC); 36% do Partido da Frente Liberal (PFL) e 29% do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Se considerarmos que o PMDB, o grande vencedor das eleições de 1986 - ancorado no Plano Cruzado I - detém a maioria do Senado (62,5%), e da Câmara dos Deputados (52,7%), assim como o governo de 22 dos 23 estados, perceberemos o quanto a conhecida heterogeneidade que marca a vida do Partido é expressiva para a delimitação dos avanços ou retrocessos da ANC. (Apud Diniz;1989)

Não é por acaso, pois, que a criação do Centro Democrático - o conhecido Centrão - foi formado no interior do PMDB e do PFL. A meta desta formação suprapartidária, que atingia quase metade do Congresso, pretendia entre outras coisas: *"modificar e enquadrar" as propostas da Comissão de Sistematização, que eram tidas como "muito influenciadas pela esquerda", especialmente na questão social, no tocante à reforma agrária e ao mandato presidencial. Entre os pontos a serem modificados estavam: a garantia de emprego contra a demissão imotivada; o salário mínimo nacional unificado; a*

*participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão da empresa; o pagamento em dobro da hora extra e a redução da jornada de trabalho."* (Dreifuss,1989;111-112)

Tem o Centrão o fito de concentrar forças em defesa dos interesses empresariais contra os interesses dos trabalhadores. Esta é a face mais visível da ação concertada do empresariado na Constituição, mas ela não é sinônimo de vitórias arrasadoras sobre aqueles-que-vivem-do-trabalho. Todo o processo Constituinte constitui o processo de adequação tática e defesa estratégica de empresários e do Partido dos Trabalhadores, em especial.

A ANC representa para o PT o marco que registra a institucionalização efetiva do Partido. Não só o PT processa uma revisão da sua atitude frente ao Parlamento em 1986, com o lançamento de candidatos originários do meio sindical, representativos e responsáveis pela criação do Partido, tais como Lula e Olívio Dutra, como firma negociações e alianças mais elásticas. Esta inserção efetiva produz alterações significativas dentro do Partido: A atuação parlamentar é revista e passa a ser valorizada. (Lince;1993) Trata-se assim de um marco que vai re-orientar, não sem conflitos e sem rupturas, a práxis do Partido.

Confrontados com uma nova realidade, vêm-se os empresários diante de um processo em que precisam, mais do que positivar a própria imagem - associada ao Estado autoritário -, dividir os espaços decisórios e disputar a legitimidade do discurso. Realidade que exige do empresariado adequações que implicam, fundamentalmente, no reconhecimento de outros interlocutores, com os quais é obrigado a interagir, mesmo que dentro das limitações de uma cidadania menor-de-idade.

Este reconhecimento compulsório pelo empresariado, obriga-o a lidar com "a explicitação pública dos interesses" distintos, ou seja, a publicizar visões de mundo que não se inscrevem dentro da lógica da racionalidade única, eleita pela elite orgânica<sup>21</sup> do empresariado. Este

deslocamento de um ideário que se forma pelos estreitos espaços elitizados para a uma disputa que se estende sobre a amplitude da sociedade civil, destaca, conforme Mauro Souza, *"o ideológico como o componente central das negociações e da correlação de forças em busca do consenso"*. (Apud Nunes;1993).

A reação empresarial ao deslocamento forçado pela re-democratização e pelo processo Constituinte, em especial, atende pela progressiva desqualificação do Estado. Trata-se não só de implementar uma ação política inscrita dentro do ideário neoliberal que, como já vimos no primeiro capítulo, prescreve a redução do Estado social, mas, no caso brasileiro, de impedir que o Estado sequer seja público.

Significa, em outra palavras, que se o empresariado adequa-se taticamente às exigências da nova situação, estrategicamente, ele objetiva a preservação do espaço privilegiado junto ao Estado privatizado. (Nunes;1993). Desta forma, o movimento de desqualificação do Estado representa a desqualificação do espaço publicizado que disputa com outros segmentos sociais.

A diferença entre o movimento contrativo desencadeado nos países centrais à democracia do Estado social, e o movimento formalmente expansivo da democracia no Brasil, não reside sobre movimentos contrapostos. Encontra-se sobre uma raiz comum cuja efetividade responde pela contração democrática. A diferença, pois, no caso brasileiro, é que o neoliberalismo avança sobre um Estado que sequer chegou a social. Trata-se de diferenças que alicerçam seus pilares num corporativismo que não chegou, no Brasil, a difundir-se pela sociedade, como uma prática orgânica, plural e autônoma. Como bem apontou Fábio W. Reis(1988), *falta corporativismo* no Brasil, capaz de fazer avançar o caráter social do Estado realmente público.

Significa, portanto, que enquanto o neoliberalismo avança destruidor sobre as organizações dos trabalhadores, principalmente através da



reestruturação produtiva, ele avança, nos países centrais, sobre uma classe que experienciou uma consistente fase orgânica. No Brasil, ao contrário, o neoliberalismo, a contração do Estado, inscreve-se sobre uma sociedade civil marcada por profundas desigualdades sociais e onde a reestruturação produtiva incide sobre um movimento sindical incipiente e setorialmente restrito.

Assim, sob a forma terceiro-mundista o conteúdo liberal apresenta-se ainda mais devastador. Trata-se de um neoliberalismo que sistematicamente reivindica *modernidade* ao mesmo tempo que recusa direitos sociais elementares. Tem o processo Constituinte a capacidade de publicizar a feição liberal da modernidade proposta pelo empresariado, amparado pela lógica monológica que unifica um discurso e uma prática que envolve não somente organizações empresariais, mas inclusive, os Poderes constituídos, através de seus representantes públicos.

Habituaados à arrogância dos autoritários, a ação empresarial não só prescreve por quais caminhos deve trilhar a Constituição: "*Os constituintes deveriam ter tido uma aula de liberalismo antes de partirem para formular uma nova Constituição*", como desqualifica os resultados que lhe são adversos: "*preconceituosa com capital estrangeiro, (e) com a propriedade privada. Trata-se de algo inédito no mundo. São preconceitos forjados na esquerda*"<sup>22</sup>.

Reduzindo diferenças ideológicas ao preconceito e ao atraso, tenta o discurso empresarial firmar uma autoridade que se escora sobre a lógica da economia racional, a qual está umbilicalmente associada à atividade empresarial. Sobre o discurso do benefício social e do crescimento econômico, o empresariado aprisiona o interesse da sociedade como parte legítima dos seus interesses particulares.

Amparados em uma tradição autoritária que lhes garante tolerância social, empresários esmeram-se em declarações que não só revelam sua

arrogância, mas ferem profundamente as regras do jogo democrático, elementar para qualquer democracia. Representativo desta tradição autoritária que certamente não finca suas raízes exclusivamente nos principais centros econômicos do país, o Presidente do Conselho Internacional de Sistemas (CONINTER), Ricardo Nehme Arbex, ditava:

"...tomem nota de mais algumas sugestões que, se seguidas, melhorariam a situação do Brasil: **acabem com as estatais**; acabem com a burocracia; acabem com a corrupção; melhorem os serviços públicos; eduquem o povo; ajudem as escolas a formarem mais especialistas; **acabem com a política de interesses**; sejam mais humildes e acabem com o falso nacionalismo; (...) **abram as portas para o capital estrangeiro** e fiscalizem as remessas de lucro; incentivem a abertura de pequenas empresas; **mostrem ao trabalhador que estabilidade de emprego é para quem não quer trabalhar**; cortem as cabeças dos "marajás"; acabem com alguns feriados; ponham os políticos safados para trabalhar; convoquem uma nova Assembléia Constituinte; reestruturem todo o sistema policial, pois já **bastam os bandidos das favelas**; façam com que as leis sejam cumpridas, acabando com a impunidade; e **finalmente, peçam demissão**" (Nunes, 1993; 155-156)

Em 23 de junho de 1987, o empresariado gaúcho lançou um Manifesto pela Liberdade Empresarial, que entre outras coisas reclamava a preservação do "princípio básico da liberdade de empreender e de contratar", e afirmava "a necessidade de que seja consagrado o sistema de livre iniciativa como o **único capaz de promover o desenvolvimento harmônico** do Brasil." Onde o Estado deveria limitar-se "a sua **função original de indutor dos avanços da empresa privada**" e alertava sobre a necessidade de "dizer "não" com veemência às sugestões retrógradas de estabilidade, jornada de trabalho de 40 horas, direito irretrito de greve, entre outras coisas". (ZH, 1987)

Segundo o Jornal da FEDERASUL, entre os principais problemas alertado pelo empresariado, encontram-se "a prevenção contra o capital estrangeiro, contra as atividades de risco, a jornada de 6 horas, o aviso prévio proporcional, a função social da propriedade privada, o mandado de injunção, a prescrição de 5 anos para o trabalhador urbano e perpétua para o rural e a greve (...) que prejudicam o desenvolvimento econômico do país". (09/08/88-Pg. 3)

Em reunião-almoço na FIERGS, o Deputado Federal Luís Roberto Andrade Ponte (PMDB/RS), que na época era, simultaneamente, vice-presidente da CIERGS e Presidente do SINDUSCON, reconhecia como acerto o fato do Estado ter sido contido, ao mesmo tempo que creditava ao despreparo da sociedade mal-informada os equívocos da Nova Constituição. Nas suas palavras:

*"No geral é boa Constituição, que reflete a nossa realidade, com os defeitos e as qualidades do povo brasileiro(...)alguns dispositivos não estão de acordo com a tendência mundial, e não atendem o nível de carência da população(...)Redução da carga horária não interessa ao trabalhador(...) Se 60 milhões de brasileiros não têm acesso aos bens materiais é porque a produção não foi suficiente. Reduzir trabalho leva à direção oposta (...)direito irrestrito de greve(...)uma tragédia, mas a sociedade vai saber se defender (...)aviso prévio proporcional(...)uma insanidade, teremos que vigiar a legislação (...)sociedade não foi esclarecida como deveria"* (Produto nº27 - Set/88 -Pg.8)

Ou nas palavras de Fúlvio Araújo Santos, na época vice-presidente da ACPA, vice-presidente da FEDERASUL, vice-presidente da FCDL/RS e Presidente da Confederação Nacional dos Clubes dos Diretores Lojistas:

*"...medidas como redução da jornada de trabalho, adicional de 30% nas férias, 40% de indenização sobre FGTS não seriam propriamente absurdas, mas virão onerar ainda mais os custos(...)poderão representar a virada do feitiço contra o feiticeiro, e talvez prejudicar mais ainda o nível de emprego, que é o que mais se almeja dentro de uma sociedade democrática".* (JC,19/09/88-Pg.6-7)

Trata-se, desta forma, não só de desqualificar os direitos sociais e trabalhistas, como de caracterizá-los, pelos custos sociais embutidos, como uma bomba de efeito retardado, que mais cedo ou mais tarde, acusará seus danos sobre a sociedade. Ao mesmo tempo, objetiva caracterizar como não-representativas, as organizações que defendem os interesses dos trabalhadores.

Através das reiteiradas entrevistas empresariais, investe-se amplamente no recurso às ameaças como meio de potencializar aliados ao seu projeto constitucional. Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais e Presidente do Grupo Gerdau, considerado o maior grupo siderúrgico do país, o qual durante os anos de 1988 a 1992,

ocupou a 2ª posição no ranking das 20 maiores empresas do RGS, é representativo deste discurso:

*"...turno de 6 horas ininterruptas de trabalho, exigirá uma ampla discussão entre empresariado e os trabalhadores(...) estamos abertos à negociação, mas **ninguém paga a conta sozinho**. Acho que esta questão não deveria estar na Constituição(...) só se resolve alguma coisa com mais trabalho e não com menos. Se os trabalhadores optarem por ganhar menos, ganharão menos. **O turno de 6 horas reduz os salários.**" (ZH,16/08/88-Pg.20)*

Em outro depoimento, exatamente um mês após, Gerdau amplia as ameaças de redução salarial e demissões, caso os trabalhadores não aceitem o turno de 8 horas.

*"...negociação dos dissídios coletivos é que vai determinar se o turno de 6 horas(...) resultará em dispensa de mão-de-obra ou não. Vamos negociar. **Se, por acaso, ficar decidido que os operários querem o turno de 6 horas, então seremos obrigados a dispensar(...) contratação de uma 5ª turma, devido à redução da jornada, é inviável**" (JC,16/09/88-Pg.8)*

É assim que, enquanto o metalúrgico e Deputado Federal Paulo Paim (PT/RS) denunciava as artimanhas utilizadas pelo empresariado para não cumprir a Constituição, e acusava o Ministério do Trabalho de "4º Poder" pelo lançamento de Portaria, dando prazo de 90 dias (sem autuações), para a "adaptação à Nova Constituição", o Presidente simultâneo da FIERGS e da CIERGS, Luiz Carlos Mandelli, afirmava que a maioria das empresas já tinham implantado o turno das 6 horas, qualificando como improcedentes as denúncias feitas pelos sindicatos. Segundo ele, *"...é que muitos trabalhadores estão pedindo para não fazer 6 horas que, no caso, são corridas, sem intervalo para almoço e sim as 8 horas, com intervalo"* (ZH,17/10/88-Pg.32)

Desta forma, enquanto o PT qualificava a Nova Constituição como "conservadora" e pontava retrocessos relativo à questão agrária e à tutela militar, os empresários centravam suas intervenções públicas na qualificação dos direitos sociais como contrários ao trabalhador. Transparece nas intervenções empresariais o pensamento autoritário que

qualifica a divulgação de seus interesses como "informação" e das organizações dos trabalhadores como "manobra". Como afirma Luiz Roberto Ponte:

*"...a mim não preocupa o aumento da carga nas folhas de pagamento dos empresários se isso fosse um instrumento redistribuidor de renda. Ocorre que, no fundo, eles não são redistribuidores de renda porque se incorporam nos custos dos produtos e são repassados para o consumidor, que é o próprio trabalhador(...)medidas que são contra o próprio trabalhador e que foram vendidas como de seu interesse(...)agora sociedade vai corrigir isso(...)turno de 6 horas vai ser letra morta(...)vai receber como extras as duas horas(...)o grande esforço do mundo para resolver o problema da miséria e da carência, foi aumentar a produtividade, produção maior com as mesmas pessoas ou com menos pessoas até. Na Constituição a preocupação foi o contrário: fazer a mesma coisa com mais gente. Foi assim que se vendeu a idéia".*  
(JC, 03/10/88-Pg.6-7)

Orientados sobre uma unidade capaz de homogeneizar discursos e práticas, forma-se uma ação concertada que objetiva não somente a demarcação das medidas constitucionais consideradas ameaçadoras ao desenvolvimento econômico do país mas, principalmente, a construção de uma rede de atores sociais que se reforçariam mutuamente, na emissão de sinais negativos à Constituição. Ou seja, trata-se de pulverizar entre várias frentes os ataques à Constituição, objetivando apresentá-los como consensualmente legítimos e socialmente partilhados. É assim que personalidades públicas do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário revezam-se nas críticas e ameaças à inexequibilidade da Constituição.

Trata-se de um conjunto de afirmações que tendem a desqualificar a Nova constituição e, mais grave ainda, ameaçá-la. Como parte do tripé que revitaliza a ameaça de golpe militar (que será analisada no terceiro capítulo), as inovações constantes na Constituição são consideradas como riscos à estabilidade social.

É assim, por exemplo, que o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Oscar Pereira, manifestava-se negativamente sobre uma Constituição que "dá aos trabalhadores direitos que possivelmente, de imediato, as empresas não poderão cumprir"; penaliza a União com a redistribuição das receitas com

estados e municípios e, o Legislativo sai fortalecido em relação ao Executivo, que não pode mais utilizar-se dos Decretos-Lei, embora ressalve ser favorável à sua extinção.(ZH,08/08/88). E o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Marcelo Pimentel, qualificava a Constituição de "colcha de retalhos", feita para não durar muito, devido às "reivindicações egoístas" de empresários, sindicalistas, estudantes e grupos organizados e onde a "perseguição ao capital estrangeiro não serve para um país em desenvolvimento como o nosso".(ZH, 29/10/88)

Se considerarmos apenas os títulos das matérias, que destacam declarações de políticos e ministros, pelo curto período de 3 dias, por exemplo, observaremos a recorrência dos ataques à Constituição, justamente por aqueles que deveriam ser os primeiros a destacar o seu cumprimento: "Carta não será obedecida, diz Lourenço"(Líder PFL, Deputado José Lourenço;ZH,30/08/88); "Constituição é inexecutável, diz Magalhães"(Ministro Comunicações,Antônio Carlos Magalhães; ZH,30/08/88); "Carta vai provocar bagunça"(Ministro Previdência Henrique Hargreaves;ZH,01/09/88); "Texto não tem coerência, diz militar" (não identificado; ZH,01/09/88).

Estas declarações estão inscritas dentro de um conjunto de atitudes que objetivam não só tensionar a opinião pública, desqualificando a Constituição - principalmente no Capítulo dos Direitos Sociais que como afirma Antônio Carlos Magalhães, "contemplou interesses específicos" - mas conjugava-se aos variados mecanismos utilizados para inviabilizar a aprovação e/ou implementação de determinadas medidas.

Entre as várias medidas que se somavam no cotidiano dos jornais, sobre "manobras" e tentativas de "desestabilização", destaca-se a ação do Consultor Geral da República, Saulo Ramos, que através de Pareceres, suspendia a aplicação de alguns artigos. Segundo Lula (PT/SP) "não podemos admitir que Saulo Ramos seja o Juiz da Constituição, interpretando-a a sua maneira e dizendo o que deve e o que não deve ser aplicado. Isso é um

absurdo.(...)São auto-aplicáveis o tabelamento dos juros reais em 12% e a licença maternidade, suspensos por Pareceres."(ZH,14/10/88). Na mesma linha, Néelson Jobim (PMDB/RS) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP) acusavam Saulo Ramos de querer "tumultuar", instruindo Pareceres e Decretos contrários às prescrições e aos objetivos constituintes.

Transparece, no conjunto das declarações veiculadas pelos meios de comunicação e das denúncias de alguns parlamentares e sindicalistas, a ação concertada entre empresários, governo e parcelas significativas do Legislativo e do Judiciário, que repousa convergência na recusa a medidas como Mandado de Injunção, Limitação dos Juros Reais, Restrições aos Capital Estrangeiro e, principalmente, Direitos Trabalhistas e Sociais.

Trata-se de uma ação que mais do que explicitar a convergência de interesses sob a ordem do capital, expõe o conteúdo da democracia desejada pelos defensores da lógica binária, ou seja, uma democracia que se perpetue pela eterna menoridade. Trata-se, portanto, de uma ação que rejeita não só a **incerteza** como parte do jogo democrático, conforme conceito de democracia de Adam Przeworski (1994), mas rejeita o próprio jogo democrático, enquanto conjunto de regras procedimentais generalizadas e socialmente respeitadas.

Mas, em que pese todo o empenho, a avaliação empresarial sobre a Constituinte reflete seu desacordo com o texto final aprovado. Segundo o advogado Nicolau Frederes, Assessor Jurídico da Federação das Associações Comerciais do RGS, os empresários "não souberam atuar na constituinte". Não só porque "subestimaram a Constituinte", pouco debatendo nas suas entidades de classe, mas porque não defenderam, junto com a esquerda, uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva: "Se a Constituinte fosse exclusiva, a pressão política e as bases dos trabalhadores não teria sido tão forte." Destacando a organização e a unidade dos trabalhadores, que investiram no processo Constituinte, preparando-se com antecedência e elegendo Deputados confiáveis, Frederes concluiu: "Acho que nos preocupamos nos últimos anos

em debates com Executivo Federal, com Ministros, com economistas, com o governo, com autoridades. (...) Os trabalhadores, por seu turno, **evidentemente**, não procedem assim." Segundo ele, os deputados apoiados pelos empresários "não gostam muito de serem vistos com o empresário, com líder empresarial (mesmo quando o que se está querendo é) transmitir a eles é uma **posição técnica sobre determinado assunto**". (Revista Lojista do Sul, nº 17, Out/88-Pg.14-15)

Assim, enquanto o Presidente da multinacional alemã Ferrostaal, Georg Von Heydebreck, em palestra na FIERGS, afirmava que o Brasil continuava "altamente atraente para os investidores estrangeiros", e que os novos direitos trabalhistas seriam mais sentidos pelas empresas nacionais, porque "as de capital estrangeiro já estão acostumadas à uma legislação que é bem mais generosa com os trabalhadores". (Produto, nº 27, Set/88-Pg.8), empresários insistiam em classificar tais direitos como abusivos e desproporcionais.

Repudiando a avaliação feita pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), o qual é definido como "organismo patrocinado pela classe trabalhadora" pela FIERGS, o jornal da entidade alerta para as "notas" atribuídas aos parlamentares, "de maneira subjetiva e à luz de uma ideologia que nem sempre representa a totalidade da classe trabalhadora". Listando os direitos sociais, e ironizando o "**vestibular**" patrocinado pelo DIAP, baseado na "averiguação da assimilação e a permeabilidade de parlamentares diante de teses demagógicas, retrógradas ou descabidas de bom senso", a FIERGS apresenta os "**20 mais**", segundo avaliação da FIESP/FEBRABAN. Entre eles, com presença certa, o Deputado Luís Roberto Andrade Ponte (PMDB/RS). (Produto, nº 29, out/88).

Desta forma, se o texto final da Constituição foi passível de severas críticas por parte do empresariado, também o foi, em sentido oposto, pelo PT. Destacadamente coerente, unido e ativo no processo Constituinte, o PT



foi, segundo Keck, o "único partido com projeto Constitucional completo" (1991;256).

Como parte do exercício ordinário da vida interna do PT, a posição do Partido sobre o voto SIM ou NÃO ao texto Constitucional e sua assinatura, foi abjeto de acaloradas discussões. O jornal EM TEMPO<sup>23</sup>, da Democracia Socialista(DS), em agosto de 1988, repudiava o voto SIM dado no primeiro turno, mesmo que protocoladas as ressalvas. De acordo com a matéria, o Diretório Municipal de SP já tinha aprovado (por consenso), que "a postura de denúncia e deslegitimação da Carta Constitucional é um dever de um partido que se reivindica socialista". Tinha aprovado, também, o encaminhamento pela não-assinatura "como forma de luta."

Segundo o jornal, "Voto SIM é um voto SIM(...)acordo pelo menos geral com o texto(...)altamente conservador(...)PT de alguma forma o está legitimando(...)se colocou, de fato, no bloco de Ulysses, não diferenciou sua posição(...)Voto SIM aparece justamente como um voto a favor da estabilidade e da tranquilidade, da transição".(Agosto/88, nº 228-Pg. 2-3)

A votação final no Diretório Nacional aprovou o NÃO ao texto por 33 votos contra 07 e 01 Abstenção. E decidiu, por 30 votos contra 08 e 03 Abstenções, a assinatura da Carta Constitucional. Em 23 de setembro (ZH), Lula declarava que Partido votaria NÃO, mas assinaria a Carta, pela participação institucional do PT no processo Constitucional.

De acordo com editorial intitulado "Para que assinar a Nova Constituição?", DS pondera: "PT rejeita a imensa maioria das leis que constituem a institucionalidade que emana da ordem burguesa capitalista, ordem que o Partido justamente procura destruir e, no seu lugar, construir uma sociedade socialista". (Set/88, nº 229-Pg.2)

Para o conjunto do PT, a Nova Constituição não avançou na resolução de nenhum dos grandes problemas nacionais e até retrocede em outros. Segundo declarações de importantes lideranças partidárias, como Lula,

Olivio Dutra e José Fortunatti, o novo texto não só manteve como até aumentou a intervenção legal dos militares na vida pública; conservou a estrutura sindical corporativista e retrocedeu na questão da Reforma Agrária.

O processo Constituinte traduz assim uma disputa que necessariamente atravessa as fronteiras das organizações empresariais e do Partido dos Trabalhadores. Para além de publicizar profundas diferenças entre os interesses dos trabalhadores e dos empresários, tem a Constituição a capacidade de refletir a correlação de forças na sociedade.

Das posições empresariais no início da transição<sup>24</sup> aos movimentos do final da década de 70, houve uma significativa mudança na sociedade. Não só o movimento organizado dos trabalhadores difundiu a prática participacionista e a valorização dos direitos sociais<sup>25</sup>, como o empresariado teve que adequar-se à uma nova situação, na qual não era mais possível simplesmente impor, unilateralmente, seus projetos.

A consequência é que a democratização pactuada, que pretendia o pluralismo dos indivíduos atomizados, confrontou-se, também, com um pluralismo de organizações sociais ativas e determinadas. É por esta razão que a democracia como "armadilha conservadora", na fala de Francisco Weffort(1986), embora verdadeira, seja contrabalançada pela emergência de sujeitos sociais não totalmente capturados.

Assim, embora o pluralismo da direita, segundo Leandro Konder(Apud Coutinho;1984), firme-se sobre uma unidade profunda e inabalável, que consiste em "impedir que as massas populares se organizem, reivindicuem, façam política e criem uma verdadeira democracia", possui o pluralismo, na prática, a feição das organizações que organizadas, reivindicam, fazem política e objetivam uma verdadeira democracia.

Entre a busca por direitos sociais e a recusa aos mesmos, definem-se não só os interesses dos sujeitos sociais, mas definem-se também qual o

conteúdo democrático de cada um. Se por democratas é possível identificar aqueles que *"conhecem, aceitam e praticam regras da democracia política"*, como afirma O'Donnell (1988b), é possível considerar que, mesmo a democracia política não é um valor disseminado, principalmente entre as elites dominantes. Não só porque rejeitam o dissenso, que é parte constituinte da democracia, mas também porque, do alto da arrogância autoritária que lhes é peculiar, desprezam as organizações dos trabalhadores. Avessas à *"incerteza organizada"* (Przeworski, 1994), tratam não só de criminalizar, habitualmente, as manifestações populares e sindicais, mas inclusive de auto-arrogar-se tutor legítimo de uma sociedade considerada eternamente menor-de-idade.

Neste aspecto cabe fazer uma consideração pertinente: a práxis empresarial brasileira, conforme ficou demonstrado até o presente momento desta análise, através das expressivas manifestações empresariais, não guardam especificidade regional capazes de garantir particularidade aos empresários porto-alegrenses em relação ao conteúdo prático e/ou ideológico. Seja quanto ao processo de democratização nacional, seja quanto aos direitos sociais e coletivos de outros sujeitos sociais externos à própria classe.

As características que conferem particularidade a este empresariado, em especial frente às eleições municipais de POA em 1988 e 1992, estão inscritas para além de uma especificidade restrita à própria classe, mas refletem, dialéticamente, as relações que estes mesmos empresários estabelecem com outros sujeitos coletivos, dentro de uma ordem social que os obriga a interagir, mesmo que resistente e reservadamente. Aspectos mais específicos da classe empresarial de POA, em especial através das entidades representativas pesquisadas, serão devidamente abordadas no IV capítulo deste trabalho.

## NOTAS

- 1 Faço esta referência de proximidade, porque partilho da opinião de Dreifuss sobre a permeabilidade entre os interesses civis e militares assentados sobre a ordem do capital. Isto significa que a soberania militar não representa o reduto da corporação, mas, sua utilização incisiva enquanto ameaça considerável aos avanços democráticos capazes de afetar a ordem do capital.
- 2 O estudo de Antônio Luiz Paixão (1988) é bastante esclarecedor sobre a criminalização como forma de controle social e seu conseqüente comprometimento da democracia. No seu texto sobre Democracia no Brasil, Octávio Ianni (1989), faz referência, de maneira mais diluída, sobre o recurso à criminalização como forma de deslegitimar práticas democráticas de setores populares. Da perspectiva dos direitos humanos, o texto de Ferraz Júnior (1988), sobre a trivialização dos direitos humanos, onde trivial é "algo que gera alta indiferença em face das diferenças."
- 3 Esta aliança firmada para concepção, organização e efetivação do golpe de 64, é brilhantemente analisada pelo extenso trabalho de René Dreifuss (1987a).
- 4 O trabalho de Boschi(1979) e de Wilson Suzigan(1976) - citado por Carlos Nelson Coutinho (1984)-, são reveladores sobre o papel que cabe ao Estado no desenvolvimento do capitalismo nacional, e quais os setores definidos (mais rentáveis e de retorno mais rápido) para o capital privado e capital estrangeiro.
- 5 Segundo o Censo utilizado por Diniz & Boschi (1979), o setor classificado como **Tradicional** responde às atividades nos ramos de madeira, mobiliário, papel e papelão, borracha, couros, perfumaria, sabões e velas, têxtil, vestuário, calçados, alimentos, bebidas, fumo, editorial e gráfica. O setor **Moderno** atua nos ramos não-metálicos, metalurgia, mecânica, material elétrico, material de transportes, química, produtos farmacêuticos.- Pág. 26
- 6 Paul Singer (1988) afirma que cada vez mais o Estado tende a implementar planos de estabilização, em detrimento de projetos de desenvolvimento nacional. As conseqüências reproduzem as tensões sociais inerentes às escolhas efetuadas para a resolução provisória dos conflitos distributivos, constitutivos do modo de produção capitalista.
- 7 Parece-nos que René Dreifuss é o autor que melhor trabalha a internalidade do poder, estabelecendo, nominalmente, a interrelação entre os interesses privados e o Estado. Principalmente no seu estudo sobre o golpe de 1964 (1987a) e sobre o Jogo da Direita (1989).
- 8 Sebastião Cruz(1984), analisando a Campanha contra Estatização, aborda a proeminência do setor financeiro em determinada conjuntura, o que lhe garante não só a presença direta, quanto a indicação de representantes confiáveis no aparato do Estado.
- 9 O artigo de Marcus M. Figueiredo e José A. B. Cheibub(1982), A Abertura Política de 1973 a 1981: Inventário de um Debate, é bastante esclarecedor sobre as diferentes posições e estratégias que conformam a riqueza deste momento histórico. in **BIB**(1982)
- 10 A distinção entre *Liberalização* e *Democratização* é feita tanto por Golbery do Couto e Silva(Weffort,1986), quanto por Alfred Stepan(1986). Assim enquanto a primeira representa um abrandamento nos mecanismos de censura, ampliando o espaço de atuação para organizações autônomas, o reconhecimento de algumas garantias constitucionais e uma maior tolerância à oposição política. A segunda é o espaço da contestação aberta, com direito de disputar o governo, com eleições livres, etc. Segundo Stepan, a *Liberalização* diz respeito, fundamentalmente, à sociedade civil. A *Democratização*, fundamentalmente, à sociedade política.
- 11 Para maiores informações sobre as entidades empresariais, Diniz & Boschi (1979); Boschi (1993); Grós (1993); Paz (1993); Dreifuss (1989).

**12** Vários autores não reconhecem na Revolução de 30, um processo de ruptura entre o modelo exportador e o modelo industrial emergente. Entre eles é possível destacar: Octávio Ianni (1988); Francisco Weffort (1986); René Dreifuss (1987a); Bóris Fausto (1987).

**13** Estas medidas foram: Lei Falcão, que impôs restrições ao uso dos Meios de Comunicação; Pacote de Abril, em 1977, que privilegiou a representação municipal (onde detinha maioria) para eleição dos governadores e tornou indireta a eleição de 1/3 do Senado; Extinção Bipartidarismo, em 1979, ambicionando fragmentar oposição concentrada no Movimento Democrático Brasileiro(MDB); Pacote de Novembro, em 1981, que proibia coalizações eleitorais. Diniz(1985).

**14** Região do ABCD, corresponde às cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, que concentram indústrias metalúrgicas e automobilísticas, no estado de São Paulo.

**15** As diferenças entre *morador* e *cidadão*, residem, resumidamente, na luta pela sobrevivência que desenvolve o primeiro, através da integração à cidade pela extensão de serviços e equipamentos coletivos elementares, enquanto tem o cidadão a capacidade de apreender a cidade também como espaço de vida pública e política. Para ambos, o processo de conquista das mínimas condições urbanas de sobrevivência é essencial. Esta distinção feita por Cardoso, Camargo e Kowarick é citada por Maura Vêras (1986).

**16** Como já foi colocado na introdução deste capítulo, não farei aqui a reconstituição da história e dos movimentos que deram origem ao PT, mas apenas as referências necessárias ao acompanhamento do argumento que estrutura este trabalho. Para maiores informações sobre o rico processo de criação do partido é possível destacar, entre outros: Margareth Keck (1991); Cláudio Couto (1995); Rachel Meneguello (1989).

**17** Francisco de Oliveira, num interessante artigo sobre o PT(1986), faz severas críticas ao reconhecimento do PT como o primeiro partido originado e representativo dos trabalhadores. Reclama ele do importante papel desempenhado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que tem sua origem e sua atuação voltada para os interesses dos trabalhadores. Não se trata aqui de desconhecer o indiscutível papel desempenhado pelo PCB, mas de reconhecer a originalidade do PT, não só pela sua base representativa, mas pela profunda coerência, nos seus primeiros anos de existência, entre o discurso da independência de classe e uma prática efetiva neste sentido.

**18** Este é o argumento que sustenta a instigante análise desenvolvida por Cláudio Couto(1995), no seu estudo sobre os conflitos entre o Diretório Municipal do PT a administração de Luiza Erundina, em SP, no período de 1989/1992.

**19** Este processo é sintética, mas interessantemente, abordado por Figueiredo e Cheibub (1982).

**20** A análise deste procedimento é habilmente analisado por René Dreifuss, no seu estudo sobre o Jogo da Direita(1989).

**21** As elites orgânicas, conforme conceito de Dreifuss(1987b), são um núcleo de vanguarda político-intelectual e um braço operacional, orgânicamente vinculado a uma classe, bloco ou fração. São centrais ou laboratórios de idéias e de pesquisa, fundações e agências de planejamento e consultoria que servem à classe dominante (sem serem necessariamente partes dela ou participantes da ação política direta) e as unidades de ação, grupos táticos visando alvos específicos e fins limitados, no âmbito de uma estratégia encabeçada por elites orgânicas que as orientam para ações conjunturais e de curto alcance.

**22** Declaração de Antônio Rocha Diniz, Presidente da Federação Nacional dos Bancos. *in* Nunes (1993;99).

**23** Não foi possível acompanhar esta polêmica nos jornais da Convergência Socialista, já que, apesar do empenho de muitos militantes, não foi se conseguiu o resgate de todos os jornais do período pesquisado.

**24** As diferenças internas do empresariado, ao nível nacional, a partir do processo de transição, são instigantemente abordadas pelos trabalhos de Gleider Paz (1993); Sebastião Cruz (1984) e Boschi (1979), entre outros.

**25** O trabalho de Maria Hermínia Tavares de Almeida (1988) e Eli Diniz (1989) são expressivos na abordagem deste processo.

### CAPÍTULO III

#### DE BODOQUE À VIDRAÇA

As eleições municipais de 15 de novembro de 1988 refletem uma conjuntura particular. Uma conjuntura que registra o final do processo constituinte, o qual polarizou segmentos significativos da sociedade; uma inflação assustadora e explosiva; a ascensão do movimento grevista em todo país; um governo autoritário e sem credibilidade e a perspectiva das primeiras eleições presidenciais, pós-ditadura militar, em 1989.

Refletem, conseqüentemente, a ação e reação dos sujeitos sociais envolvidos neste processo, em que mais do que um pleito municipal, estava em jogo a implementação de um projeto de sociedade, que atingiria seus objetivos com a eleição presidencial do ano seguinte. Este é o quadro nacional das eleições municipais de 1988 que permitem a compreensão, não só da vitória do Partido dos Trabalhadores em importantes capitais do país, mas também o profundo impacto que esta vitória exerceu sobre o empresariado e políticos em geral.

Um empresariado que, como já vimos no capítulo anterior, tem uma concepção democrática bastante elitizada, onde elementos de ativa participação não contemplam abrangência social, mas exclusividade empresarial. Desta forma, ao restringir a democracia ao exercício do voto, enquanto universo social mais abrangente, o empresariado expõe os limites do Estado privatizado. Neste sentido, as eleições municipais de 1988 espelham não apenas a realização da democracia representativa, mas também, a disputa pela manutenção do Poder Local enquanto espaço exclusivo de um público seletivo. Mais uma vez, como já foi oportunamente exposto em outro momento desta dissertação, trata-se, fundamentalmente, de disputas que envolvem, para além de cargos eletivos, projetos sociais mais amplos.

Projetos que, pelas exigências da formalidade democrática, acabam necessariamente expostos à apreciação pública, em que pese a habilidade de políticos, intelectuais e assessores em soterrá-los sob campanhas que acentuam pseudo disputas travadas exclusivamente sobre as qualidades pessoais dos candidatos.

### I -A conjuntura das eleições municipais em POA

O empresariado, inconformado com os resultados da nova Constituição, em inúmeras circunstâncias reafirmou sua resistência à implementação dos dispositivos constitucionais relativos aos direitos trabalhistas e sociais. Apostando numa correlação de forças favorável durante a regulamentação das leis complementares, o empresariado conclamou a união e em várias oportunidades, ratificou os muitos obstáculos "para serem colocados em prática as inovações da nova Constituição"(09/09-ZH), nas palavras do Presidente da FEDERASUL, César Rogério Valente. Em algumas declarações expôs a arrogância empresarial ao orientar que as "empresas não adotem nenhuma das medidas trabalhistas aprovadas(...)antes de concluir os estudos sobre o assunto" (FIESP,18/10-ZH).

Revezando declarações de arrogância e contestação à nova Carta com afirmações de respeito à Constituição, vai o empresariado criando um clima de instabilidade quanto ao cumprimento das leis. Tem este processo a capacidade de revelar um duplo caráter: primeiro, ele traduz a tradicional arrogância empresarial que se julga sobreposta aos dispositivos constitucionais e, segundo, fermenta a rejeição nos trabalhadores quanto à postura dos empresários, que tão enfaticamente agridem e desrespeitam direitos legitimamente conquistados.

Assim, enquanto a CUT exige o imediato cumprimento dos direitos trabalhistas e sociais, entre outras condições para participação nas



rodadas de negociações do Pacto Social proposto pelo empresariado, os trabalhadores desenvolvem greves por todo o país, como meio de garantir o poder aquisitivo dos seus salários.

Com uma inflação mensal oscilando em 20%, o Brasil fechou o ano de 1988 com uma inflação acumulada de 933,62%, contra os 365,90% de 1987 e os 62,40% de 1986 - ano do Plano Cruzado I e II. Não causa estranheza, portanto, que ao nível nacional, só nos meses de agosto a dezembro de 1988, foram 342 greves e um total de 3.935.830 grevistas de braços cruzados. Adicionando as 173 paralisações que não foram computadas pelo DIEESE, por falta de dados, chegaríamos ao total de 515 movimentos paredistas, ao nível nacional, no mesmo período.

Se, estreitando este quadro, considerarmos apenas as greves com todos os dados necessários ao levantamento do DIEESE, encontraremos no movimento dos trabalhadores no estado do RGS, um total de 134.000 grevistas no mesmo período. Destes, a maioria eram funcionários do setor público estadual. Ou seja, no que aqui nos interessa, tinham presença na capital do estado.

O município de POA, respeitando o mesmo critério do DIEESE, registrou, nos meses de agosto à dezembro de 1988, um total de 18.600 grevistas. Sendo que destes, 14.000 eram funcionários da PMPOA. Os demais eram trabalhadores da construção civil, servidores da saúde e de processamento de dados. Isso nos permite apreender, para além dos números expressivos de greves e grevistas, a tensa polarização que conforma os movimentos paredistas. É um momento privilegiado para a visualização do antagonismo entre interesses condensados entre capital e trabalho. Mesmo que o capital, em muitos movimentos, esteja personificado no Executivo federal, estadual ou municipal.

A particularidade da greve dos municipais, que durou ao todo 24 dias, não reside apenas na sua extensão mas, principalmente, pelo conteúdo

dos enfrentamentos que envolveram municipais e o Prefeito Alceu Collares (PDT).

Depois de recursos na Justiça para exigir cumprimento do piso nacional de referência, protestos e paralisações parciais, os municipais decidiram entrar em greve no início de outubro. Denunciando aumentos de 3.647% no salário do Prefeito contra reajustes de 1.451% no salário do operário municipal, os servidores reclamavam da desafagem de 157% e do "clima de retaliação" por parte do Prefeito, com aumentos diferenciados por Secretaria.

Alceu Collares desde o início caracterizou o movimento como "suicida". Recusando negociações e mantendo-se intransigente nas condições, esperava acabar com a greve dividindo a categoria, embora, como afirmava "não desejasse isso". Segundo ele, era uma paralisação "violenta e agressiva", organizada por partidos "e grupos do quanto pior melhor, que radicalizam a luta. Se fizessem isto contra partidos conservadores vá lá, mas contra nós do PDT, não há como perdoá-los"(ZH,13/10).

Recorrendo à decretação do estado de calamidade pública, devido ao lixo jogado nas ruas da cidade, Alceu Collares não só acusou o movimento de intransigente e identificou uma "situação de guerrilha urbana", como acusou evidências "da intenção política do PT". (ZH,11/10) No dia 20 de outubro, em nota paga, o Prefeito acusava formalmente o PT, afirmando que "uma minoria de servidores permanece paralisada, obedecendo a estímulos de uma pequena e bem aparelhada liderança de ativistas políticos de clara filiação a um partido político, o PT, que busca encurralar o governo, reduzir o impacto de seu reconhecido êxito administrativo e evitar a entrega ao povo do imenso leque de obras em conclusão. O PT só quer dividendos ideológicos e eleitorais para os seus candidatos".

Denunciando "constrangimentos físicos e morais", firmou-se uma verdadeira central de boatos, que incluía denúncias desde ameaças contra

membros do Executivo e funcionários não-grevistas até espancamentos, ameaças de morte contra o Prefeito e depredação patrimônio público, entre outras. O curioso, conforme apontou um jornalista, é que nenhum destes fatos teve registro de ocorrência policial ou confirmação pelo tenente Reis, do 9º BPM responsável pela segurança da área. (ZH, 15/10)

A disparidade salarial, segundo Alceu Collares, foi feita *"proposital e conscientemente, para enfrentar a greve"*. Segundo ele não existia alternativa *"a não ser deixar a greve chegar ao fim por esgotamento"* (18/10-ZH). A relação entre Prefeito e municipais manteve-se tensa inclusive após o retorno destes ao trabalho. Enquanto os servidores denunciavam: *"PDT, da rosa só conhecemos os espinhos"*, o Prefeito promovia processos e descontava salários, *"pela humilhação que infringiram aos que queriam trabalhar"* e porque o dinheiro é do povo e que por isso *"não há como fazer generosidades"*. (25/10-ZH).

Desta forma, em que pese os vários embates judiciais que se desenvolveram para garantir o pagamento, a decisão só foi declarada em 10 de novembro, porque, segundo o Prefeito, decidiu atender ao apelo das lideranças pedetistas<sup>1</sup>, no sentido de *"ter um gesto de grandeza"*, anistiando os grevistas (10/11-ZH). A resposta dos municipais veio através de nota paga, no dia 11 de novembro, denunciando intransigência e resistência ao cumprimento da lei e conclamando a todos *"para que no próximo dia 15 não se omitam na escolha da nova administração"*.

Durante o desenrolar deste movimento que freqüentou as páginas dos jornais locais e que, necessariamente, acabou fazendo parte da disputa eleitoral, muitos foram aqueles que direta ou indiretamente acusaram o PT como responsável pela greve. Ou, para sermos mais precisos, pelas greves que se desenrolaram ao nível local, estadual ou nacional.

O Governador do Estado, Pedro Simon (PMDB), não só apoiou as denúncias e a postura de Alceu Collares, como foi parceiro importante na

caracterização das greves como *"de cunho político"*, as quais não poderiam continuar, sob risco de comprometer a transição para a *"plenitude democrática"*, onde a agitação só serve àqueles *"que são inimigos da democracia"*. Como afirmava: *"não podemos fazer o jogo daqueles que quanto pior melhor"*.(21/10-ZH). Engrossando o coro dos que entendem o conflito trabalhista como perturbação da ordem, o Presidente da República(PFL), afirmava que a greve devia-se a *"alguns aproveitadores desejosos de formar sindicatos que, para isso, exploram o servidor público com reivindicações impossíveis de atender."*(29/10-ZH)

Com a proximidade das eleições e na curva ascendente da inflação e das greves, centradas, principalmente, no funcionalismo público, o empresariado começou a movimentar-se ativamente na perspectiva de firmar o pacto social. Movimento inicialmente restrito à SP, o que valeu agudas críticas de empresários gaúchos onde, segundo o Presidente da FEDERASUL, César Rogério Valente, *"o assunto vem sendo tratado de forma totalmente misteriosa, como se a idéia fosse acertar um acordo e o país seguir atrás."*(Jornal FEDERASUL,26/09/88-Pg.3).

A idéia do pacto tornou-se a grande vedete que ocupou lugar privilegiado nos discursos, declarações, editoriais e manchetes dos jornais. Tratava-se de construir um consenso que, pela lógica binária, implicava em qualificar a alternativa do pacto como a única saída possível e a oposição à ele como a manutenção do *"caos"*, opção dos defensores do *"quanto pior melhor"*.

Luiz Carlos Mandelli, Presidente da FIERGS/CIERGS, foi o único gaúcho a fazer parte do Comitê Executivo dos Empresários, composto de nove nomes. *"Convictos de que qualquer idéia de pacto pressupõe sacrifícios de ambas as partes"*, os empresários trataram de vencer resistências acenando com a perspectiva de estabilidade econômica futura. Como parte fundamental do pacto, a primeira condição empresarial para os entendimentos pautaram-se

pela "trégua" nas greves. Como dizia matéria da ZH: "*FIERGS não quer greves durante as discussões*". (18/10)

A CUT não participou do pacto social. Dentro de uma linha próxima à fina ironia de Jô Soares, que declarava que pacto é "*uma situação onde os trabalhadores não pedem aumento e os empresários, em contrapartida, não dão*", a CUT, desde o princípio, impôs condições para participar. Além do contrato coletivo de trabalho e unificação da data-base, a CUT exigia a reposição das perdas salariais e reajustes mensais nos níveis da inflação. Como afirmava Jair Meneguelli, Presidente da CUT, "*queremos deixar claro que não somos responsáveis pela inflação*". (11/10-ZH).

Assim, enquanto estudos do DIEESE apontavam, em 1988, uma concentração de renda imoral, onde os 50% mais pobres detinham 12% da riqueza nacional e os 10% mais ricos retinham 49% (DIEESE, ANUÁRIO, 1993; 22), os políticos e empresários, conclamavam trabalhadores à sua cota de sacrifícios. Contavam para tanto, com sindicalistas como Luiz Antônio Medeiros, criador do *sindicalismo de resultados* da Força Sindical. Não é por acaso, portanto, que enquanto Jair Meneghelli, da CUT, declarava que "*não há pacto entre desiguais*", Luiz Antônio Medeiros, juntamente com Mário Amato, Presidente da FIESP<sup>2</sup>, eram agraciados com o Prêmio Mérito Brasilidade, pela iniciativa do diálogo. Na mesma ocasião, Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB, foi eleito o Destaque da Área Política.

Numa dinâmica cada dia mais comprometida pela voracidade dos aumentos dos preços, alimentados, inclusive, pelos setores envolvidos nas negociações, o pacto foi fazendo água. Em um processo de progressiva maleabilidade verbal e prática, os empresários foram substituindo referências de *teto* ao aumento dos preços, pela expressão de *média*, e por último, lançaram o efeito *gangorra*, que pretendia fazer compensações nos aumentos, com percentuais diferenciados entre setores distintos. Na mesma proporção, pretendiam a eliminação da URP (que garantia o reajuste dos

salários), e a fixação de "metas a serem alcançadas para a inflação(...)em **ritmo decrescente**, com preços e salários reajustados dentro do que foi estipulado e nos mesmos níveis". Segundo Roberto Della Manna, Coordenador do pacto pelo lado empresarial, "nenhum sistema econômico consegue se estabilizar pagando salários reais por tempo indeterminado."(ZH,04/12).

Importa observar, entretanto, que estudos do DIEESE, apontavam significativas perdas provocadas pela política salarial vigente na época. Conforme cálculos, as perdas das categorias variavam de acordo com a data-base. Desta forma, os trabalhadores com data-base em dezembro, por exemplo, precisariam de reajustes da ordem de 68,03%, já que acumulavam 40,49% de defasagem. Segundo DIEESE, o estudo "leva em consideração as taxas de inflação brasileira (oficiais) medidas pelo Índice de Preços ao Consumidor(IPC) e as antecipações salariais relativas às URP's. Assim, os dados da perda salarial mostram qual a queda percentual do poder de compra do último salário recebido, em relação ao poder de compra do salário fixado no dissídio." (ZH,06/12/88)

Atentando para o que considerava "ingenuidade" dos empresários, César Rogério Valente(FEDERASUL), declarava que "os empresários estão assumindo a co-responsabilidade da política econômica, que é inerente ao governo, **sem** nenhuma **contrapartida** no recebimento de **poderes** correspondentes". Ou, em outro trecho de seu discurso: "**O Congresso tem poder sem responsabilidade e os empresários assumiram responsabilidade sem poder**". Desta forma, segundo Valente, é necessário "**resgatar a credibilidade dos empresários**, que já está comprometida(...)Será preciso, também, **tornar o pacto da sociedade um pacto contra o Estado**, ou seja, contra o Executivo e o Legislativo, para que esses poderes exerçam suas obrigações, atualmente jogadas nas costas dos empresários e trabalhadores".(Jornal FEDERASUL,14/11/88-Pg.3)

Estas declarações são expressivas do pensamento autoritário e elitista do empresariado. Caracterizam não só a reivindicação exclusiva

pela participação nas esferas decisórias, na tentativa de isentar-se da responsabilidade econômica e social, mas objetiva também a desqualificação do Estado. Na mesma linha converge o empresariado de modo geral, responsabilizando o Estado pelo fracasso do pacto: Estado *inchado*, *ineficiente* e *gastador*.

Ancorado sobre a mesma sustentação ideológica que determina a redução do Estado e a ampliação do mercado, a polêmica do *sábado inglês*, é um bom exemplo da fúria empresarial contra a intervenção do Poder Executivo sobre as leis do mercado. Mesmo que, no caso, este poder seja local. O projeto do *sábado inglês*, determinando o fechamento dos estabelecimentos comerciais aos sábados à tarde, equivalia, segundo editorial da ZH<sup>3</sup> do dia 03/10/88, "*a advogar a crescente interferência do setor público - no caso o municipal - em atividades que dizem respeito aos cidadãos, à iniciativa privada, à legítima aspiração de progresso econômico e social*".

Fundado sobre a lógica binária que orienta as grandes disputas, o polêmico *sábado inglês* invariavelmente esteve associado ao atraso em contraposição à tendência mundial modernizadora. Tratava-se, como definiu o Presidente do Clube dos Diretores Lojistas de POA (CDL) e Diretor da ACPA, Wilson Nailor Nöer, de um recurso *demagógico*, *oportunista* e *eleitoreiro*. É sobre esta caracterização que os vereadores simpáticos ao substitutivo de Terezinha Irigaray (PDT), foram tratados, homogeneizadamente, pelos empresários e pelos meios de comunicação

Afirmando que "*o livre comércio é fundamental para o desenvolvimento das atividades empresariais e faz parte do próprio conceito básico da livre iniciativa e economia de mercado*" (FEDERASUL, 05/12/88-Pg.2), ou reivindicando a elementar função do comércio de "*prestar serviços ao consumidor*", cujo objetivo é estar "*à disposição em quaisquer dias da semana*" (Revista Lojista do Sul, n°16-set/88-Pg.8), o empresariado vai elencando um conjunto de prejuízos aos consumidores e aos comerciários, em

particular. Mais do que auto-arrogar-se defensor dos direitos do consumidor, o discurso empresarial alertava para os quase 6 mil postos de trabalho que seriam inviabilizados; o aumento de salário daí decorrente (pela redução da oferta de mão-de-obra); a ameaça de demissões; redução de ganhos pelas comissões auferidas aos sábados, etc. Tratava-se, assim, de convencer os quase 100 mil comerciários de que seu Sindicato os prejudicava e que os políticos que diziam defendê-los assim não procediam.

Aos argumentos fundados sobre o contumaz desrespeito à legislação trabalhista; os baixos salários; a excessiva jornada de trabalho; a contratação de temporários quando da chance de ganhar mais (nas datas festivas), respondiam não só com a incitação às denúncias públicas destes maus empresários e o cumprimento da legislação através do acionamento da Justiça Trabalhista, mas utilizavam-se da comparação com outras profissões, como médicos e jornalistas, por exemplo, para afirmar: *"A pessoa opta e o que faz o horário é o próprio ramo. (...) Nem todos são obrigados. Existe a possibilidade de escolha."* (Editorial JC, 08/08/88)

Através de campanha publicitária, que objetivava reforçar a polaridade que se produzia na sociedade, foi lançada uma peça publicitária que, marcada pelo preconceito, contrapunha o *sábado português* ao *sábado inglês*. Este devidamente alertado pela impropriedade da definição do projeto que tramitava na Câmara de Vereadores, já que lá (Inglaterra) imperava a plena *"liberdade"*. Dentro da mesma lógica, outra peça que contrapunha Consumidores e Comerciários afirmava: *"Sábado Inglês. De um lado é ruim. Do outro também"*. Esta peça publicitária, veiculada no JC em 06/10/88, trazia a assinatura de 30 entidades, entre Federações, Sindicatos e Associações.

Eleito como referência deste polêmico processo, o empresário José Galló, teve espaço garantido não só nos periódicos empresariais, quanto na ZH e JC. Teve este empresário, segundo ZH, *"demonstração de audácia"*, ao



abrir sua loja, desrespeitando lei proibitiva do município de Canoas/RS. Em entrevista à ZH, no dia 11/12, o empresário definia-se como um "defensor da idéia de que o mercado é o grande juiz das nossas ações" assim, se "há consumidores dispostos a comprar sábado à tarde, esta é uma questão intocável, que fica acima de qualquer ideologia". Em sua defesa argumentava: quisera apenas atender a expectativa dos consumidores. Afirmando que o "lucro é bom, é bonito, desde que resultado da competência, da eficiência empresarial. Não o lucro que venha do favorecimento ou de subsídios". Na arrogância peculiar à classe, informava: "não farei qualquer manifestação para que meus **colaboradores** não se sindicalizem. Mas os sindicatos precisam defender bandeiras compatíveis". Reivindicando o direito daqueles comerciários que querem trabalhar e taxando de socialmente injusta a milhares de trabalhadores, a medida restritiva, concluía: "Temos um tripé muito importante: o consumidor; o fornecedor e o colaborador. E aliamos a isto uma política de gestão participativa."

Desta forma, quando a Câmara Municipal de POA rejeitou o sábado inglês, em 18/12/88, os comerciários afirmaram: "O fato da Câmara de Vereadores ter rejeitado o projeto não significa que a categoria vai parar com a luta(...)ano que vem esse projeto certamente será aprovado, uma vez que terá uma composição mais favorável aos trabalhadores, já que boa parte dos votos que contribuíram para essa renovação certamente foram dos comerciários."(JC-19/12;pág.7)

De posse destes dados é possível antecipar o quanto todo este processo de enfrentamentos entre Executivo Municipal e servidores; ataques aos direitos sociais garantidos na nova Constituição; inflação galopante e greves ascendentes; disputas setoriais e pactos, foram conquistando para o PT uma referência social confiável e comprometida.

Na exata medida em que partidos com tradicional relevância na cidade assumiam atitudes e declarações que revelavam um conteúdo democrático

"menor-de-idade", o PT foi consolidando espaços - adentrados anteriormente ou não pelo trabalho militante - e tornando-se uma alternativa de poder real para um amplo número de eleitores.

## II - Os meios de Comunicação formadores de Opinião

Antes de identificarmos cada um dos jornais pesquisados - Zero Hora e Jornal do Comércio - faz-se necessário sublinhar o papel considerável que os meios de comunicação de massa exercem sobre a sociedade e que, por decorrência, interferem nas campanhas eleitorais. A capacidade de destacar determinadas figuras públicas, cobrindo declarações e atitudes, acentuando sua performance social - sempre a partir de um projeto estratégico que informa o certo e o errado, o moderno e o superado -, atua como importante mecanismo de formação da opinião pública.

Reivindicando neutralidade no exercício da informação, imparcialidade nos espaços concedidos à cobertura de certas personalidades públicas<sup>4</sup>, os jornais - assim como outros meios de comunicação de massa - introjetam, cotidianamente, elementos valorativos que vão constituindo o ideário social dos leitores e, por conseguinte, dos eleitores. Trata-se assim de um processo lento e eficiente para a ratificação de determinadas idéias e valores, as quais, sob a aparência de generalidade social, sustentam o argumento da inviabilidade dos projetos particulares, apresentando-os como socialmente superados. Conheçamos mais de perto, pois, o poder de penetração destes jornais no público leitor de POA.

O Jornal Zero Hora, fundado em 04 de maio de 1964 por Maurício Sirotsky Sobrinho, pertence ao Grupo Rede Brasil Sul (RBS)<sup>5</sup>. Com uma tiragem diária média, em 1988, de 108.395 jornais, sendo 84.982 para venda avulsa e 23.413 para assinaturas<sup>6</sup>. O ZH tem um público leitor

concentradamente formado por pessoas físicas. Das assinaturas, apenas número próximo de 800 são de pessoas jurídicas.

Conforme pesquisa feita pela XXXV Estudos MARPLAN, no 1º semestre de 1993, na Grande POA, e que nos serve de parâmetro, uma média de 52% dos leitores do ZH são homens e 48% são mulheres, durante os dias da semana. Porém, o ZH Dominical apresenta uma inversão: 48% homens e 52% mulheres. Considerando-se classe social<sup>7</sup>, 55% pertencem à classe A/B e 33% à classe C. As classes D e E têm uma leitura situada em 12%, tratando-se dos dias úteis. Os assuntos mais lidos são divertimento e noticiário local, com 81%. O noticiário nacional com 75%, o noticiário policial com 71% e o noticiário internacional com 69%.

O Jornal do Comércio foi fundado em 1933, por Jenor C. Jarros e é, fundamentalmente, uma empresa familiar. Tem apenas um sócio fora da fronteira da família Jarros: Homero Guerreiro, com participação de 1,68%<sup>8</sup>. Com uma tiragem, em 1988, de 52.000 jornais diários, sendo que 95% corresponde às assinaturas e apenas 5% para venda avulsa, o JC tem circulação em todo o estado do RGS e representantes em SP, RJ e Brasília.

Segundo o Gerente de Circulação, Sr. José Santiago, o público assinante é formado majoritariamente por pessoas jurídicas, concentradamente na área comercial, advocacia, contadores, economistas e firmas que atuam na área de auditoria.

Desta forma, ambos jornais são demonstrativos da penetrabilidade social e da capacidade que detêm na formação de opinião. É a partir desta constatação que nos é possível apresentar uma síntese dos editoriais que conformaram o período pesquisado<sup>9</sup>, o acompanhamento eleitoral e os constantes destaques às ameaças de golpe militar, firmado sobre um tripé sustentado nos direitos sociais da Constituição; na crise econômica e social do país e nas greves que eclodiram por todo o país.

a - Os Editoriais

Os editoriais de ambos jornais apresentam fina sintonia na defesa da redução do Estado, na supremacia do mercado e na lógica da racionalidade única, que consiste na eleição dos elementos legítimos de representatividade democrática. Trata-se, em outras palavras, da construção do discurso homogêneo, que ao mesmo tempo que qualifica práticas e discursos, eleitos legítimos, desqualifica todos os demais.

QUADRO 2  
 DEMONSTRATIVO GERAL DAS TEMÁTICAS DE MAIOR FREQUÊNCIA<sup>10</sup> -  
 PERÍODO 01/08 A 31/12/88  
 JORNAL ZERO HORA

<u>ASSUNTO</u>	<u>TOTAL</u>	<u>ATÉ ELEIÇÃO</u>	<u>PÓS ELEIÇÃO</u>
<u>Estado</u>	<u>31</u>	<u>20</u>	<u>11</u>
<u>Constituinte</u>	<u>25</u>	<u>25</u>	<u>00</u>
<u>Política RGS</u>	<u>18</u>	<u>13</u>	<u>05</u>
<u>Pacto Social</u>	<u>16</u>	<u>11</u>	<u>05</u>
<u>Eleições Municipais</u>	<u>13</u>	<u>04</u>	<u>09</u>
<u>Assuntos Sociais*</u>	<u>13</u>	<u>06</u>	<u>07</u>
<u>Greves</u>	<u>12</u>	<u>12</u>	<u>00</u>
<u>Pol. Internacional</u>	<u>09</u>	<u>07</u>	<u>02</u>
<u>Atuação Congresso</u>	<u>09</u>	<u>02</u>	<u>07</u>

\* = Incluem-se neste tópico abordagens mais gerais sobre sociedade, que tratam sobre Educação; Redução Natalidade; Imprensa; Pobreza; Salário Mínimo & Direitos Humanos.

Tem o Estado a maior frequência nos editoriais. Questionando o tamanho do Estado, apontando a necessidade de enxugamento, de cortes e demissões; criticando a inércia e o imobilismo do governo; caracterizando o público como improdutivo, parasitário e estagnado, contraposto ao privado produtivo e dinâmico, os editoriais da ZH apresentam o Estado como o próprio elefante branco, pesado e ineficiente.

Tratando de uma forma indistinta o Estado e o governo, as críticas constantes nos editoriais atingem tanto a estrutura do Estado, quanto a política implementada pelo governo no Estado. Em um editorial mais elaborado, intitulado "O mito desmontado" (12/10), o neo-liberalismo sem

fronteiras tripudia tanto sobre as experiências do socialismo real quanto da social-democracia européia. Segundo o editorial, "tanto nos países que seguiram o curso implantado na Rússia em 1917, como no Oeste Europeu, por meio da social-democracia, tentou-se resolver os problemas das desigualdades sociais via ação estatal(...)A panacéia, porém, passado os anos de ilusão, acabou por se revelar ineficaz, originando uma profunda revisão de métodos e de estratégia de desenvolvimento". Citando Alexandre Cipka (economista da Academia de Ciências da União Soviética), ressaltava o "esquecimento" pelo marxismo, de considerar a preguiça, as diferentes capacidades pessoais e a mediocridade. Desta forma, concluía: no "Brasil, alguns setores políticos pretendem enveredar o país por rumos que os próprios inventores renegam por ineficazes(...)parece que ainda se pretende incentivar a preguiça e a mediocridade via Estado e burocracia". O recado imbutido, mais do que uma dura e articulada crítica ao Estado, trata de desqualificar propostas de re-orientação e desprivatização do Estado. Conseqüentemente, trata de estimular a recusa social a formas caracterizadas como superadas e ineficientes.

Dentro desta mesma linha e afinado com o discurso empresarial, a segunda maior presença temática é justamente a Constituinte. Das 25 vezes que comparece, 11 são para atacar os dispositivos propostos, 10 são para elogiar e 04 para avaliações mais genéricas. Os ataques, sistematicamente, estão centrados no **Direito de Greve** ("Grevismo"), **Direitos Sociais** ("Utopia"), **Reserva de Mercado** ("Xenofobia") e na **Estabilidade do Servidor Público**. Os elogios, por seu turno, referem-se ao **Fim da Censura**, **Descentralização**, **Fortalecimento do Legislativo**, **Modernização da Justiça** e **à Democracia** vigente com a Nova Carta.

A democracia, embora não apareça de forma exclusiva na maioria dos editoriais, é o pano de fundo que sustenta várias análises. Serve tanto para justificar o ataque ao **Grevismo**, considerado despropositado e

irresponsável com a construção democrática, quanto serve para fazer a apologia da superioridade do livre mercado, do malfadado Estado leviatã e da livre concorrência. Existe uma apropriação ideológica da palavra, que consome uma idéia e uma prática que prescreve sua aceitação total ou a recusa à democracia como princípio: Ou acata-se o ideário da democracia liberal na sua plenitude ou a vestimenta de anti-democrático. E nesta democracia liberal, a liberdade é a de mercado, a igualdade é a formalidade constitucional, a responsabilidade é social e o sacrifício é da Nação.

O pacto social, por seu turno, é a grande vedete deste período. Não necessariamente pela quantidade de vezes que aparece nos editoriais, mas porque constitui, assim como a democracia, a grande aposta política que explicita uma lógica de construção social. Em outras palavras, sendo a inflação apresentada como o inimigo número 1 da sociedade, como o monstro social que a todos devora, indistintamente, a destruição do monstro da inflação, a solução da crise é, antes de tudo, de responsabilidade social. A conquista da estabilidade - o ideal a ser perseguido - depende da cota social de sacrifício.

Dentro desta construção social lógica, as greves são tratadas como anti-sociais, pois representam a sobreposição do interesse privado sobre o interesse público, do egoísmo sobre a solidariedade. A pregação anti-corporativa reveste-se assim de um chamado ao desapego às estreitezas dos interesses específicos e um chamamento ao espírito cívico.

Qualificadas negativamente como um exercício contra a sociedade, o futuro e a democracia, as greves são apresentadas como a opção pelo confronto, pela violência e pela sabotagem. Trata-se de "ativistas (que) *demonstram sua incapacidade de conviver com o clima de liberdade*"(13/10) sob orientação de lideranças "irresponsáveis, demagógicas e ativistas sem maturidade cívica."(10/11)

Como é um período de expressivas greves do setor público, representa um ingrediente a mais para sustentar a argumentação privatista. Contraposto ao setor público, a iniciativa privada - *"que realmente produz"* -, é caracterizada como aquela onde os trabalhadores não detêm privilégios descabidos e não fazem greves indiscriminadas, como o *"modismo"*(04/11) vigente no setor público, fruto de uma *"embriaguez de liberdade"*(30/10).

Desta forma, se a erosão salarial é um problema que afeta toda a sociedade, não é compreensível que alguns a tudo e a todos atropelem, provocando a *"exacerbação das tensões e conflitos que podem acabar golpeando as instituições"*(21/10).

É assim que a análise da atuação parlamentar refletia, entre outras coisas, críticas mordazes à aprovação do aumento de 100% no salário mínimo. Equalizando aumento salarial e inflação e, por decorrência, desemprego, a ZH prestou-se a provar, através de cálculos, o quanto este aumento, fruto da *"prodigalidade dos deputados e senadores, que sofrem de "estrabismo parlamentar"*, iria representar para a economia, alimentando a inflação e aumentando o desemprego. A opção é pela defesa da gradatividade da recomposição e a conclamação taxativa: *"O que precisamos é de mais trabalho, mais produção."*(15/12)

Se poucos editoriais dedicaram-se exclusivamente à temática da eleição municipal propriamente dita, sob formas outras seu conteúdo foi uma constante no conjunto dos editoriais analisados. Sob as mais diversas temáticas (Estado, Constituinte, Pacto Social, Greves, etc) posições estratégicas foram sendo apresentadas e, desta forma, atuando como poderosos instrumentos na qualificação - ou desqualificação - de determinados programas eleitorais. Nas raras oportunidades em que compareceu como assunto principal, refletiu o sentimento dominante que equaliza o exercício do voto com o exercício democrático.

A partir das eleições, no entanto, houve uma significativa dedicação editorial à análise dos resultados eleitorais, ao nível nacional e local. É explicitamente a tentativa de explicar o voto petista, atentar para os riscos da polarização nas eleições de 1989 e para a necessidade de efetivar a pluralidade partidária, através do fortalecimento das forças de centro.

Seja na crítica a um PMDB ambíguo, distanciado das angústias populares; seja pela crítica ao turno único, acertado para as eleições municipais de 1988; seja pelas restrições à legislação eleitoral, de programas gratuitos inadequados; seja pela necessidade de renovação das práticas políticas e reciclagem dos partidos tradicionais; seja pela conjuntura de crise que permitiu ao PT canalizar o protesto e a insatisfação da sociedade, existe clara tentativa de absorver e explicar o surpreendente resultado das urnas. Mas existe, também, a tentativa de menosprezar as diferenças ideológicas entre os partidos, divididos ora entre práticas tradicionais e inovadoras, ora polarizados entre esquerda e direita. Trata-se, portanto, de uma análise que trafega na diluição das diferenças ideológicas subjugadas à situação conjuntural, ou seja, na clássica contraposição entre **situação** e **oposição**. E, neste sentido, a expectativa de adequação do PT ao exercício tradicional do poder.

As diferenças ideológicas, até as eleições trazidas à tona de forma sutil, através do repúdio sistemático às bandeiras reconhecidamente identificadas com o PT (particularmente na abordagem da Constituinte e das greves) vão ser, a partir das eleições, diluídas na divisão conjuntural dos partidos, pela posição que ocupam em relação ao poder.

É nesta perspectiva que as críticas às declarações de Luiza Erundina sobre a luta armada para implantação do socialismo, vão ser creditadas na imprevidência de uma autoridade recém eleita. Ou seja, é feito um chamamento no sentido de que deixe de lado o radicalismo que marcou sua



atuação na oposição e assuma a responsabilidade de uma "autoridade democraticamente eleita para governar para todos os paulistanos"(27/11)

**QUADRO 3**  
**DEMONSTRATIVO GERAL DAS TEMÁTICAS DE MAIOR FREQUÊNCIA**<sup>11</sup>  
**PERÍODO 01/08 À 31/12/1988**  
**JORNAL DO COMÉRCIO**

<u>ASSUNTOS</u>	<u>TOTAL</u>	<u>ATÉ ELEIÇÕES</u>	<u>PÓS ELEIÇÕES</u>
<u>Economia</u>	<u>27</u>	<u>20</u>	<u>07</u>
<u>Eleições Municipais</u>	<u>17</u>	<u>10</u>	<u>07</u>
<u>Assuntos Sociais</u>	<u>15</u>	<u>08</u>	<u>07</u>
<u>Greves</u>	<u>10</u>	<u>07</u>	<u>03</u>
<u>Pol. Internacional</u>	<u>08</u>	<u>05</u>	<u>03</u>
<u>Constituinte*</u>	<u>07</u>	<u>07</u>	<u>00</u>
<u>Pacto Social</u>	<u>06</u>	<u>03</u>	<u>03</u>
<u>Política RGS</u>	<u>06</u>	<u>03</u>	<u>03</u>

\* = Das 07 vezes que é discutida, 04 são para atacar;02 para avaliações gerais e 01 vez para elogiar.

A crise econômica é tema recorrente da maioria dos editoriais tanto da ZH quanto do JC, porém, o que o JC guarda de específico é a maneira como a figura de José Sarney é preservada em todo o processo de agravamento da crise. Inclusive com a defesa da política "Feijão com Arroz" do Ministro da Fazenda, Mailson de Nóbrega, que até 18 de outubro, é destacada como correta.

Mesmo quando a política econômica não produz os efeitos esperados e começam a ser feitas críticas ao imobilismo do governo, estas estão centradas na equipe econômica e resguardam, ainda, a figura de Sarney. Destacando não só as proporções do país, mas a própria formação social tão resistente em encarar sua cota de responsabilidade e participação nas soluções possíveis.

Ao Estado é feito a cobrança sistemática do déficit público e a exigência das demissões impreteríveis. Diferentemente da ZH, ao Estado é pedido que não interfira, "não perturbe, economize e deixe trabalhar"(28/09). Identificado como uma estrutura inchada e dispendiosa, a própria questão salarial é referência para a demonstração da desproporção

do setor público em relação ao setor privado. Assim, enquanto este produz e remunera, na *"sua maioria entre zero e 3 salários mínimos"*, o setor público paga em média *"entre 5 e 20 salários mínimos, tão acima da média do povo brasileiro"*(14/09). Neste aspecto, 05 vezes foi feito um apelo saudosista ao Dissídio Coletivo anual ou semestral, quando *"se vivia melhor do que na atualidade, com reajuste mensal pela URP, tão onerosa para as empresas"*(19/10)

Segundo este raciocínio, o salário mínimo é tratado como um patamar mínimo que não deve, sob nenhuma hipótese, comprometer o pacto social e o controle da inflação. Porque, como diz um editorial, *"pior do que um salário mínimo baixo, é o salário zero, o desemprego"*(07/12). Implícito nesta argumentação está não somente um chamamento à resignação, à cota de sacrifício básica do compromisso social, mas também a promessa de estabilidade, onde todos sairão ganhando.

Manifestando a unidade dos interesses do capital, tanto quanto o ZH, o JC também qualifica os movimentos parodistas como reivindicações egoístas e anti-democráticas. Através da contraposição dual entre egoísta e solidário, estreiteza e civismo, está contido o rechaço ao papel das ideologias conforme a lógica da racionalidade única, onde as ideologias traduzem divisões que a perseguida unidade do consenso não comporta. É por isso que o *Sindicalismo de Resultados* de Luiz Antônio Medeiros é elogiado, ao contrário do sindicalismo ideológico (leia-se CUT), pois como afirma um editorial: *"ideologia não enche a barriga de ninguém nem paga as contas do mercado"*(14/10). Como consequência, é feito um apelo ao trabalho, ao espírito cívico e ao respeito às autoridades, já que muitos destes movimentos tornam-se *"verdadeiros focos de desmoralização dos governantes e de atitudes que intoxicam a juventude e os trabalhadores com palavras de ordem e anarquia"*(26/10).

Constatando o quadro nacional inflacionário, onde as perdas salariais não são exclusividade dos movimentos parastas, o JC consegue a proeza de prescrever o máximo da igualdade, mesmo que através das perdas generalizadas: *"se o arrocho salarial prejudica, que pelo menos ele venha para todos, sem discriminações"*(15/09).

Dentro da mesma linha de rejeição ao conteúdo ideológico, as eleições municipais são tratadas pelo JC através da ótica da boa administração, descaracterizando programas e propostas. Contrapostos, a boa administração e a competência técnica apresentam-se como destituídos de conteúdo ideológico.

No dia 14/11 é feito um alerta para que o exercício do voto democrático não seja um ato afoito e irresponsável, *"levando para as trevas os novos tempos que todos querem, com uma democracia responsável e vicejante"*. Alerta, neste mesmo editorial para o fato de que esta eleição representa a base para a eleição presidencial. Neste sentido, é importante que cada um escolha seus candidatos *"sem impedimentos dos agitadores, dos defensores do quanto pior melhor, por onde jamais caminhará a democracia"*. Não é possível deixar de registrar que a caracterização do PT e da CUT é feita em cima do *"quanto pior melhor"*, não só por ocasião das greves, nas quais é destacada a presença do Partido, mas, inclusive, responsabilizado, como também pela recusa de ambos à participação no pacto.

A partir da vitória, os editoriais passam tanto a exercitar a tentativa de compreensão da eleição do PT, quanto simultaneamente, da ratificação do interesse geral da sociedade na boa administração, sem ideologias. Trata-se da aposta, tal qual a ZH, na adequação do Partido ao poder.

Neste quadro onde as apostas estão feitas, o papel reservado ao Poder local é discutido de uma maneira paralela ao Poder do Estado central e reserva as mesmas receitas de governabilidade, dentro de uma caracterização

negativa do Estado, de um lado e, de outro, do crescimento desproporcional da população com suas demandas inexecutáveis.

No contexto da crise geral, não só econômica e social, mas também política, o JC apela: *"nas urnas de novembro, veio o primeiro alerta, aliás com o apoio (inocente-útil?) até da classe média. Em 1989, se não melhorarmos o perfil econômico-financeiro do Brasil, qual será a novidade que as urnas nos trarão? Há tempo para se reverter esta situação"*(17/11)

Mas, sem sombra de dúvida, é sobre as várias análises que conformam os "Assuntos Sociais", que se encontra a especificidade dos editoriais do JC, fundados, na sua maioria, sobre a preservação da família, dos costumes, da tradição e do respeito à hierarquia. Seja quando vai discorrer sobre a publicidade sobre drogas *"que é a desgraça das famílias, a corrupção dos costumes, a degradação moral da própria nacionalidade"*; seja quando vai analisar o despreço pelos símbolos nacionais (Dia da pátria), vítima de *"críticas generalizadas"*(09/09); seja quando vai abordar (de forma sistemática) a explosão demográfica, que aprofunda a crise: *"Como criar tantos empregos?"*(25/08), ou quando vai questionar a transferência de feriados, transformando-os em *"feriados do ócio, consumos e lazer"*(04/11), presente está a tentativa de salvaguardar a estrutura familiar. Fonte de tradição e orientadora dos costumes e da moral.

Nesta sociedade de estrutura rígida, próxima da família tradicional ou do quartel, existe o chamamento à hierarquia, o respeito à autoridade, onde qualquer outra prática que não se reconheça como tal é considerada *"bateria", "deprecação", "insulto"*. O Brasil é reconhecido como uma democracia racial e as experiências golpistas que acompanham a nossa história são tratadas como um estigma social: *"somos assim e pagamos caro por isso"*(05/12).

O crescimento populacional é um argumento recorrente que serve tanto para sustentar a responsabilidade social pela crise vigente, quanto para

alertar sobre os riscos de tensões e convulsões sociais. Assim sendo, está presente em 11 editoriais, e cumpre um papel destacado não só na socialização da responsabilidade como também para isentar a figura de José Sarney, chamando ao compromisso toda a sociedade, via pacto social.

Presente em nada menos que 32 editoriais, a socialização da responsabilidade e/ou ao espírito patriótico, coletivo, é a base sobre a qual se questiona, se polemiza ou se apresenta soluções para as mais variadas temáticas apresentadas. A cada problema específico tratado é apresentado a contraparte, qual seja, a necessidade de mais trabalho, mais esforço, mais resignação, mas persistência, mais espírito patriótico, menos corporativismo e mais método contraceptivo.

Em síntese, os editoriais do JC e da ZH apresentam uma lógica interna homogênea. Assentado sobre uma crise econômica assustadora, a inflação é eleita a inimiga nº 1 da sociedade. Apresenta-se como flagelo social que a todos envolve, indistintamente. Aparentemente sem beneficiários sociais, ela é o monstro que a todos devora. Portanto, a única forma de derrotar este monstro é a união de todos.

Firmada como responsabilidade social, a crise aparece como resultado de todos e de ninguém em especial. Portanto, para superar a crise, para derrotar o monstro, é preciso que haja solidariedade, espírito patriótico e a recusa à estreiteza das reivindicações corporativistas. É feito assim um chamamento no sentido de que extrapolem as reivindicações específicas e abraçam os interesses da Nação. É preciso unidade nacional. Esta unidade está representada pela aderência ao Pacto Social.

E concertar esforços para o êxito do pacto, implica em compreender e concordar com a inevitável cota de sacrifícios que cada um vai ter que suportar. Almejando a estabilidade, a sociedade é chamada a sacrificar-se no presente, para compensar no futuro.

A diferença entre ambos editoriais está nos sujeitos sociais sobre os quais é acentuado a cota de sacrifício. Enquanto no JC, o pano de fundo que sustenta a apresentação da crise está, concentradamente, no aumento populacional: "*Como é possível gerar tantos empregos, superar a crise quando a população não pára de crescer?*" a ZH, embora faça referência ao aumento populacional, o faz de forma esporádica. O centro da sua crítica está sobre o Estado: protencionista, inchado, pesado, ineficiente, estagnado.

Desta forma, enquanto o JC é mais tolerante com o governo e mais constante na socialização dos *sacrifícios necessários*, o ZH vai identificar no Estado maior responsabilidade pela crise. E vai exigir maior sacrifício do Estado, através do seu enxugamento, com agilização nas privatizações, demissões servidores e zeramento déficit público. Mas, independente do acento maior a um ou outro, ambos reclamam o pacto social como a única solução possível.

#### **b - A Propaganda da Iminência do Golpe Militar**

Assim como a Constituinte, a crise, as greves e o pacto social freqüentaram assiduamente as páginas dos jornais e dos periódicos empresariais, as ameaças de golpe militar também tiveram presença marcante, durante os meses de agosto à dezembro de 1988.

Tal qual interpretou O'Donnell, a **transição transada** que caracterizou a situação brasileira, é o pano de fundo que nos permite compreender não só a recorrência das ameaças civis sobre as possibilidades de golpe militar, quanto da própria ação do Exército, desqualificando medidas constitucionais, controlando e reprimindo greves ou negando, arrogante, qualquer intenção intervencionista. Esta ação prática e discursiva orientada pela aliança civil-militar, objetivava a preservação da ordem do

capital e a demarcação dos limites da democracia possível, portanto, vigiada.

Fundada sobre a tradição autoritária de uma burguesia que não passou pelo processo civilizatório, como afirma O'Donnell, a transição pactuada entre todos com *quase* todos, gerou a continuidade da prática autoritária sob o regime democrático. Mais do que considerar o Estado como poder exclusivo e privativo, trata-se de uma burguesia não habituada ao respeito às regras procedimentais do jogo democrático (tão enfaticamente defendido por Bobbio), e como tal intolerante para o dissenso ou outros interlocutores, fora de suas fronteiras de classe.

As ameaças sobre a possibilidade de golpe sustentavam-se sobre um tripé causal que, conforme seus arautos, comprometiam a continuidade e consolidação democrática. Muitas afirmações, embora não fossem diretamente ameaçadoras, traduziam a arrogância autoritária e tencionavam criar, juntamente com as demais, um clima de instabilidade generalizada, domesticar as reivindicações sociais, refrear a radicalidade dos movimentos e conformar a democracia dentro dos parâmetros controlados por aqueles que se supõem donos do poder.

A base do tripé causal estruturava-se sobre ataques à CONSTITUIÇÃO, às GREVES e à CRISE econômica e social brasileira. Revezando-se entre ameaças de ruptura institucional e o comprometimento das eleições presidenciais de 1989, as declarações atuavam no intuito de estabelecer os limites da liberdade, as regras da cidadania possível, o ritmo das mudanças, a validade ou não dos direitos sociais, etc.

De forma sucinta podemos apresentar a lógica da democracia vigiada como uma lógica próxima do custo-benefício. Ou seja, para superar a crise é preciso limitar a democracia, com suas greves e seus direitos sociais exagerados. Para limitar a democracia é preciso estabelecer um consenso

sobre os riscos do exagero, sobre algo que realmente seja caro à sociedade, qual seja, as eleições presidenciais e a normalidade democrática.

Considerando a totalidade dos jornais pesquisados durante os meses de agosto à dezembro de 1988, foi-nos possível captar, mesmo que parcialmente, a construção cotidiana do clima de instabilidade democrática no Brasil. Sem ater-nos à uma coluna/seção em particular, mas abrangendo a totalidade dos títulos e/ou subtítulos das matérias distribuídas ao longo dos jornais, pudemos avaliar - quantitativa e qualitativamente - o empenho de determinadas personalidades em fragilizar a ordem democrática recém inaugurada, mantendo-a assim eternamente "menor-de-idade".

A CRISE é aquela que mais assiduamente constitui a base causal das declarações que apregoam os riscos de golpe. Ao todo são 49 vezes. Entre os arautos do golpe militar é possível reconhecer membros do Ministério Público, governadores de estado, Prefeitos, políticos e empresários.

**QUADRO 4**  
**DEMONSTRATIVO DECLARAÇÕES SOBRE GOLPE**  
**BASE TRIPÉ: CRISE**  
**PERÍODO: 01/08 À 31/12/1988**

<u>AUTOR/DATA</u>	<u>DECLARAÇÕES</u>
Leônidas Pires Gonçalves Min, Exército -12/08(JC)	"...momento é de observação".
Deni Schwartz Ex-Min. Habitação -19/09(ZH)	"Daqui a pouco o povo vai pedir a volta da ditadura."
Newton Cardoso (PMDB) Gov. Minas Gerais -14/10(ZH)	"Crise não permite eleições em 1989."
Octávio Moreira Lima Min. Aeronáutica -16/10(ZH)	"Necessidade de entendimento para se garantir sucessão."
Pedro Ivo (PMDB) Gov. Santa Catarina - 26/10(ZH)	"Militares estão preocupados com o desgoverno do país".
Pedro Simon (PMDB) Gov. RGS - 26/10(JC)	"País vive mesmo clima de 64".
Antônio Ermírio de Moraes Empresário - 26/10(ZH)	"...ou pacto social ou o Brasil volta a bater continência".



Alm. Valbert L. M. Figueiredo  
Chefe EMEFA -28/10(ZH)

"Nada ameaça as eleições de 1989".

Jarbas Passarinho  
Pres. PDS -22/12(ZH)

"Militares estão quietos, ao contrário de  
muitos civis."

---

**Fonte:** Jornal do Comércio/Jornal Zero Hora.

Apontada como inimiga social, a inflação, ao invés de ser fonte de questionamento da política econômica e, portanto, daqueles que a orientam, acaba sendo a chave que abre a porta para a útil ameaça às possibilidades de ruptura, que pressionam a sociedade a resignar-se aos limites da democracia e à cidadania tolerada.

A ameaça permanente de ruptura e as declarações sobre os riscos para efetivação das eleições presidenciais, combinam uma ação tática que tanto serve para tentar domesticar os métodos sociais e sindicais, quanto para construir uma imagem pública de comprometimento democrático. É neste tênue fio que a prática democrática está constantemente ameaçada, porque verdadeiramente inexistente.

Na esteira da crise econômica, a alternativa do PDT, do PC do B e do PT, juntamente com a CUT, foi defender a renúncia de José Sarney e a antecipação das eleições para março/1989. Esta tática os faz participar, direta ou indiretamente, do aprofundamento da fragilidade da democracia, na medida em que, embora propondo a saída correta, não conseguem extrapolar os mecanismos construídos por aqueles interessados em castrar a expressão democrática incipiente. Ratificam, mesmo com conteúdo alternativo e sinal contrário, argumentos básicos que acabam por expor a fragilidade da cidadania, alimentar a psicose da insegurança e, indiretamente, fortalecer a possibilidade de golpe militar. Ao invés de construir uma força de argumentação alternativa, onde estas ameaças constantes sejam socialmente constrangidas dentro de uma outra concepção democrática, a prática da denúncia sistemática, acaba por ser socialmente danosa, porque reforça a

prática arbitrária como parte normal da política, consolidando a democracia dos poucos.

**QUADRO 5**  
**DEMONSTRATIVO DECLARAÇÕES SOBRE GOLPE**  
**BASE TRIPÉ: GREVES**  
**PERÍODO: 01/08 À 31/12/1988**

<u>AUTOR/DATA</u>	<u>DECLARAÇÕES</u>
Luiz Carlos Mandelli Pres. FIERGS/CIERGS-03/11(ZH)	"...a se instaurar o caos no país, precisamos de uma medida forte".
Epitácio Cafeteira (PMDB) Gov. Maranhão - 07/11(ZH)	"Povo vai pedir presença dos militares".
Paulo Brossard Min. Justiça -11/11(ZH)	"Complô para lançar país nas trevas".
Sidney Sanches STF - 13/12(ZH)	"Revolução começa assim".
Newton Cardoso (PMDB) Gov. Minas Gerais -14/11(JC)	"Elementos interessados na perturbação da ordem".
Sobral Pinto Jurista -16/12(JC)	"...movimento ilegal(...)anarquia no país."
Leônidas P. Gonçalves Min. Exército -17/12(ZH)	"...estimulam possíveis rupturas".

---

**Fonte:** Jornal do Comércio; Jornal Zero Hora.

O chamado "GREVISMO", caracterizado como um movimento anti-democrático e egoísta, comparece em nada menos que 32 vezes, como parte causal da instabilidade democrática. Se o mês de outubro contabilizou um número significativo de movimentos parciais, o mês de novembro registra o trágico resultado da intervenção militar na greve da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda/RJ, deixando um saldo de 3 operários mortos, vários feridos e outros tantos desaparecidos. Tem o mês de novembro, portanto, a concentração das declarações golpistas fundadas sobre a greve.

As greves, condenadas enquanto prática do conflito numa ordem social que aspira ao consenso e à subordinação "natural" dos trabalhadores as

regras impostas por aqueles que detêm as peças do jogo, têm como associação permanente a pecha de anti-social. Falando em nome do POVO, que não suportaria *desordem, anarquia e violência*, tentam os arautos golpistas, justificar a presença do Exército no conflito entre capital e trabalho, legítimo não só do ponto de vista do Direito de Greve - inscrito na nova Constituição - mas, inclusive, da própria ordem democrática.

Declarações como de Paulo Brossard (Min.Justiça) que denuncia "*complô*", e de Sidney Sanches (Min.STF) que afirma que "*houve abuso de ambas as partes*", a questão da legitimidade ou não da intervenção do Exército passa a ser equalizada à ação dos grevistas que ocuparam a Usina. Ou seja, na igualdade dos desiguais. Na subordinação do princípio da democracia ao princípio da força. Na submissão da maioria à arbitrariedade de poucos.

Ocorre, porém, que entre estes que no limite da sua condição social utilizam sua **arma**, que é a greve, e aqueles que utilizam suas armas para sufocar a greve, existe uma diferença que está assentada no princípio elementar da ordem democrática, que prevê o conflito e o entende como parte da sociedade heterogênea, plural. Entre este entendimento e aquele, que prevê a força para resolver os conflitos e anseia pela sociedade do consenso, está registrada a diferença entre estes e aqueles.

E é este entendimento de consenso e força que permite que seja feito a tentativa de inversão que vai apresentar como anti-social a greve e como social a força. Como defensores da democracia os que usam a força e como anti-democráticos os que praticam a democracia.

**QUADRO 6**  
**DEMONSTRATIVO DECLARAÇÕES SOBRE GOLPE**  
**BASE TRIPÉ: CONSTITUIÇÃO**  
**PERÍODO: 01/08 À 31/12/1988**

<u>AUTOR/DATA</u>	<u>DECLARAÇÕES</u>
José Lourenço Líder PFL Câmara -30/08(ZH)	"Carta não será cumprida".
Presidente José Sarney Pres. República -01/10(ZH)	"Não estou contra Constituição".
Antônio Carlos Magalhães Min. Comunicações -01/10(ZH)	"Carta não melhora vida povo. Possibilidade de conflitos de classe".
Fernando Henrique Cardoso PSDB - 03/10(ZH)	"Planalto desrespeita a Nova Constituição"
Marcelo Pimentel Pres. TST - 29/10(ZH)	"Constituição não dura".
Ives Gandra Martins Tributarista -08/11(ZH)	"Hiperinflação, desordem social e recessão como consequência."
Sobral Pinto Jurista - 16/12(JC)	"Carta não pode ser aplicada"

---

**Fonte:** Jornal do Comércio / Jornal Zero Hora

Por fim, a base causal fundada na CONSTITUIÇÃO, é aquela que compõe 30 das argumentações golpistas. Trata-se, fundamentalmente, de argüir a impossibilidade do cumprimento constitucional, em particular pela aprovação dos direitos sociais, que dispõem sobre direito de greve, relações trabalhistas, legislação sindical, previdência social, mandados de injunção e habeas-data. Na parte econômica, as principais críticas são para os limites ao capital estrangeiro e ao tabelamento dos juros reais em 12% ao ano.

Estimulando uma prática de desobediência civil, as declarações empresariais tentam conquistar legitimidade social para a ação desmoralizatória contra nova Constituição, onde a difundida impossibilidade das empresas de arcar com os novos ônus contidos no Texto, justificam o descumprimento das leis. Esta articulação desmoralizatória, tentando tornar "letra morta" o conteúdo das leis, passa não só pelo discurso da ingovernabilidade, do exagero, da inexecutabilidade, do caos, da

incoerência, mas também por afirmações que acusam estímulo ao conflito e ao ócio, responsabilidade pela estagnação econômica, hiperinflação, recessão e desordem social. Declarações estas devidamente concertadas com manobras que intentavam protelar a aplicação das leis, impedir votações, firmar Pareceres, e revigorar, sobre outros nomes, práticas extintas pelo Nova Lei.

Mas, certamente, o que mais chama a atenção neste processo é a arrogância de algumas personalidades públicas, as quais, mais do que quaisquer outras deveriam orientar-se pelo cumprimento da lei, mas que colocam o respeito constitucional como um ato deliberado de vontade pessoal. É assim que, entre tantas outras, é possível, por exemplo, considerar a manifesta "*disposição*" do Presidente da República de obedecer a Nova Constituição. Reaparece aí, pois, a amarga diferença entre o nominal e o factual, ou seja, entre a República nominalmente Democrática e a República factualmente não-democrática, pois que não permite a generalização das práticas e compromissos que consolidam a democracia propriamente dita.

### III- As Eleições Municipais em POA

Este era, de forma sintética, o contexto geral que conformou o pleito municipal em 1988. Elevado na sua importância pela proximidade das eleições presidenciais de 1989, as eleições municipais gozaram de relevância indiscutível. Ao todo foram sete as candidaturas que disputaram a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em 15 de novembro de 1988.

O maior partido brasileiro, o PMDB, que saíra extremamente fortalecido das eleições em 1986, detinha não só uma relação reconhecidamente ambígua com o Poder Central, como contava na governança do estado do RGS, com uma figura histórica do Partido, Sr. Pedro Simon. Por

outro lado, a candidatura em potencial do radialista e Dep. Estadual Sérgio Zambiasi foi questionada por deputados federais peemedebistas. Segundo esses era necessário considerar a pouca expressão do radialista na cidade (apenas 1/4 dos seus votos correspondia à POA) assim como seu desempenho nos debates com os demais candidatos. Além disso tinham restrições às declarações de Zambiasi exigindo carta branca na Prefeitura, o que era interpretado como *"administrar sem partido"*. (ZH,04/08). A resposta de Zambiasi veio dois dias depois, quando desistiu da candidatura e não participou, sequer, da Convenção.

A escolha recaiu então sobre o jornalista Antônio Britto, que entrara para a política como porta-voz de Tancredo Neves, em 1985, e que um ano depois elegera-se Deputado Federal Constituinte pelo PMDB. Esta Convenção, que teve ampla cobertura pela ZH, escolheu também o nome de Mercedes Rodrigues como candidata a vice-Prefeita.

O PT, conforme sua prática interna ordinária, escolheu seu candidato - o bancário Olívio Dutra - através do voto direto de milhares de militantes, em segundo turno e com uma diferença de 12 votos sobre o segundo colocado, Flávio Koutzi. Como vice foi escolhido Tarso Genro, o qual era o terceiro pré-candidato da Convenção. Olívio Dutra, na época Presidente Nacional e um dos fundadores do Partido, bancário e Deputado Federal Constituinte, já havia concorrido à governança do estado em 1982, com escassa representação eleitoral.

A Frente Popular (FP) foi formada pela coligação do PT e PCB. Devido às divergências sobre a coligação para a Câmara de Vereadores, o outro aliado preferencial, PC do B, não fechou acordo com a Frente, já que o PT não aceitava a coligação simples, temendo que o PC do B concentrasse sua força em um ou dois candidatos, que se elegeriam, embora a legenda fosse menos votada que a petista. O PSDB<sup>12</sup>, cogitado para participar da FP, foi

recusado pelos petistas, que não aceitavam coligação, admitindo apenas o apoio do Partido.

A Ação Democrática Popular (ADP) foi formada pela aliança entre PDS, PFL e PTB. Como prefeiturável foi escolhido Guilherme Villela, que já fora, durante dois mandatos, prefeito nomeado do município (Governo Sinval Guazelli e Amaral de Souza). À vice-prefeito foi escolhido Germano Bonow.

No PDT, em que pese todo o empenho pessoal de Leonel Brizola, no apoio ao nome de Carrion Júnior, a Convenção do Partido, no início de agosto e também amplamente divulgada pela ZH, aprovou o nome do advogado trabalhista e Dep. Estadual, Carlos Araújo. Um dos líderes da vertente socialista do Partido e em linha diferenciada daquela seguida por Alceu Collares, então Prefeito da capital gaúcha. Carrion Júnior acabou participando como candidato à vice-prefeito.

O PSB indicou o Eng. Mecânico e empresário, Fúlvio Petracco, que já havia concorrido à Prefeitura em 1985 e ao governo do estado em 1986, sem nunca ter exercido mandato eletivo. Como vice, Humberto Setembrino Correa de Carvalho.

Pelo PL concorreu o também jornalista Sérgio Jockymann, que era proprietário do Jornal RS e radialista da Rádio Pampa. Jockymann filiou-se ao PL para a disputa da Prefeitura da cidade. Antes disso, nunca participara de pleitos eleitorais ou tivera qualquer atuação partidária. Como vice, o liberal Onyx Lorenzoni.

O PC do B aprovou o nome do metalúrgico e sindicalista Raul Carrion para a disputa municipal. Em uma trajetória marcada pela atuação sindical, Raul Carrion era um calouro nas disputas majoritárias. Um comunista conhecido na cidade, Édison Silva, participou da chapa na condição de vice.

Objetivando transformar a discussão política numa contraposição de números, capazes de demonstrar a competência daqueles associados aos

governos militares, o PDS, parte integrante da ADP, apontava que a "Nova República acumulou 5.770% (de inflação) até junho, enquanto que os governos militares, juntos, somaram 1.017,7%, e média mensal de 3,7% ao longo do período."(ZH,11/09). Compareciam assim na cena política como sinônimos da competência técnica, onde sua prática anti-democrática submergia sob a pujança dos números.

O PMDB, mais do que o PFL, amargou o ônus pela responsabilidade de um governo federal extremamente débil, afundado numa inflação avassaladora, destituído de credibilidade, objeto de uma CPI que acusava corrupção e ameaçava com *impeachment*. E, embora ambos tenham tentado registrar, socialmente, as diferenças internas que demarcavam fissuras entre o apoio e a ruptura, ambos partidos permaneceram fiadores de José Sarney até o último momento, onde os brados isolados de rompimento nunca conduziram à ruptura com os benefícios do Poder.

Justificando a fiança política como necessidade da transição, o PMDB acusava o comportamento "afoito" do PDT e PT, os quais, conforme o Dep. Fed. Ibsen Pinheiro, "ficaram comodamente no papel de oposição, enquanto tocou ao PMDB o ônus da transição democrática"(ZH,31/10). No mesmo tom, o Senador José Fogaça afirmava que o PT e o PDT "deram mão forte ao Sarney", ao aprovarem o presidencialismo. "Não podem fugir à responsabilidade de terem concedido poderes imperiais ao Presidente Sarney". E assim, redistribuindo a responsabilidade, ratificava: "Todos temos que colaborar para que o regime constitucional vigente seja respeitado".(ZH, 03/11).

Refutando tais afirmações, o Dep. Federal pelo PT, Raul Pont, declarava: "O Senador, ou perdeu a memória ou se utiliza de evidente má-fé. Foi o PMDB, aliado ao PFL e ao PDS, que sustentou o Colégio Eleitoral(.,.)mais da metade dos peemedebistas votou pelos 5 anos junto com o Centrão". Recusando acusações que pretendiam associar o PT às tentativas de desestabilização institucional, pela proposta de antecipação das



eleições presidenciais para o mês de março de 1989, Pont afirmava: "PT não quer golpe nem renúncia. Desejamos uma resposta soberana, que a Constituinte poderia ter dado ao povo.(...)Entendemos oportuna a antecipação do fim de um governo totalmente desmoralizado e sem nenhuma legitimidade." (ZH,04/11)

Desta forma, enquanto Ibsen Pinheiro (PMDB) considerava que as "lideranças sindicais estão soltas como crianças de apartamento num dia de passeio no parque" e apostava que iriam cansar-se "da liberdade e voltar à tranqüilidade (pois) temos greves que começam sem objetivos claros". (ZH,31/10) Olívio Dutra afirmava: "Tenho orgulho de ser um político da classe trabalhadora".(ZH,22/09)

Enquanto o Prefeito Alceu Collares(PDT) mantinha-se intransigente com o funcionalismo e o governador Pedro Simon(PMDB) inquiria: "Quem pode estar interessado em que o quadro se conturbe e saia da normalidade? Nós estamos vivendo uma situação mais difícil do que em 1964, quando não se tinha uma onda de greves como agora" (ZH,23/10), o Dep. Fed. do PT, Luís Inácio Lula da Silva, ponderava que o PT, para participar de qualquer negociação em torno do pacto social, exigia a inclusão na pauta de discussão a "dívida externa e interna, a especulação financeira, a margem de lucro dos empresários e a recuperação do poder aquisitivo da classe trabalhadora" (ZH,24/10)

A intervenção do Exército na CSN, em Volta Redonda/RJ, expôs de forma mais explícita o caráter autoritário da Nova República. Caracterizado como "fato normal, que acontece em todas as greves", o fato novo, segundo assessores do Planalto, "foi a reação do trabalhadores diante da ação do Exército".(ZH,11/11). Compactuando com a linha de raciocínio que deslocava a responsabilidade do Governo Federal para os trabalhadores, Pedro Simon adiantava que "temia que isso acontecesse antes das eleições. Muita gente, entretanto, estava na expectativa desses fatos, de ver correr sangue",

(ZH,11/11) Em linha oposta, a OAB condenou a "recaída autoritária, onde a questão social era tratada com fuzis e patas de cavalos"; e a CNBB questionou: "Como é que um Ministro da Justiça pode justificar a violência praticada contra operários desarmados?". Frente a violência dos enfrentamentos em Volta Redonda, a CUT conclamou os sindicalistas a retirar-se da mesa de negociações, reiterando ser "impossível sentar-se e negociar com um governo que apunhala os trabalhadores pelas costas" (ZH,11/11).

Da mesma forma reagiram os partidos comunistas e o PDT, que através das palavras de Brizola, acusou o governo federal de "irresponsável, incompetente e inerte". O PT, em nota oficial da Executiva Regional, acusou que "As tropas do Exército e da PM, sob o comando de um general, mancharam com o sangue dos trabalhadores as páginas da Nova Constituição". (ZH,11/11).

Por seu turno, os empresários, atentos às eleições, reforçavam suas posições através de polêmicas outras que envolviam seus interesses. Sua identidade, como dizia Gramsci, não se restringia a um partido em particular, mas àqueles comprometidos com "posições que não sejam conflitantes com os princípios básicos que defendem, ou seja, a livre iniciativa, a economia de mercado, a democracia, o lucro". segundo o Jornal da FEDERASUL. Tratava-se, como alertava a matéria, de estarem atentos para a importância da eleição municipal, já que "é no Município que tudo começa(...)São os vereadores e os prefeitos que adotam as decisões que tocam, em primeiro plano, nos interesses da comunidade e da sociedade(...)os políticos que têm apoiado o "sábado inglês" demonstram sua falta de visão política e social. Por isso, é importante escolher com cuidado o candidato a ser sufragado em 15 de novembro". (FEDERASUL,24/10-Pg.2)

No outro extremo, os jornais da CS e DS apostavam num governo popular, voltado para o fortalecimento dos trabalhadores. Segundo Jornal da CS, "os candidatos dos trabalhadores devem colocar sua campanha, seu tempo no Rádio e TV, suas forças a serviço da vitória das lutas e greves dos trabalhadores", ao invés de ceder ao apelo do governo e patrões pela "trégua eleitoral". O programa para uma "Candidatura Combativa", deveria contemplar: 1) Não pagamento da dívida externa e interna do município; 2) Reforma Urbana; 3) Municipalização dos Transportes; 4) Garantia conquistas Constitucionais e 5) lutar por um Brasil socialista. (JCS, 28/09 a 04/10, n°186-Pg.6-7)

O programa da FP e as declarações de Olívio Dutra, durante toda a campanha eleitoral transitou de acordo com a *Candidatura Combativa*, não só elegendo os Conselhos Populares como estrutura privilegiada e democrática de participação popular, mas também pela definição dos grupos empresariais sobre os quais atuaria: Especuladores imobiliários; Transporte Coletivo; Empreiteiras e o grande Comércio.

Comprometendo-se com a inversão de prioridades no atendimento às necessidades daqueles tradicionalmente excluídos, a FP afirmava disposição para atuar na encampação progressiva do transporte coletivo, na habitação popular, democratizar a relação com o funcionalismo, saúde e educação. O fundamental, segundo Lula e Olívio Dutra, era que o PT, na Prefeitura, faria uma "administração honesta, eficiente e com participação popular".

Assim, enquanto a FP fez uma discussão mais ideológica nos debates eleitorais, identificando os partidos de Villela, Britto e Araújo, como responsáveis pelos desmandos do governo Federal, estadual ou local, o PMDB fazia apelo ao voto útil. Classificando a ADP como centro-direita e os demais como de esquerda, o PMDB apresentava-se como o único partido de centro-esquerda, o qual, segundo a dita *vontade popular*, era o mais adequado ao momento político, econômico e social. Contudo essa pressuposta

identidade entre população e Partido não impediu que um panfleto anônimo, com o título: "PT no poder: Fracasso e violência." fosse distribuído na cidade quatro dias antes da eleição. As investigações policiais apontaram Antônio Crivellaro, Coordenador do Movimento Aberto de apoio ao candidato do PMDB como o responsável pelo material que denegria a imagem do PT.

**QUADRO 7**  
**DEMONSTRATIVO GERAL PESQUISA IBOPE**  
**ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE**  
**PERÍODO: AGOSTO À NOVEMBRO/1988**

<u>PERÍODO</u>	<u>PMDB</u>	<u>PDT</u>	<u>PT</u>	<u>ADP</u>	<u>PSB</u>	<u>PL</u>	<u>PCdoB</u>	<u>BRAN</u>	<u>N SABE</u>
18-23 Ago	23%	8%	15%	10%	7%	6%	6%	6%	17%
01-05 Set	24%	8%	17%	10%	6%	5%	4%	7%	19%*
21-25 Set	23%	10%	14%	10%	6%	5%	3%	11%	17%
02-07 Out	23%	10%	13%	17%	3%	3%	1%	11%	19%
17-20 Out	20%	12%	16%	19%	5%	4%	1%	10%	13%
24-25 Out	23%	11%	15%	18%	4%	4%	1%	10%	15%
31-02 Nov	18%	16%	18%	17%	3%	6%	1%	9%	12%
05-07 Nov	16%	17%	20%	15%	4%	6%	1%	10%	11%
08-11 Nov	13%	21%	27%	14%	3%	6%	1%	7%	8%
12-14 Nov	12%	21%	33%	12%	2%	6%	1%	5%	8%

**Fonte:** Zero Hora.

\* = Esta pesquisa do IBOPE considerou os votos cambiantes, ou seja, os indecisos, que embora apontando um candidato, sentiam-se predispostos a modificar seu voto. O total foi de 68%.

Em primeiro lugar há que ressaltar as variações percentuais que registraram a preferência dos eleitores nas eleições de novembro de 88. Tem-se assim, portanto, que enquanto o PT cresceu 18 pontos percentuais entre a primeira e a última pesquisa, o PMDB perdeu 11 pontos, o PDT cresceu 13, a ADP aumentou 2 e o PL permaneceu estável. Por outro lado os partidos Socialista e Comunista do Brasil perderam, cada um, 5 pontos. Os quais, ao que tudo indica, foram transformados em votos petistas.

Sob outro aspecto, podemos observar que o empate entre Olívio e Britto somente acontece nos primeiros dias de novembro. A partir daí, entretanto, a progressiva ascensão de Olívio e a regressiva perda de pontos de Britto, que passa a disputar então, o segundo lugar com Araújo.

Se considerarmos, conforme pesquisa do IBOPE, a avaliação feita pelos portoalegrenses das administrações de Alceu Collares e Pedro Simon, no início de setembro e no início de outubro, observaremos que ambos gozam do conceito regular. Assim, enquanto 40% dos entrevistados afirmaram que não seguiriam a orientação das duas lideranças, 31% disse que seguiria Alceu Collares e 21% dos simpatizantes do PMDB afirmaram seguir orientação de Pedro Simon.

Outro elemento importante na opção eleitoral é a preferência partidária. Neste sentido, é o PT o partido com maior índice de preferência, cuja variância é ascendente. Da mesma forma, é de Olívio o maior índice de fidelidade eleitoral, enquanto Britto é o candidato com menor índice de rejeição, ao contrário de Raul Carrion que registra maior rejeição pelo eleitorado, conforme pesquisa feita pelo IBOPE, entre 01 a 05 de setembro. Vejamos quadro geral da preferência partidária.

**QUADRO 8**  
**DEMONSTRATIVO GERAL DE PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA**  
**PESQUISA IBOPE**  
**PERÍODO: OUTUBRO À NOVEMBRO/1988**

<u>PERÍODO</u>	<u>PT</u>	<u>PMDB</u>	<u>PDT</u>	<u>PDS</u>	<u>PL</u>	<u>PSE</u>	<u>PFL</u>	<u>PCdoB</u>	<u>PCB</u>	<u>N TEM</u>
31-02 Nov	16%	12%	16%	5%	2%	1%	1%	1%	-*	-
05-07 Nov	17%	10%	15%	4%	2%	2%	1%	-	1%	47%
08-11 Nov	22%	11%	18%	4%	2%	1%	1%	0%	1%	38%

**Fonte:** Zero Hora

\* = Referem-se a inexistência de dados pela pesquisa.

Identificado como o candidato mais "sinceramente preocupado com a população carente", por 21% dos entrevistados - contra 12% de Britto -,

Olívio Dutra era considerado aquele com menos experiência administrativa (7%), contra os 44% de Villela e os 14% de Britto (IBOPE,01-05/set). Nesta mesma pesquisa, os entrevistados apontaram como os principais problemas da cidade, o menor abandonado(43%), a falta de policiamento (38%) e a Habitação (25%).

Mas para o reconhecimento demonstrativo dos eleitores portoalegrenses, nada mais expressivo do que a pesquisa feita pelo IBOPE, que tentava apreender as opiniões do eleitorado da capital sobre várias questões importantes. Faremos dois quadros demonstrativos para apresentar estes resultados.

**QUADRO 9**  
**DEMONSTRATIVO DE OPINIÃO DO**  
**ELEITORADO DE PORTO ALEGRE**  
**PERÍODO: 21 A 25 SETEMBRO/1988**

<u>OPINIÃO</u>	<u>VOTO ÚTIL</u>	<u>POLÍTICA É SUJA</u>	<u>VOTO É IMPORT.</u>	<u>POP. N ESTÁ PREPARADA</u>	<u>TODOS IGUAIS</u>
Concorda	14%	38%	85%	81%	31%
Discorda	83%	58%	10%	16%	67%

Fonte: Zero Hora

**QUADRO 10**  
**DEMONSTRATIVO OPINIÃO N° 2**  
**ELEITORADO DE PORTO ALEGRE**  
**PERÍODO: 21 A 25 SETEMBRO/1988**

<u>OPINIÃO</u>	<u>MUITO INTERES.</u>	<u>MÉDIO INTERS.</u>	<u>POUCO INTERES.</u>	<u>NENHUM</u>
Política	16%	29%	24%	30%
S/ Eleições*	23%	28%	23%	24%

Fonte: Zero Hora

\* = Refere-se às eleições municipais de 15/novembro/88.

Esta pesquisa revela-nos aspectos importantes da opinião do eleitorado porto-alegrense: o primeiro deles é a rejeição (83%) dos eleitores ao "voto útil", com lugar marcado em vários discursos. Mas, certamente mais expressivo é o índice de 58% de discordância à afirmação

corrente que esforça-se em caracterizar a política como uma prática amoral e anti-ética. Assim, embora 38% confirmem concordância com esta caracterização, demonstrando considerável eficiência do discurso que generaliza práticas particulares como práticas privativas da ação política, 67% dos eleitores refutam a assertiva que afirma: "*os políticos são todos iguais*". Este aspecto, aliás, é um importante indicativo tanto na redução do número de votos brancos e nulos, quanto da opção alternativa que os porto-alegrenses fazem na eleição municipal de 1988.

Resta observar, contudo, o elevado número (81%) de aprovação ao veredicto que condena a sociedade à "eterna menoridade" política, dita despreparada para o voto. Passível de várias interpretações, esta concordância revela, entretanto, a crescente penetração que um discurso que recusa o dissenso e a diferença. Isto é, revela o quanto a cultura dominante que tem por prática contumaz desqualificar resultados adversos, pode fundar alicerces sociais capazes de garantir legitimidade àqueles que desrespeitam habitualmente cidadãos e resultados. Ao julgar valorativamente, sob uma ótica privada, resultados de pleitos ou votações específicas, implementa-se, no cotidiano das relações sociais, o conteúdo vulgar de uma democracia elitizada.

Não é por acaso, portanto, que declarações de importantes empresários, relativo à Constituição, conforme vimos, por exemplo, no segundo capítulo deste trabalho, encontrem respaldo social capaz de garantir "*naturalidade*" a afirmações que imputam menoridade política à sociedade, cada vez que seus interesses são contrariados. Porém, como toda negatividade está grávida de positividade, esta mesma sociedade que reconhece-se como despreparada para votar é a mesma que reconhece a importância do voto. Ou seja, 85% dos eleitores concordam que o voto é importante. E ao reconhecerem importância, poucos lhe confere nulidade.

Em síntese, este é o quadro geral dentro do qual desenrolaram-se as eleições municipais e que registraram a vitória da Frente Popular em Porto Alegre, com a eleição de Olívio Dutra e Tarso Genro, ambos do PT.

#### IV - A vitória da Coragem de Mudar

A combinação de vários fatores firmados sobre uma conjuntura marcada pela crise econômica; por um Presidente da República sob suspeita de crime de responsabilidade; pela ofensiva dos trabalhadores num movimento ascendente de greves; pelas experiências de servidores e, por decorrência, seus familiares, assim como outros segmentos sociais, com partidos tradicionais no poder; pela interferência sangrenta do Exército em Volta Redonda, revivendo velhos fantasmas; pela caracterizada truculência de Alceu Collares na condução, em particular, da política funcional, conquistando assim inúmeros cabos eleitorais anti-PDT; pelas seqüelas ainda sensíveis da polarização que marcou, em importantes segmentos sociais, as disputas dentro da Assembléia Nacional Constituinte; enfim, todos estes elementos, agregados às características particulares do Partido dos Trabalhadores, que conquistou, ao longo da sua jovem existência, a referência de um partido sério, coerente, confiável e diferente, garantiu ao PT uma vitória significativa nas eleições municipais de 1988. Não é por acaso, pois que os levantamentos que averiguaram a preferência partidária dos eleitores, tenham registrado-lhe percentuais crescentes, ao contrário de outros em decréscimo ou instáveis.

Opção de 42% dos entrevistados pela pesquisa "Boca de Urna" do IBOPE, no dia 15 de novembro, Olívio Dutra foi opção confirmada pelo resultado das urnas. De um universo de 720.685 eleitores votantes e um percentual de 7,22% abstenções, Olívio Dutra ganhou com uma diferença de 89.261 votos sobre o segundo colocado.



**QUADRO 11**  
**RESULTADO ELEIÇÕES MUNICIPAIS**  
**PORTO ALEGRE**  
**15 DE NOVEMBRO DE 1988**

<u>CANDIDATOS</u>	<u>TOTAL VOTOS</u>
Olívio de Oliveira Dutra	247.517
Carlos Araújo	158.256
Guilherme Villela	93.862
Antônio Britto	72.097
Sérgio Jockymann	48.627
Fúlvio Petracco	13.185
Raul Carrion	2.671
- Brancos	60.494
- Nulos	23.976
TOTAL GERAL	720.685

**Fonte:** TRE/RS.

Estes resultados, considerados surpreendentes, conseguiram produzir um enorme desconforto na grande maioria dos partidos e, em particular, no empresariado. A vitória da FP, em compensação, foi entusiasticamente comemorada pelos sindicatos e associações dos trabalhadores, assim como saudada pelos partidos comunistas e socialista.

Pelo resultado das urnas é possível apreciar a dimensão do crescimento do PT e a razão da desagradável surpresa que representou para aqueles que não acreditavam na sua vitória. O PT não só contabilizou significativo êxito sobre o PDT, considerado a maior força política da cidade, mas registrou expressiva vantagem sobre o PDS e o PMDB. Partidos de representação tradicional na cidade.

Tendo o PDT o governo local, o PMDB o governo estadual e o PDS e o PFL a tradicional coabitação com o poder federal, o PT com apenas 01 vereador e 04 Deputados Estaduais, conseguiu ganhar em todas as 30 vilas de

Porto Alegre. O que, em absoluto, é um detalhe sem importância. Em 1982, por exemplo, o PT ganhara em apenas 9 e o PDT levava vantagem nas demais. Em 1985, o PDT ampliou sua vantagem, ganhando em 25 e perdendo para o PT as outras 5. Isso significa, portanto, um crescimento impressionante. Como afirmou João Carlos Terleira: "O eleitorado mais pobre votou em massa no PT, que conseguiu livrar vantagens nas vilas de 8% a 10% de votos" (Editoria Política ZH, 21/11)

É sobre a caracterização de **voto de protesto**, que a maioria das interpretações vão justificar a surpreendente votação do PT. É uma caracterização que homogeneiza o discurso, atenua o impacto e dilui uma possível identidade social com um partido claramente ligado aos interesses dos trabalhadores.

#### a - Análises através Meios de Comunicação

Em que pese o reconhecimento do PT como Partido atuante nos 365 dias do ano, com uma política coerente e homogênea, a maioria dos analistas convidados a interpretar a vitória em 15 de novembro, apontava como elemento fundante da análise, o voto de protesto. Destacando que o Partido "captou o protesto", tinha "uma proposta bem definida ideologicamente", além de penetração "em áreas operárias, intelectual, jovem, rural e clerical, numa seqüência que tem sido marcada pela denúncia, coerência e crítica", o comentarista político Carlos Fehlberg, da ZH, assim como tantos outros, questionava-se sobre a futura administração petista.

Considerado o "partido mais moderno em termos de estrutura e concepção", cientistas políticos como João Gilberto Coelho, Otaciano Nogueira e Valder Dedes, em entrevista à ZH, apregoavam a "superação de teses ultrapassadas, como a estatização", para tornar-se uma grande legenda, com amplo êxito eleitoral. Descartando um processo de

"esquerdização" no país, consideravam que "obtiveram vitória os partidos que não representaram a transigência, a falta de conteúdo e o adiamento de propostas". Mas caracterizavam, tal como outros, a existência de um mecanismo oposicionista, de protesto, que apresenta uma "tendência ao voto pulverizado entre direita e esquerda (fruto da crise econômica). E alertavam: "PT pagará ônus de uma crise que é estrutural". (ZH,17/11)

Segundo Maria Izabel Noll, Cientista Política da UFRGS - em artigo publicado no ZH - o PT, além de reunir todas as características já apontadas, apresentava também um bom candidato. Por outro lado, o economista Roberto Campos de Moraes, Coordenador de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, em entrevista ao ZH, observava que com a vitória de partidos de esquerda nos pleitos municipais, "haverá uma fuga de capitais(...)tendência é de piora". Considerava assim que o PT precisava "evitar uma administração conflituosa. Precisa evitar as greves dos funcionários municipais e precisa manter a eficiência dos serviços públicos municipais." Afirmando depositar confiança na mudança do PT na administração, tornando-se mais "pragmático e objetivo(...)No Brasil, contudo, as demandas sociais crescentes e a ideologia dos partidos de esquerda fazem com que as tendências se dêem no sentido contrário". (ZH,27/11)

Em um artigo bastante irônico o advogado e peemedebista Mendes Ribeiro, que assinava uma coluna diária na ZH, creditava a vitória a uma tática calculada do PT. Segundo ele a cobertura feita pela imprensa, mantendo-o permanentemente em destaque, foi feita "com tanta inteligência que o centro e a direita constataram. E foram impotentes para deter". Conforme Mendes Ribeiro, o PT "tomou conta dos sindicatos. Se existe algum, se existe, ainda não totalmente manejados pelos cantadores vitoriosos nas eleições de 15 de novembro, é exceção. A regra é outra. Se é sindicato, é PT." (ZH,02/12).

Na mesma linha, avaliações feitas por membros do Exército informavam que as cúpulas das Forças Armadas estavam convencidas de que a intervenção na CSN, pelo Exército, *"influiu diretamente para a vitória do PT"* e que segundo alguns oficiais superiores, tudo não teria passado de um *"plano estratégico-político muito bem arquitetado pelas esquerdas"*, desta forma e segundo este raciocínio, *"o Exército acabou sendo vítima dos grevistas"*. De acordo com outro militar, também não identificado, tratava-se de *"um plano perfeito, orquestrado do exterior"*, que seguindo as afirmações feitas pelo Jornal inglês THE GUARDIAN, apontava o PT, principalmente em SP, como apoiado por uma *"coalizão sandinista"* formada por *"padres progressistas e favelados das vastas áreas pobres da periferia de SP"*. (ZH,18/11)

Desta forma, as interpretações que cercaram a vitória do PT, embora trazendo vários elementos explicativos, redundavam na caracterização do protesto. Mas, ao mesmo tempo, denunciavam o impacto que esta vitória representou. Transitando entre a minimização percentual dos espaços conquistados ou alertando para os riscos de esquerdização no país, as análises orientavam-se, também, pela tentativa de chamar o PT para a devida adequação ao poder, com a urgente revisão de suas teses e atitudes.

#### b - Reação Empresarial

Destacando continuamente o caráter suprapartidário das suas entidades, a maioria dos empresários demonstravam receio quanto ao governo do PT, já que, como dizia Wilson Nöer, do CDL e da ACPA: *"não temos nenhuma experiência no relacionamento com uma administração petista"*. (ZH,17/11) Apontando expectativas mais gerais como transparência, coerência e bom senso, a maioria das declarações reafirmavam as divergências ideológicas, ao mesmo tempo que ratificavam a disposição para o diálogo.

Em resposta às reiteradas afirmações de Olívio Dutra de que iria privilegiar o atendimento aos pequenos comerciantes, Alécio Ughini, simultaneamente Diretor Tesoureiro da CIERGS, Diretor de Relações com a Comunidade da FCDL/RS, vice-Presidente da FEDERASUL e Vice-Presidente da ACPA, reivindicava que "O Prefeito tem que cuidar dos interesses de todos os cidadãos, inclusive, dos comerciantes - pequenos, médios e grandes". (ZH,22/11)

De maneira mais explícita, o empresário Carlos Biedermann, Presidente do Instituto de Estudos Empresariais(IEE), e suplente do Conselho Fiscal do Instituto Liberal/RS, afirmava que a vitória dos partidos de esquerda:

*"assusta o empresariado já que as ideologias são contrárias, apesar dos objetivos serem comuns.(...)O aspecto positivo dessa vitória(...)é que a sociedade aceita uma proposta ideológica forte e clara. Nós do IEE, que não aceitamos a intervenção do Estado na economia e queremos o liberalismo aplicado no país, temos uma excelente oportunidade de mostrar que as nossas idéias estão corretas(...)A administração do PT vai deixar isso muito claro se ele ficar estritamente em função da sua ideologia, que prega a luta de classes, que é uma coisa que temos que evitar". (ZH,04/12)*

Receosos do governo petista, os empresários do transporte coletivo tomaram providências no sentido de fazer levantamento patrimonial, para ser levado ao Prefeito Olívio Dutra, caso ele decidisse assumir o transporte coletivo. Conforme o empresário Antônio Demarchi Chula, do Expresso Cambará, a vitória de Olívio o deixava "completamente intranquilo". Mesmo assim, observava que administrar uma cidade é diferente da teoria, e o país "continua capitalista e a Prefeitura de POA não é o governo do país". (ZH,17/11)

Segundo o Presidente da ATP, José Alberto Guerreiro, embora as empresas tivessem interesse num bom entendimento, várias medidas foram tomadas desde o momento em que o PT saiu vencedor das urnas. Fazendo um paralelo com uma invasão domiciliar, declarava: "Isso é como alguém invadir o teu apartamento e dizer: Agora aqui vão morar mais 3 famílias". Neste sentido, avisava que a "A ATP vai jogar pesado". (ZH,26/12).

Mas, certamente a declaração mais contundente veio do Presidente da FEDERASUL, César Rogério Valente:

*"Somos como água e o óleo. Não nos misturamos jamais. (...) Olívio Dutra terá, por parte da entidade, todo o tratamento que merece uma autoridade (...) antagonismo ideológico entre as duas partes é ferrenho e neste campo o PT e as entidades que preside são inimigos e adversários (...) empresários não irão ceder no campo ideológico" (ZH, 17/11).*

Próximos desta posição manifestaram-se a vice-Presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ana Maria Sartori e o Presidente da Federação da Agricultura do RGS (FARSUL), Ary Marimon. Segundo Sartori, *"Ganhou em POA quem estimula o atropelo do direito e descumpre as regras da sociedade, incentivando invasões tanto no campo como na cidade"*. Marimon, identificando o voto como resultado do descontentamento do povo com o governo do PMDB, afirmou: *"Não sei se mudou para melhor votando no PT. (...) radicalismo do PT poderá prejudicar a sua administração. Acho que deve haver um equilíbrio entre os setores, trabalhadores e empresariado. É necessário que alguns enfoques sejam revistos, para que haja uma administração harmônica"*. (ZH, 17/11).

Alguns empresários, diante dos resultados, procuraram fortalecer a idéia de pacto social. Outros faziam questão de ratificar o compromisso democrático. De acordo com o Presidente em exercício da FIERGS, Dagoberto Lima Godoy, *"A livre iniciativa, logicamente, se baseia no princípio da democracia. (...) O resultado das urnas deve ser acatado por todos nós, pois não fazê-lo seria colocar em cheque a democracia. Independente dos aspectos ideológicos, a FIERGS se manterá na linha de permanente relacionamento."* (JC, 21/11).

Para que o relacionamento fosse "harmônico", a condição *sine qua non* era a aposta nas mudanças que o Partido deveria sofrer no exercício do Poder. Segundo Hélio Fernandes Costa, Presidente da Associação das Empresas Financiadas pelo S.F.H:

"O exercício do poder implica na observância da ordem constituída. Atualmente no Brasil são tantas as dificuldades da população que é mais fácil ao PT moderar o seu discurso e captar a simpatia da classe média, do que os partidos tradicionais, no poder, mudarem seus programas de ação e conseguirem atender as necessidades básicas da população."(JC,21/11)

Ou nas palavras de Luiz Otávio Vieira, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria(CNI), "tudo se resume ao fato de como um partido com teses socializantes vai ajustá-las a um país que se diz capitalista(...)espero que suas decisões não sejam fruto exclusivo da ideologia." (JC,21/11).

Por outro lado, as declarações menos tensas com relação à vitória do PT, vieram dos pequenos empresários. Muitos deles, declarando que não votaram no Olívio, encaravam com mais tranqüilidade a perspectiva administrativa petista: "Políticos tradicionais não fizeram nada, talvez eles resolvam os problemas.(...)não vejo motivo para preocupação, agora vamos ver se o Partido tem estrutura para assimilar as responsabilidades assumidas" (proprietário Star Vídeo); "Vamos experimentar o novo, porque os outros partidos já tiveram sua oportunidade" (Luís Antônio Boeira). Outros, no entanto, ressuscitavam velhos fantasmas e alertavam: "Estamos por uma gota d'água, qualquer modificação radical para o socialismo traz de volta as forças militares e recomeça tudo de novo". (Hugo Motta).

Mais abertos ao **novο** representado pela experiência petista no poder, a Associação de Jovens Empresários, através de seu Presidente, Mário Englert, declarava:

"Temor em relação ao PT tem fundamento, para todo aquele que entende que o momento que está ai é melhor do que o momento que pode vir(...)Se o PT na Prefeitura significa um golpe pela esquerda, nós já tivemos a experiência pela direita. E todos sabemos o resultado que deu. Então, acho que o PT tem uma chance até de mostrar competência(...)Nós não somos petistas. Na AJE a grande maioria não é.(...)PT representa uma esperança para o povo que está abandonado."(JC,05/12)

Presente em todas as declarações empresariais, sejam pequenos, médios ou grandes empresários, é o reconhecimento ao PT enquanto Partido organizado, coerente e militante. Cada atitude de recusa está assentada

sobre o reconhecimento da sua força. Segundo José Antônio Célia, Presidente da ADCE, a chegada do PT ao poder representou uma verdadeira "revolução política no país, pois os partidos tradicionais para chegarem aí e, ainda para se manterem nos governos, utilizam-se de coligações e adesões puramente fisiológicas, o que já não ocorre com o PT, um partido que acredita em idéias e cresce a partir daí e do trabalho de seus militantes."(JC,07/12-Pg.15)

Frente às inúmeras entrevistas que inundaram as páginas dos jornais nos 30 dias posteriores à eleição, muitas constatações são possíveis. A primeira delas é o profundo impacto que a vitória petista provocou. A segunda, é a demonstração do desconforto empresarial frente a tal resultado.

Muitas entidades tentaram, para além das divergências ideológicas claramente demarcadas, apontar as convergências entre o setor empresarial e o Partido. Destacando a preocupação social, a maioria dos empresários fundavam sobre este princípio a base do diálogo inevitável. Mas, é novamente de César Rogério Valente (FEDERASUL), a intervenção mais significativa neste sentido, pelo sinal contrário que coloca, chamando o empresariado ao fortalecimento de suas posições:

"...nós verificamos que determinados empresários, determinados grupos de empresários, perplexos com este resultado, imediatamente passaram a adotar um comportamento de aproximação e diálogo com os vencedores, como vem fazendo com todos os vencedores de pleitos anteriores. Só que no tempo em que se realizavam eleições neste país, em que uma hora ganhava a UDN e outra hora ganhava PSD, tanto fazia ao empresário bajular um ou outro partido, porque nenhuma diferença ideológica existia entre aquelas correntes.(...)Até acho que se possa receber o prefeito eleito, até acho que em termos administrativo o diálogo é perfeitamente possível e necessário, agora, vamos ser claros (...)Erundina não é da UDN. Erundina não é do PSB. Ela pertence a um partido ideologicamente definido, que há longos anos, neste país, vem dizendo claramente, sem subterfúgios - e eu admiro pessoas que agem com clareza - vem dizendo objetivamente qual o papel desempenhado pelo PT no poder. O próprio prefeito eleito de POA, Olívio Dutra, nunca escondeu isso (...)incoerente estão sendo determinados grupos que imaginam que aplaudindo de pé e bajulando, venham fazer a Dona Erundina simplesmente amolecer seu coração nordestino.(...)Nós, empresários, precisamos urgentemente realizar



*um trabalho de conscientização da nossa classe no sentido de colocar ideologia acima do fisiologismo.*"(JC,27/12-Pg.6)

Desta forma, entre apelos e receios, tenta o empresariado ajustar-se à nova realidade e apostar tanto na mudança do Partido, quanto na sua incompetência administrativa, capaz de desmoralizá-lo, quebrando a potencial e temida ascensão, que poderia torná-lo um forte candidato às eleições presidenciais em 1989. Entre estes e aqueles que alardeam uma situação pré-socialista e que nas entrelinhas reclamam ações mais efetivas e duras, existe uma diferença não só de estilo, mas inclusive de representatividade. A grande maioria, ou pelo menos as entidades mais representativas e as lideranças mais expressivas, preferem apostar na mudança e no desgaste como forma de derrotar seu inimigo de classe.

Mas esta atitude não é, em absoluto, uma atitude passiva. Em 22/12 a FIESP, representando o pensamento empresarial nacional, afirmava a necessidade da criação, no início de 89, do Conselho Superior de Política, com *"vistas às eleições presidenciais do ano que vem"*. Julgando-se omissos e responsáveis, pelo *"avanço das esquerdas"*, o Conselho objetivava detonar o processo de aprendizado político do empresariado e seu efetivo envolvimento político na campanha presidencial.(ZH,22/12-Pg.9)

### c - Reação dos Partidos Políticos e Entidades Populares

No último debate na TV Educativa do Estado, o candidato Villela bradava: *"Preconiza a luta de classe, as desordens, jogar filho contra pais, ricos contra os mesmos ricos e pobres contra os remediados, vocês têm aí o candidato do PT"*. Na mesma linha, Britto apresentava-se como um candidato contrário à imposição em POA, de *"uma política de confronto"* (JC,14/11-Pg.15).

Esta, aliás, foi a associação mais presente à candidatura de Olívio Dutra durante a campanha. E tanto é assim, que algumas entidades

religiosas, como a Assembléia de Deus e a própria Igreja Católica, mesmo recusando envolvimento com as candidaturas, frizavam suas restrições aos candidatos de orientação marxista ou comunista. Assim, quando da eleição de Olívio, o Monsenhor Augusto Dalvit, Coordenador de Comunicação Social da Arquidiocese de POA da Igreja Católica, aconselhava: "*Esperamos que o PT faça uma administração sem ódio, sem vingança e sem espírito de revanchismo*". (ZH,17/11-Pg.8)

Em outro sentido, o Bispo de Itabuna (BA), Dom Paulo Lopes Faria, Presidente da 26ª Assembléia da Regional Nordeste III da CNBB, afirmava que o PT foi aquele que melhor soube interpretar os anseios populares: "*O que as urnas revelaram demonstra a insatisfação do povo ao sistema político dominante e a necessidade de uma transformação social*". (ZH,23/11-Pg.20)

É, pois, sobre este sistema político dominante que vai recair a maior responsabilidade pelos resultados eleitorais. O PMDB é apresentado como principal derrotado tanto pelos meios de comunicação, através de seus analistas políticos, quanto pelo próprio Presidente da República, que recusa ao seu governo a responsabilidade pelas vitórias do PT e PDT. E é sem dúvida o PMDB o mais atingido pelos resultados.

Logo após a confirmação da vitória petista, o PMDB passa a comparecer maciçamente nas páginas dos jornais, publicizando o processo de revolvimento interno, causado pela inexpressividade eleitoral. Se até o pleito, havia uma fissura discursiva entre os que apoiavam e os que rejeitavam a estreita relação com o Planalto Central, após o pleito estas fissuras assumem forma mais nítida. Não tem, entretanto, efetividade, no sentido de definir o rompimento com o governo Sarney e a renúncia aos cargos públicos.

Na polaridade da discussão entre o rompimento ou não com José Sarney, o PMDB pós-pleito apresentava-se cindido em várias posições, das quais nem sempre era possível encontrar um fio condutor unitário capaz de manter a

integridade do Partido. Desde discussões mais periféricas que acusavam-no de uma *"geléia sem consistência"*, conforme definia Dirceu Carneiro, da vertente Novo PMDB, com riscos de debandada geral, até polêmicas que reivindicavam o resgate do PMDB das bandeiras históricas, o Partido mantinha em seu seio posições antagônicas entre os que pregavam uma Frente de Esquerda e aqueles que pregavam uma Frente anti-Esquerda.

Imputando responsabilidade ao Presidente do Partido, Ulysses Guimarães, pela tradicional *"indefinição"* e o *"discurso ultrapassado e populista"*, alguns peemedebistas, como Tasso Jereissat, Governador do Ceará, afirmava: *"PMDB não se comportou à altura dos votos de 1986."*(ZH,21/11-Pg.46)

Mas a polêmica mais impressionante, com certeza, registrava-se nas propostas de formação de Frente para as eleições de 1989. Enquanto alguns discutiam a possibilidade de apoio a Brizola ou Lula, como Waldir Pires, Governador da Bahia e o Dep. Maurílio Ferreira Lima(PE), que propunha o apoio à Lula, *"Já que assim o Partido resgatará a verdadeira identidade, já que o projeto do PT não tem diferenças do projeto que o PMDB defendia antes da inchação"*(ZH,05/12-Pg.8); outros, orientados pelo temor da *"esquerdização"*, como o Dep. Rachice Saldanha Derzi, pregava a união das forças de centro para as eleições presidenciais. O Dep. Expedito Machado(CE) propunha, inclusive, a recriação do Centrão, reunindo moderados, centristas e conservadores, os quais atuariam de forma coesa na *"defesa da livre iniciativa e contra os avanços da esquerda, principalmente em questões sociais."* (ZH,18/12-Pg.10)

Enquanto isso o Governador Pedro Simon(RS) ponderava: *"vitória do PT ajudou a aliviar a panela de pressão"*.(ZH,23/12-Pg.10) Qualificando a proposta petista de *"generosa"*, Simon mostrava-se disposto a aprender muito com Olívio Dutra: *"desde já podem contar comigo, porque não estou comprometido com nenhum grupo econômico"*.(ZH,20/11-Pg.13)

No PDT, em menor dose foi registrado as seqüelas da derrota de Carlos Araújo. A convergência da explicação - voto de protesto - permitiu a canalização das energias para as perspectivas eleitorais do pleito presidencial, com Leonel Brizola, em 1989. Os ataques ao PT, personificados na figura de Lula, foram a tônica do período pós-eleitoral.

Considerado, por setores empresariais, como candidato mais confiável frente à perspectiva de disputa com Lula, Brizola não só denunciava o favorecimento da imprensa ao candidato petista, como o qualificava de *"ingrato(...),pois hoje ele é o que é, graças ao Getúlio que **lhe deu** os sindicatos e os trabalhadores do ABC"* (ZH,17/12-Pg.10). Com exceção dos PC's e do PSB, que declararam-se solidários à administração de Olívio Dutra, os demais partidos agiram no sentido de preparar-se para as eleições presidenciais e impedir a *"esquerdização"* do país.

Em sentido radicalmente oposto manifestaram-se as entidades populares, que saudaram a vitória petista como a conquista do espaço público e o respeito às deliberações coletivas dos cidadãos organizados. Desde os sindicatos dos trabalhadores até associações de moradores e ecológicas sentiram-se representadas pela nova administração. Como afirmou o Presidente da Federação Riograndense das Associações Comunitárias (FRACAB), Carlos Alberto Franck: *"POA passa a ter o perfil do movimento popular"* (ZH,17/11-Pg.8). Ou, nas palavras do Presidente da União das Associações de Moradores de POA (UAMPA), Paulo Guarnieri: *"O "movimento popular tem, agora, um aliado na Prefeitura"*. (ZH,17/11-Pg.8)

Um aliado que ao constituir-se e consolidar-se nas lutas reais dos excluídos sociais, demonstrou também a relativização dos meios de comunicação na determinação do voto. Se, como podemos avaliar, o PT foi extenuadamente criticado e responsabilizado pelo conteúdo de suas idéias e de sua prática social, aqueles que efetivamente depositaram seu voto nas urnas do dia 15 de novembro de 1988 sobrepuseram aos formadores de opinião,

sua própria avaliação. Em outras palavras, trata-se da demonstração efetiva da penetração social do Partido nas lutas cotidianas da sociedade, sobrepondo-se assim ao processo *disciplinador* que os meios de comunicação exercem sobre o conteúdo ideológicos de seus expectadores. Vê-se desta forma que por mais eficientes que sejam seus mecanismos de domesticação ideológica, seus êxitos não são absolutos. Tem-se aí não só a relativização dos meios de comunicação, quanto do argumento que sob o alardeamento da eficácia da mídia, sugere concessões que atuam não apenas como propósitos táticos, mas inclusive, estratégicos.

## NOTAS

- 1 Segundo denúncia de vereadores, a aprovação da dita "Anistia Funcional", proposta por Raul Casa (PFL), foi condicionada pelos vereadores do PDT, à aprovação da "Anistia Fiscal", proposta pelo Prefeito Alceu Collares. Segundo vereadores, o "Executivo estava intervindo na autonomia da Câmara (...)fazendo chantagem".ZH,05/11/88-Pág.40.
- 2 Luiz Antônio Medeiros foi eleito com 86,1% dos votos dos 3,5 mil empresários, enquanto Mário Amato recebeu 58,3%. (ZH,28/11-Pág.22).
- 3 É importante registrar que o Grupo RBS é sócio do Grupo La Fonte, da família Jereissat do Ceará, em Shopping Centers, como o Shopping Praia de Belas, em POA.
- 4 Devido à extensão do conjunto deste trabalho, optou-se por não apresentar nesta Dissertação, levantamento quantitativo dos espaços **desiguais** concedidos à cada partido, na cobertura da campanha municipal de 1988 e 1992. Seguindo uma classificação de espaços diferenciados, foi possível observar não só o privilégio de alguns partidos, na quantidade de coberturas, mas inclusive pelo tamanho destes espaços, em relação a outros.
- 5 Segundo o Coordenador Departamento Jurídico do Grupo RBS, Dr. Isaac Menda, em entrevista no dia 29/11/94, o Grupo é formado pelas famílias Sirotsky e Fernando Ernesto Corrêa. Investem nas áreas de: 1)- Comunicação (Rádio, TV, Jornal, TV Paga); 2)- Imobiliária; 3)- Empresas de Participações (Shopping, etc); 4)- Corretora de Seguros (público interno); 5)- Turismo (público interno) e 6)- Informática. O Grupo tem participação majoritária em 80 empresas e atuam nos estados do RGS e SC.
- 6 Nestes totais não estão incluídos os 15% excedentes, que representam a probabilidade dos não-vendidos. Na média também não está incluído o jornal dominical, que tem tiragem superior. Segundo dados fornecidos pelo Gerente de Circulação, Sr. Luiz Borges, em entrevista à autora no dia 28/11/94.
- 7 Não existe no material cedido pelo Sr. Luiz Borges, Gerente de Circulação da ZH, qualquer referência aos critérios utilizados na caracterização das classes sociais, pela empresa responsável pela pesquisa.
- 8 A Cia. Jornalística J. C. Jarros, segundo o Gerente de Controladoria, Sr. Gilso Roncato, investe concentradamente na área de Comunicação. Sendo, aproximadamente, 10% em Rádio e 90% em Jornal. Conforme entrevista à autora em 27/11/94.
- 9 O total de jornais pesquisados da ZH somam ao todo 150. Sendo que no mês de setembro não foi encontrado o dia 02. Os jornais do JC foram 100, sendo que este jornal só tem tiragem nos dias úteis, Do JC não foram encontrados os dias 29 e 30/08; 01/09; 05/09; 06/09 e 10/10.
- 10 Os demais eram: Assuntos Policiais (01); Assuntos Esportivos (01); Democracia (03); Ecologia (05); Política Municipal (05); Política Partidária (03); Privatizações (02).
- 11 As demais temáticas eram: Assuntos Esportivos (01); Estado (01); Reforma Agrária (02).
- 12 Ecléa Fernandes, que candidatara-se pelo PSDB, retirou sua candidatura no início de setembro e o Partido decidiu apoiar a Frente Popular.

## CAPÍTULO IV

### CONSTRUINDO A DÍFICIL RELAÇÃO

A vitória da Frente Popular em 15 de novembro de 1988, em Porto Alegre e em outras capitais do país, representou um marco significativo na vida política nacional. Não só porque redimensionou substantivamente a conformação partidária do país, mas também porque inaugurou a atuação mais orgânica do PT na institucionalidade.

Olívio Dutra, tanto durante quanto após a eleição, orientou suas declarações pela demarcação de um campo de atuação popular, que mais do que o compromisso com a inversão de prioridades através da participação coletiva, apontou os principais setores empresariais a serem enfrentados pela Administração Popular: *"os grandes empreiteiros da construção civil, as grandes empresas de transporte coletivo e o grande comércio da cidade não vão ter seus interesses atendidos antes que sejam atendidos os interesses do povo das periferias, das vilas, dos bairros(...)relação do governo municipal com eles vai ser diferente do que tem sido até agora."*

(ZH,16/11/88)

Ratificando a importância dos Conselhos Populares, considerados um dos *"pilares da nova administração, tanto na definição de prioridades quanto na fiscalização dos atos do governo"*, segundo palavras de Arno Augustin Filho, integrante do Programa de Governo (ZH,27/11/88-Pg.3), a Administração Popular (AP), desde o princípio tentou configurar uma identidade talhada não só pela ampliação dos espaços democráticos, mas, principalmente, pela honestidade e transparência. Trata-se de conformar um governo do ponto de vista popular, onde não existam os tradicionais *"apadrinhamentos"*. Dentro desta lógica, firma a AP o compromisso de subverter a relação pervertida que o empresariado, ao longo dos anos, têm

mantido com o governo local. Trata-se, pois, não só de reconhecer as diferenças sociais, mas de, através delas, legitimar a inversão na ação do governo municipal. Como declarou Olívio Dutra, após a eleição: "*Nós não vamos vender a ilusão de que vamos governar para todos de forma igual, porque seria injusto*". (ZH,16/11/88).

São sobre estes princípios gerais que a FP forma seu plano de governo e vai firmar sua marca administrativa. Tem este capítulo, portanto, a tarefa de acompanhar, em linhas gerais, tanto as principais transformações que a administração petista impõe no governo municipal, em particular, naqueles aspectos que melhor refletem as relações com os setores empresariais pesquisados, quanto nas mudanças pelas quais passa o PT na institucionalidade. Mudanças que revelam um PT com uma nova relação com o Estado e com o capitalismo. Metamorfoses interiores que ao longo de 4 anos (1989-1992) assumem forma e identidade social, principalmente, através das administrações municipais e que, dialeticamente, influenciam e são influenciadas nas relações com o empresariado.

### I - A forma petista de governar

Enquanto o Estado Central responde tanto pela regulação das relações sociais de produção, quanto pela legitimação política do processo de acumulação, o Poder Local, na medida em que não detém condições para comprometer a acumulação capitalista, provocando "*uma crise geral do sistema*", tem suas derrotas eleitorais melhor administradas "*pelas classes dominantes*", as quais desenvolvem "*estratégias políticas particulares*", que objetivam a manutenção do controle sobre o governo local (Manuel Castells;1980).

Desta forma, ao mesmo tempo que está atrelado às relações dominantes do Estado Central, e como tal está organizado sobre a estrutura seletiva do



Estado (Offe, 1984), encontra-se o Poder Local encurralado entre as pressões vindas das agências burocráticas do Poder Central (na liberação de recursos), e aquelas oriundas das demandas sociais locais, as quais encontra-se inevitavelmente mais exposto e vulnerável. Isto significa, em outras palavras, que ao entabular determinadas políticas públicas, o Poder Local procede a uma seleção entre beneficiados e excluídos, com seus inevitáveis custos. No entanto, quaisquer que sejam as escolhas prioritárias das políticas públicas locais, elas estão inseridas dentro da reprodução da estrutura existente. Revela, portanto, que tanto a opção pela "maximização da acumulação" ou pela "maximização da equidade", estão inscritas sobre uma ordem que tanto limita o alcance das modificações quanto impede sua abolição.

Este discernimento sobre os limites de uma administração local não passa despercebido pelo empresariado. Acontece, porém, que um governo petista, para além do risco do "efeito demonstração" capaz de conquistar apoio social para vãos eleitorais mais comprometedores, representa a existência, entre empresários e Partido, de um fosso chamado Estado. Isto é, enquanto empresários responsabilizam o Estado por todas as mazelas sociais, econômicas e políticas do país, o PT reclama não somente sua desprivatização, mas reserva um papel fundamental e efetivo ao Estado. Revelam-se aí embates que, teoricamente, atendem pelo nome do neoliberalismo e da social-democracia, respectivamente. Contudo, não só o neoliberalismo nacional estrutura-se sobre a inexistência de um Estado de bem-estar, quanto a social-democracia petista pretende eficiência sobre uma estrutura social marcada pela reestruturação produtiva e o desmantelamento progressivo dos sindicatos.

A par deste marco geral introdutório, é possível ingressarmos nas particularidades da Administração Popular em POA, em 01 de janeiro de 1989. As condições nas quais a FP assumiu a Prefeitura Municipal de Porto Alegre

foram, sob todos os aspectos, lastimáveis. Segundo as palavras do empresário Valdir Bronzatto, a "cidade parecia um pós-guerra, sucateada". Aparência de terra arrasada que tinha, na síntese administrativa, a superioridade dos débitos sobre os créditos.

Nos últimos dois meses da gestão Alceu Collares, a administração pedetista não só conseguiu fazer aprovar um Plano de Carreira<sup>1</sup> capaz de comprometer 98% da receita do município a partir de 1º de janeiro/89, como também promoveu uma anistia fiscal que premiava maus pagadores do erário público<sup>2</sup>. A administração Popular deparou-se, assim, com uma receita totalmente comprometida e deficitária. Esta situação contribuiu de veras para o agravamento e fragilidade do governo da FP nos dois primeiros anos de gestão.

Segundo dados contidos no "Roteiro para uma Avaliação da Administração Popular", elaborado pelos dirigentes petistas no governo municipal, o déficit orçamentário de 1989 foi de "35,84%, uma despesa a pagar de 76,0% e uma dívida pública de 81,75%, todos em relação a uma receita arrolada.". No ano de 1990, com a reforma tributária ao nível municipal e com as alterações promovidas pela Constituição em 1988, houve um início de recuperação da receita. Ainda de acordo com o "Roteiro", "A receita teve um crescimento real em torno de 40%, o que possibilitou uma queda do déficit para 9,92%, uma despesa a pagar de 13,61% e um montante da dívida pública de apenas 32,93% - todos em relação à receita."(set/91-Pág.5)

A reforma tributária enviada à Câmara de Vereadores<sup>3</sup> pelo Executivo Municipal, foi a formalização de uma proposta tributária que se orientava pela idéia chave da campanha eleitoral que preconizava: "Quem tem mais paga mais e quem tem menos paga menos". Ou, em outras palavras, tratava-se não só de atualizar o valor venal dos imóveis urbanos, mas também de taxá-los de forma diferenciada, de acordo com a localização e as características do

imóvel. É o chamado **Imposto progressivo**. Conforme um estudo feito por João Verle e Paulo Müzzel, intitulado "Porto Alegre: O desafio da mudança", que faz uma radiografia da PMPOA, "em 1988 a receita "per capita" da Prefeitura reduziu-se em um quarto em relação a 1982(-24%), sendo a participação da receita municipal na renda da cidade estimada em apenas 3% (redução de 40% em relação à participação de 1970)". Paradoxalmente, no entanto, esta redução sistemática no poder de arrecadação da Prefeitura foi acompanhada pelo aumento do funcionalismo. Conforme os autores, no "período 1983/1988 a receita diminuiu e o número de servidores municipais, que determina a principal despesa, cresceu em ritmo muito mais rápido do que a população da cidade: enquanto a população aumentou 6,4% o número de funcionários municipais cresceu 42,3%." (Ago/92-Pág.33-34)

A reversão desta condição deficitária foi desencadeada, portanto, a partir da reforma tributária. Ancorado sobre o compromisso de desprivatização do poder público local e da transparência administrativa, a marca da AP petista reside, indubitavelmente, no processo de democratização do Estado, através da participação popular nas decisões do município.

Suzana Moura(1989) avaliando a destacada presença dos Conselhos Populares no programa do PT ao nível nacional, ponderava sobre os limites dos Conselhos pois, como sublinhava, trata-se de mecanismos de alcance local, e portanto, com condições de êxito e transformação **no governo**, não no Estado. Estes limites, no entanto, não impedem o processo de permeabilidade democrática do poder local. (Jornal DS, n. 231-jan/1989)

Se não foi possível a implantação dos Conselhos Populares de acordo com as perspectivas iniciais, que conforme Olívio Dutra eram concebidos como "algo meio soviético, uma coisa em que a cidadania constrói seu poder deliberativo ali" (Entrevista a autora, 02/05/95), foram feitos movimentos no sentido de aproximar as formas organizativas já existentes dentro de uma perspectiva cidadã, com disputa democrática e força deliberativa. Este

processo de "casamento" entre o novo e o velho, a democracia participativa e a democracia representativa, assumiu a forma do Orçamento Participativo.

Organizado através de unidades censitárias, segundo critérios do IBGE, o Orçamento Participativo<sup>4</sup> considera não somente a cidade formal, mas, principalmente, a cidade real. Isto permite a participação dos movimentos populares das vilas irregulares. Contraposto ao projeto de Alceu Collares, que no final de sua gestão teve aprovado os Conselhos Populares atrelados ao Executivo, a iniciativa da AP objetivou a organização da sociedade civil, sem a interferência do Estado. O Orçamento Participativo possui caráter informal, autoregulamentado, ou seja, organiza-se a partir das deliberações da sociedade civil, de acordo com o Regimento Interno do Conselho.

A Lei Orgânica do município aprovada em 1990, estabelece duas espécies de Conselhos: Municipais e Populares. Os Conselhos Municipais (Art.101) *"são órgãos de participação direta da comunidade na administração pública, tendo por finalidade propor, fiscalizar e deliberar sobre matérias referente a cada setor da administração"*; os Conselhos Populares (Art.102), por seu turno, são formas sociais organizadas regionalmente, autônomas, não subordinadas à administração municipal. (Lei Orgânica,1990-pág.28)

Estruturado sobre uma cidade previamente dividida em 16 regiões, o Orçamento Participativo tem uma dinâmica de participação direta e representação através de delegados eleitos<sup>5</sup>. Com a definição dos critérios e métodos para o Orçamento do ano seguinte, objeto das reuniões (chamadas "rodadas") correntes, os participantes orientam-se a partir de um calendário previamente organizado que inclui tanto a prestação de contas do governo municipal sobre o Plano de Investimentos do ano anterior, quanto daquele em vigor. Todo este processo está articulado com o Conselho do Orçamento, formado por 32 delegados, resultado da escolha das regionais que elegem dois titulares para a composição do Conselho. Tais delegados possuem

mandado revogável, o que não só garante maior controle sobre os representantes, mas mantém a comunidade particularmente envolvida em todo o processo orçamentário.

Aliás, carrega o Orçamento Participativo não só a principal marca da AP, mas a efetividade da democracia participativa, ou democracia ativa, como prefere outros. Em que pese as críticas sobre as barreiras institucionais que opõem o avanço do movimento social organizado e o Poder institucionalizado, com limites à abrangência das deliberações tomadas pelo Orçamento Participativo, tais críticas revelam, em verdade, aprofundamentos democráticos de uma sociedade que aprende a ser cidadã.

Segundo levantamento feito pela Coordenação de Relações com a Comunidade (CRC) da PMPOA, considerando as 16 zonais, 976 pessoas participaram das reuniões do Orçamento em 1990. Em 1991, no entanto, já houve um aumento significativo, com a presença de 3.694 pessoas. No ano de 1992, este número praticamente duplicou, totalizando 7.610 participantes<sup>6</sup>. Estes dados revelam o crescente envolvimento da comunidade na deliberação sobre os recursos da cidade e na seleção das prioridades. Na compreensão da importância deste espaço privilegiado que implica na democratização do Poder público e na possibilidade de uma cidade cidadã.

Desta forma, se a AP inaugura uma nova experiência administrativa que objetiva a abertura do poder público, esta experiência está subordinada a uma compreensão político-ideológica que se espraia pelas mais variadas áreas de competência municipal. Ou seja, orienta-se por um projeto de sociedade que se não mais recorre, enfaticamente, à retórica socialista, sustenta a necessidade de uma nova sociedade, mais democrática e mais justa.

É esta orientação que vai possibilitar, por exemplo, a implementação da pedagogia construtivista pela Secretaria Municipal da Educação (SMED), calcada na assertiva de que "inteligência não é um dom, é algo que se

constrói"(Esther Grossi,27/08/91); que vai sustentar a polêmica sobre a regularização da Vila Planetária, em área nobre da cidade, e que valeu inúmeras ações judiciais, principalmente através do Vereador João Dib (PDS), reclamando a inaplicabilidade do direto real de uso, constante na Lei Orgânica aprovada em 1990, e no qual a PMPOA amparava-se para proceder na "democratização do solo urbano" (João Carlos Vasconcellos, ZH,16/08/92).

Da mesma forma, não é por outra razão que os Sem-Terra, no confronto com a Brigada Militar, em agosto de 1990, foram buscar guarida na PMPOA. E encontraram. A PMPOA foi assim, palco da manifestação popular organizada contra as ameaças à integridade física dos colonos ali asilados. Este fato, no entanto, rendeu ao PT, em particular, por parte dos meios de comunicação, empresários<sup>7</sup> e muitos partidos políticos, uma campanha desqualificadora, onde os colonos eram criminosos, insuflados por interesses escusos, os policiais vítimas potenciais no cumprimento do dever, o governo estadual um poder esforçado na resolução do problema, e o PT e a CUT, os responsáveis pelo confronto<sup>8</sup> e pela cobertura aos "criminosos". Se tal postura foi condenada através de uma campanha concertada, rendeu ao PT, entre os setores populares organizados, o reconhecimento pela posição coerente com sua trajetória política. Reforçou assim, uma identidade entre os trabalhadores e a AP, onde mais do que intervir na administração da cidade, sentiram-se fortalecidos pela solidariedade que este governo demonstrava com as lutas dos trabalhadores. Do campo ou da cidade.

## II - As relações entre PT e empresariado

Como destacamos na Introdução deste trabalho, selecionamos 10 entidades empresariais para procedermos ao acompanhamento do posicionamento dos empresários de POA frente à Administração Popular petista. Nos

orientamos, neste sentido, a partir daqueles setores do grande empresariado apontados pelo PT, como setores a serem enfrentados, prioritariamente, pela AP: Comércio, Construção Civil e especuladores imobiliários e Transporte Coletivo.

As entidades escolhidas foram: Associação Comercial de POA (ACPA); Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (CIERGS); Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL); Federação dos Clubes dos Diretores Lojistas do Rio Grande do Sul (FCDL/RS); Federação do Comércio Varejista do Estado do Rio Grande do Sul (FECOMÉRCIO<sup>9</sup>); Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS); Instituto Liberal do Rio Grande do Sul (IL/RS); Sindicato da Construção Civil (SINDUSCON); Associação dos Transportadores de Passageiros de Porto Alegre (ATP) e a Associação Nova Azenha (ANA).

Antes de adentrarmos as relações que marcaram a gestão de Olivio Dutra frente à Prefeitura de POA, é necessário que conheçamos um pouco como organiza-se este empresariado através de suas entidades. Não faremos aqui a apresentação de cada uma em particular, porque no geral todas elas traçam o mesmo objetivo enquanto representação e organização empresarial. Optamos, portanto, na apresentação das entidades representativas de acordo com suas diretorias e nos cruzamentos entre elas, que nos permitem indicar aspectos importantes da intercambialidade organizativa e da multi-representatividade de alguns poucos empresários.

Fatores que nos permite identificar uma unidade ideológica empresarial - principalmente no grande empresariado - que não se inscreve apenas pelo ideário neoliberal, mas, e concomitantemente, através da alta interpenetrabilidade organizacional que homogeneiza o discurso e organiza as ações. O cruzamento das diretorias de importantes organizações empresariais do Comércio, Indústria, Construção Civil e Instituto Liberal<sup>10</sup>, demonstrou-se, neste sentido, bastante revelador.

**QUADRO 12**  
**REPRESENTATIVIDADE EMPRESARIAL & ENTIDADES DE CLASSE**  
**PERÍODO: 1988 À 1992**

<b>Empresário/Loja</b>	<b>Entidades</b>
<b>Adelino Raimundo Colombo</b> Lojas Colombo	Vice-Presidente FCDL/RS(87/89); 1º Vice-Presidente FCDL/RS(89/91); Dir. Relações com Comunidade FCDL/RS(91/93) Diretor FEDERASUL (88/90 e 90/92)
<b>Alécio Langaro Ughini</b> Lojas Ughini	Diretor Tesoureiro CIERGS (86/90) Conselho Fiscal CIERGS (90/93) Dir. Relações com Comunidade FCDL/RS (87/89) Vice-Presidente FEDERASUL (88/90 e 90/92) Vice-Presidente ACPA (88/90)
<b>André Geraldo V. Cirne Lima</b> Consultor Independente	Vice-Presidente CIERGS (90/93) Diretor ACPA (88/90) Vice-Presidente ACPA (90/92)
<b>Anton Karl Biedermann</b> Coopers & Lybrand Biedermann, Bordasch Auditores e Consultores	Vice-Presidente FEDERASUL (88/90) Presidente FEDERASUL (90/92) Vice-Presidente ACPA (88/90) Presidente ACPA (90/92)
<b>Carlos Biedermann</b> Diehl. Biedermann & Bordasch Auditores	Diretor FEDERASUL (90/92) Suplente Conselho Fiscal IL/RS (86/89) Presidente IL/RS (89/91)
<b>Carlos de Freitas e Castro Smith*</b>	Diretor CIERGS (90/93) Diretor ACPA (88/90) Vice-Presidente ACPA (90/92) Conselho Fiscal IL/RS (86/89) 1º Vice-Presidente IL/RS (89/91)
<b>César Rogério Valente</b> Transporte Coletivo Real Rodovias	Presidente ACPA (88/90) Conselho Superior ACPA (90/92) Presidente FEDERASUL (88/90)
<b>Dagoberto Lima Godoy</b> Indústria Farmacêutica Laboratório Basa Sulenge Construções	Vice-Presidente CIERGS (90/93) Vice-Presidente FIERGS (87/90 e 90/93) Del. junto Federação SINDUSCON (89/92) Conselho consultivo SINDUSCON (89/92) Supl. Del. Junto Federação SINDUSCON (92/95)
<b>Francisco Renan Oronoz Proença</b> Lojas Fasolo	Vice-Presidente CIERGS (86/90 e 90/93) Vice-Presidente FIERGS (90/93) Delegado Representante FIERGS (90/93)
<b>Fúlvio Araújo Santos</b> Lojas J. H. Santos	Vice-Presidente ACPA (88/90) Vice-Presidente FEDERASUL (88/90 e 90/92) Vice-Presidente FCDL/RS (87/90)



<b>Gianfranco Cimenti</b> Cimenti, Consandier Construções	Diretor SINDUSCON (89/92 e 92/95) Supl. Del. Junto Fed. SINDUSCON (89/92) Del. junto Federação SINDUSCON (92/95) Diretor FIERGS (90/93)
<b>Hermann Cláudio Bojunga</b> Bojunga, Dias Construtora	Vice-Presidente ACPA (88/90) Vice-Presidente FEDERASUL (88/90 e 90/92) Vice-Presidente SINDUSCON (86/89) Diretor SINDUSCON (89/92) Supl. Del. junto Federação SINDUSCON (89/92)
<b>José Carlos Hruby*</b>	1º Tesoureiro ACPA (90/92) 1º Tesoureiro FEDERASUL (90/92) Diretor Técnico FCDL/RS (89/91) 1º Diretor Secretário FCDL/RS (91/93)
<b>Leônidas Zelmanovicz</b> Planadil Adm. de Imóveis	Diretor ACPA (90/92) Cons. Consultivo SINDUSCON (92/95) Conselho Fiscal IL/RS (89/91)
<b>Luiz Carlos Mandelli</b> DHD Componentes Automotivos	Presidente CIERGS (86/90 e 90/93) Presidente FIERGS (87/90 e 90/93) Del. Representante FIERGS (90/93)
<b>Luiz Roberto A. Ponte</b> Construtora Pelotense	Vice-Presidente CIERGS (86/90 e 90/93) Presidente SINDUSCON (86/89) Del. junto Federação SINDUSCON (89/92) Supl. Del. junto Federação SINDUSCON (92/95)
<b>Ricardo Lins Portella Nunes</b> Construtora Sultepa	Cons. Consultivo SINDUSCON (89/92) Diretor CIERGS (86/90) Supl. Conselho Fiscal IL/RS (89/91)
<b>William Ling</b> Petropar	Vice-Presidente ACPA (88/90 e 90/92) Diretor CIERGS (90/93) Presidente IL/RS (86/89)

**Fonte:** A partir da relação das diretorias, durante os anos de 1988 a 1992, das seguintes entidades: ACPA; CIERGS; FEDERASUL; FCDL/RS; FIERGS; IL/RS e SINDUSCON.

\* = Não foi possível descobrir a empresa do empresário.

A FECOMÉRCIO e a ATP, no entanto, apresentaram diretorias restritas às fronteiras de cada entidade, embora seu discurso e sua prática guardem profunda identidade com o ideário neoliberal. Ambas registram também baixa rotatividade nas suas direções, como é o caso da ATP, que desde a sua formação reelege o mesmo presidente: José Alberto Machado Guerreiro.

Outro aspecto importante a considerar é o fato de que muitas das entidades pesquisadas não contavam com informativos internos para seus associados, durante os anos de 1988 à 1992. É o caso da FECOMÉRCIO que

somente em abril de 1994 lança sua revista "Comércio & Consumo"; do IL/RS que não tem produção local; da ATP que somente em 1994 instituiu o "Telefax", de periodicidade semanal, e da ANA, que não tem ainda nenhum canal sistemático de informação específico. Fato que nos indica a validade das afirmações de Claus Offe sobre a *lógica monológica* do empresariado numa sociedade fundada sobre a lógica do capital.

Considerando estes apontamentos preliminares, passemos ao conteúdo das informações que conformam as relações que estamos interessados em desvendar. Como declarou Milton Pantaleão, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio (SMIC), a vitória do PT criou uma situação *"totalmente anômala para os empresários. Eles não sabem o que vai acontecer. E a trajetória do empresariado brasileiro nunca foi de trabalhar com condições de não saber o que vai acontecer"* (Entrevista à autora, 24/05/95). A instabilidade na qual o empresariado se vê enredado, sem saber como administrar a vitória de um Partido que não só era uma incógnita na institucionalidade, como trazia na bagagem uma trajetória marcada pela radicalidade política e pelo antagonismo de classe, criou uma relação desde o primeiro momento *"arrepiada"*, conforme expressão de Olívio Dutra (Entrevista à autora, 02/05/95).

Sentindo-se ameaçados pela AP, o empresariado do setor de transportes coletivos organiza um locaute, retirando os ônibus de circulação. Foi, segundo as palavras de Olívio Dutra, *"uma greve empresarial contra o nosso governo"*. Como resposta o poder municipal, interviu nos transportes coletivos da cidade, em fevereiro de 1989. Esta intervenção, que ocasionou transtornos significativos na cidade, contou com boicotes, atrasos voluntários nos horários de circulação, redução do número de ônibus, etc, e uma ampla campanha, através dos meios de comunicação, contra a *"arbitrariedade"* do governo municipal.

Segundo César Rogério Valente, a intervenção foi "um atentado à livre iniciativa e à propriedade privada(...)uma manifesta intenção estatizante que cresceu em determinados segmentos do setor público brasileiro, incentivada por radicais que são contra a liberdade".(FEDERASUL,17/04/89-Pág.3) Esta declaração é reveladora tanto da solidariedade de classe que envolveu empresários, quanto do posicionamento empresarial, unificado pelo sentimento de ameaça à propriedade privada e à livre iniciativa representado pela intervenção no setor de transporte.

Do outro lado, manifestações populares hipotecavam solidariedade à ação do governo municipal. O fim da intervenção, por exemplo, foi compreendida como um "recuo", bastante criticado tanto pelas tendências CS e DS quanto pelo Diretório Municipal do PT, que avaliou que "ela obrigaria a recuos cada vez maiores, na medida em que instaura a dinâmica de negociações isoladas da pressão da população organizada, dentro de uma lógica falsa de que seria possível "dividir" os empresários" (DS,jul/89-nº236,Pág.14). Segundo a CS, havia condições de manter a intervenção e caminhar em direção à encampação dos transportes, conforme o programa eleitoral do PT.

Se este foi o primeiro grande embate entre empresários e AP, a greve geral de 14 e 15 de março/89, contra o Plano Verão, veio a azeitar ainda mais esta relação "arrepiaada". Mesmo contando com diferenças frente ao Plano, o empresariado ficou unificado quanto à "inconveniência" da greve geral, convocada pelas centrais sindicais, em especial a CUT. Mas, indubitavelmente, foi a presença do Prefeito Olívio Dutra nos piquetes, distribuindo panfletos favoráveis ao movimento, que mais eficientemente unificou a contrariedade empresarial. Nas palavras do multi-representativo Alécio Ughini, "ele não pode ser Prefeito e bancário ao mesmo tempo". (FEDERASUL, 30/03/89-Pág.3).

Expressão de uma nova administração, fatos como estes são demonstrações inquestionáveis para o empresariado, de que algo mais do que um discurso radical havia penetrado na Prefeitura de POA. Se houve, desde o primeiro momento da confirmação da vitória do PT, uma tentativa de diluir as diferenças ideológicas, caracterizando-as como elementos cambiantes de acordo com a relação com a estrutura do Poder, as atitudes da nova administração revelavam uma inadequabilidade até então desconhecida.

Se os periódicos da maioria das entidades pouco abordam sobre a administração da cidade, tratando preferencialmente de questões mais gerais da economia e da política - onde inequivocadamente expõem seu ideário - a FEDERASUL é, sem dúvida, aquela entidade que mais explicitamente se contrapõe à administração e ao programa do PT. Suas páginas recusam não somente as bandeiras históricas do Partido, referente aos direitos sociais e trabalhistas, como também criticam as condições de *"abandono do centro da cidade"*, com a proliferação dos ambulantes *"sem fiscalização"*; a imposição de dificuldades para novas empresas, encarada como de *"cunho ideológico"* e a intervenção dos transportes, que *"atentam contra a liberdade e a iniciativa privada"*. No mesmo sentido, o episódio do fechamento das Lojas Americanas pela PMPOA, no final de 1989, devido às denúncias de racismo, são avaliadas como *"ação de fundo político"*.

Todas estas críticas e denúncias, no entanto, vão se diluindo com o passar do tempo, na medida em que a AP cada vez mais vai demonstrando não só transparência administrativa, mas, progressivamente, vai atuando como fomentadora da economia municipal, através de inúmeros e criativos projetos.

Este movimento mais efetivo da AP é orientado, tanto pela necessidade de atender às demandas populares, como pela busca de parceria com pequenos e médios empresários, considerados parceiros privilegiados pela AP. Se foram estes aqueles que menor resistência ofereceram à vitória do PT em

POA, são estes também os que mais afinadamente firmaram as relações de parcerias.

Segundo Milton Pantaleão, a SMIC que até a gestão de Olívio Dutra "se caracterizava por expedir Alvará de Licença de Funcionamento da Atividade Econômica e fiscalizar camelôs" passa a coordenar um conjunto de projetos (que tiveram continuidade com a gestão de Tarso Genro), cujo papel não só extrapola a competência do município, mas redimensiona as relações do empresariado com a Prefeitura Municipal. Do chamado "banho de moralidade", reconhecido inclusive por empresários nas entrevistas, desobrigados de pagar "bola"<sup>11</sup> para funcionários e representantes do Poder público, até o rigoroso cumprimento do calendário de pagamentos dos serviços e materiais, com a efetiva redução de prazos (de até 1 ano para 30 dias) e preços (já não mais inflacionados pela habitual demora no pagamento), a AP inaugurou uma nova relação administrativa com a cidade e com o empresariado.

Quando a AP assumiu, a SMIC dispunha de apenas 0,7% do orçamento (atualmente ela dispõe de 3,2%), o que não impediu, no entanto, o movimento no sentido de reorientar a ação da Secretaria, atendendo as demandas e carências da comunidade. O primeiro movimento no sentido de concertar ações de acordo com as inversões de prioridades e as necessidades da comunidade, veio a partir do PROGRAMA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR<sup>12</sup>, que dividiu a cidade em três grandes áreas: Periférica, Intermediária e Central, ambicionando atingir não só comunidades tradicionalmente desabastecidas, mas também oferecendo alternativas de abastecimento. Neste projeto participam também produtores rurais do município, que desenvolvem em conjunto com a Prefeitura, a produção de "alimentos ecologicamente protegidos". No mesmo sentido foram criados projetos como COMPRAS COLETIVAS, CESTA POPULAR e FEIRAS MODELO, que representam formas alternativas e acessíveis de consumo popular.

Sob a coordenação da SMIC, firmaram-se projetos tais como o SANTO DE CASA, com objetivo de comercialização dos produtos de artesãos e pequenos comerciantes, inclusive para o interior do estado; a criação a Incubadora Empresarial e Tecnológica (IETEC), que funciona como "berçários tecnológicos", para micros e pequenos empresários, a partir de convênios entre Prefeitura, Universidades, Centros de Pesquisa e apoio do SEBRAE, cuja prioridade, segundo Milton Pantaleão é "o grau de abrangência e consequência popular do produto".

Desta forma, enquanto o PT cada vez mais vai tornando-se interlocutor do campo econômico, mais o grande empresariado vai sendo constrangido na sua disposição de combatê-lo. Mesmo que as ações da FP beneficiem, prioritária e preferencialmente, os micros e pequenos empresários. O projeto do Distrito Industrial da Restinga, "que fazia 14 anos que estava engavetado" é um bom exemplo dessa prioridade. O projeto inicial, que previa lotes em torno de 15.000m<sup>2</sup> e que portanto, excluía os pequenos empresários, beneficiando as médias e grandes empresas, foi alterado não só com a redução dos lotes para uma média de 2.300m<sup>2</sup>, como também pela inclusão de equipamentos, creches e restaurantes coletivos, ciclovias e Praça de organização dos trabalhadores. Mas talvez o mais expressivo desta disposição de inversão da clientela preferencial, se dê pela alteração proposta pelo Executivo, da legislação sobre licitações, criando mecanismos legais capazes de permitir a participação de micro e pequenas empresas.

Todo este movimento em direção aos pequenos e micro empresários não foi em vão. Estes não só perceberam que a AP era positiva para seus negócios, como tornaram-se aliados da FP. Não é por acaso, pois, que quando a AP, sob a inspiração e coordenação de Tarso Genro, propôs a criação, em maio de 1991, do "Foro contra a Recessão e o Desemprego"<sup>13</sup>, foram os micros e pequenos empresários aqueles que efetivamente participam do Foro. Ao

contrário dos médios empresários que participaram circunstancialmente e do grande empresariado, com uma participação bastante pontual.

Este Foro, que representou o movimento de aproximação entre o empresariado de um modo geral e a Administração Municipal, e que destacou para o empresariado a figura de Tarso Genro, foi também objeto de várias manifestações contrárias dentro do próprio Partido e da CUT. A proposta de unir empresários, trabalhadores e Prefeitura para criar mecanismos de combate à recessão e ao desemprego, gerou profundas críticas internas. Segundo Ricardo Zamora, atual Assessor Legislativo da PMPOA, "teve polêmica interna no PT (...) sustentaram que a luta contra a recessão era uma luta contra os empresários." A CS, inclusive, no dia do ato unificado chamado para o Auditório Araújo Viana, organizou uma manifestação em frente à PMPOA, denunciando a "colaboração de classe". (Entrevista à autora, 22/05/95)

Isto significa que a opção que faz o PT de movimentar-se no mercado - "uma coisa que o PT não fazia antes", segundo palavras de M. Pantaleão - ao mesmo tempo que gera aproximações com empresariado, gera fissuras internas para além de detalhes táticos. Diferenciações internas que serão abordadas mais detidamente no terceiro tópico deste capítulo.

Este processo de aproximação com o empresariado produz reações distintas. Porém, independente do segmento empresarial, traduz-se numa relação qualitativamente nova. A opção de firmar parcerias duradouras com o pequeno e constranger o grande empresário, frente a um conjunto de propositivas econômicas e de aceitação popular, requalificam as relações entre empresários e Partido. Isto não significa, entretanto, uma ação unilateral do Partido. Trata-se, antes de tudo, de um conjunto de fatores intervenientes que resultam tanto das metamorfoses do Partido, as quais atenuam significativamente a imagem que o empresariado tem do PT, quanto exigem adequações do empresariado frente a um governo que impõe sensíveis transformações na estrutura do poder local.

Não é casual, portanto, que o SINDUSCON, através de seus Informativos internos tenha destacado a importância da participação nos Conselhos Setoriais do Município e reivindicado representação em outros (Informativo Urgente, nº 16. Set/89). Trata-se de uma ação deliberada que objetiva a continuidade da intervenção na política do município, porém através de outros canais, já as linhas privilegiadas de influência sobre o Poder sofreram reorientação e foram democratizadas, obrigando-os a disputar com a comunidade políticas e prioridades. Como informou Olívio Dutra: *"Foi na relação direta, concreta, transparente que eles (empresários em geral) foram percebendo que era uma outra visão de trabalhar a coisa pública: não tinha caixa dois, não tinha negócios escusos, não tinha um toma lá - dá cá, um dando que se recebe, um privilegiamento aqui para quem é mais conhecido, para quem convida para uma festa."* (Entrevista à autora, 02/05/95)

As conseqüências de todo este processo é que, por um lado, os pequenos empresários sentiram-se estimulados a organizar-se para defender seus interesses frente ao grande empresariado, como foi o caso da Associação Nova Azenha (ANA), que reúne pequenos comerciantes, prestadores de serviços e autônomos. Segundo seu Presidente, Valdir Bronzatto, 80% dos seus associados são pequenos comerciantes e tem abrangência específica no bairro da Azenha. Esta Associação, que foi pioneira na cidade, objetiva antes de tudo, a preservação do *"mercado de característica populares"* frente aos Shopping Centers, que são, segundo palavras de Valdir Bronzatto, *"o presidio econômico do pequeno empresário"*. A criação das Associações dos pequenos empresários por bairro, que atualmente já somam seis (6), atuam em estreita parceria com a Prefeitura Municipal. (Entrevista à autora, 23/05/95)

Por outro lado, as críticas ferozes que o grande empresariado fazia ao PT, atualmente estão mais diluídas e mais tolerantes. O jornal da FEDERASUL, que nos primeiros anos fazia duras críticas à AP, em março/1992,



por exemplo, qualificava de "magnífico" o trabalho feito pela SMIC no centro da cidade, segundo expressão de Renato Seguézio, Presidente do Sindilojas. (FEDERASUL,16/03/92-Pág.4). Na mesma linha, Luiz Mário Magalhães de Sá, Diretor Executivo da ATP, que reconheceu que a ATP não teve no início da gestão Olívio Dutra "competência", para tratar a tensa relação Prefeitura/Transportes, frente a um PT "imaturo e inexperiente", afirmou que atualmente a ATP avalia de forma muito "positiva" a AP. Segundo suas declarações, "foi um tempo difícil, mas serviu, assim, para que amadurecesse as nossas relações. E como ela foi iniciada de uma forma conflituosa, retirada a origem do conflito, ela passou a ser uma relação muito leal e transparente. Isso para nós foi importante. Ela é muito mais leal e transparente hoje do que eram em governos anteriores."(Entrevista à autora, 24/05/95).

De forma alguma estes desdobramentos na relação entre, principalmente, grandes empresários e PT revelam a superação de diferenças ideológicas e a conquista de um sentimento de confiança recíproca. Permanecem adversários em projetos sociais distintos. Certamente já não são os inimigos de outrora, quando o PT bradava pela superação da exploração de classe e, portanto, pela eliminação da propriedade privada e do mercado e pela socialização dos meios de produção. Mas, se hoje o PT defende transformações dentro do sistema capitalista, o empresariado refuta, com veemência, qualquer interferência do Estado como instrumento de redistribuição de renda e/ou geração de empregos. Cumpre o PT, na atualidade, o papel da social democracia clássica, porém o empresariado já não tem identidade com o liberalismo clássico ou keynesiano, mas com um tipo novo de liberalismo, profundamente darwiniano, onde não há lugar para o Estado democratizado e de abrangência social defendido pelo PT.

A persistência das divergências de fundo ideológico entre empresários e PT aparece, principalmente, nas várias matérias veiculadas nos periódicos

do empresariado, assim como do Partido, embora, neste caso, já estejam destituídas da radicalidade de origem. Divergências que asseguram consistência apesar da **"Nova Esquerda (que) aperta a mão invisível"**, conforme título de reportagem de capa da Revista Exame (15/05/91), destacando as declarações de Aluísio Mercadante(PT/SP) sobre a legitimidade do lucro pertencer ao capital, por ser sua remuneração. Declarações estas que renderam elogios de empresários como Maurício Schulmann, Presidente do Conselho da Administração do Bamerindus, que afirmou que *"Essa é uma idéia que eu defenderia"* e Mário Amato, Presidente da FIESP, que em 1989, havia afirmado que 800 mil empresários abandonariam o Brasil caso Lula fosse eleito: *"Esta nova esquerda está representando a modernidade do Brasil. Afirmo até que, hoje, já não temeria uma eleição do Lula para Presidente."* (CS, nº291-Pág.5)

Toda esta aproximação com o mercado, através de declarações que reconhecem legitimidade no lucro e na importância do empresário, não tornaram, entretanto, o PT plenamente confiável aos olhos do empresariado. Não só porque este movimento de aproximação está atravessado por inúmeras contradições e descontinuidades, como porque muitas vezes o pensamento de parlamentares petistas não corresponde a uma unidade conceitual e prática na vida interna do Partido.

A ação empresarial, tanto ao nível nacional quanto local, norteia-se pela construção de uma base política confiável, unificada pelo ideário neoliberal, que sustente os interesses *"da livre iniciativa, a economia de mercado, a democracia e o lucro"*(FEDERASUL,30/07/90-Pág.8). Abundam declarações que destacam a necessidade da formação de uma *"bancada empresarial"*, como defendeu Luiz Carlos Mandelli(FEDERASUL,13/11/89-Pág.3) Resgatando continuamente a experiência da Constituinte, os empresários concentram esforços para influenciar, decisivamente, tanto a Lei Orgânica do Município quanto a Constituinte Estadual. Trata-se de um movimento que

objetiva evitar leis que comprometam a livre iniciativa, seja nos limites municipais ou regionais, seja na revisão constitucional prevista para 1993.

Defendendo a necessidade de *"tornar ideológico os assuntos da empresa brasileira"*, César Rogério Valente, na qualidade de Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB) sob o argumento da necessidade de conscientização empresarial, remeteu, em 1989, o Programa do PT a todas as entidades da classe no Brasil, alertando para *"as reais intenções do partido"* (FEDERASUL, 11/12/89-Pág.3) A CIERGS, por seu turno lançou, no final de 89, um vídeo chamado **"Liberdade: o caminho para o desenvolvimento"** cujo objetivo era a divulgação da idéia de que *"só a liberdade econômica poderia trazer a solução para os problemas brasileiros"*. (PRODUTO, nº61, Set/90 - Pág.3).

Dentro desta perspectiva, a crise é tratada sempre como *"excesso de Estado"*, cuja crítica mais pontual responde pelo *"excesso de tributação para as empresas"*, as quais são responsáveis pelo desenvolvimento do país. Trata-se assim não só de reforçar a sempre presente associação, com sinal de igualdade, entre os interesses da sociedade e o empresarial, como também em repudiar as greves, o corporativismo e determinados direitos que limitam ou impedem o livre direito de trabalhar e produzir e, por conseguinte, de gerar riquezas e distribuí-las. Sempre num futuro incerto.

Tem a FEDERASUL, neste particular uma atuação formativa bastante destacada. Assim, enquanto o discurso reconhece a situação miserável de muitos brasileiros e os baixos salários da grande massa de trabalhadores, a FEDERASUL, na prática, promove cursos que preparam empresários para gerenciar greves e a livre negociação, convoca palestrantes que não somente recusam a participação nos lucros<sup>14</sup>, mas a substitue pela **"Estratégia dos aliados"**, que significa, segundo o Professor e cientista político Paulo Sérgio Rosa, a aliança na produtividade (FEDERASUL, 03/09/90-Pág.4). Dentro da mesma lógica, tem espaço a proposta **"Lei Áurea do Século XX"**, que

segundo o empresário Carlos Biedermann, visa "o resgate da dignidade dos trabalhadores brasileiros", defendida pelo Instituto Liberal. Esta proposta consiste no chamado trabalho livre, "onde os trabalhadores abrem mão de seus direitos, não contribuem para o INSS, não recebem assistência médica. Em compensação, serão pagos integralmente, sem descontar qualquer fração de sua remuneração."(FEDERASUL,09/09/91- Pág.4).

Inserido dentro do ideário neoliberal da flexibilização dos direitos trabalhistas, mais adequados à reestruturação produtiva, estas idéias estão afinadas dentro de um conjunto de propostas que assumem forma sistematizada na **Carta de Blumenau**, resultado do VII Congresso Nacional das Associações Comerciais, em agosto de 1992. Trata-se, antes de mais nada de um documento que faz a defesa da livre iniciativa, exige a redefinição do Estado, conclama a revisão constitucional e propõe a instituição do Imposto Único, o Banco Central Independente, a transformação das relações trabalhistas e aceleração das privatizações, inclusive da previdência social, entre outras coisas.

Em síntese, é possível afirmar que as transformações que o PT impõe na estrutura do Poder local não representam uma aproximação ideológica entre Partido e empresários, mas a inauguração de uma nova relação que de inimigos de classe passam a reconhecer-se como adversários. E adversários que não somente interpretam diferentemente o papel do Estado e do mercado na economia e na política, mas que têm compromissos sociais distintos. Diferenças que transparecem entre a forma democratizada de governar do PT, e concepções democráticas que entendem que democracia é "voto e mercado" (César Rogério Valente) ou na sintomática afirmação do empresário Adelino Colombo: "O Congresso é o câncer do Brasil".(FEDERASUL, 15/03/92-Pág.9).

### III- A externalidade das metamorfoses internas

No curto período de tempo que durou a gestão da AP, importantes acontecimentos marcaram o panorama internacional. Entre eles é possível destacar as revoluções que varreram o Leste Europeu; o massacre na Praça da Paz Celestial na China comunista e a invasão norte-americana no Panamá, no ano 1989; a Guerra no Golfo Pérsico que unificou os países centrais, as eleições na Nicarágua que derrotaram a Frente Sandinista e a libertação do africano Nelson Mandella, com o impulsionamento da luta contra o apartheid, no ano de 1990. 1992, por sua vez, marcou, paradoxalmente, o golpe de Fujimori no Peru e o *impeachment* de Collor no Brasil. Cabe, neste altura da demonstração empírica, abrir um parêntese indispensável à compreensão do nosso problema, para que possamos apreender os elementos imprescindíveis que nos permitem destrinchar as transformações que se processam nas relações entre empresariado e Partido.

Primeiramente é necessário ter em conta que 1989, no Brasil, é o ano das eleições presidenciais diretas após a ditadura militar. E o PT não só inaugura sua experiência administrativa em importantes capitais do país em condições bastante desfavoráveis, com a responsabilidade de servir de vitrine para uma administração petista ao nível federal, mas, concomitantemente, ensaia passos mais efetivos na direção do processo de alargamento eleitoral, com um discurso que transita entre a radicalidade que lhe confere identidade e uma atenuação qualitativa do discurso e do programa presidencial.

Este processo de "eleitoralização", abordado com profundidade por Adam Przeworski (1989), está atravessado por contradições de grande monta: Não só a base petista militante resiste a este alargamento com comprometimento programático-ideológico, mas também porque tais movimentos não conseguem romper com uma identidade partidária arraigada socialmente.

Transformam-se assim em movimentos descontínuos, e que apesar das oscilações, persistem dentro do campo da independência de classe. Mas demonstram, ao mesmo tempo, a existência orgânica de um discurso mais tolerante com os custos eleitorais da institucionalidade.

A segunda questão relevante é que a derrocada do "*socialismo real*", não só serve de munição ideológica contra o programa petista e suas administrações, como serve para o revigoração do ideário neoliberal por parte do empresariado e dos meios de comunicação. Trata-se de uma campanha organizada pela contraposição entre o "*êxito*" capitalista e o "*fracasso*" comunista, onde a questão do Estado e do mercado tornam-se as vedetes de um discurso que sataniza o Estado e faz apologia do mercado.

Ocorre, porém, que o vulgar "*fim do comunismo*" alardeado pela imprensa e pelos ideólogos da burguesia, vai exercer suas influências dentro do próprio Partido. Particularmente tendências como a Nova Esquerda, Vertente Socialista e Articulação, sentir-se-ão fortalecidas e desinibidas para defender, progressivamente, uma maior adequação à institucionalidade. Significa, em síntese, que a derrocada do Leste Europeu e seus desdobramentos, não só revigorou o conteúdo liberal para o empresariado como concomitantemente, fortaleceu a bandeira social-democrata de determinadas tendências organizadas dentro do Partido dos Trabalhadores.

As eleições presidenciais de 1989 registraram um crescimento sensacional do PT ao nível nacional, conseguindo disputar o segundo turno das eleições com Fernando Collor de Mello, num pleito marcado pela polarização entre o Brasil dos organizados versus o Brasil dos desorganizados. Num país marcado por uma tradição autoritária como o Brasil, tal feito representa muito mais do que os 33 milhões de votos dados à candidatura de Lula. Entre tantas outras coisas, representa um avanço significativo na superação de preconceitos arraigados entre os "*vencedores*"

e os "perdedores" sociais e no reconhecimento do PT como um Partido coerente, confiável e "diferente".

A vitória de Fernando Collor de Mello, do desconhecido Partido de Reconstrução Nacional (PRN), não só confirmou uma prática corrente do novo liberalismo, de pregação anti-política e com candidaturas sem tradição partidária<sup>15</sup> como foi instrumento importante para a supremacia neo-liberal mundial.

O ano de 1990 registra não só a posse de Collor, seu Plano Brasil Novo montado, entre outras coisas, sobre o confisco da poupança e o "zeramento" da reposição salarial, frente à uma inflação oficial de 84%; mas fundamentalmente, no que aqui nos interessa, nas mudanças que se operam, a partir daí, tanto no PT quanto na CUT.

Primeiramente, pela primeira vez na história da CUT, ela se dispõe a participar de um Pacto, nominado "*entendimento nacional*", com todas as implicações políticas decorrentes daí. Representava não só uma trégua nas greves, mas fundamentalmente, uma disposição de negociação que se confrontava com toda a prática e discurso cutista até então, quando Jair Meneghelli reiterava: "*não há pacto entre desiguais*". E impunha condições *sine qua non* para participação: reposição das perdas e desatrelamento entre inflação e salário, pois, "*os trabalhadores não são responsáveis pela inflação*". Este movimento em direção à mesa de negociações - cuja primeira consequência é a desmarcação da greve geral de 12 de junho/90 -, sofre intensas críticas por parte das tendências DS e CS e mesmo do PT, que emite nota posicionando-se contrário à participação da CUT no "*entendimento*".

Este processo registra, entre outras coisas, a diferenciação entre a *Articulação Sindical* e a *Articulação Partidária*, cuja diferenciação assenta-se na necessidade da propalada autonomia da Central frente ao Partido. Mas registra, para além disso, uma releitura da ação sindical cutista na década de 80 como ações defensivas, de cunho

"reativo/reivindicativo". Esta releitura não só menospreza o papel fundamental que o movimento sindical combativo exerceu no processo de democratização do país e na criação da própria Central e do PT, quanto traz como consequência uma reorientação de fundo, que preconiza uma CUT *propositiva*, capaz de oferecer alternativas ao governo. O trajeto passa, inevitavelmente, pela mesa de negociações dos entendimentos e pactos nacionais.

A decisão de participar das negociações com o governo neoliberal de Fernando Collor provoca acirradas polêmicas no interior da Central. Entre aqueles que fazem a releitura da década de 80 e aqueles permanecem reiterando a importância da combatitividade da Central na década de 80, debatem-se propostas diferentes para a década de 90, que sinteticamente transitam entre a priorização da luta ou a priorização da negociação. Ou, em outras palavras, o eixo de ação *propositivo* ou o eixo de *luta*. De acordo com aqueles que rejeitam as negociações como ação prioritária da Central e, particularmente, a participação no entendimento proposto por Collor, a CUT incorre em dois equívocos: o primeiro é atuar como co-responsável na implantação do projeto neoliberal, que através de sucessivos planos de estabilização penalizam trabalhadores; o segundo, é propor-se a construir alternativas de ação governamental para um governo orientado por um outro projeto de sociedade, totalmente descomprometido com os interesses dos trabalhadores. Como afirma Armando Boito Jr., "*não vejo porque ela tem de oferecer ao governo uma alternativa de política social que contemple os interesses da classe trabalhadora como se esse governo fosse aplicá-la. Creio que a CUT deve, ao contrário, fazer a propaganda de uma política alternativa no sentido de contribuir para que os trabalhadores percebam o caráter desse governo e a sua impossibilidade de aplicar esta política.*" (DS,mar/92,nº257-Pág.12).



Este movimento progressivo em direção à uma CUT capaz de "*Pensar Grande*", vai assumindo forma e continuidade, em que pese recuos táticos. No mesmo sentido e como parte deste processo de crescente institucionalização, a direção da CUT vai utilizando mecanismos burocráticos para preservar seu "*hegemonismo*" como afirma a DS e "*atropelando a democracia*" como afirma a CS. Na mesma direção, a filiação à social-democrata Central Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL<sup>16</sup>), que foi ferrenhamente combatida por ambas as tendências, é sintomático deste processo de priorização das negociações.

Esta priorização dos mecanismos institucionalizados, que por dentro da Central assume a polarizada polêmica entre "*negociação*" versus "*confronto*", vai desconstituindo a identidade radical (de ir à raiz) e fragilizando os trabalhadores, na medida em que implica o "*abandono do terreno de lutas, onde somos fortes, para o terreno institucional, onde somos fracos*", segundo o Jornal da CS (nº282-Pág.2). Este processo de participação mais institucional, que em linhas gerais atende pela "*negociação das perdas*" salariais dos trabalhadores, acaba, conseqüentemente, demarcando uma ação orientada prioritariamente, pela representação dos trabalhadores empregados. Isto em um período em que progressivamente o mercado, pelo processo de reestruturação produtiva - discutido no primeiro capítulo deste trabalho - e a soma de planos de estabilização, têm expulsado trabalhadores do mercado de trabalho, jogando-os na miséria e/ou na informalidade. E onde, como atenta Ricardo Antunes (1994a), o limite entre os estáveis e os instáveis é muito tênue, redimensionando desta forma, não só o impasse do movimento sindical como um todo, mas a necessidade de uma ação e uma estratégia para "*além do capital*".

O Partido dos Trabalhadores, obviamente, não está está isento às responsabilidades desta reorientação, nem tampouco está imune às suas

consequências. Trata-se de um movimento que não se restringe ao espaço sindical, mas alcança a estrutura partidária.

O documento "Programa Alternativo de Governo" (PAG), para a campanha de Lula à Presidência em 1989, representa o início de um processo que mais do que discussões táticas entre tendências, inauguram diferenças que acabaram por tornar-se diferenças estratégicas. Tanto a DS quanto a CS, por exemplo, consideraram o Documento como um recuo no programa anti-capitalista, visto que, segundo o Diretório Nacional do Partido, o socialismo foi caracterizado como "inexeqüível" naquele momento, capaz de comprometer a candidatura de Lula, levando-a ao "isolamento".

Trata-se, portanto, de distencionamentos internos que vão aprofundando diferenças e que a partir de 1990, principalmente, vão apresentar-se externamente, através de polêmicas e atitudes que comprometem a histórica homogeneidade externa do Partido. Desde o PAG, as críticas tanto da CS quanto da DS fundaram-se, fundamentalmente, na necessidade de preservar o caráter anti-capitalista do Partido e sua relação orgânica com os movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores. E como parte desta mesma lógica, denunciavam que o PT, cada vez mais, estava tornando-se "*refém da institucionalidade*".

Todo este processo, desencontrado e descontínuo, é atravessado por profundas contradições e disputas, resistências e desencantos. Vai o PT, crescentemente, dividindo-se entre suas origens e a institucionalidade. Uma oposição de difícil equação, pois que reside no estabelecimento de princípios e prioridades que rejeitam compatibilidade, qual seja: utilizar a institucionalidade como instrumento subordinado às lutas dos trabalhadores (sua origem) e, ao mesmo tempo, submeter-se às exigências administrativas de um Estado estruturado para servir à ordem do capital. Há que estabelecer qual prioridade: A subordinação **das** lutas ou a subordinação **às** lutas.

As experiências dos governos municipais do PT foram expoentes privilegiados deste processo onde a subordinação das lutas à institucionalidade assumiu forma e conflito. As punições e demissões de servidores grevistas em Timóteo/SP e, principalmente, dos condutores<sup>17</sup> em SP por Luiza Erundina, ou a violência contra os Sem-Teto em Diadema/SP, com a suspensão de vereadores petistas que apoiavam o movimento, são procedimentos que revelam uma adequação à lógica do Estado. A consequência dos argumentos que reiteram lógica própria à estrutura do Estado, é que este parece como estrutura neutra, independente da vontade e projeto político de seus governantes. Assim, quando Cláudio Couto justifica as atitudes de Luiza Erundina, no episódio da greve dos rodoviários, em maio de 1992, afirmando que *"quando a Prefeita decide não poder atender às reivindicações salariais dos motoristas e cobradores para não onerar o preço da passagem de ônibus, ela prioriza o interesse público"*(1995;166), ele está não só pressupondo a superioridade e neutralidade da estrutura estatal, como permitindo a equalização, por decorrência lógica, entre o PT de Luiza Erundina e o PDS (atual PPB) de Paulo Maluf.

A preocupação em atenuar o discurso classista para ampliar a base eleitoral; em rever a política de alianças partidárias para os pleitos eleitorais; em reconhecer lógica própria ao Estado etc, vão caracterizar um processo de adequação à institucionalidade que mais do que **despolitizar** discursos e administrações, vão desconstituir a histórica identidade de independência classista do Partido. Processa-se assim uma metamorfose na identidade do PT que de radical e socialista, passa a reconhecer-se como administrador competente, honesto, transparente e democrático.

A unidade constatada entre DS e CS através das críticas e apelos a um PT de luta, com relação orgânica com os movimentos sindicais e sociais, com democracia interna e respeito ao direito de tendência e com alianças restritas ao campo socialista, não convergem para uma unidade tática e,

talvez estratégica, capaz de barrar o movimento majoritário do PT. Suas diferenças, mais do que sua unidade, acabam por registrar caminhos distintos para ambas.

Enquanto a CS, durante todo o período pesquisado manteve-se intransigente na luta pelo "PT das origens", a DS assumiu posições cambiantes, de acordo com avaliações conjunturais. Assim, por exemplo, se em maio de 90, Raul Pont (principal liderança da DS na região sul e atual candidato à Prefeitura de POA) repudiava as resoluções do Diretório Nacional sobre a política de alianças para as eleições de 1990, declarando que *"nossa corrente, a DS, bateu-se, junto com outros setores do partido, contra essa orientação, pois se era e é correto que o PT busque atingir os setores da pequena propriedade e dos assalariados médios, não vemos no PDT uma expressão orgânica nem programática desses setores sociais"* (DS,nº244-Pág.6); nos encontros que antecederam o segundo turno das eleições no RS, foi um dos principais defensores do apoio do PT<sup>18</sup> à Alceu Collares(PDT), contra Néelson Marchezan(PDS), sob o argumento da preservação e extensão do espaço democrático<sup>19</sup>.

Sob o argumento da inevitabilidade tática, foi secundarizado um elemento chave na construção socialista, que a própria DS sempre destacou: o processo de politização dos trabalhadores e a pedagogia da independência de classe na consolidação de um partido revolucionário e socialista. Desta forma, sob o genérico *"campo democrático e popular"* as alianças vão sendo cada vez mais elásticas e muitas campanhas, tanto do PT quanto da CUT, passam a assumir a forma de um movimento ético e cívico.

O 1º Congresso Nacional do PT, em 1991, acontece em meio a um processo de profunda mutação. Das experiências de participação em *"entendimentos"*, *"Foros"* e Movimentos policlassistas, tanto a CUT quanto o PT vão desconstruindo uma identidade e eregindo outra, que ao ser mais maleável e menos radical (de ir à raiz), torna-se mais palatável ao

empresariado e aos meios de comunicação. Com alianças políticas mais abrangentes, o PT vai ampliando seu espectro eleitoral, mesmo que ao custo de um incipiente e sensível desencanto de eleitores fiéis e militantes apaixonados; com um programa "exequível" para as reformas dentro da ordem do capital, vai descaracterizando-se enquanto alternativa para além do capital.

As eleições de 1990<sup>20</sup> não representam apenas o rescaldo da experiência aliancista do segundo turno das eleições presidenciais de 89, mas também uma crescente autonomia de parlamentares e prefeitos em relação às deliberações partidárias. Em SP a recusa, pela base do Partido, de apoio à Fleury no segundo turno das eleições não impediu, por exemplo, manifestações públicas de apoio de prefeitos e deputados petistas. Da mesma forma que ações repressivas ao movimento dos trabalhadores pelo poder municipal petista, que agridem frontalmente o programa e a trajetória do PT, não sofreram sanções pelo Partido. Acusada de "indisciplina", no entanto, a Convergência Socialista foi expulsa em maio de 1992. Este processo, que arrastou-se por longo período e foi constantemente abordado tanto pelos jornais da CS quanto da DS, foi consumado com o apoio da própria DS. Em que pese artigos no jornal da Tendência caracterizando as ameaças de expulsão como um cerceamento à democracia e à pluralidade interna do Partido.

Em todo este processo, constata-se que a retórica socialista serviu mais para afastar a proposta de "refundação"<sup>21</sup> do Partido do que propriamente para resgatar e re-orientar a práxis do PT. Cada vez mais a relação orgânica com os movimentos sociais e sindicais foi sendo subordinada à lógica da institucionalidade. E cada vez mais, sob o signo da "governabilidade", os antagonismos de classe foram sendo dissolvidos numa ação cívica e policlassista.

A proposta de **Fora Collor**, apresentada pela Convergência Socialista em maio de 91, apoiada sobre pesquisa de opinião veiculada pela Folha de São Paulo (FSP) que apontava 72% de insatisfação popular com o governo de Collor, foi rejeitada e caracterizada por José Dirceu, da Executiva Nacional, como uma "tática aventureira" que iria misturar PT com setores de direita contrários ao governo (CS, n°317). Em contrapartida, a resolução do Diretório Nacional atentava para a necessidade de garantir estabilidade institucional e jogar peso nas eleições de 1994.

Sintomaticamente, dois conhecidos deputados federais/SP, Aloísio Mercadante e José Genuíno, manifestaram-se publicamente nesta direção. Enquanto Genuíno, em entrevista à FSP (01/11/91), discorria positivamente sobre privatizações, fazendo restrições não ao discurso que as sustenta, mas à forma como o governo as estava operacionalizando. Como atenta Jornal da CS, sua defesa orientava-se pela sintonia entre a política de privatizações e os objetivos nacionais, quais sejam: "a integração não submissa à economia mundial, a retomada de crescimento com distribuição de renda, a capacidade do Estado para atender às demandas sociais e investir em setores decisivos da economia, sem o que não seria possível garantir o acesso à cidadania aos milhões de brasileiros hoje dela excluídos". Mercadante, em entrevista ao Diário Popular (10/91), declarando-se contrário à proposta de renúncia de Collor, afirmou, categórico: "O PT é contra. Para o PT tem que ser como o TV Mitsubishi, garantindo até 94." (CS, n°315-Pág.4) Talvez, neste sentido, seja interessante refletir sobre as palavras de Perry Anderson, em artigo no Jornal da DS, analisando **As antinomias da Social-Democracia**: "Deixou de acreditar na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo. E ao invés de abandonar a via parlamentar, abandonou o socialismo." (DS, n°242, Pág.10)

Tem-se assim um movimento cada vez mais institucionalizado do Partido, assentado sobre a necessidade de preservação do regime

democrático. A *lógica da diferença* que marcou a trajetória do PT frente à tradicional lógica binária, vai sendo paulatina e **desencontradamente**, subsumida numa prática calcada sobre a preservação e o alargamento da democracia. Ocorre, porém, que ao participar de uma ação ampliada, envolvendo praticamente todos os sujeitos sociais, a partir de um conceito particular de democracia, processa não apenas a legitimação de sujeitos sociais não democráticos, como - e principalmente - a legitimação da socialização da crise e da responsabilidade social, orientados por uma concepção de sociedade que não reconhece a existência de classes sociais, com interesses opostos, mas tão somente a existência de indivíduos atomizados. É, portanto, através deste complexo processo que as contradições que envolvem a vida do Partido na institucionalidade democrática assumem forma e redefinem seu perfil e sua performance administrativa.

Significa dizer, em outras palavras, que a aparente contradição entre os avanços implementados pelo PT nas administrações municipais e o desencontrado processo que caracteriza uma nova identidade ao Partido, representa, de um lado a particularidade que envolve o surgimento e a construção do PT ao longo dos anos, conferindo-lhe identidade diferenciada e, de outro, deste mesmo Partido dentro de um Estado democratizado, num país com ínfima experiência democrática. Tem-se assim que os embates internos que revolvem a existência do Partido, mais do que refletirem polêmicas que atendem pela contraposição entre *socialismo* e *social-democratização*, refletem a particularidade da sua origem conjuntural e social, e demarcam, em verdade, a disputa pela direção do Partido na implementação de um projeto que aspira tornar-se hegemônico, seja nos limites do capital, seja para além do capital.

Acontece, porém, que ao introduzir mudanças significativas na estrutura do governo, mesmo que dentro dos limites de um Poder Local, o PT,

na prática, vai desprivatizando o poder público e redimensionando a concepção democrática, conjungando a democracia representativa com a democracia direta, através dos Conselhos Populares. Tem-se aí que a contradição que atravessa a vida do Partido assenta sua existência, fundamentalmente, entre a concepção democrática redimensionada, que introduz elementos inegáveis para consolidação democrática, e aquela que defende para além de uma redefinição dentro dos marcos do capitalismo, uma disputa efetiva pela hegemonia para além dos interesses do capital. É sob este pano de fundo que inscrevem-se tanto os elogios ao PT administrador, quanto as críticas ao PT social-democrata. Ou, sob outra ótica, elogios tanto ao PT administrador, quanto ao PT social-democrata.

#### **IV - Câmara de Vereadores: Empresários & Partido**

A Câmara Municipal de Vereadores de POA, após muitas disputas judiciais sobre o número efetivo de vereadores, devido as modificações introduzidas pela Constituição de 1988, foi renovada em mais 60% das suas 33 cadeiras.

A maior bancada foi do PDT, com 11 vereadores; a Frente Popular elegeu 10 vereadores (sendo 9 do PT e 1 do PCB); o PMDB e a ADP elegeram, cada um, 5 vereadores e o PL e o PSB, 1 vereador cada.

Assume a Câmara de POA um perfil marcado por profissionais liberais. Embora muitos tenham formação em mais de um curso superior, os advogados, indiscutivelmente, despontam. Dos 33 vereadores eleitos, 7 são formados em Direito e dois são delegados. Em segundo lugar, estão 4 radialistas, e em terceiro lugar estão aqueles formados em Economia e Letras, que contam, ambos, com 3 profissionais cada. Os demais distribuem-se pelos cursos de Engenharia, Contabilidade, Filosofia, Medicina, Arquitetura, Sociologia. Apenas 2 Vereadores são empresários, que atuam na área de panificação.



Cabe registrar, entretanto, que apenas 1 é funcionário público, sem formação superior declarada, ao contrário dos outros 4 que declaram vínculo com o serviço público. A profissão de professor, exclusivamente, também é assumida por apenas 1 dos eleitos.

Da totalidade dos Vereadores, 20 exerciam o mandato pela primeira vez, embora 3 já tivessem experiência como suplente. Entre os calouros, 7 já tinham exercido cargos públicos, através de indicação partidária. Destes, 5 eram do PDT, 1 do PDS e 1 do PFL. Porém, se considerarmos a experiência em movimentos sindicais, comunitários, estudantil ou ecológico, apenas 12 dos Vereadores eleitos relataram, nos seus currículos, algum engajamento efetivo. Destes, 8 eram do PT, 2 do PDT, 1 do PCB e 1 do PMDB.

Sem maioria na Câmara, a FP destacou especial importância à disposição inicial de construir uma base de apoio mais consistente na sociedade organizada, para pressionar a aprovação de projetos com respaldo popular. Este entrosamento, fortalecido pela experiência do Orçamento Participativo, ao mesmo tempo que trouxe a presença popular organizada para o Plenário da Câmara, suscitou resistências sutis ou explícitas dos vereadores, constrangidos no seu poder de decisão. Como expressou João Dib (PDS), em determinada intervenção: "*esses movimentos comunitários que infestam a cidade*".

Desta forma, o quadro geral das votações dos projetos selecionados, considerados apenas o dia final de votação, permitiu perceber uma unidade oposicionista atuante entre PL, ADP e um Vereador do PDT, em particular. Aliás, a heterogeneidade é o traço que marca profundamente as votações das bancadas do PDT e do PMDB, que na maioria das polêmicas, votam divididos.

Antes de adentrarmos, sucintamente, os projetos ligados aos setores empresariais selecionados - transporte, comércio e imobiliário - apresentaremos alguns elementos interessantes que perfazem o perfil dos vereadores. No acompanhamento feito junto ao Protocolo da Câmara Municipal,

quanto aos projetos encaminhados, individualmente, pelos vereadores, os quais foram efetivamente aprovados, constatamos que dos 33 Vereadores, 18 deles destacaram-se pelo expressivo número de projetos sobre "Denominação de Logradouros" e, em número menor, à concessão de "Título Honorífico" e "Utilidade Pública".

De acordo com as fichas fornecidas pela responsável pelo Protocolo, durante os 4 anos de gestão, dois vereadores apresentaram apenas projetos de "Denominação de Logradouros", "Título Honorífico" e "Utilidade Pública"<sup>22</sup>, sendo que um destes, apresentou também um projeto sobre o Fundo de Previdência da Câmara, que previa a continuidade da participação da Câmara na sustentação do Fundo, mesmo que durante período delimitado. Projeto este rejeitado.

Daqueles vereadores que destacaram-se pela superioridade de projetos concentrados em áreas de interesse específico, desponta o Transporte como o grande favorito. Dos 13 vereadores que fugiram ao rol dos que priorizaram a "Denominação de Logradouros", 8 elegeram o Transporte como área de intervenção privilegiada, seja para propor alterações nas condições de trabalho, segurança, isenções, visual, etc, seja para discutir as regras de intervenção nos transportes coletivos da cidade. As demais áreas escolhidas foram Tributos, Ecologia, Adolescente e Criança, Solo Urbano.

Área preferencial do Vereador Lauro Hagemann (PCB), o projeto sobre Concessão do Direito Real de Uso<sup>23</sup> (que consta na Lei Orgânica do Município), reflete a problemática habitacional da cidade e as necessidades de regularização fundiária, eleita, também, como uma das prioridades pelo Orçamento Participativo. No curso das intervenções que marcaram a aprovação do Projeto (com Abstenção de Vereador Mano José/PDS), e que foi acompanhada pelos movimentos organizados na União das Associações dos Moradores de POA (UAMPA), foi argüido não só a superioridade do "sagrado direito de propriedade" sobre o direito de uso de terras públicas, pelo Vereador Artur

Zanella (PFL), quanto a necessidade que os moradores, eternamente ameaçados de expulsão, têm de garantir estabilidade de moradia, pelos vereadores do PT e do PCB. Como disse o Presidente da UAMPA, Paulo Guarnieri, ocupando a Tribuna da Câmara: *"Não é o direito de propriedade que garante ao pobre o direito de morar"*.

Cabe registrar aqui que embora este direito conste na Lei Orgânica e este projeto tenha sido aprovado, assim como o Banco de Terras<sup>24</sup> - também de autoria de Lauro Hagemann (PCB) -, a utilização do Direito Real de Uso foi bastante contestado, principalmente pelo Vereador João Dib (PDS), quando da regularização da Vila Planetário. Toda a polêmica que envolveu a regularização da Vila gerou, inclusive, uma intervenção nada diplomática, em 21/08/92, pelo Vereador João Dib/PDS, que entre outras coisas referiu-se ao Prefeito Olívio Dutra como o *"canalha que administra essa cidade"*.

Aliás, a questão do solo urbano é uma questão muito polêmica durante toda a gestão de Olívio Dutra. Antes de mais nada, é sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) **progressivo**, que vai firmar-se, paradoxalmente, a maior oposição e o mais efetivo apoio. Trata-se de uma proposta atravessada pelas oposições sociais que refletem, mais ou menos, as diferenciações de renda que marcam a progressividade.

A defesa do **IPTU Progressivo**, pelo Executivo, respaldou-se na legitimidade legal onde, conforme alguns juristas, a isonomia representa respeito à desigualdade, numa sociedade atravessada por profundas desigualdades sociais. Procedendo à uma ampla reavaliação dos valores venais, o projeto estabeleceu percentuais diferenciados, de acordo com uma tabela de valores dividida em seis (6) faixas de valores venais, que oscilavam entre 140 à 2.880 Unidades de Referência Municipais (URM), e cujos percentuais progressivos variavam de 0,2% à 1,2%.

Se a progressividade foi tolerada como mecanismo de justiça social, as críticas centraram-se sobre a reavaliação dos valores venais, os quais

tiveram aumentos substanciais que, em alguns casos, atingiram 18.000%, como foi o caso do Máquinas Condor, citado pelo Vereador José Valdir/PT. Se para os vereadores da FP tais percentuais eram a demonstração da justiça social, já que tais valores estavam tão defasados e muitas *"mansões pagavavam menos que algumas casas das vilas populares, em metro quadrado"*, como afirmou Ver. José Valdir/PT, para a maioria dos demais vereadores, no entanto, tais valores respondiam à **"voracidade fiscal"**, **"ganância"** e **"fúria fiscal"**, do PT. Muitos, embora reconhecendo a defasagem dos valores, argüiam a necessidade de gradatividade nesta recomposição. Vários Vereadores lançaram, da Tribuna, desafios à AP para que comprasse os imóveis reavaliados, o que seria bom negócio para seus proprietários.

Em que pese os erros e falhas que envolveram os cálculos desde o primeiro ano de vigência do IPTU progressivo na cidade (os quais foram assumidos reiteradas vezes pelos vereadores da FP), a bandeira da progressividade foi conquistando apoio popular. Na exata medida em que o Orçamento Participativo foi ganhando efetividade, foi-se consolidando um reconhecimento da legitimidade do IPTU pelos setores populares. Isso acarretou um apoio popular progressivamente mais organizado, com atuação direta sobre os vereadores, pressionando-os e constrangendo-os. Por outro lado, os setores mais diretamente atingidos pela reavaliação do valor venal dos imóveis, foram os opositores sistemáticos do IPTU. Cumprem os meios de comunicação neste processo, um importante papel de caracterização negativa e *"socialmente injusta"* sobre a qual é AP apresentada.

Seja sobre o argumento da *"defesa da classe média em processo de proletarização"*, como afirmava o Ver. Isaac Ainhorn/PDT, ou da justiça de um redutor *"para quem tem uma só casa"*, como defendia o Ver. Clóvis Brum/PMDB (independente do tamanho e do valor do imóvel, como alertava o Ver. José Valdir/PT), muitos mecanismos foram utilizados para descaracterizar a progressividade do imposto. Imposto este, como reiterava

o Ver. Artur Zanella/PFL, que incidia "sobre o que é mais sagrado: a propriedade". Convertido ao culto da sagrada propriedade privada, também o Ver. Luiz Braz/PMDB, defendia o imposto único, como "mais justo do que o imposto sobre a propriedade."

Asseverando que a "sociedade é policlassista", o Ver. Nereu D'Ávila/PDT, ironizava os propósitos do PT, que segundo ele, "queria passar por Hobin Hood", num discurso "surrado, estrábico, que a população não tolera mais". Endossando tal assertiva, o Ver. João Dib/PDS declarava que "uma comunidade é feita com fortes e fracos, não com o enfraquecimento dos fortes". Dentro da mesma linha, o Ver. Wilson Santos/PL refutava "esses casuismos" que estabeleciam limites de até 10 Salários Mínimos para o gozo de certos benefícios, propondo alterações "de alcance genérico". Este Vereador, inclusive, declarou-se tentado a conclamar a "desobediência civil", para conter a "atrocidade e selvageria do imposto"

O polêmico IPTU progressivo, envolveu a cada ano, muitas discussões, negociações e concessões. Mas, certamente, o elemento mais inovador foi a forte pressão popular pela aprovação do IPTU, como forma de garantir os percentuais destinados às obras pelo Orçamento Participativo. Esta presença foi diversas vezes apontada nas intervenções dos vereadores e, neste sentido, a não familiaridade com a participação popular muitas vezes foi exposta de maneira camuflada ou explícita, principalmente através do não reconhecimento do Orçamento Participativo como um instrumento legítimo da população organizada. Como afirmou o Ver. Dilamar Machado/PDT, propondo a aprovação do projeto do Executivo, "deixando o ônus para o PT" e passando o "olho da comunidade daqui para o PT"

Segundo o Ver. Isaac Ainhorn/PDT, "o Orçamento Participativo está atrelado aos interesses do PT" e conforme Wilson Santos/PL "Orçamento Participativo é uma fraude, uma burla", alegando que pedira documentos do Orçamento Participativo ao Prefeito e este não enviara, informando que não

tinha documentos assinados deliberando sobre as decisões deste organismo. Outros, mais sutis, faziam considerações sobre cartazes e abaixo-assinados "muito mal-redigidos", como observava o Ver. Edi Morelli/PMDB, aparentemente incomodado com os erros de redação, mas cujo incômodo parecia residir na interlocução indesejável.

Um dos argumentos mais comuns para contrapor-se às proposições do Executivo passavam pelas críticas aos gastos com publicidade pela AP. Alguns vereadores, aliás, costumavam referir-se às iniciais da Administração Popular - AP - como Administração Publicitária. E este vai ser um expediente comum para defender reduções e descontos, assim como vai ser utilizado para tentar estremecer a relação de confiança e transparência entre AP e população organizada no Orçamento Participativo. No mesmo sentido a assinatura do Decreto 10.171, em 30/12/91, concedendo descontos de até 63% para terrenos localizados na 3ª Divisão Fiscal<sup>25</sup>, denunciado pelo Ver. Leão de Medeiros/PDS e que segundo o Ver. Adroaldo Corrêa/PT, é Projeto de Lei de aprovado em 1976, referentes a áreas de expansão urbana além dos 10.000m<sup>2</sup>, foi extensamente questionado pela vereança de oposição. Segundo estes, enquanto o Prefeito vetava propostas de desconto de 36% para a "classe média", contemplava os grandes proprietários com descontos de até 63%. De acordo com o Ver. João Dib/PDS, "PT protegeu a especulação imobiliária".

Mal explicado pelas intervenções de Adroaldo Corrêa/PT, este Decreto não conseguiu, entretanto, comprometer a confiança na AP, nem tão pouco fazer recuar a pressão popular sobre os destinos do IPTU na Câmara. Estabelece-se aí uma difícil equação, onde os vereadores ao mesmo tempo que afirmam reconhecer a importância da participação popular, recusam reconhecimento às suas decisões, alegando atrelamento ao PT e caracterizando-a como "massa de manobra". Mais realistas que o Rei, alguns

vereadores reclamam o respeito ao **clamor popular** para fazer diluir o impacto da progressividade do imposto.

O Ver. José Valdir/PT sintetizou interessantemente este processo: *"...quando afeta os interesses dos grandes grupos, no dia seguinte, alguns articulistas de alguns jornais saem dando pau na Câmara, xingando a Câmara, dizendo que a Câmara não é madura, que a Câmara se equivocou e fazendo todo um auê. A gente liga o rádio, abre os jornais e é aquela celeuma. E aí, dentro de pouco tempo já falam em clamor popular(...)no dia seguinte, um quarteto que tem aqui na Casa, ou melhor quinteto(...)que são os Vereadores João Dib(PDS), Leão de Medeiros(PDS), Isaac Ainhorn(PDT), Clóvis Brum(PMDB) e Wilson Santos(PL), disputam entre eles quem apresenta a primeira proposta para rever a votação da Câmara para atender os grandes interesses porque a imprensa fez um auê, criou o clamor popular".*

A questão do livre funcionamento do Comércio também guardou profunda identidade com as posições do grande empresariado. Muitos Projetos, Substitutivos e Emendas foram encaminhadas na Câmara para permitir o livre funcionamento do comércio, inclusive aos domingos e feriados, apresentados sempre em nome da *"defesa do mundo da liberdade"*, como sustentava o Ver. Wilson Santos/PL. Ou nas enfáticas palavras do Ver. Leão de Medeiros/PDS: *"Defendo o livre funcionamento das atividades econômicas com a mesma ênfase que a liberdade de expressão, de associação e credo"*.

O grande empresariado comercial, que através da FEDERASUL e da FCDL/RS, havia encaminhado uma minuta de projeto-lei, através de seu fiel representante, Dep. Fed. Luiz Roberto Ponte/PMDB<sup>26</sup>, ambicionando a solução definitiva com o *"disciplinamento federal"* (Lojista do Sul, jul/89, n°22- Pág.20-22) sentiu-se plenamente atendido pelo Decreto do então Presidente Collor, em 1990, que pregava o livre funcionamento do comércio ao nível nacional.

O conteúdo deste Decreto, que suscitou críticas ferozes, também revigorou o argumento dos apologistas do livre funcionamento do comércio. De Substitutivos que reivindicavam o direito de funcionamento àqueles estabelecimentos sem empregados ou àqueles ligados às atividades turísticas ou artesanais, Vereadores como Isaac Ainhorn/PDT, Wilson Santos/PL e Leão de Medeiros/PDS, em particular, passaram a agitar mais descontraidamente a defesa da integralidade do funcionamento do comércio aos domingos e feriados.

Se estas idéias encontravam respaldo nos meios de comunicação, no grande empresariado e buscavam legitimidade através de pesquisa do IBOPE (denunciadas por Vereadores como comprometida pela formulação da pergunta, a qual conduzia ao resultado esperado), encontravam profunda resistência não só nos comerciários, mas, inclusive do pequeno empresariado comercial. Segundo declarações do Valdir Bronzatto, Presidente da ANA (Entrevista à autora, 23/05/95), o pequeno empresário comercial recusa a abertura do comércio aos domingos e feriados, pois somente os grandes empresários se beneficiam de tal permissão, em particular aqueles organizados nos Shopping Centers, que contam com infra-estrutura e lazer.

Acudados pela concorrência desleal com os grandes empresários, o pequeno empresariado do comércio de rua, através das Audiências Públicas convocadas pela Prefeitura, manifestaram sua discordância e desaprovação. Da mesma forma foram atuantes na tentativa de sensibilizar o Legislativo, alertando-o para as inevitáveis demissões e falências no pequeno comércio.

Alegando respeito aos interesses dos comerciários, potenciais vítimas deste processo, e dos pequenos empresários, o Veto Total do Prefeito, sustentava: *"O município tem a obrigação de não só incentivar o desenvolvimento econômico na cidade, mas também de garantir a democracia econômica(...). Se o mercado interno vive um processo de brutal recessão, por certo as causas devem ser encontradas na recessão, no arrocho salarial e no*



*desemprego, não na falta de tempo para as compras". Em virtude deste Veto, o Ver. Issac Ainhorn/PDT (autor do projeto) observou, no mesmo estilo do seu colega Wilson Santos/PL: "...lei ruim tem que ser desobedecida, esse é o rumo das leis ruins, das más leis".*

Todo este intrincado processo que, em verdade, expõe a fina sintonia entre os interesses dos grandes empresários do setor e uma parcela significativa de vereadores para além daqueles cinco já citados pelo Ver. José Valdir/PT, expõe também a determinada persistência com que a questão do livre comércio freqüenta o conteúdo dos projetos legislativos.

A aprovação do Sábado Inglês, por exemplo, de autoria do Ver. José Valdir/PT, posteriormente recusada, atendendo, segundo o Ver. Isaac Ainhorn/PDT, à pressão do "clamor popular" foi caracterizando, progressivamente, um recuo da Câmara na delimitação do horário de funcionamento do comércio no município de POA. Por outro lado permite constatar o processo de alargamento das posições petistas. Da defesa intransigente do Sábado Inglês, a qual segundo palavras do Ver. José Valdir/PT, "é uma bandeira histórica do PT", o Partido vai, paulatinamente, posicionando-se de forma mais elástica em relação ao funcionamento do comércio. Conforme declarou o Coordenador Político da SMIC, Milton Pantaleão, "...nas resoluções partidárias, defende o Sábado Inglês, mas na verdade está **avançando** para a discussão de que tem que haver o acordo com os trabalhadores. São trabalhadores que decidem isso."(Entrevista à autora, 24/05/95)

Cabe registrar, entretanto, que as pressões sociais e trabalhistas exercidas sobre os trabalhadores, na maioria das vezes os obriga, para preservarem o emprego, a fazerem escolhas que muitas vezes lhe são prejudiciais. Aspectos, aliás, inúmeras vezes colocados pelos próprios vereadores petistas. Mais do que isto, representa, dentro das propositivas da flexibilização dos direitos trabalhistas tão enfaticamente defendidas

pelo empresariado e seus representantes, o comprometimento de conquistas históricas dos trabalhadores, e que, invariável e progressivamente, abrem precedentes para as demais categorias.

Dentro de uma democracia que não possui abrangência social para além do direito do voto, e onde ações que visam delimitar as diferenças que orientam diferentes interesses, são execradas por personalidade públicas como o Ver. Artur Zanella/PFL, que propôs ações judiciais para impedir a denúncia pública (através de cartazes e out-door) dos vereadores que votaram contra determinados interesses sociais, como no caso, os comerciários; ou, contraditoriamente, na tolerância destas mesmas figuras quanto à utilização, abertamente parcial, de um comentarista como Rogério Mendelsky, que utiliza-se da penetração social do Rádio e da TV para criticar pejorativamente àqueles que defendem o Sábado Inglês (em particular o Ver. José Valdir/PT), flagra-se muito mais do a expressiva afirmação de Giovani Gregol/PT: "...o grande empresário tem mentalidade de senhor de engenho". Flagra-se o conteúdo elitista de uma democracia excludente que embora freqüente a retórica, não alcança a concepção e tão pouco a prática, não só dos *homens de engenho*, quanto daqueles que abraçam suas causas.

A intervenção dos transportes, por exemplo, logo no segundo mês da gestão da AP reflete-se profundamente dentro da Câmara de Vereadores. Em que pese as várias denúncias levadas ao conhecimento dos parlamentares, sobre as irregularidades nas empresas privadas de transporte coletivo, que envolveram desde desvio de recursos para outras atividades, como indústria de lapidação de pedras preciosas sem registro e sem contribuição trabalhista; compra e venda de materiais sem contabilização; frotas envelhecidas; relatórios do INPS e da Receita Federal sobre recolhimentos e erros grotescos; sumiço de disquetes e boicotes de natureza diversa, segundo denunciaram vereadores da FP, nenhum vereador de oposição subiu à

Tribuna para denunciar e hipotecar solidariedade à AP. No entanto, a cada denúncia feita pelos empresários e através dos meios de comunicação, destacavam-se na presteza de levantar acusações.

O Projeto do Ver. Isaac Ainhorn/PDT, que pretendia o estabelecimento de regras para intervenção nos transportes, assim como anuência da Câmara de Vereadores para tal fim, suscitou discussões que entre outras coisas, pautaram-se pelas acusações de *"cheiro de totalitarismo, autoritarismo"* como afirmou o Ver. Wilson Santos/PL manifestando-se sobre as intervenções patrocinadas pela AP. Assim como as observações de Lauro Hagemann/PCB sobre a *"inegável ascensão dos empresários do transporte coletivo sobre parcelas desta Casa"*.

Reivindicando o direito da Câmara de *"participar das grandes decisões do município"* e exigindo que o PT ouça *"a opinião popular"*, o Ver, Elói Guimarães/PDT, assim como seus colegas de Bancada, defendiam a necessidade da aprovação da Câmara às intenções intervencionistas do Executivo Municipal. Esta polêmica, no entanto, que em verdade foi Vetada pelo Prefeito, já que tal decisão é de competência do Executivo, trouxe a baila avaliações significativas do posicionamento da maioria dos vereadores.

Sustentando suas argumentações em análises bastante negativas, as quais incluíam denúncias de perseguição política e cárcere privado de trabalhadores de transporte coletivo *"pelos interventores do PT"*, como afirmou Dilamar Machado/PDT; acusações de gastos exagerados pelos interventores, *"uma verdadeira roubalheira em notas de Lancherias e Restaurantes"* segundo as palavras do Ver. Clóvis Brum/PMDB; até a cobrança pela melhoria no transporte da cidade não produzidas no curto espaço de tempo entre a intervenção e o Projeto do Ver. Isaac Ainhorn/PDT, (o qual foi discutido em 23/10/89 e 28/12/89), os vereadores de oposição fizeram eco às críticas da classe empresarial e emprestaram-lhe legitimidade. De muita utilidade, aliás, aos opositores da intervenção e da AP, foi a carta

destinada ao Prefeito Olívio Dutra, escrita pelo ex-Secretário Municipal dos Transportes, Ver. Antônio Hohlfeldt/PT, em outubro/89 (e devidamente distribuída para os demais Vereadores), onde, para além do pedido de demissão sob alegação de estafa, apontava *"falta de decisão e encaminhamento objetivo destas questões"*.

Neste aspecto, talvez o fator mais importante a registrar seja a falta de críticas às irregularidades empresariais pelos vereadores de oposição. Preocupados em apontar inexperiência e erros e caracterizar contradições entre o discurso e a prática petista, muitos vereadores centraram suas críticas nas posições e/ou proposições da FP. Assim foi o caso, por exemplo, do Projeto de Fiscalização Comunitária sobre o transporte coletivo, de autoria do Ver. Wilton Araújo/PDT, que teve Emenda proposta pelo Ver. João Motta/PT, retirando do fiscal comunitário a fiscalização sobre consumo de combustível. Esta Emenda, que foi sustentada sobre o argumento da *"diferença entre finalidade política e finalidade técnica"*, sofreu duras críticas por parte dos vereadores de oposição. Segundo o Ver. Clóvis Brum/PMDB, *"ou o PT não entendeu o espírito da coisa ou não quer a administração cotejada pela população"*.

Mas é com a proposta do Executivo de criação do Plus Tarifário, que muitas das críticas vão assumir maior consistência. Elaborado para permitir a renovação emergencial da frota, considerada envelhecida e precária, o Plus, como indica o próprio nome, era uma fonte de recursos extra, além do percentual específico na composição da tarifa, já constante na Planilha de Custos. De acordo com o Projeto, tinha validade de 6 meses e pretendia auxiliar na renovação da frota com a compra de 500 novos ônibus. É preciso registrar, entretanto, que tal Projeto não contou com o apoio da ATP, segundo Luiz Mário de Sá Magalhães (Entrevista à autora, 24/05/95): *"nós tínhamos todas as justificativas, e demonstramos para o PT, de que dentro da planilha tarifária, sem precisar apelidar qualquer outra coisa, havia*

condições de fazer essa recuperação. O PT entendeu - e tem suas razões - de que seria mais transparente, mais aberto se desse um nome para essa recuperação e, acho, foram infelizes no nome que adotaram: resolveram chamar de "Plus Tarifário".

Para muitos parlamentares, tal projeto era "uma imoralidade.(...)A submissão da AP à ATP", conforme as palavras do Ver. Edi Morelli/PMDB; a "capitulação vergonhosa", segundo Vieira da Cunha/PDT ou, na irônica observação do Ver. Isaac Ainhorn/PDT a demonstração de que os petistas, "perderam a virgindade". Num outro tom, o Ver. Cyro Martini/PDT arrematava: "O PT conseguiu calar a boca do povo(...)que acha que é bom aumento. Até invejo PT."

Tais críticas, entretanto, não encontraram ressonância somente na oposição. O Ver. José Alvarenga/PT foi contundente ao criticar a AP por não ter concentrado sua política na administração das empresas, durante a intervenção, não explorando assim a oportunidade "ímpar de desenvolver o processo de mobilização popular(...)a consequência foi a devolução à iniciativa privada e o início de recuos". Recusando novos prejuízos a serem suportados pela população, posicionou-se contra o Plus, apontando o Projeto da Taxa de Transporte, também de autoria do Executivo, como a alternativa para a resolução dos problemas de renovação da frota. No mesmo sentido manifestou-se o Ver. Vieira da Cunha/PDT.

A Taxa de Transporte pretendia a cobrança de um tributo das empresas com mais de 5 funcionários, de acordo com percentuais do URM, diferenciados por ramo de atividade. Preservando as instâncias estatais: União, estado e município e suas respectivas Autarquias, a Taxa estabelecia para Bancos, Financeiras, Agências de Seguro e Corretoras o índice de 0,8 URM por empregado; Comércio 0,5; Prestação de Serviços 0,4; Indústrias 0,3 e Empresas Prestadoras de Transporte Coletivo 0,1. Conforme o Secretário

Municipal da Fazenda, Arno Agustin, "É um tributo cobrados das empresas que se beneficiam do transporte coletivo." (ZH,27/11-Pág.52).

Segundo a FEDERASUL, "A Federação, através de sua assessoria jurídica, encontrou respaldo junto aos vereadores de POA, que rejeitaram o Projeto de Lei Complementar Municipal(...)no conjunto as atividades empresariais recolheriam US\$ 1,8 milhão por mês, onde se pode avaliar a ação da Câmara e da FEDERASUL ao evitar mais este enorme ônus à produção rio-grandense". (JC,08/12/92-Encarte Federasul-Pág.4).

Firma-se aí a enorme diferença entre o discurso de oposição que reitera preocupação social e hipoteca compromisso com os trabalhadores, para cobrar coerência das políticas da FP ou para repudiar o Plus Tarifário, que onera os trabalhadores que usam o transporte coletivo, e o projeto que efetivamente onera as empresas, amenizando as despesas dos trabalhadores. Junto à Bancada do PT e do Vereador do PCB, apenas o Vereador Cyro Martini/PDT votou favorável ao Projeto.

De acordo com Olívio Dutra, a rejeição da Taxa de Transporte refletiu a falta de discussão no movimento popular: "Eu acho que nós tínhamos que ter amadurecido mais isso no próprio movimento popular. Todas as coisas que nós não pudemos passar como pretendíamos lá no Legislativo, era também porque elas não estavam bem amadurecidas no movimento social, popular, comunitário." (Entrevista à autora,02/05/95).

Tem-se assim que as relações do Executivo com o Legislativo foram fortemente intermediadas pelo movimento popular, o que reflete não somente a existência de um novo interlocutor, rompendo com relações tradicionais entre Executivo e Legislativo, mas também a afirmação de uma relação mais democratizada, decididamente estimulada pelo Executivo. Frente a um movimento popular atuante e organizado, vários projetos que transitaram pela Câmara refletiram o constrangimento de muitos vereadores diante das votações de questões polêmicas.

Embora seja possível apontar períodos e temas diferentes, os quais garantem votações diferenciadas, é possível identificar dois momentos deste constringimento: 1) o impacto produzido no empresariado e nos vereadores frente às transformações implantadas pelo Executivo na sua relação com o movimento popular e, através deste, com o Poder Legislativo, gerou, primeiramente, uma reação um tanto tímida frente ao interlocutor popular que raras vezes tinha freqüentado o Plenário da Câmara para atuar como sujeito coletivo; 2) a ação concertada entre empresários, vereadores e meios de comunicação de massa, através de atitudes mais ofensivas frente ao estreito entrosamento entre o AP e o momento comunitário. O que traduziu o aprendizado destes segmentos sociais frente à novidade do Executivo e do movimento popular organizado que freqüenta com relativa assiduidade a Câmara de Vereadores.

O conjunto de todos os aspectos abordados ao longo deste capítulo, que objetiva o reconhecimento do PT no governo e suas relações com o empresariado de POA, nos permite tecer algumas breves considerações. A primeira é que a partir de uma concepção historicamente elitizada de democracia, a qual orienta uma prática marcada pela excludência social, as transformações introduzidas pelo PT no governo representam uma ruptura, mesmo que local, na concepção de cidadania e, por conseguinte, de democracia.

Ao redimensionar, na prática das relações do poder público com a sociedade organizada, formas de intervenção nas políticas locais, a AP intervém na redefinição social do conceito e da prática democrática. Processa, desta forma, a des-privatização do Poder Público. E, ao des-privatizar o Poder Local, des-privatiza a prática democrática.

Estes procedimentos conceituais e práticos do governo petista imprimem uma nova ordem de relações entre o empresariado e o Poder Público Local. Ou seja, de clientes preferenciais e exclusivos, os empresários

passam a disputar com outros interlocutores populares os destinos do município e a política do governo. Significa dizer que o PT, ao atuar dentro de uma ordem democrática redimensionada, marca sua ação pela recusa (prática) a um papel passivo e resignado. E é sobre este aspecto em particular que o III tópico deste capítulo assume importância, não apenas porque apresenta a externalidade das mudanças internas do Partido, mas porque apresentam o quanto estas mudanças vão permitir a ambos (empresários e Partido) uma convivência menos tensionada. Isto é, não apenas a democratização do país estabelece novos patamares relacionais entre ambos, exigindo-lhes novas posturas, redimensionando, mesmo que estreitamente, o papel do Estado (conforme vimos no II capítulo), senão que as transformações que abalam o mundo das relações sociais de produção e de poder, em escala internacional, ao re-processar conteúdos ideológicos e estruturais, atuam diferente e qualificadamente sobre cada um dos sujeitos sociais: para o empresariado como importante munição na desqualificação do Estado e da democracia, mesmo que sob a retórica democrática; para tendências social-democratas dentro do Partido como elementos decisivos da práxis do PT dos anos 90.

A questão que se coloca, entretanto, é que a contraposição entre o PT dos anos 80 e o PT dos anos 90, representa mais do que a contraposição entre o PT das origens e o PT da institucionalidade: representa a contraposição entre o PT que disputa efetivamente a hegemonia de um projeto alternativo (na concepção gramsciana), e aquele que promove redimensionamentos, consertos e emendas dentro de um projeto dominante. Este é, na verdade, o fulcro da problemática que envolve este capítulo e que, sob aparente contradição, parece promover as conquistas da AP de POA, ao mesmo tempo que aponta criticamente as inúmeras adequações que sofre o Partido na institucionalidade democrática.



## NOTAS

- 1 Este Plano de Carreira foi muito criticado na época, não só pelo PT e vereadores de outros partidos, mas inclusive pelo Sindicato dos Municípios de POA (SIMPA). Segundo declarações dos três ex-presidentes sindicais entrevistados, que estiveram à frente do SIMPA durante a gestão de Olívio Dutra, este Plano traduzia a consolidação da política salarial discriminatória, promovida por Alceu Collares, que após 3 anos de arrocho, tentou promover a recuperação do salário, deixando para o seu sucessor a responsabilidade pelo pagamento. De acordo com Ana Lúcia D'Ángelo, presidente do SIMPA durante os anos de 87-89, não era um Plano de Carreira, *"era, na verdade, um Plano de Reajuste de Salários"*, onde alguns artigos *"tinham retrato"*, ou seja, tinham endereço certo para beneficiar algumas pessoas. Entrevista à autora em 25/05/95.
- 2 Este projeto foi encaminhado à Câmara Municipal na segunda quinzena de outubro/88, e previa, segundo o Secretário Municipal da Fazenda, Políbio Braga, a arrecadação de Cz\$ 1,5 bilhão, embora o total devido pelos sonegadores chegasse a Cz\$ 9,1 bilhões. De acordo com o Secretário, dos *"110 mil sonegadores de impostos, 50 mil que devem até Cz\$ 5 mil serão anistiados totalmente e o restante terá anistia de 50 a 70%."* Este é o espírito do projeto do Executivo de anistia das dívidas do ISSQN, IPTU e Taxa do Lixo". ZH,04/11/88-Pág.40
- 3 A relação com a Câmara Municipal vai ser avaliada no quarto tópico deste capítulo.
- 4 Como não é objetivo deste trabalho o aprofundamento da experiência do Orçamento Participativo, remeto ao interessante trabalho de Gilnei Luiz de Moura(1995-UFSC) que estudou pormenorizadamente esta prática participativa da Administração Popular, no período de 1989 à 1993.
- 5 Segundo Eunice Araújo, Coordenadora do CRC, a proporção dos delegados do Orçamento, na época da gestão Olívio Dutra eram inicialmente de 1 para cada 5 presentes. Evoluiu depois para 1 a cada 10 e atualmente (gestão Tarso Genro), é de 1 para cada 20 presentes. Entrevista à autora em 19/05/95.
- 6 O ano de 1993 registrou a presença de 10.735 pessoas e o ano de 1994 9.638 participantes. A partir de 1994 foi inaugurado também a sistemática de Plenárias por Temáticas, formadas por 5 grandes temas: Circulação e Transporte; Saúde e Assistência Social; Educação, Cultura e Lazer; Desenvolvimento Econômico e Tributação; e, Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano. - Entrevista com Eunice Araújo em 19/05/95 e Demonstrativo Número de Participantes nas Reuniões do Orçamento - CRC/PMPOA,1995.
- 7 Segundo cruzamento que fiz das 20 maiores empresas do RGS, apontadas anualmente pela Revista Amanhã, durante os anos de 1988 a 1992, sobre as principais áreas de investimento (seja como atividade principal ou como processo de diversificação), é possível observar que a grande maioria delas apresentam, disparadamente, investimentos ligados à atividade latifundiária: agroindústria, agropecuária, agropastoril, agricultura, etc). Dentre as 20 maiores, 12 têm interesses ligados à estrutura agrária do país. Revista Amanhã/RS.
- 8 Esta responsabilidade aparecia seja sob a forma de questionamentos que, no conjunto das matérias ou declarações, faziam alusões ao PT e à CUT, apontando técnicas paramilitares e pregação ao ódio e à violência; ou mais abertamente, como por exemplo, um editorial da ZH que dizia sobre uma *"colona"*, que declarara que viera junto com os Sem-Terra porque o candidato a Deputado Adão Pretto (PT), em troca de votos, prometera mais terras. Ou então das declarações de Leonel Brizola(PDT), que atribuía ao PT *"que com sua cobertura política profissional aos agricultores, com fins políticos-eleitorais à procura de um mártir e que impediu a ação de outros partidos, conduzindo o episódio com práticas radicais e expondo gente inocente à violência de um governo incoseqüente,"* - ZH,11/08/90-Pág.10.
- 9 A FECOMÉRCIO foi incluída por orientação do Clube dos Diretores Lojistas de POA (CDL/POA), que informou não possuir nenhum periódico ou boletim informativo para seus

associados, indicando a FECOMÉRCIO como a entidade que cumpria este papel informativo junto aos Comerciantes.

10 A relação dos empresários e suas respectivas empresas, que participaram da direção do Instituto Liberal/RS, durante os anos de 1988 à 1992, foram gentil e solidariamente fornecidos pela socióloga Denise Gros, cujos dados fazem parte de sua tese de doutorado, ainda inédita, sob o título de "**Empresariado, Ação Política e Liberalismo na Nova República. Um estudo de caso do Instituto Liberal**". Texto para discussão, xerox, 1995.

11 "Bola" é uma expressão corrente na PMPOA e junto àqueles que com ela mantêm relações de clientela, como o empresariado. Significa, segundo as palavras do empresário Valdir Bronzatto, "*o dinheiro pago para os funcionários, para fazer isso ou fazer aquilo*". (Entrevista à autora, 23/05/95). Segundo Milton Pantaleão, havia na SMIC uma "*corrupção orgânica*", organizada através de um ambiente favorável à corrupção, da qual participava, inclusive, Secretários Municipais. Ou seja, "*O quadro (funcional) não é corrupto em si. O quadro realiza uma corrupção comandada pelo governo. Sempre.*" (Entrevista à autora, 24/05/95).

12 Segundo Milton Pantaleão, POA é a cidade mais oligopolizada do Brasil: "*Entre as 10 maiores redes de supermercados do Brasil, têm 3 gaúchas: o Nacional, o Real e o Zaffari, sendo que o Zaffari é uma das 10 maiores do Brasil e só tem lojas em POA.*" (Entrevista à autora, 24/05/95).

13 O sucedâneo do Foro, no governo Tarso Genro, é o Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE), que além de aprofundar os projetos do Foro, traz um amplo leque de projetos em andamento atualmente na cidade. Segundo M. Pantaleão, a SMIC está executando 29 projetos econômicos, divididos em 6 programas de fomento. Dentre estes é possível destacar projetos de criação do Banco Municipal, para atender exclusivamente pequenos empreendedores, e a Central de Orientação, que objetiva o fornecimento, às pequenas empresas, de toda a estrutura desfrutada pelas grandes empresas: consultoria, marketing, análise de mercados, etc.

14 É interessante considerar a matéria da Revista Amanhã (da FIERGS/CIERGS), analisando as várias possibilidades de escolha de um indexador na atualização dos balanços das empresas, o que permite, segundo o Professor Stephen Kanitz, que os trabalhadores, no sistema de livre negociação (e participação dos lucros), "*não saibam os resultados das empresas com as quais estão negociando*". (Amanhã, nº 57 -Out/91-Pág.40).

15 Vários são os exemplos, ao nível internacional, desta prática anti-política: Fujimori no Peru; Le Pen na França; Collor no Brasil; Perot nos EUA; Berlusconi na Itália.

16 A CIOSL formou-se como uma alternativa à Federação Sindical Mundial (FMS). Formou-se em 1949, durante o período da Guerra Fria e tem orientação social-democrata, com predominância européia e norte-americana. A CIOSL recusa a planificação central e compreende que para a resolução dos problemas de pobreza, injustiça, discriminação e degradação ambiental, é preciso a combinação de "Cooperação e Concorrência". Orienta acordos tripartite entre governos democráticos, empresários e trabalhadores (como o Pacto de Moncloa na Espanha, com seus 22% de desemprego!), não defende o direito de autodeterminação de Cuba, por exemplo, e tampouco aponta para qualquer elemento de ruptura com a dominação capitalista. (DS, nº259-Pág.11; CS, nº305-Pág.5).

17 A greve dos condutores em SP, em maio de 1992, que paralisou a cidade durante 9 dias, teve sérias repercussões não só para o PT paulista, que repudiou a postura assumida pela administração de Luiza Erundina, mas manifestações nacionais contra a intransigência e a repressão contra o movimento. Segundo a DS, tratou-se do confronto entre a "*a postura de estatista*" e a "*postura de governante petista*", com a prevalência daquele e a consequente demissão por "*justa causa*" de 475 grevistas, incluindo grávidas e representantes sindicais, além do recurso ao aparato repressivo do governo Fleury, com a prisão de 54 grevistas.

18 Esta discussão de apoio a Alceu Collares no RS, vai originar um movimento que objetiva disputar e resgatar o "*PT das origens*". Em setembro de 1991 foi organizado, em POA, um Encontro Aberto em Defesa do PT Socialista, Classista, Democrático e Revolucionário, que em outubro foi organizado também em SP, como preparação para disputar o 1º Congresso. Com a

expulsão da CS, em maio de 92, este movimento organizou a Frente Revolucionária e, em 1993, foi lançado o Movimento Pró-Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU.

19 Cabe registrar que em 1986 o PDT coligou com o PDS de Marchezan para o governo do estado do RGS. Segundo o jornal da CS, vários candidatos do PDT são apoiados por grandes latifundiários, inclusive da UDR gaúcha. (CS, n°268)

20 A análise das eleições de 1990, tanto pela DS quanto pela CS apontam, fundamentalmente, o progressivo distanciamento do PT do movimento social e sindical e a prioridade institucional como razão importante para os poucos resultados obtidos. O PT, segundo DS e CS, estava deixando de ser uma alternativa para os trabalhadores, já que não estava se distinguindo dos demais partidos, nas administrações e pelas alianças eleitorais. Segundo matéria intitulada "**Sinais de alerta para o PT**", o PT teve recuos em relação aos 16% do primeiro turno das eleições presidenciais. (DS, n°248, Pág,5). A CS atentava para o número expressivo de votos nulos e brancos, assim como os votos na legenda, que não foram conquistados pelas figuras públicas do PT. Segundo a CS: "*Fielmente petista, não faz uma opção dentro do PT*". (CS, n° 270).

21 "*Refundação*" foi a proposta da Articulação que agitou o PT antes do 1º Congresso e que, segundo a DS, pretendia "zerar" toda a história de lutas do PT e fundá-lo sobre uma nova orientação, que adequada à realidade internacional não era, na verdade, nem pós-stalinista, nem social-democrata, mas sim neoliberal.- Jornal DS, n°253, set/1991-Pág.3

22 São dois os tipos de Título Honorífico concedidos pela Câmara: **Cidadão de POA** e **Cidadão Emérito de POA**. Para a concessão de ambos é considerado destacado saber e serviços prestados à comunidade. Nenhum deles têm repercussão econômica. A diferença é que para o primeiro é exigido a sanção do Prefeito e para o segundo basta a Resolução da Câmara. O reconhecimento de entidades como de **Utilidade Pública** dependem de alguns critérios elementares, como funcionamento há mais de 3 anos; ser filantrópica, possuir Certidão do Cartório de Registros Especiais de Títulos e Documentos e Relatório de Serviços Prestados à Comunidade. Assim como a concessão de Títulos, não tem repercussão econômica. Essas informações foram fornecidas pela Advogada Marta Lages da Auditoria da Câmara Municipal de POA.

23 O Direito Real de Uso é o direito de uso de terras públicas, pelo prazo de 30 anos, renováveis por mais 30, de acordo com os critérios prioritários para subabitações e baixa renda. Este direito implica num plano habitacional pela Prefeitura, com a devida infraestrutura, que exige em contrapartida, o pagamento do equivalente de 7,5% do salário do morador ou 1,5% do SM. Lei Complementar n° 242/90.

24 O Banco de Terra, vinculado à Secretaria do planejamento Municipal, implica, segundo argumentação do Ver. Lauro Hagemann/PCB na apresentação do Projeto, na "*política de municipalização de terra, ou seja, capacitar o município no sentido de formar uma grande reserva de terras que permanecerá de propriedade do município, mas com uma função social específica voltada para a habitação, implementação de equipamentos urbanos, praças e áreas verdes (...)*estritamente ligada à figura do Direito Real de Uso". Lei Complementar n° 269/90.

25 A cidade, para efeitos da política tributária, está dividida em 3 faixas fiscais, que respondem às condições de infraestrutura, serviços e equipamentos coletivos oferecidos pelo município. De acordo com esta divisão, a 1º Divisão Fiscal é aquela melhor servida, conseqüentemente, quanto mais avança em número, mais descrece em serviços.

26 Este Deputado, que tão assiduamente freqüentou os periódicos empresariais, assim como JC e ZH, também compareceu na Revista VEJA, através de uma denúncia que repercutiu negativamente. Segundo matéria de título: "Bateu e Levou - O Deputado denuncia o empresário Ponte", a revista fazia referências às licitações dos CIAC's, que segundo declarações do Deputado, "*as concorrências públicas são fraudadas e a corrupção corre solta, entre empreiteiros e administradores públicos*", porém, como atentava a matéria, no RGS foi um consórcio liderado pela Construtora Pelotense, de propriedade do distinto Deputado, que ganhou a concorrência. Na fina ironia do jornalista, trata-se do "*Ponte dialético*", que reivindica a

necessidade de "separar o Ponte empreiteiro do Ponte deputado:(...)o primeiro tem o dever de participar das licitações, e o segundo de denunciar as maracutaias nelas existentes."(VEJA,16/10/91-Pág.23-24).Importa registrar, neste contexto, a fuga para o exterior, em 1994, do multi-representativo empresário César Rogério Valente, por crime de peculato, segundo informação do empresário Valdir Bronzatto, em entrevista à autora em 23/05/95.

## CAPÍTULO V

### ELEGENDO O SUCESSOR

O ano de 1992 guarda especial importância na história do Brasil: não apenas porque conta o processo de *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello, mas porque registra entre seus dias - e como parte fundamental deste processo - a retomada das praças e ruas por milhares de pessoas, em densas manifestações populares, as quais traduziram a disposição coletiva de interferir no destino do país.

Um momento privilegiado em que a sociedade civil, tal qual 1984, encheu as ruas para dizer "NÃO" a uma crise, cuja dimensão não era só política e ética, mas também econômica e social. Mas, diferentemente de 1984, quando a **lógica da diferença** registrou outras alternativas, as manifestações de 1992 foram evadidas das ruas, na melancólica aquiescência a um vice-Presidente comprometido com o mesmo projeto liberal.

Eleita como principal preocupação pelos partidos políticos, setores empresariais e algumas entidades coletivas, o pacto pela **governabilidade**<sup>1</sup>, não só diluiu diferenças ideológicas num acordo de **todos com todos**, como transformou todo processo de *impeachment* numa ação com perfil moralizatório, onde a crise parecia descolar-se do projeto para restringir-se, tão somente, à responsabilidade pessoal do Presidente afastado.

Cumpra este capítulo, portanto, o papel de acompanhar a eleição de Tarso Genro em POA, dentro de uma conjuntura marcada por uma crise política inflacionada pela crise econômica e social, e pelos resultados de uma administração local, onde segundo a ZH, "...o Prefeito Olívio Dutra será protagonista de uma façanha: conquistou a Prefeitura Municipal em 1988, derrotando partidos tradicionais como PDT e PMDB, e agora elege o sucessor."(15/11/92-Pág.6)

### I - Entre Collor e Itamar

Se atua o empresariado com indiscutível pragmatismo, esta ação está sempre, e inquestionavelmente, subordinada a um projeto estratégico. Assim, se não é possível incluir a totalidade dos empresários como afiançadores de declarações como aquela feita por Mário Amato, que na condição de Presidente da FIESP, afirmou: "*somos todos corruptos*", é possível constatar a estreita unidade empresarial (em que pese diferentes combinações possíveis), sobre o conteúdo liberal. Entre a complacência collorida dos primeiros momentos e a defensiva cautela que buscava isenção frente à avalanche de denúncias, o empresariado atuou determinado pela continuidade do projeto neo-liberal, também chamado de "*modernização*".

Na proporção em que denúncias avolumavam-se, revelando a estrutura de corrupção montada à sombra do Presidente da República, muitas empresas foram sendo arroladas como co-partícipes. Entre as quais Votorantim; Norberto Odebrecht, Mercedes Benz e Andrade Gutierrez<sup>2</sup>. Estas denúncias, concomitante à crescente indignação social, manifestada em atos cada vez mais massivos, vai não só constranger socialmente o empresariado - ao associá-lo como parte ativa e pactuante - como vai impulsionar uma mudança no discurso, distendendo-o. Ou seja, existe um movimento cada vez mais efetivo, por parte de importantes setores empresariais, no sentido de condicionar opiniões e atitudes aos resultados da CPI. Neste sentido, progressivamente, começa a processar-se a ruptura entre o projeto de modernização e o Presidente sob suspeição, Fernando Collor de Mello.

Eleito para garantir a implementação do projeto de *modernização*, o Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, passa a encarnar, pragmaticamente, a personificação do projeto. E é na defesa deste projeto

que as manifestações empresariais de apoio à Marcílio ganham força e destaque.

Desta forma, se no início de agosto, por exemplo, a Comissão Empresarial de Competitividade(CEC), que representava cerca de 144 empresários e 12 setores industriais, através do então Presidente, Luiz Carlos Mandelli, declarava: "*O ministro e sua equipe são âncoras de uma agenda de modernização para o país*". (ZH,06/08/92-Pág.22), um mês após já era possível perceber indícios de descolamento entre a figura do Ministro e a preservação de projeto. Segundo o Presidente da Confederação Nacional do Comércio(CNC), Antônio Oliveira Santos, "*a figura física do ministro não tem a menor relevância neste momento, pois o que importa são os projetos de modernização da economia que não podem ser interrompidos*". (ZH,04/09/92-Pág.20) Trata-se, segundo Dagoberto Lima Godoy, Presidente em exercício da FIERGS/CIERGS, de "*patrimônio da Nação*" (ZH,27/08/92-Pág.16).

É assim que de um prestígio duvidoso (devido ao seu passado nacionalista), Itamar Franco passa a desfrutar de apoio, cujo condicionante assentava raízes na continuidade do processo de **modernização** iniciado por Collor e mantido por Marcílio. Novamente o pragmatismo empresarial soube ceder no indispensável para manter o fundamental: se o processo de *impeachment* era inevitável, que se cambiasse os homens, mas que se mantivesse **a modernização liberalizante**. Trata-se, na linguagem popular, do provérbio que assevera: "*Vão-se os anéis, ficam os dedos.*"

Mas, certamente, nem é de exclusividade empresarial a ação pragmática, nem é do monopólio particular do ex-Presidente Collor os vários e condenáveis mecanismos utilizados para manter-se no cargo e inviabilizar o *impeachment*. Tanto a CPI da VASP, quanto a CPI da NEC, desenvolvidas no mesmo período, registraram procedimentos profundamente desabonadores, mesmo que, paradoxalmente, seus protagonistas tenham papel destacado no amplo movimento social orientado pela ética na política.

A venda da VASP para o empresário Wagner Canhedo pelo ex-governador paulista Orestes Quércia/PMDB, marcada por inúmeras denúncias de irregularidades<sup>3</sup>, apresentou um PMDB não só na sua tradicional fissura, entre *históricos* e *moderados*, mas um partido coniventemente unificado por manobras capazes tanto de preservar o ex-governador e então presidente do Partido, Orestes Quércia, como, fundamentalmente, evitar o desgaste do PMDB frente às eleições municipais que se avizinhavam. Da mesma forma e com igual gravidade, a CPI da NEC<sup>4</sup>, que averiguava as suspeitas relações do ex-Ministro das Comunicações do governo Sarney, Antônio Carlos Magalhães (PFL) com o empresário Roberto Marinho (da Rede Globo), foi palco de condenáveis conchavos e manobras. Coniventes, deputados do PFL, PDS, PTB, PMDB, PSDB. Tem-se assim que entre a participação de palanque e a participação das Comissões, erguem-se fossos que procuram coerência no descolamento, aparentemente legítimo, entre partido e pessoa.

Não é por acaso, portanto, que muitos dos movimentos que mobilizaram-se pelo *impeachment* de Collor, tivessem como eixo de exigência o voto aberto, como forma de constranger publicamente os deputados e cobrar-lhes respeito à vontade popular. Vontade manifestada, já em julho de 1992, conforme pesquisa do IBOPE que captava um percentual de 86% de desconfiança em Collor, contra apenas 10% de confiança. (ZH, 03/08/92-Pág.6)

Desconfiança que não respondia somente aos desmandos e arbitrariedades do Presidente da República mas atingia também a primeira-dama, sobre a qual pesava acusações de peculato, estelionato e formação de quadrilha. As primeiras denúncias contra Collor encontraram ressonância e cravaram sua sentença na exata proporção de uma crise marcada por profunda exclusão social com elevadas taxas de desemprego e defasado valor do salário mínimo. De acordo com DIEESE, em agosto de 1992, o Salário Mínimo equivalia à 18,01% do valor de julho de 1940, quando foi criado (ZH, 29/08/92-Pág.16). Agravando mais o quadro, segundo o Ministério



do Trabalho e Administração, só em 1991 foram eliminados 733,8 mil oportunidades de trabalho no setor formal da economia, o qual abrange 40% da população economicamente ativa (ZH,18/09/92-Pág.26). Se considerarmos o universo dos trabalhadores urbanos e rurais com carteira assinada, os quais, portanto, dispõem de algum benefício social, constataremos que 41,2% dos trabalhadores brasileiros, em 1990, não possuíam carteira assinada. (ANUÁRIO DIEESE,1993;60)

Por outro lado, levantamento feito pela Receita Federal na fiscalização de 250 mil contribuintes, constatou sonegação de Cr\$ 37,3 trilhões no período de janeiro à outubro de 1992. Segundo a Receita Federal, as maiores irregularidades foram apuradas na "indústria química, setor financeiro, transportes, comércio atacadista, construção civil e indústria de alimentos" (ZH,12/12/92-Pág.18). Da mesma forma, estudos do DIEESE sobre a distribuição pessoal da renda, revelavam que em 1990 os 10% mais pobres recebiam 0,8% da renda nacional, enquanto os 10% mais ricos detinham 48,1% da riqueza do país (ANUÁRIO DIEESE,1993;22).

Tem-se assim que a convocação de Collor para a demonstração popular de apoio ao Presidente, através das cores da bandeira, não só demonstraram que a "resistência democrática" inspirava-se sob outra ordem de valores e necessidades, como também que não tratava-se de um "sindicato do golpe" preocupado em realizar o 3º turno das eleições; como costumava acusar, com o apoio, inclusive, do Presidente Nacional do PDT, Leonel Brizola.

Cumpram, aliás, o PDT um curioso papel no processo que antecede o *impeachment* de Collor. Enquanto nos partidos tradicionais e conservadores, como PDS e PFL, manifestações isoladas revelavam divisões internas sobre o *impeachment* e divergências sobre o melhor posicionamento tático frente à gravidade das denúncias, o PDT assumiu uma posição de cautela, dirigindo para outras personalidades envolvidas em irregularidades, a ferocidade das palavras que tradicionalmente marcam as declarações de Leonel Brizola.

Desta forma, enquanto o centro das atenções girava em torno de Collor, Brizola não só pregava preocupação com a preservação do mandato presidencial, como tinha em Quéricia, ACM e Roberto Marinho seus alvos prediletos.

Endossando a figura do *"sindicato do golpe"*, utilizada por Collor, Brizola não só identificava *"levante em marcha no país para derrubar o Presidente Collor"*, como acusava PT, PSDB e PMDB de querer botar *"debaixo do tapete os cheques do PC para Canhedo"*. Esses três partidos, a imprensa populista e a Rede Globo, seriam assim a *"macacada que quer galgar o poder por vias oblíquas"*. Como consequência, o pedido de *"impeachment"* era classificado como *"imoral"*(ZH,08/08/92-Pág.8). Recusando acusações de apoio ao Presidente, Brizola e o PDT sustentavam sua posição sobre a mesma argumentação utilizada pelo empresariado: a necessidade de conhecer os resultados da CPI, antes da tomada de posições definitivas.

Mas tal posição não resistiu muito tempo, na medida em que as manifestações foram ganhando as ruas e os fatos foram acumulando denúncias. Assim, de uma atitude que conclamava atos públicos isolados, orientados pela *"Legalidade, contra o Golpismo e contra a Roubalheira"*, nos quais dispensava, explicitamente, a participação de petistas, até mesmos *"como observadores"*, classificados como *"fascistóides, (que) não têm modos e são inconvenientes"*(ZH,21/08/92-Pág.8), o PDT avança até a expulsão de deputados que não compareceram à votação do *impeachment*<sup>5</sup>, em 29 de setembro de 1992.

Não é por acaso, portanto, que o pacto de governabilidade aspirado por partidos, empresários e algumas entidades sociais tenha, num primeiro momento, excluído o PDT, devido, segundo palavras do deputado Nelson Jobim/PMDB, *"ao comportamento do governador do RJ, Leonel Brizola, durante as investigações da CPI.(...)É muito difícil saber de qual lado ele está"*(ZH,26/09/92-Pág.9). Esta resistência não impediu, contudo, a

efetividade do pacto de governabilidade que envolveu todos partidos. Efetividade refletida no ministério escolhido por Itamar Franco, o qual foi marcado pela heterogeneidade que caracterizou este pacto de todos com todos e que colocou, lado a lado na mesma equipe ministerial, PPS e PFL, PDS e PT, PTB e PDT.

Mesmo atravessado por contundentes críticas internas, principalmente através das tendências DS e CS, que apontam igualdade no projeto entre Collor e Itamar e a necessidade de eleições diretas, o PT, que nos primeiros momentos, tentou resguardar-se, recusando cargos e estabelecendo prazo de apoio de apenas 100 dias, vai ser parte importante do **pacto de governabilidade** que, em verdade, materializa o tão aspirado pacto social, por tantas vezes e com tantos nomes proposto. O Pacto de Governabilidade realiza, na prática, a evacuação branca das ruas e praças das manifestações populares, caracterizadas pelo empresário Alécio Ughini como "anarquia". (FIERGS/CIERGS, Ata nº34/92-15/09/92)

## II - Os meios de Comunicação

A Zero Hora, em 1992, tem uma tiragem média diária de 132.845<sup>6</sup> jornais, apresentando um crescimento de 22% em relação à 1988. Destes, incluindo o jornal dominical, 65.543 são para venda avulsa e 67.302 para Assinatura, de acordo com dados fornecidos pelo Gerente de Circulação, Sr. Luiz Borges. O Jornal do Comércio, por sua vez, apresenta um crescimento próximo de 3.000 exemplares diários, em relação ao ano de 1988, passando de 52.000 para 55.000 em 1992, segundo o Gerente de Circulação, Sr. José Santiago (Entrevista à autora, 27/11/94)

Durante o período de 01 de agosto à 31 de dezembro de 1992, ambos os jornais deram especial atenção ao processo de *impeachment* nos seus editoriais, embora de maneira diferenciada. De acordo com quadro

demonstrativo da ZH é possível perceber a presença destacada do *impeachment* como assunto preferencial.

QUADRO 13  
DEMONSTRATIVO DOS EDITORIAIS JORNAL ZERO HORA  
PERÍODO: 01 DE AGOSTO À DEZEMBRO/1992

Assunto	Ago	Set	Out*	Nov	Dez	Total
Impeachment	11	17	05	03	02	38
Estado	03	02	-	04	04	13
Economia	02	02	-	03	02	09
RS	-	-	-	06	03	09
Eleiç.Munic.	02	02	-	02	02	08
Gov. Itamar	-	-	05	-	02	07
Mercosul	02	-	-	03	02	07

Fonte: Zero Hora.

\* = Entre os assuntos do mês que merecem destaque, por serem abordados mais de uma vez, estão: Carandiru; CPI Quêrcia; Saúde; Comércio Internacional.

O processo de *impeachment* do Presidente Collor, sem dúvida, é o assunto preferencial da Zero Hora. E é através dele que seus editoriais abordam as mais variadas questões, elegem referências de postura pessoal e destacam eixos de conduta social. É através do *impeachment* que a apologia da ética delimita os estreitos limites que não devem transbordar a esfera da política. Com recusa a um suposto "*monopólio da honestidade*"(01/08) por parte do PT, as denúncias do Senador Eduardo Suplicy/PT, são tratadas como "*denuncismo*", ao mesmo tempo que a postura de deputados como Ibsen Pinheiro, por exemplo, durante o processo de *impeachment* são destacadas como referências de conduta a serem prestigiadas(26/08).

Dentro dos limites de um movimento ético, capaz de envolver a todos dentro de um projeto moralizatório comum, não só a democracia é constantemente enaltecida, enquanto exercício de consenso, *serenidade e civismo*(10/08), quanto as tradicionais críticas aos movimentos reivindicatórios aparecem como elementos de reforço à superioridade do consenso, já que, conforme editorial, até o "*próprio grevismo cedeu em suas reivindicações irresponsáveis*", contribuindo para "*o mais sério compromisso*

da classe política(...)de fazer preponderar os princípios éticos da Nação sobre os que pretenderam e pretendem abastardá-las"(10/08).

O Estado, assim como sua contra-parte, a economia, comparece para assumir a responsabilidade por todos os descasos, desmandos e crises com as quais se debate a sociedade, seja na área de saúde, com seu "corporativismo retrógrado que boicota as reformas modernizantes"(24/08), seja pelos privilégios discriminatórios(02/12) dos servidores públicos em relação aos trabalhadores da iniciativa privada, seja pela inflação, seja pelo desemprego. Como afirma um de seus editoriais: "enquanto problemas estruturais como o desordenamento fiscal e o gigantismo do Estado não forem corrigidos, será impróprio e incoseqüente exigir otimismo dos responsáveis pelos meios de produção"(07/09).

Além da política e economia do estado do RS, com presença significativa num jornal de tiragem regional, cujas análises respondem às orientações do discurso neo-liberal, as eleições municipais comparecem com relativa assiduidade. Resgatando o voto como "arma pacífica da democracia", e condenando administradores que aspiram fazer das suas administrações "apenas um trampolim para a própria carreira política"(15/11), um editorial da ZH destacou especial importância à explosiva questão do solo urbano, em clara contrariedade ao projeto de "democratização do solo", proposto pela Administração Popular, através do Direito Real de Uso. Segundo o editorial, "POA, por exemplo, corre o risco de se transformar numa megafavela se continuar cedendo áreas nobres a invasores, num verdadeiro estímulo à clandestinidade(...)Afim, a miséria das favelas, mesmo quando maquiada, não deixa de representar riscos, tanto para os próprios favelados, quanto para o sucesso de qualquer projeto de urbanização"(18/08).

Percebe-se assim, em comparação com o ano de 1988, a predominância de editoriais que ao abordar o *impeachment*, expõem posições de conteúdo ideológico liberal, porém, não no clima tenso que precedeu as eleições de

1988, quando não só a Constituinte mas as greves tiveram presença constante e onde, mais do que isto, o PT era novidade dentro da institucionalidade. Em linhas gerais, pode-se considerar que 1992 reforçou posições, mas não cravou polêmicas para além de questões do direito de propriedade através do Direito Real de Uso do município ou da luta dos Sem-Terra, porém com a força de quem decididamente reconhece seus inimigos.

O quadro demonstrativo do JC, por outro lado, apresenta inquestionável preferência pela economia, embora o processo de *impeachment* compareça com destacada presença.

QUADRO 14  
DEMONSTRATIVO EDITORIAIS JORNAL DO COMÉRCIO  
PERÍODO: 01 AGOSTO À DEZEMBRO/1992

Assunto	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Economia	03	09	06	04	05	27
Impeachment	07	04	03	-	02	16
Estado	02	02	07	-	-	11
Gov. Itamar	-	-	-	-	05	05
Com.Exterior	02	-	-	02	-	04
As.Internacion.	-	02	-	-	02	04

Fonte: *Jornal do Comércio*

O Jornal do Comércio aborda a economia como o assunto mais freqüente dos seus editoriais, sempre dentro de uma perspectiva privatista, ou seja, apregoa a redução do Estado e reclama mais liberdade para a iniciativa privada. Ao mesmo tempo reflete os desdobramentos que se processam no empresariado de um modo geral, frente à preservação do projeto neoliberal, ou modernizante, como preferem outros. No início de agosto, por exemplo, um editorial afirmava: "*sem Marcílio já teríamos inflação de 50% em agosto e o dólar a 10 mil cruzeiros(...)suporte que Marcílio vem nos dando com suas decisões firmes, coerentes e planejamento de médio prazo*"(10/08). Algum tempo depois, a conhecida inflação retoma o rancking das responsabilidades, e como centro das atenções da crise, faz reaparecer as críticas ao déficit

público, à burocracia e à improvisação da área pública. Reencontrado o alvo que socializa as responsabilidades, o combate a inflação, que *"não é problema apenas do governo"*, receita tanto a contenção dos assalariados *"não comprando aquilo que está fora do alcance do bolso dos pobres mortais"*(18/09), quanto a aplicação das leis do mercado. Como pano de fundo, reitera a urgência das políticas de contracepção para congelar a explosão demográfica, responsável, segundo a ótica dos editorialistas, pelo comprometimento de qualquer projeto de estabilização e crescimento.

Neste reencontro com a inimiga social nº 1, reaparece também as críticas aos aumentos do salário mínimo como potencial pressionador inflacionário, que além de atropelar a hierarquia salarial de diversas categorias, compromete os empregadores, pois *"o salário de quem emprega não tem este reajuste"*(18/08). Assim, neste conceito de *Modernidade*, que inclui *"menos Estado, mais iniciativa privada, fim do déficit público, abertura dos portos, país recolocado no circuito do mundo das finanças via acerto com FMI, bancos credores e Clube de Paris"*(07/10) o salário mínimo aparece como vilão constantemente solitário.

A abordagem sobre o processo de *impeachment*, diferentemente do ZH, guarda declarada resistência à imprensa investigativa e às mobilizações sociais que, segundo editoriais, não garantem o direito do benefício da dúvida aos acusados. Nesta perspectiva, tanto a postura assumida por Leonel Brizola, quanto pelo empresariado é destacada como correta e justa, já que condiciona qualquer julgamento aos resultados da CPI, já que inexistente *"prova concreta de que houve corrupção ativa do Presidente"*(25/08).

Dentro desta perspectiva, a análise do JC sobre o 1º turno das eleições municipais em POA, por exemplo, aponta o *"emocionalismo que correu junto com a campanha pró-saída de Collor"*, como principal responsável pela significativa vantagem do PT no pleito. De acordo com editorial, o PT como partido que *"umbilicalmente sempre apareceu como oposição(...)*canalizou

toda a indignação popular e deixou a sensação de que coube ao PT e só a ele a aprovação do processo contra Fernando Collor"(08/10).

Dentro desta mesma linha que não reconhece crédito à administração local pela vitória que conquistou em 15 de novembro de 1992, o editorial sob o título de "Aventura muito cara"(16/11), não só tece profundas críticas ao período de intervenção no sistema de transporte coletivo da cidade, caracterizada como *ineficiente e desorganizada*, como ao apresentar os valores da indenização aos empresários do transporte coletivo, responsabiliza a "aventura intervencionista", cujos custos "sairá do bolso de todos".

Em fina sintonia com o ideário liberal e receoso do passado nacionalista/populista de Itamar Franco que reapareceu em alguns rompantes isolados, os editoriais, ao mesmo tempo que mostravam simpatia pelas demonstrações de preocupação social do Presidente, reclamavam da sua interferência na disputa dos preços dos produtos farmacêuticos, por exemplo, assim como sua lentidão na consecução do projeto modernizante.

### III - Eleições municipais de POA - 1º Turno

As eleições municipais de 1992 em POA foram em dois turnos, conforme prevê a Lei Constitucional para municípios com mais de 200 mil eleitores, caso o primeiro colocado não obtenha maioria absoluta dos votos, não computados votos brancos e nulos.

O primeiro turno das eleições contou com 10 candidatos à Prefeitura da capital: Tarso Genro, pela Frente Popular, formada pelo PT, PPS, PSB, PV e PCB; César Schirmer, pelo PMDB em coligação com PC do B; Carlos Araújo, pelo PDT; Valdir Fraga, pelo PTB; Jarbas Lima, pelo PDS; Mercedes Rodrigues, pelo PSDB; Onyx Lorenzoni, pelo PL em aliança com PDC; Carlos Gomes, pelo PRN; João Carlos Signorini, pelo PSC e João Rocha, pelo PST.



Mas, em que pese o extenso número de candidatos, apenas 5 disputaram efetivamente a Prefeitura, conforme a disposição de voto nas pesquisas de opinião.

Se ao nível nacional o PRN era o Partido mais diretamente atingido pelo processo de *impeachment*, secundarizado pelo PFL, PDS, PTB e pelo solícito PMDB, ao nível regional era do PDT o governo do estado e do PT o governo municipal. Isto colocava em exposição todos os candidatos com reais chances de disputa, através da atuação de seus partidos em alguma esfera de poder.

Considerando a importância dos movimentos paredistas não só como momento privilegiado de aprendizagem política dos trabalhadores, mas inclusive como oportunidade de experimentar partidos e discursos no poder, partimos do quadro geral das greves registradas ao nível nacional, estadual e municipal, durante os anos de 1989 a 1992.

**QUADRO 15**  
**GERAL DAS GREVES NACIONAL, RGS E POA**  
**PERÍODO: 1989 À 1992**

NÍVEL	ANO	Nº GREVISTAS*	TOTAL GREVISTAS
<b>Nacional</b>	1989	16.597.585	
	1990	3.112.559	
	1991	5.886.761	
	1992	2.819.476	<b>28.416.381</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	1989	153.586	
	1990	196.360	
	1991	112.900	
	1992	725	<b>463.571</b>
<b>Porto Alegre</b>	1989	16.108	
	1990	41.687	
	1991	11.052	
	1992	7.293	<b>76.140</b>

Fonte: DIEESE

\* Este número corresponde apenas àquelas greves que tiveram todos os dados disponíveis, conforme critérios do DIEESE.

Se a totalidade destas greves nos permite inferir sobre as condições de trabalho e salário que mobilizam os trabalhadores, principalmente as categorias com mais tradição de luta, como metalúrgicos, funcionários

públicos, servidores da saúde, rodoviários, bancários, previdenciários, professores e petroleiros, também nos permite constatar que muitos destes movimentos envolveram funcionários públicos estaduais e municipais.

Da mesma forma, a experiência com o PT-Patrão também foi feita. No ano de 1989, houve paralisação de 2 dias pelos funcionários da Câmara e da Prefeitura Municipal, reclamando o atraso no pagamento salários. Esta paralisação obteve, além do não-desconto dos dias parados, a instauração de uma sindicância junto ao município para averiguar os recursos da Prefeitura e as aplicações que estavam sendo feitas. Em 1990, os funcionários municipais do Hospital Pronto Socorro(HPS) também paralisaram durante 6 dias e obtiveram, segundo Sindicato, ganhos de 27% sobre salários. Em 1991, os municipais fizeram a greve de maior duração sob a gestão de Olívio Dutra: 20 dias.

Movimento consensualmente caracterizado como uma **greve dura** pelos ex-Presidentes do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA), esta greve registrou não só a derrota dos municipais, mas a postura inarredável da AP de conceder reajuste de 41,76%, parcelado em 3 vezes (contraposto aos 59,73% reclamado pelos servidores), e a exigência de compensação dos dias parados. Esta greve marca assim, mudanças sensíveis nas relações entre funcionalismo municipal e AP, não só porque se traduziu na primeira derrota significativa dos municipais frente ao governo petista, mas porque sinalizou relações mais tensionadas entre administração e funcionalismo.

Se considerarmos a composição das diretorias do SIMPA durante a gestão de Olívio Dutra, onde apenas a gestão de Darwin Ribas não contou com petistas na direção do Sindicato (contrastando radicalmente com as demais), é possível considerar a relevância das críticas apresentadas, mesmo que para os petistas<sup>7</sup> estas sejam mediadas por avaliações mais amplas que

resguardam a positividade da Administração Popular, em oposição àquelas denunciadas por Ribas<sup>8</sup>.

QUADRO 16  
DEMONSTRATIVO COMPOSIÇÃO DIRETORIAS  
SINDICATO DOS MUNICÍPIOS DE PORTO ALEGRE / SIMPA

GESTÃO	SIMP/FIL.PT	PDT	PPS	PCdoB	PMDB	SEM PARTIDO
Pres. <i>Ana Lúcia D'Ângelo</i> jul/87-jul/89	16	-	-	02	-	-
Pres. <i>Darvin Ribas</i> jul/89-set/91	-	-	-	-	01	17*
Pres. <i>Elizabeth Tomazi</i> set/91-set/93	14	01	01	02	-	-

*Fonte:* Ana Lúcia D'Ângelo, Darvin Ribas e Elizabeth Tomazi, em entrevista à autora em 25/05, 09/05 e 17/05/95, respectivamente.

\* = Segundo palavras do Sr. Darvin Ribas: "*Sem partido. Foi condição que eu impus.*"

Percebe-se pelo quadro acima que, com exceção da gestão Darvin Ribas, existe uma clara identidade entre a maioria das diretorias que compõem o SIMPA e o governo Olívio Dutra. O que representa, em outras palavras, que embora seja preciso relativizar as declarações e análises que nos ajudaram a compreender as relações entre servidores e administração, também é preciso considerar que tais declarações tiveram origem em lideranças que não somente ajudaram a eleger a FP, mas partilham um projeto político comum.

Tem-se assim que, em que pese possíveis desencantos que os municipais vivenciaram na sua relação com o PT-Patrão, persiste um forte vínculo entre os trabalhadores e a Administração petista, que assenta raízes não só na trajetória do PT, da qual muitos municipais fizeram parte, mas também porque qualquer análise da AP passa, necessariamente, pela comparação com os demais partidos, com os quais já tiveram experiências mais amargas. Como expressou Ana Lúcia D'Ângelo, entre Collares e Olívio a diferença é entre a truculência e a civilidade: "...apesar de nós termos todas essas várias críticas, existe uma empatia com esse governo, de tal sorte que aquela raiva que se tinha com o

*Collares, não pode ser passada para o governo da AP". (Entrevista à autora, 25/05/95).*

Entre o Olívio recém eleito, em 1988, que declarou: "não cabe ao Prefeito ir contra a decisão da Assembléia de uma categoria. Quem vai contra a decisão para mim é pelego" (JC, 22/11/88-Pág.13) e os resultados da AP, no que se refere aos servidores municipais<sup>9</sup>, algumas considerações são passíveis de serem feitas: a fundamental é que, a partir das declarações dos entrevistados, a experiência democratizante do Estado, ao nível local, que gozou êxito significativos, redimensionando as relações entre Estado/Sociedade, principalmente através do Orçamento Participativo, não abrangeu a integralidade das relações com o funcionalismo municipal. De acordo com declarações destas lideranças, não só as eleições diretas para chefias não foram institucionalizadas, como também muitos chefes com cargo de confiança (CC's), oriundos do movimento sindical, reproduziram, em várias oportunidades, práticas presunçosas nas relações com direções sindicais e posturas repressivas em departamentos e autarquias. Com maior gravidade ainda, líderes sindicais denunciaram que muito da experiência sindical destes chefes foi utilizada para efetivar as políticas de pessoal proposta pela Administração. Sob a aparente neutralidade do Estado, procedimentos nebulosos foram implementados para desacreditar diretorias sindicais, valendo-se, inclusive, de prática patronal comum que prescreve a contra-informação como meio de desestabilizar lideranças sindicais.

Se é preciso relativizar tão sérias críticas em função do alto grau de expectativa que a administração petista gerou no funcionalismo e que, obviamente, teve respostas positivas em muitas das suas reivindicações, também é preciso considerar que este Partido gozava desta expectativa em função da sua origem e do seu compromisso de classe. Desta forma, se não nos é possível mensurar a profundidade de tais denúncias neste trabalho, é preciso, no mínimo, considerá-las enquanto elementos que nos auxiliam a

avaliar o grau de satisfação dos municipais frente ao processo de redimensionamento democrático que o PT introduz na Prefeitura de POA. Ou seja, até que ponto a subversão da ordem democrática formal, atinge também seu público interno.

Este importante aspecto não chega, entretanto, a comprometer a disposição do funcionalismo em relação às eleições municipais, não só pelas razões expostas anteriormente, mas também, conforme declarações de direções sindicais, pelo papel positivo que cumpriu o carismático Olívio Dutra, o qual desfruta de confiança e simpatia inequívoca junto aos servidores.

Se este era o quadro interno das relações da AP com o funcionalismo, externamente o quadro era bastante diferenciado. Acirradas pela proximidade das eleições, as diferenças entre os partidos assumiram força e deram a tônica da campanha eleitoral. Alvo predileto dos demais partidos, a AP foi objeto de várias denúncias e acusações. Baseado em relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o Ver. Omar Ferri, na qualidade de líder do PDT na Câmara Municipal, entrou com pedido de CPI, para averiguar as irregularidades apontadas pelo relatório, as quais, segundo Ver. Ferri, teriam provocado um rombo de US\$ 500 mil no erário público. Sob a acusação de operação irregular em duas empresas de transporte coletivo, o Ver. Wilson Santos/PL, entrou com pedido de cassação do mandato do Prefeito Olívio Dutra.

A instalação da CPI na Câmara de Vereadores, a qual foi classificada como "atitude eleitoreira" pela FP, foi baseada em relatórios parciais do TCE, ainda não foram respondidos pela Prefeitura, o que caracterizava, segundo o candidato Tarso Genro, a inexistência de "peça acusatória". Os desdobramentos desta CPI envolveram não somente suspeição sobre o então Presidente do TCE, Romildo Bolzan, sogro do candidato a vice-prefeito, na chapa do PDT, como também suscitou interesse sobre os relatórios de 1988, último ano da gestão de Alceu Collares. O qual já era objeto de outra CPI

na Assembléia Legislativa, devido às denúncias de irregularidades na declaração de bens, durante os anos de 1985 e 1989.

Enquanto Olívio Dutra divulgava as respostas às acusações de irregularidade apontadas pelo TCE (elencadas em 26 pontos que se referiam desde cedências de pessoal até falta de licitações) e Dilamar Machado/PDT, Presidente da Câmara de Vereadores, classificava de rasteira e mesquinha a iniciativa de exigir os relatórios sobre Collares, acordos interpartidários eram selados para o adiamento de ambas as CPI's. Segundo Dep. Estadual, Germano Bonow/PFL, tais CPI's corriam o risco de serem consideradas "como manobra eleitoreira".

Se a CPI foi adiada, a exploração política dos erros cometidos pela AP foi intensamente utilizada, principalmente no que se refere à política do IPTU progressivo, que foi permanentemente apresentado como *avidex fiscal do PT*. Não por acaso, o aposentado Rodolfo Weber condenou publicamente a utilização das imagens da casa que destruiu para baixar o valor do IPTU. E, contraditoriamente para os adversários da AP, prometia votar "nos candidatos do Olívio". (ZH, 26/08/92-Pág.17) Ao lado disso, a AP enfrentava o fato de que a imprensa não divulgava espontaneamente as obras e realizações da Administração, forçando-a não somente a dispendar importâncias significativas na publicidade (intensamente criticado pelos Vereadores de oposição, como vimos no capítulo IV), mas também comprometendo seus feitos pelo caráter da propaganda paga, que é recebida socialmente de maneira diferenciada, como bem apontou Gilnei Moura (1995).

Se estes eram, juntamente com a política de transporte coletivo, as principais críticas feitas à AP, ou como costumava classificar o candidato do PMDB, César Schirmer, a administração da "mesmice", de outra natureza eram os problemas enfrentados pelo candidato do PDT e do PMDB.

O candidato do PDT, Carlos Araújo, por exemplo, ao mesmo tempo que colhia as conseqüências da política da dubiedade em relação à Collor,

implementada, principalmente por Leonel Brizola (apontado como mais impopular dos governadores em pesquisa da Data-Folha em agosto/92), mais uma vez concorria tendo no governo, agora do estado, Alceu Collares. Assim, se enfrentou, eleitoralmente, a truculência que caracterizou Collares na greve dos municipais em 1988, enfrentou com igual constrangimento o repúdio ao Calendário Rotativo imposto pela Secretária da Educação e primeira-dama, Neuza Canabarro, objeto de inúmeras ações judiciais e manifestações populares.

Assim, enquanto a Secretária da Educação praticava arbitrariedades, apostando na desmobilização do reconhecido CPERGS-Sindicato, com uma política intimidatória para com o magistério estadual, segundo denunciava o CPERGS, o Governador suspendia negociações com os Sem-Terra devido às invasões de terra, em que pese a morte de um colono em confronto com a Polícia e a condenação dos Sem-Terra envolvidos na morte do soldado Valdeci, em agosto de 90<sup>10</sup>.

Não é por acaso, portanto, que na pesquisa realizada pela Data-Folha, entre 26 e 31/08/92, o governo Alceu Collares era apontado como ruim-péssimo por 43% dos entrevistados, regular por 38% e ótimo-bom por apenas 16%. Segundo 42% dos entrevistados, Alceu Collares era o governador que mais espantava votos para seu candidato (ZH, 15/09/92-Pág.11)

O PMDB, por seu turno, não só convivía com a constrangedora CPI da VASP, que colocava em xeque o Presidente do Partido, Orestes Quércia, mas enfrentou, para o segundo turno das eleições, o deplorável massacre dos 111 presos do Carandiru, que somente foi divulgado após a realização do 1º turno. Massacre que não só expôs os limites de uma cidadania que não atinge a todos, mas que, principalmente expôs o conceito de cidadania de figuras públicas como o Governador de SP, Antônio Fleury/PMDB, que se recusando a "fazer pré-julgamento", afirmava que "a sociedade era violenta e que a polícia apenas refletia isso" (ZH, 08/10/92-Pág.48).

No mesmo sentido, se nas eleições de 1990, o Frei Boaventura Kloppenburg, bispo da Diocese de Novo Hamburgo/RS, convidado para palestrar na ACPOA, em abril de 90, defendeu a legitimidade da propriedade privada, afirmando que *"socialismo só existe na república dos anjos e dos homens sem pecado original"*(FEDERASUL,23/04/90-Pág.1); em 1992, a CNBB lança cartilha instrutiva sobre os partidos políticos. Identificando-os como progressistas, conservadores e indefinidos, a cartilha demonstra clara simpatia pelos partidos progressistas, os quais, segundo Dom Celso Gaier, *"colocam em primeiro plano o homem"*. Recorrendo aos provérbios populares, a cartilha alertava, entre outras coisas, para as promessas generosas do período eleitoral - *"Quando a esmola é muita o santo desconfia!"* - e para as alianças políticas - *"Diz-se com quem andas é te direi quem és!"*(ZH,11/08/92-Pág.15)

Neste contexto geral, as eleições municipais apresentaram o seguinte quadro evolutivo de disposição de voto, no primeiro turno das eleições, considerando, neste caso, apenas os 5 primeiros colocados, já que os demais tiveram preferência pouco expressiva, nunca superior a 3%.

QUADRO 17  
DEMONSTRATIVO GERAL DAS PESQUISAS DE PREFERÊNCIA ELEITORAL  
PERÍODO: 25 JULHO À 02 DE OUTUBRO/1992

PERÍODO	PT	PDT	PMDB	PDS	PTB	NULO/BRAN	NÃO SABE
25-27 jul	43%	12%	2%	4%	6%	19%	13%
07 ago	45%	10%	2%	4%	6%	14%	14%
15-16 ago	40%	12%	3%	2%	8%	20%	11%
21-25 ago	37%	9%	5%	5%	6%	22%	12%
11-15 set	38%	8%	13%	5%	6%	16%	8%
17-21 set	38%	8%	12%	4%	6%	16%	12%
02 out	44%	12%	14%	3%	8%	9%	4%

Fonte: IBOPE - Zero Hora.

Em linha ascendente, a candidatura de César Schirmer/PMDB não só registrou um crescimento de 12 pontos percentuais, como desbancou o candidato do PDT, para a disputa do segundo turno das eleições municipais. Se é possível creditar o crescimento de César Schirmer ao marcado papel de



determinadas lideranças partidárias na capital, ou ao fato do partido não encontrar-se no comando do Executivo municipal ou estadual (ao contrário de Carlos Araújo), o fato é que tais possibilidades explicativas devem ser mensuradas à luz da aprovação que gozou a AP, refletida na disparada preferência por Tarso Genro, desde as primeiras pesquisas de opinião.

Em pesquisa do IBOPE, realizada durante o período de 25 à 27 de julho/92, que averiguava a confiança popular em algumas personalidades, o Prefeito Olívio Dutra/PT obteve voto de confiança de 55% dos entrevistados, enquanto a Câmara de Vereadores obteve 30%, o Governador Alceu Collares/PDT 26% e o Presidente Fernando Collor apenas 10% (ZH,03/08-Pág.6).

Em pesquisa comparativa, realizada em novembro/92, entre 7 administrações municipais, Olívio Dutra só perde para Goiânia, onde o Prefeito Nion Albernaz/PMDB, obtém 65% de aprovação, enquanto Olívio alcança 53% na categoria de bom/ótimo (ZH,06/11/92-Pág.10). Na mesma linha, pesquisa que registrava o alto índice de indecisão na escolha dos Vereadores (54%), apresentava, entre os decididos, sensível preferência pelos candidatos do PT (18%), seguido pelo PDT com 12%, o PMDB com 10%, o PTB com 7% e 5% do PDS. No mesmo levantamento, o PT foi apontado como partido preferido por 28%, seguido pelo PDT com 14%, PMDB com 7%, PTB e PDS 4% (ZH,27/09/92-Pág.16).

A realização do pleito municipal em Porto Alegre no dia 03/10/92, registrou um total de 849.781 eleitores aptos a votar, embora a totalidade de de votos apurados tenha sido 752.520, considerando o percentual de 11,45% abstenções. Computando 66.295 votos brancos e 49.490 votos nulos, as urnas do dia 03 de outubro apresentaram o seguinte resultado:

QUADRO 18  
RESULTADO GERAL ELEIÇÕES MUNICIPAIS  
PORTO ALEGRE - 1º TURNO

CANDIDATOS	VOTOS	PERCENTUAL
Tarso Genro	307.145	48,17%
César Schirmer	120.114	18,84%
Carlos Araújo	85.796	13,46%
Valdir Fraga	53.761	08,43%
Jarbas Lima	32.556	05,11%
Mercedes Rodrigues	18.050	02,83%
Onyx Lorenzoni	13.943	02,19%
Carlos Gomes	3.197	00,50%
João Carlos Signorini	1.566	00,25%
João Rocha	1.467	00,23%

Fonte: TRE/RS.

Desta forma, a surpresa dos resultados das urnas do dia 03 de outubro foi a necessidade da realização do 2º turno. Segundo Luiz Mário Magalhães Sá, da ATP, "a expectativa da cidade inteira era de que ele se elegeria no primeiro turno. E foi assim...décimos de percentual que não se elegeu no primeiro turno"(Entrevista à autora,24/05/95).

#### IV - O 2º turno das Eleições Municipais de POA e a Vitória de Tarso

##### Genro

A campanha do 2º turno das eleições municipais tornou mais acirrado os ânimos, não só pela ofensiva campanha desencadeada pelo PMDB, que estabeleceu como eixo a questão do IPTU, transportes e publicidade, como também porque houve uma sensível unidade dos derrotados para o fortalecimento da candidatura de Schirmer. Se muitos partidos decidiram liberar seus filiados nas votações do 2º turno, as articulações de suas lideranças apontavam destacada preferência pela candidatura de Schirmer. Em alguns casos, foi a rebeldia dos filiados, contrários às declarações de lideranças, sem consulta às bases, como no PDT, que forçaram a atitude de liberação de voto.

Mais uma vez a perspectiva das eleições presidenciais, em 1994, influenciou decisivamente no posicionamento de boa parte dos demais partidos. Mas talvez a mais ferrenha oposição tenha partido do PDT, que através do Governador Alceu Collares, propôs uma frente anti-PT, partido caracterizado por Collares como o "grande inimigo do PDT" e pelo Presidente Nacional do PDT, Leonel Brizola, como a "planta exótica da ditadura".

Contudo, em que pese a unidade branca dos demais partidos com o PMDB, contra administração caracterizada por César Schirmer como "sectária, estreita, onipotente e arrogante" (ZH, 05/10/92-Pág.8); do chamamento ao "povo de Porto Alegre contra o PT", através de denúncias de crime de responsabilidade devido à cobrança do Plus-tarifário; dos a pedido nos jornais sobre os cálculos de IPTU e indenização dos empresários do transporte coletivo, devido à intervenção em 1989, o PMDB não conseguiu alcançar percentuais capazes de ameaçar a posição de Tarso Genro.

QUADRO 19  
DEMONSTRATIVO GERAL DAS PESQUISAS  
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE - 2º TURNO

PERÍODO		PT	PMDB	NULO/BRANCO	NÃO SABE
08	out	55%	29%	-*	-*
13-14	out	53%	32%	9%	6%
19	out	58%	29%	6%	7%
02-04	nov	58%	27%	9%	6%
11-13	nov	55%	30%	11%	4%

Fonte: IBOPE - Zero Hora

\* = Dados não computados na referida pesquisa.

Registra-se aí uma clara e destacada preferência pelo candidato Tarso Genro, o qual aliás, desfrutou de condições bem mais confortáveis do que seu companheiro de Partido, Olívio Dutra, em 1988. Não trata-se apenas do resultado de uma administração que alcançou simpatia popular e introduziu mudanças significativas no poder local, democratizando-o. Nem tão somente de um princípio administrativo pautado pela honestidade e transparência.

Trata-se de uma simbiose entre o êxito administrativo e mudanças internas substantivas que acabam por conformar um Partido de frente<sup>11</sup> para o Estado, perfeitamente adequado às exigências institucionais. Mudanças que, embora não tenham sido geradas, exclusivamente, pela experiência administrativa, assumem forma e sentido através das experiências administrativas municipais.

Por outro lado, o empresariado, que durante a eleição de Olívio Dutra, manifestou-se totalmente insatisfeito e inseguro diante da perspectiva do governo petista, nas eleições de 1992 já havia conquistado a tranqüilidade de saber como atua o PT no poder. E, neste sentido, não só deixou de existir o elemento de instabilidade, como, principalmente, através das bandeiras distributivas do PT dos anos 90, há um espaço de convivência democrática onde os confrontos que constituíram a trajetória do Partido foram substituídos por relações institucionalizadas, que garantem a "civilidade" desejada pelo empresariado em geral. Por outro lado, a democratização do Poder local alterou as relações habituais do empresariado, obrigando-o à novas interlocuções, desprovidas de privilégios e pautada sobre a transparência e a probidade administrativa.

No marco deste novo patamar relacional, o Fórum "**O Rio Grande Questiona**", promovido pelo empresariado para sabatar os candidatos ao governo do estado, em 1990, revelou para o empresariado, um programa e um discurso petista já bem mais palatável. Porém, se Tarso Genro conseguiu aprovação pelo "discurso bem menos radical do que o apresentado pelo seu partido (PT) durante as recentes eleições presidenciais" (FEDERASUL, 13/08/90-Pág.6), também ratificou através de suas proposições, a "divergência ideológica entre as partes, pois são muitas as diferenças entre o pensamento político petista e da classe empresarial". Assim, embora o PT tenha "avançado" sobre o papel reservado ao mercado, como ponderou Carlos Bierdermann, do IL/RS; ainda tem idéias "centradas no Estado como

grande administrador" como alertou Gianfranco Cimenti, Presidente do SINDUSCON. O que, segundo este, "é incompatível com os anseios daqueles que desejam menor intervenção do Estado na economia"(JC,02/08/90-Pág.13).

Mesmo assim, se os grandes empresários não manifestaram apoio aberto, como fez parcela representativa do pequeno empresariado, muitos deles demonstraram satisfação com a perspectiva de vitória de Tarso Genro. Em outras palavras, se Tarso não era o candidato liberal desejado pelo grande empresariado, devido às divergências programáticas sobre o papel do Estado e do mercado, sua destacada performance nas iniciativas da Prefeitura Municipal, organizando Movimentos poli-classistas, conquistou respeito junto ao empresariado, respaldado, obviamente, pela performance da própria AP.

Segundo o empresário Valdir Bronzatto, "O Tarso entra em todas as classes econômicas e sociais. Ele tem trânsito em todas elas. Eu fui Presidente da EPATUR, porque a gente é empresário, a gente fala...isso não é só com o pequeno não.(...)O empresariado vota em cheio no Tarso.(...)Pela presença dele nas coisas, pelo diálogo que ele mantém. Porque o Olívio tem aquela característica do sujeito lá, em frente ao Banco, chamando greve, entende?(...)Aquela coisa bem radical(...) Isso tá se desanuviando, isso aí não é mais o que era. Tá se desanuviando. Mas o Olívio traz aquilo.(...)O Tarso (...)as idéias dele são firmes. É impressionante!(...)respeito em qualquer uma das entidades, com qualquer tamanho de empresário. É impressionante isso aí. O Partido não tem idéia disso."(Entrevista à autora,23/05/95)

Dentro da mesma linha, Luiz Mário Magalhães Sá, Diretor Executivo da ATP, declarou: "Olha,...o PT usa muito o sistema de fazer jantares e festas para angariar fundos. Vários empresários nossos compareceram em jantares...Veio o Lula aqui, compareceram. É uma forma de contribuição, dentro da ótica do PT. Agora, se isso significa simpatia deles ou não...Eu

sei que têm empresas que acham, e manifestam isso aqui, internamente, que a situação delas, como empresa, melhorou em relação a outros governos. Eles manifestam isso. (...) Hoje, por exemplo, o PT não fala mais em estatização dos transportes, e era a bandeira quando o Olívio entrou. (...) Hoje, o Tarso Genro não quer nem ouvir falar disso. E não falo do Tarso pessoa, quando falei Tarso, falo PT. (...) Isso é uma mudança espetacular em pouco tempo. Não fazem 8 anos isso. (...) E há 6 anos atrás, o núcleo do PT, maciçamente, entendia que o transporte urbano no Brasil, tinha que ser estatizado. Era função do Estado. Não é uma mudança?" (Entrevista à autora, 24/05/95)

Declarações como essas são expressivas de uma nova postura empresarial frente ao PT. Se compararmos as declarações que rechearam as páginas dos jornais em 1988, percebemos a intensa diferença entre o posicionamento assumido pelo empresariado de um modo geral, frente à vitória da Frente Popular em 1988 e 1992. O Partido já não representa a catástrofe administrativa nem tão pouco o socialismo na Prefeitura, não só porque tais assertivas foram desmentidas pelos fatos, senão que a administração petista mostrou-se competente no gerenciamento do poder público local.

Isto não significa, como já foi afirmado em outro momento desta análise, uma posição empresarial homogênea. Certamente que os pequenos e micro empresários foram parceiros eleitorais majoritariamente mais fiéis do que o grande empresariado, na exata medida em que foram parceiros econômicos preferenciais da AP. Ocorre, porém, que importantes setores do grande empresariado que em 1988 haviam manifestado sua desconfiança e desconforto frente à vitória petista, em 1992 atuaram com relativa simpatia à perspectiva de vitória de Tarso Genro. Seja pelo destaque à figura pessoal de Tarso Genro<sup>12</sup>, o qual foi o principal elo de ligação entre a AP e empresariado nos projetos desenvolvidos durante a gestão de Olívio (muitos deles de autoria e/ou coordenados pelo então vice-prefeito); seja

porque a social-democratização do Partido atenuou os temores empresariais quanto à radicalidade de seus projetos iniciais; seja devido êxito gerencial revelado pela AP, estabelecendo uma nova relação comercial pautada pela transparência e pela seriedade.

Isto não significa a preferência do grande empresariado, em particular, pela candidatura de Tarso Genro, mas significa sim o registro de uma transformação sensível na relação entre empresários e Partido: o reconhecimento recíproco enquanto adversários, já não mais como inimigos de classe de outros tempos. Adversários que tem projetos distintos sobre o papel do Estado e do mercado, sobre a democracia e os direitos sociais, mas que não mais se opõem na radicalidade de projetos contrapostos e irreconciliáveis.

Importa dizer que à semelhança de 1988, não foi possível comprovar, com base no material que utilizamos para pesquisa, qualquer vínculo financeiro ou mesmo declarações explícitas de apoio, do grande empresariado, a qualquer um dos candidatos à Prefeitura. Suas preferências políticas não estão inscritas dentro de siglas partidárias específicas e exclusivas, como bem compreendeu Gramsci, mas dentro de projetos de conteúdo ideológico-estratégico. Tem-se assim que as idéias-chaves do projeto político-estratégico do empresariado em geral, seguem buscando conformar o conteúdo elementar da **racionalidade única** que perpassa o cotidiano, seja através dos jornais, seja através das polêmicas que envolvem os candidatos. Seja pela marginalização que deseja assegurar aos seus opositores, seja pelo enaltecimento de seus defensores.

Assim, se em 1988, os jornais abriram amplos espaços para analisar a inesperada e indesejada vitória, convidando cientistas políticos, empresários e entidades de classe para explicar a inusitada conquista do Partido dos Trabalhadores, em 1992, ambos os jornais dedicaram pouco espaço para comentar a *façanha petista*.

Prática que se justifica não só pela tranqüilidade gerada pelo pré-conhecimento do PT à frente do Executivo municipal - com expressiva aprovação social -, mas também porque deter-se mais profunda e amplamente sobre tal façanha, implicaria analisar mais do que a ação petista durante o processo de *impeachment*. Implicaria analisar detidamente a Administração Popular e as transformações que introduz no poder público local. Deduz-se daí que a deliberada banalização de tal feito, objetiva mais do que evitar a propaganda gratuita da AP em Porto Alegre: objetiva banalizar o modo *petista de governar*, obscurecendo êxitos locais que possivelmente fortaleceriam a candidatura petista às eleições presidenciais de 1994.

Pois como já foi dito anteriormente, se o empresariado já não teme o PT no poder, isto não é sinônimo de uma relação de confiança política e de identidade ideológica. Se importantes setores empresariais assumem uma nova postura frente à questões antigas, como distribuição de renda e relações de trabalho, conforme analisamos no segundo capítulo deste trabalho, e, desta forma, aproximam-se do PT metamorfoseado, outros permanecem profundamente resistentes às propostas social-democratas e, como tais, são adversários poderosos quanto à redefinição social do Estado e do mercado, assim como à efetiva abrangência democrática.

Mesmo não tendo garantido maioria na Câmara de Vereadores<sup>13</sup>, já que contava a FP com uma bancada de apenas 11 Vereadores, sendo 10 do PT e 1 do PPS<sup>14</sup>, os resultados das urnas do dia 15 de novembro/1992, ratificaram a preferência por Tarso Genro e a aprovação da Administração Popular em Porto Alegre. De acordo com os 730.720 votos apurados, 60.827 votos nulos e 9.619 votos brancos, Tarso foi eleito com expressiva folga de votos.



QUADRO 20  
 RESULTADO FINAL ELEIÇÕES DE POA - 2º TURNO  
 15 DE NOVEMBRO/1992

CANDIDATO	TOTAL VOTOS	PERCENTUAL
Tarso Genro	400.770	60,70%
César Schirmer	259.504	39,30%

Fonte: TRE/RS.

Dentre as muitas possibilidades de interpretação sobre os resultados eleitorais do PT, ao nível nacional, certamente aquela que mais reflete as mudanças do Partido, se armazenam nas declarações do Deputado Federal José Genuíno/SP, para o qual os resultados das eleições municipais indicaram o caminho para o crescimento do PT: *"O Partido cresceu. Foi melhor nos locais onde adotou uma política ampla, onde procurou se aliar com outros partidos"*. (ZH, 11/10/92-Pág, 14). No entanto, se a política de alianças reverteu votos em bases territoriais inesperadas, ela também compôs, certamente, o fundamento que explica a constrangedora derrota do Partido no seu berço: a região do ABC paulista<sup>15</sup>.

As mudanças internas aprofundadas durante os 4 anos do PT no Executivo também se refletiram nas diferenças entre as posições de Olívio em 88 e Tarso em 92. O processo de escolha do secretariado, por exemplo, feito em conjunto por Olívio e Partido, balizou-se pela necessidade de manter coerência programática e evitar alterações constantes. Tais premissas condicionaram não só a presença de técnicos afinados com o programa de governo, como priorizaram o respeito aos limites da aliança eleitoral da Frente Popular. A exceção foi Caio Lustosa, do PSDB, para Secretaria do Meio-Ambiente. Assim, se em 88 qualquer referência ao apoio condicionado à divisão de cargos, soava fisiológica, em 92, logo após os resultados do 1º turno, Tarso Genro manifestava disposição de dividir cargos com partidos que respaldassem sua candidatura, já que segundo ele, *"é hábito discutir com os aliados a formação do secretariado"*. Esta declaração, que gerou muitos descontentamentos dentro do Partido, teve como

resposta tanto do Presidente Regional do PT, Selvino Heck como da Dirigente Municipal Íria Charão, a afirmação de que no PT *"há uma tradição de construir alianças sem envolver cargos"*(ZH,10/10/92-Pág.10.)

De qualquer forma, não só foram chamados para compor o Secretariado, o empresário da Associação Nova Azenha, Valdir Bronzatto, para presidir a Empresa Porto-Alegrense de Turismo (EPATUR), e o técnico do PMDB, João Carlos Brum Torres, para a Secretaria Especial para Captação de Recursos, como Tarso Genro afirmava, logo após a sua eleição: *"quanto mais rodízio houver, melhor para a máquina pública e a sociedade(...) cargos de confiança não podem se transformar em profissão para o cidadão"*(ZH,16/11/92-Pág.10). No mesmo sentido, a polêmica que envolveu o nome para a Secretaria da Educação, em que pese o reconhecido trabalho feito pela Secretária Esther Grossi - e que muito colaborou para a eleição de Tarso Genro - resultou não só na desconsideração da vontade manifesta dos 16 delegados do Orçamento Participativo, que reivindicavam a continuidade da Secretária, como revelou a crise que, segundo o Deputado Estadual do Partido, Marcos Rolim, passava o PT: *"O PT passa por uma crise de esquizofrenia. Existe dois PTs. Um é visto pela sociedade, democrata, moderno. O outro é o PT interno, da burocracia, da estrutura, da ortodoxia. Os dois entraram em conflito"*(ZH,03/12/92-Pág,10).

Tem-se assim que o PT, esquizofrênico ou não, marcou sua administração na cidade e realizou façanhas bem mais ousadas do que simplesmente eleger o sucessor. Como afirmou Milton Panteleão, da SMIC: *"o papel do governo Olívio é esse: ele foi o elemento central na transformação do perfil da intervenção do Partido. Fundamentalmente porque deu certo, porque foi vitorioso e foi o local onde toda esta geração, todos nós aprendemos a governar, administrar."* (Entrevista à autora,24/05/95).

Entretanto, para Olívio Dutra, o *"radical isolado"* da Articulação, como afirmou ZH em 16/12/92, o que mais *"me gratificou no término do*

*primeiro governo da Frente Popular, não foi - embora isso tenha sido de um valor enorme - a eleição do sucessor(...)O que mais me gratificou, no final de 4 anos(...)foi, em cada reunião a gente perceber que as pessoas que no início do nosso governo tinham uma relação de aguardar as coisas, de pedir ou de implorar, estavam tendo uma relação de afirmação da sua cidadania, da sua vontade e no seu jeito, nas suas próprias formulação, intervindo nas questões da cidade com dignidade, com autoridade"(Entrevista à autora, 02/05/95)*

Com toda a certeza, Olívio Dutra captou democraticamente a principal marca da AP em POA durante os anos de 1989 e 1992, que não só conformou uma nova relação entre sociedade/Estado, mas porque ao tornar efetivamente democrático o Poder Local, re-define os limites para ação de alguns sujeitos tradicionalmente privilegiados e obriga-os a estabelecer novas interlocuções e novas posturas. Assim, entre o empresariado que precisa aprender os limites da sua ação, mesmo que dentro de uma lógica monológica que lhe é estruturalmente favorável, e aqueles que precisam aprender a estender seus direitos democráticos dentro da difícil lógica dialógica à qual estão submetidos, a Administração Popular soube fundar uma prática democrática mais real, que ao envolver a sociedade, democratiza o Estado, mesmo que nos limites do Poder Local.

## NOTAS

- 1 Segundo Claus Offe, "...não se torna necessário um grande esforço de interpretação para descobrir que a ingovernabilidade observada nada mais é que a forma aparente, refreada politicamente, do conflito de classes entre salário e capital, ou mais exatamente, entre exigências políticas de reprodução da força de trabalho e estratégias de reprodução do capital". (1984;250).
- 2 Neste mesmo período, as denúncias do ex-Sargento Marivaldo do Canto, responsabilizando o Exército pela morte de 14 desaparecidos, ligavam a Ford e a Volkswagem à ditadura militar brasileira, conforme entrevista Revista VEJA. (ZH,18/11-Pág.10)
- 3 Segundo denúncias arroladas na CPI da VASP, o ex-governador Orestes Quércia, 4 dias antes do leilão da VASP por 40 milhões de dólares, injetou 53 milhões como aporte de capital na empresa, sem a aprovação da Assembléia Legislativa, o que representou prejuízo para o estado de SP(ZH,14/08/92-Pág.10). Da mesma forma, de acordo com o rastreamento dos cheques feito pela CPI, Canhedo comprou a VASP sem retirar dinheiro do próprio bolso, já que para adquiri-la, o empresário obteve empréstimos da ordem de US\$ 5,9 milhões do BANESPA, US\$ 9,7 milhões do Banco do Brasil, US\$ 5,9 do Banco Mercantil de Crédito e US\$ dos fantasmas de PC Farias. (ZH,17/11/91-Pág.19)
- 4 De acordo com denúncias, a TELEBRÁS suspendeu os pagamentos devidos à NEC, comprometendo a empresa sob direção do empresário Mário Guarneiro, e somente voltou a liberar os pagamentos quando Roberto Marinho assumiu o controle acionário da empresa. O desdobramento desta CPI, assim como da VASP, foi a preservação tanto do ex-Ministro Antônio Carlos Magalhães(ACM) quanto do empresário Roberto Marinho, sendo ambos excluídos, assim como Orestes Quércia, da quebra de sigilo bancário. Roberto Marinho foi, inclusive, dispensado de comparecimento à CPI.
- 5 O resultado da votação do *impeachment* de Collor de Mello, em 29/09/92, registrou 441 votos favoráveis, 38 contrários, 1 abstenção e 23 ausentes. Daqueles que votaram contrários ao *impeachment* 16 eram do PFL; 1 do PTR; 8 do PDS; 7 do PRN; 4 do PTB; 1 do PSC e 1 sem partido(ZH,30/09/92-Pág.6).
- 6 Existe, além deste total, uma margem média de 15% sobre assinatura, com provável retorno, sem venda. Conforme Gerente Circulação, Sr. Luiz Borges. Entrevista à autora em 28/11/94.
- 7 Com a expulsão da Convergência Socialista(CS) e a saída de outras tendências do PT, com a posterior formação do PSTU, houve a desfiliação de 4 diretores, inclusive da Presidente do SIMPA, Elizabeth Tomazi.
- 8 Segundo avaliações referentes à gestão de Darvin Ribas (filiado ao PTB desde 1992), a diretoria tinha como marca registrada uma postura anti-PT.
- 9 A opção de entrevistar somente os ex-Presidentes do SIMPA, sem incluir os responsáveis pela política funcional da Administração Popular, fundamentou-se na decisão de traduzir, a partir das lideranças dos municípios, a avaliação que os servidores fizeram do processo de democratização produzido pelo PT no governo municipal, durante a gestão de Olívio Dutra. Ou seja, como o redimensionamento democrático foi levado a efeito internamente.
- 10 Quando do julgamento dos Sem-Terra, que condenou os 6 colonos a 7 anos de prisão pela morte do soldado PM Valdeci Lopes Abreu, no confronto iniciado na Praça da Matriz, em 08 de agosto/90 (abordado no IV capítulo deste trabalho), foi entregue um documento com cerca de 3 mil petições de Sem-Terra que também exigiam julgamento do Juri na qualidade de supostos co-autores. O documento fundamentava-se na generalização que teria resultado na condenação sem nenhuma prova concreta da efetiva autoria(ZH,18/09/92-Pág.46). Como dizia uma das faixas diante do Tribunal de Justiça: "De qualquer modo, eu também estava na Praça"(ZH,23/09/92-Pág.44). No outro extremo, editorial da ZH resgatava o direito de propriedade consagrada na Constituição e afirmava: "MST dá mostras de sua incapacidade para a convivência democrática e de seu desprezo

por um ordenamento jurídico que a ninguém coloca acima da lei.(...)compreensível e até agora tardia, a resolução do Governador Alceu Collares de romper as negociações com o MST"(ZH,23/11/92)

**11** Trocadilho com expressão utilizada por Lince(1993), que reconhecia na formação do PT uma atuação prioritariamente "de costas para o Estado algoz", conforme oportunamente citado.

**12** De acordo com as entrevistas feitas, foi possível perceber claramente um sentimento de aceitação pendular entre de Tarso Genro e Olívio Dutra. Enquanto os municipais, segundo ex-Presidentes do SIMPA, manifestam especial respeito, confiança e carinho por Olívio e uma relação bem mais distanciada com Tarso Genro; para o empresariado Tarso Genro é o grande estadista, brilhante e competente e Olívio Dutra, por mais reconhecimento que mereça pelo trabalho desenvolvido na PMPOA, ainda é visto como um ativista sindical, pronto a organizar greves.

**13** A Câmara Municipal de Porto Alegre ficou com a seguinte composição em 1992: 10 Vereadores do PT; 9 do PDT; 5 do PTB; 4 do PMDB; 2 do PDS; 1 do PFL, 1 do PC do B e 1 do PPS.

**14** O apoio do Vereador do Lauro Hagemann/PPS, na Câmara de Vereadores ficou comprometido devido à exigência de Secretaria pelo PPS, que não aceitava a direção de Departamento, Autarquia ou Fundações. O PT, por seu turno, condicionava a titularidade da Secretaria, se esta fosse preenchida por Lauro Hagemann, o quê, segundo este, era uma manobra para garantir vaga para o 4º suplente, João Batista de Aguiar, do PSB(ZH,19/12/92-Pág.6).

**12** Jornais de DS e CS foram incisivos na crítica ao processo de institucionalização do Partido, que acabou por impor, segundo suas análises, derrotas de peso naquelas regiões onde o PT nasceu e firmou-se. A título de ilustração merece destaque a análise feita por João Machado, em dezembro/92, intitulada PT: resultado contraditório. Após comparar os resultados de 1988 e 1992, "que na melhor das hipóteses é comparável ao de 88 em número de votos, que repete quase exatamente o número de vereadores, que amplia ligeiramente o número de prefeitos e um pouco mais o número de vices", conclui: "Fugir da disputa ideológica, não assumir nosso papel de partido das maiorias oprimidas, buscar uma "ampliação" nas classes médias que nos torna mais difícil ganhar votos nas camadas populares, querer falar "para todos" e na prática não falar para ninguém, evitar a polarização política (e assim não responder direito nem os ataques que sofremos), fazer como se a luta de classes não existisse, ou não fosse conosco, não ajuda um partido como o PT a ganhar eleição - ficou mais uma vez comprovado." (JDS, 262;4)

## CONCLUSÃO

A experiência da Administração Popular em Porto Alegre, durante os anos de 1989 à 1992, representa muito mais do que um governo do PT. Representa, através de uma administração exitosa, a visibilidade das transformações que se sucedem **por dentro** do PT. Neste sentido, pesquisar a AP em POA representa, também, dispor de instrumentos capazes de abrir caminhos para compreender não só as transformações que se operam no Partido, mas, inclusive, aquelas que atingem o empresariado dentro de uma ordem democrática que combina novos papéis e novas interlocuções.

Se o PT teve um papel de destaque no processo de democratização do Estado no Brasil, o empresariado, de uma maneira geral, atuou pressionado pelas circunstâncias e dentro dos estreitos limites de uma democracia que não atingia a todos nem, tampouco, a todas as esferas da vida cidadã. Contudo, em que pese o compromisso original e a abrangência democrática de cada um dos sujeitos sociais, ambos sofreram transformações frente a um Estado formalmente democratizado.

Enquanto o empresariado precisou readequar-se a um Estado aberto, permeável a outros interesses sociais além dos exclusivamente empresariais, e como consequência, a interagir com outros interlocutores, o PT sofreu transformações bem mais profundas. De um partido de *"costas para o Estado"*, que se formou aglutinando setores *"excluídos da agenda política"*, o PT passa não só a disputar, mas a privilegiar os espaços institucionais. Tal inversão, no entanto, não nos parece consequência do vulgar *"fim do socialismo"* - na medida que o PT surge recusando referência ao *"socialismo real"* - nem tampouco das experiências administrativas municipais, principalmente a partir de 1989. Se assim considerássemos, o PT seria a demonstração cabal da metamorfose que o Poder processa nos partidos, os

quais, jogados na vala comum, aparecem como subordinados à lógica superior do Estado. Neste sentido, nossa seduzida inquietação procurou resgatar não só o PT das origens, mas também o Estado vigente quando da origem do Partido.

É sob um Estado autoritário, impermeável aos interesses sociais para além do capital e onde, portanto, o caráter de classe do Estado (Offe, 1984) está "desocultado" que a identidade do Estado assume maior visibilidade, forjando projetos e ações que ao rejeitarem o Estado autoritário, assumem forma anti-capitalista. Decorre daí que a percepção do caráter de classe do Estado está estreitamente ligado ao contexto de um Estado ditatorial.

Tem-se assim que a existência de um conjunto diversificado de tendências dentro do PT, unificadas pela aspiração de uma nova sociedade e pela recusa ao Estado autoritário, acaba por conformar um Partido com perfil socialista, embora seu programa nunca tenha avançado para além de um socialismo difuso e genérico. Desta forma, diferenças estratégicas intra-tendências que estiveram amortecidas durante o Estado autoritário, com a emergência do Estado democrático, começam a apresentar suas oposições.

Na medida em que o Estado torna-se permeável à sociedade, a função "ocultadora" do caráter de classe retoma vitalidade e vai consolidando eficiência. E é este processo que desencadeia, no Partido, transformações de fundo que respondem tanto às disputas internas, frente a instauração do regime democrático no país, quanto às mudanças que se processam no "socialismo real", no mundo do trabalho e na emergência de uma nova ordem internacional, a qual reivindica-se democrática.

A abertura do Estado à sociedade vai gerando processualidades diferenciadas nos empresários e nos trabalhadores de modo geral. Entre um empresariado que **tradicionalmente** privou de canais privilegiados na sua relação com o Estado, e os trabalhadores que **tradicionalmente** estiveram excluídos do Estado **tradicionalmente** privatizado, a emergência democrática

processa reações e adequações que revelam, inequivocadamente, raízes na lógica dual de que nos fala Claus Offe(1984).

Se os trabalhadores de um modo geral, e o PT em particular, durante o regime militar desenvolveram lutas que recusavam o Estado e a ordem sobre a qual estruturava-se, estas lutas estavam carregadas de negatividade, isto é, refletiam a contrariedade e a negação à situação vigente, mas não avançavam na definição de projetos que superassem proposições difusas e ideais genéricos. Acabam assim por não estruturar alternativas positivas. E é esta falta de positividade - frente a um Estado que começa a abrir-se - que compromete a independência de movimentos sociais combativos e organizados, tornando-os, na imensa maioria das vezes, movimentos submissos à lógica do Estado, como bem aponta José Álvaro Moisés(1986).

Diante de um Estado aberto às disputas sociais, mesmo que em condições objetivamente desiguais, tanto empresários quanto trabalhadores, e no caso, o PT, estabelecem objetivos distintos. Enquanto o empresariado reaprende a convivência democrática e objetiva uma democracia que não extrapole os limites da política, o PT objetiva a ampliação da democracia não só política, mas social e econômica. Produz-se assim, diferenças de fundo, que se atendem pelo nome de democracia, respondem a questões que dizem respeito ao tamanho do Estado e do mercado. E é sobre a contraposição entre projetos que privilegiam a supremacia de um ou de outro, que as disputas entre empresários e Partido assumem forma e redefinem divergências.

Firma-se aí não só diferenças que distinguem Partido e empresários, mas inclusive diferenças que imprimem distinções entre o PT do **antes** e do **após** Estado democrático. E é sobre esta questão em especial que a aparente contradição que entre o avanço democrático representado pelo PT e as críticas à sua aderência à institucionalidade, assentam sentido.



Entre o PT do Estado autoritário, que orientava seus discursos e sua ação pela independência de classe, firmando uma identidade social socialista, e o PT do Estado democrático, que orienta seus discursos e sua ação pela ampliação e consolidação dos espaços democráticos, existem diferenças que respondem para além da substituição da radicalidade (de ir à raiz) por formas institucionalizadas de convivência democrática. Trata-se, em verdade, da renúncia ou não à construção e disputa de um projeto alternativo hegemônico.

Como afirmou Emir Sader, na sua perspicaz análise sobre os desafios do PT na atualidade, trazendo à tona a experiência do Chile, durante o governo de Allende: *"afirmar um programa socialista, mas não construir uma alternativa ao capitalismo, falar de hegemonia do proletariado, mas subordinar-se a projetos de frações burguesas"*(1993;65), representa não só a substituição da via insurrecional pela via institucional, mas a reprodução de uma visão *"coisificada"* do Poder, que subestima as relações reais de interesse contrapostos, ao mesmo tempo que superestima a democracia como compromisso efetivo de todas as classes sociais.

Desta forma, a *"modernidade"* petista que reconhece valor *"estratégico e permanente à democracia"* acaba por implicitamente admitir o *"caráter neutro dos aparelhos repressivos e ideológicos existentes"*. Ou seja, do reconhecimento do papel fundamental dos trabalhadores na instituição democrática, avança-se ao equívoco de reconhecer exclusividade para a ação dos trabalhadores dentro da ordem democrática. Isto é, *"a democracia política serviria prioritariamente às massas trabalhadoras, não aos seus opressores. Subestima-se, assim, a realidade de que o funcionamento regular das instituições democráticas têm igualmente contribuído para a legitimação da ordem burguesa"*(Toledo, 1994;34).

Recoloca-se, desta forma, a importância das contribuições de Gramsci sobre a hegemonia e o papel dirigente do partido político. Ao firmar o

conceito de hegemonia sobre uma perspectiva de classe e, neste sentido, de reconhecer a necessidade de construção de uma nova ordem de idéias, práticas e valores, capazes de contrapor-se à ordem estabelecida, Gramsci toca na essência da problemática que, na atualidade, envolve o PT. Isto é, se a aderência do PT à institucionalidade, resolveu sua crise estratégica entre a via insurrecional e a via institucional, representou, por outro lado, a renúncia à disputa por um projeto alternativo capaz de conquistar hegemonia.

Tem-se assim que a tensa relação sobre o qual debateu-se e, de certa forma, debate-se o PT, demonstra o quanto a disputa ou a renúncia pela construção de um projeto hegemônico está cravada na própria existência do Partido. Tais contradições, necessariamente, perpassam qualquer análise que envolva a pesquisa das administrações petistas. A Administração Popular, em POA, não fugiu às particularidades que conformam a vida do Partido.

Quando a Frente Popular em Porto Alegre marcou sua gestão pela democratização do poder público local, ela certamente fez bem mais do que abrir o Público ao público. Ela subverteu, ao nível local, a relação tradicional privilegiada que o empresariado sempre gozou em relação ao Estado. Ela impôs novas regras, estabeleceu critérios e re-definiu o conceito de administração popular, e, por consequência, o conteúdo da democracia representativa. Neste sentido é possível afirmar que o privilegiamento institucional feito pelo PT, se implicou na irrecusável social-democratização do Partido, esta opção não representou, em particular em Porto Alegre, uma aderência domesticada e submissa. Mesmo que condicionado nos estreitos limites de uma concepção dominante com restrita abrangência social.

Neste sentido o PT tanto disciplina-se frente ao poder institucionalizado, quanto impõe mudanças neste Poder. Avança efetivamente no alargamento dos espaços democráticos quando disputa, na prática

administrativa, novos conteúdos de participação popular. Ao subverter relações esclerosadas e privatistas que escondem um Estado particularizado e excludente, o PT redefine o Poder Público Local. Ao impôr novos patamares relacionais com o empresariado, exigindo-lhes adequações significativas dentro de uma estrutura de poder democratizada, não só os priva do status de interlocutores exclusivos do Poder Público, como os obriga a interagir e disputar espaço com outros segmentos sociais.

Acostumados à imposição social da lógica da racionalidade única de sua razão privada, o empresariado precisa não só reaprender a convivência democrática, mas aprender um novo conteúdo democrático. Em contrapartida, sua relação comercial com a AP conhece ganhos que respondem não só pela seriedade no cumprimento do cronograma de pagamentos, mas também porque ao subverter a lógica das relações privilegiadas, subverte a lógica nefasta das propinas e da corrupção administrativa. Isto não implica, conforme já reiteramos em outros momentos deste trabalho, a aceitação homogênea do empresariado à administração petista, mas implica, entretanto, uma reorientação política por parte do empresariado em relação ao PT administrador.

Ao definir o pequeno empresário como parceiro preferencial e intervir diretamente na economia do município, a AP conseguiu não só firmar uma sustentação social para além dos movimentos sociais organizados, como envolver setores que, em menor escala, também resistiram à perspectiva de vitória do PT em 1988. Desenvolve assim, deliberadamente, uma política que, ao mesmo tempo que busca firmar alianças estáveis com os movimentos sociais organizados e pequenos empresários, objetiva constranger socialmente o grande empresariado, amenizando sua oposição.

Não resta dúvida que é sobre uma base sólida de sustentação popular que a AP superou dificuldades e avançou no conceito social. O estreitamento desta relação, através do Orçamento Participativo permitiu não só vitórias

efetivas na Câmara de Vereadores, como marcou distinções entre POA e outras capitais administradas pelo PT. Se a figura de Olívio Dutra, sua trajetória e sua postura política conseqüente, contribuíram para o êxito da Administração petista, certamente muito mais do que figuras individuais explicam os resultados da experiência de POA e de São Paulo, por exemplo. Esta, aliás, é uma instigante pesquisa comparativa para ser feita, assim como aquela que se propuser a comparar a Administração de Olívio Dutra e Tarso Genro.

O contínuo e massivo movimento, desenvolvido pelos meios de comunicação de massa e pelo empresariado em geral, que pretende o aprisionamento das liberdades e das lutas dentro de concepção restrita e asséptica de democracia, não tem encontrado ressonância social capaz de subverter uma nova identidade coletiva orientada pelo princípio democrático devidamente ampliado. Ou seja, a experiência da AP em POA demonstra, apesar de problemas e impasses, um salto qualitativo altamente expressivo, pois revela a possibilidade da democratização do Estado, se este for o compromisso de seus ocupantes. Revela, também, o conseqüente apego da sociedade ao conteúdo democrático redimensionado. Como afirmou um participante do Orçamento Participativo: *"Somos a infância de um projeto. O futuro é a médio e longo prazo"*(Gilnei,1995). A eleição de Tarso Genro demonstra, portanto, não apenas o êxito administrativo do PT em POA, mas também o êxito social de um princípio democrático, que mesmo circunscrito à uma concepção dominante restrita, extrapola os limites convencionais de uma democracia eternamente menor de idade.

É, portanto, sobre experiências re-orientadoras do papel do Estado como espaço político de disputas coletivas organizadas, orientadas por uma prática democrática de ampla abrangência social, que a desqualificação do Estado imposta pelos que pretendem impedir a democratização deste mesmo Estado, encontra obstáculos efetivamente poderosos, que não apenas esvazia

de sentido a satanização do Estado, senão que também publiciza interesses que se opõem tanto em relação à abrangência, quanto ao conteúdo da prática democrática.

Pode-se dizer que o PT na Prefeitura de Porto Alegre resgatou o direito à lógica da diferença, mesmo que dentro dos limites de uma prática local e administrativa. E, neste sentido, demonstrou na concretude das relações com seus interlocutores sociais, verdadeiramente, "a coragem de mudar".

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO**, Lais Wendel. (1985) Empresários e Trabalhadores: Novas Idéias e Velhos Fantasmas. Cadernos do CEDEC n.7
- AFFONSO**, Rui. et alii. (1988) Política Econômica e Democratização: O impasse brasileiro *in* A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guilherme (Orgs). Ed. Vértice, SP.
- ALENCAR**, Chico. (1993) Sobre o PT, sobre o PT? *in* 1994: Uma Alternativa da Esquerda à Crise Brasileira. SADER, Eder (Org.) Ed. Relume Dumará, RJ.
- ALMEIDA**, Alberto C.M. (1988) Liberalismo e Estado no Brasil IUPERJ - Sociedade Brasileira de Instrução. Série Estudos - Dezembro. n.89
- ALMEIDA**, Maria Hermínia Tavares. (1988) Difícil caminho: Sindicatos e política na construção da democracia *in* A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guilherme (Orgs). Ed. Vértice, SP.
- ANDERSON**, Perry. (1989) As afinidades de Norberto Bobbio. *in* Novos Estudos-CEBRAP. Julho. n. 24
- ANTUNES**, Ricardo. (1994a) Adeus ao Trabalho? UNICAMP-IFCH - Mimeo
- \_\_\_\_\_. (1994b) Resenha sobre Robert Kurz: O colapso da Modernização. *in* Revista Crítica Marxista, Brasiliense, SP. 2º Edição. Vol.1, n.1 (135-141)
- \_\_\_\_\_. (1994c) Debate: O Marxismo e a desagregação da União Soviética. *in* Revista Crítica Marxista, Brasiliense, SP. 2º Edição. Vol.1, n.1 (81-84)
- ARRETCHE**, Maria Tereza da Silva. (1993) Concepções Alternativas ao Neoliberalismo: a proposta da CEPAL 17º Encontro Anual da ANPOCS, MG. Outubro
- AUED**, Bernadete W. (s/d). Gestões Democrático-Participativas. UFSC. Mimeo

**AUED**, Idaleto Malvezzi. (1993) Do Capitalismo ao Socialismo: Rompendo os grilhões do mundo do trabalho. Florianópolis, SC. Março. Mimeo.

**AZEVEDO**, Sérgio de. (1993) Planejamento, Cidade e Democracia: Reflexões sobre o papel dos governos locais nos anos 90. 17° Encontro Anual da ANPOCS, MG. outubro

**BAGLAI**, Marat. (1989) Um Estado Socialista de Direito - Essência e Perspectivas. Reflexões sobre o Marxismo. LUA NOVA - Revista de Cultura e Política, SP.n.19 - Novembro

**BENEVIDES**, Maria Victória de Mesquita. (1991) A cidadania ativa - Referendo, plebiscito e iniciativa popular. Ensaio 136. Editora Ática, SP.

**BENJAMIN**, César. (1993) Decifra-me ou te devoro in 1994: Uma Alternativa da Esquerda à Crise Brasileira. SADER, Éder (Org.). Ed. Relume Dumará, RJ.

**BITTAR**, Jorge (Org.) (1992) O Modo Petista de Governar. Cadernos de Teoria e Debate, SP.

**BLACKBURN**, Robin (Org.). (1993) Depois da queda, O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Paz & Terra, SP. 2° Edição

**BOBBIO**, Norberto. (1988) Meandros do Poder. in As ideologias e o poder em crise. Ed. Polis, UNB/DF.

\_\_\_\_\_. (1989) O Futuro da Democracia. Uma Defesa das Regras do Jogo. 4° Edição. Paz & Terra, RJ.

\_\_\_\_\_. (1992) Estado, Governo, Sociedade - Para uma teoria geral da política. Paz & Terra, SP. 4° Edição

\_\_\_\_\_. (1993) Liberalismo e Democracia. Editora Brasiliense, SP. 4° Edição

**BOITO JR.**, Armando. (1991) O Sindicalismo de Estado no Brasil: Uma análise crítica da Estrutura Sindical. UNICAMP, SP.

- BOITO JR., Armando.** (1992) Estado e Sindicalismo no Brasil. IFCH/UNICAMP, SP. Primeira Versão n. 47
- BORON, Atilio A.** (1994) Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina. Paz e Terra, RJ.
- BOSCHI, Renato Raul.** (1979) Elites industriais e Democracia. Graal, RJ.
- BRUM, Argemiro J.** (1984) O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Vozes, RJ. 4° Edição
- BRUSZT, László.** (1993) A política de transformação no Leste Europeu. in Estado, Mercado e Democracia. SOLA, Lourdes (Org.). Paz e Terra, RJ.
- BURIGO, Beti & PONT, Raul.** (1994) Presupuesto y Participación popular. in Inprecór n. 38. Enero. Argentina.
- BUTLER, Eamonn.** (1987) A contribuição de Hayek às idéias políticas e econômicas de nosso tempo. Ed. Nórdica, RJ.
- CANTON, Olides.** (1993) Quem diria? Tudo começou assim... Ed. Pallotti/ATP, POA
- CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso.** (1983). O Papel dos Empresários no Processo de Transição: O caso brasileiro. Revista Dados, IUPERJ, RJ. Vol. 26- n.1
- \_\_\_\_\_. (1990) Desafios da Social-Democracia na América Latina. Novos Estudos CEBRAP, SP. Outubro. n.28
- CASTELLS, Manuel.** (1980) Cidade, Democracia e Socialismo. Paz & Terra, SP
- \_\_\_\_\_. (1979) A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo. Paz & Terra, SP.
- CASTRO, Marcus Faro.** (1993) Entraves à Democracia: A Questão da " Política Econômica " 17° Encontro Anual da ANPOCS, MG. Outubro



**CASTRO**, Maria Helena Guimarães.(1988) Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um balanço Bibliográfico. BIB-Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. n.25 - 1º Semestre

**COUTINHO**, Carlos Nelson.(1984) Democracia como valor universal e outros ensaios. Salamandra, RJ - 2º Edição

**COUTO**, Cláudio Gonçalves.(1995) O Desafio de ser Governo: O PT na Prefeitura de SP (1989-1992) Paz e Terra, SP.

**COVRE**, Maria de Lourdes M. (Org.)(1986) A cidadania que não temos. Brasiliense, SP.

**CRUZ**, Sebastião C.Velasco E.(1984) O Significado Político da Campanha in Empresários e o Regime no Brasil: A Campanha contra a Estatização. Tese de Doutorado,USP

\_\_\_\_\_.(1986) 1977/1978 - Os Empresários e a Reemergência da "Questão Social". 10º Encontro Anual da ANPOCS.Mimeo

**CUEVAS**, Agustin (Org.)(1989) Tempos Conservadores. Ed.Hucitec. SP

**D'ARAÚJO**, Maria Celina.(1993) A Abertura Política na perspectiva dos Militares: as perdas e danos do exercício do poder. XVII Encontro Anual ANPOCS. Outubro

**DE MARCO**, Ben Hur.(1991) O controle da mídia: Elites e a radiofusão em Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, UFCS,SC. Outubro

**DIAZ**, Rafael.(1991) El Proyecto de Gramsci. Ediciones Hoac-Anthropos. Editorial del Hombre, Madrid.

**DINIZ**, Eli & **BOSCHI**, Renato Raul.(1979) Agregação e Representação de Interesses do Empresariado Industrial: Sindicatos e Associações de Classe. Relatório de Pesquisa. Conjunto Universitário Cândido Mendes. Instituto Universitário de Pesquisa do RJ

DINIZ, Eli.(1985). A transição política no Brasil: Uma reavaliação da dinâmica da abertura. in Dados - Revista de Ciências Sociais. 28(3), RJ. (329-346)

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul & LESSA, Renato.(1989) Modernização e consolidação democrática no Brasil: Dilemas na Nova República. IUPERJ, Vértice,RJ

DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato.(1993) Brasil: Um novo empresariado? Balanço de tendências recentes. in Empresários & Modernização Econômica - Brasil anos 90. DINIZ, Eli (Org.). Editora UFSC/IDACON

DRAIBE, Sônia M.(1993) As políticas sociais e o neoliberalismo". Revista USP Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo. n. 17 - mar,abr.mai(86-101)

DREIFUSS, René A.(1987a) 1964: A Conquista do Estado-Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Vozes,RJ. 5° Edição

\_\_\_\_\_.(1987b) A Internacional Capitalista - Estratégias e Táticas do empresariado Transnacional. 1918-1986. Espaço & Tempo, RJ. 2° Edição

\_\_\_\_\_.(1989) O Jogo da Direita. Vozes, RJ

DUVERGER, Maurice.(1993) Os Partidos Políticos in Curso de Introdução à Ciência Política.UNB/DF

ECO, Humberto.(1993) Como se faz uma Tese. Editora Perspectiva, SP.10° Edição

ENZENSBERGER, Hans Magnus.(1993) Modos possíveis de caminhar: o post-scriptum da utopia. in Depois da Queda. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. BLACKBURN, Robin (Org.).Paz e Terra, RJ - 2° Edição

EVERS, Tilman.(1979) El Estado en la Periferia Capitalista. Siglo XXI, México.

FAUSTO, Bóris.(1987) A revolução de 1930. Ed. Brasiliense, SP. 11° Edição

**FERRAZ Jr.**, Tércio Sampaio.(1990) A trivialização dos direitos humanos.  
Novos Estudos CEBRAP. Outubro. n. 28

**FIGUEIREDO**, Marcus Faria & **CHEIBUD**, José.(1982) A Abertura Política de 1973 a 1981: Quem disse o quê, quando - Inventário de um debate. in BIB, RJ. n. 14 - 2º semestre.(29-61)

**FIORI**, José Luís.(1990) Transição Terminada: Crise Superada? in Novos Estudos-CEBRAP, SP. n. 28 - Outubro/1990

\_\_\_\_\_.(1993) Ajuste Transición y gobernabilidad: El enigma brasileiro. BIB,Washington, D.C.Marzo 4 - Mimeo

**FISCHER**, Tânia (Org.).(1993) Poder Local: Governo e Cidadania. Ed. Fundação Getúlio Vargas, RJ

**FRANCO**, Maria Sylvia Carvalho.(1993) "All the world was América" - John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. Revista USP Dossiê Liberalismo/neoliberalismo. SP, n. 17 - mar,abr,mai

**GÓES**, Walder de.(1988) Militares e Política: Uma estratégia para a democracia in A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. REIS, Fábio W. & O'DONNELL, Guilherme (Orgs.). Ed. Vértice, SP

\_\_\_\_\_.(1993) A persistência do pensamento autoritário nas Forças Armadas Brasileiras. XVII Encontro Anual ANPOCS - Outubro

**GORENDER**, Jacob.(1994) Debate: O Marxismo e a desagregação da União Soviética. in Revista Crítica Marxista, Brasiliense, SP. 2º Edição.Vol.1, n.1(75-80)

**GORZ**, André.(1992) Quem não tiver trabalho, também terá o que comer. Revista USP, n.32

**GRAMSCI**, Antônio.(1988) Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Civilização Brasileira, RJ - 6º Edição

**GROS**, Denise B.(1987) O discurso das Lideranças in Burguesia Industrial Gaúcha e o Estado Nacional: 1974-1978. FEE,POA

**GROS**, Denise B. (1989) Os Industriais Gaúchos e a Constituinte: Uma reflexão acerca do Movimento pela Liberdade Empresarial. Ensaio FEE, Ano 9 n.2

**GROSSI**, Esther. (1992). Proposta político-pedagógica construtivista. Revista Pólis - Experiências Inovadoras de Gestão Municipal, SP. n. 09

**HABERMAS**, Jurgen. (1991). Que significa socialismo hoje? Revolução recuperadora e necessidade de revisão de esquerda. Novos Estudos CEBRAP, SP. Julho. n.30

\_\_\_\_\_. (1993) A revolução e a necessidade de revisão na esquerda - O que significa socialismo hoje? in Depois da Queda. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. BLACKBURN, Robin (Org.). Paz e Terra, RJ - 2° Edição

**HARNECKER**, Marta. (s/d) De armonía y conflictos. Colección Haciendo camino andar 1 a 4

**HIRATA**, Helena. et alii. (1991) Alternativas sueca, italiana e japonesa ao paradigma fordista: Elementos para uma discussão sobre o caso brasileiro. Ed. USP.

**HOBBSAWM**, Eric. (1992) A Nova Desordem Mundial. Dezembro. UFSC/SC. Mimeo.

\_\_\_\_\_. (1993) Renascendo das cinzas. in Depois da Queda. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. BLACKBURN, Robin (Org.). Paz e Terra, RJ - 2° Edição

**HORN**, Carlos Henrique (Org.). (1994) Porto Alegre: O Desafio da Mudança - As políticas financeira, administrativa e de recursos humanos no Governo Olívio Dutra -1989/92. Ortiz Ed. POA/RS

**HURREL**, Andrew. (1993) O apoio externo à democratização e à ordem internacional. in Estado, Mercado e Democracia. SOLA, Lourdes (Org.). Paz e Terra, RJ.

**IANNI**, Otávio. (s/d) Modelos Políticos Brasileiros. Cadernos de Pesquisa 2 - Tudo é História

- IANNI**, Otávio. (1985) O Ciclo da Revolução Burguesa. Ed. Vozes, RJ. 2ª Edição
- \_\_\_\_\_. (1986) Classe e Nação. Ed. Vozes, RJ
- \_\_\_\_\_. (1989) A Nova República do Brasil. in Tempos Conservadores. CUEVA, Agustín (Org.) Ed. Hucitec. SP
- JAMESON**, Frederic. (1993) Conversas sobre a nova ordem mundial. in Depois da Queda. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. BLACKBURN, Robin (Org.). Paz e Terra, RJ - 2ª Edição
- KECK**, Margaret E. (1991) PT a Lógica da Diferença. O Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia brasileira. Editora Ética, SP
- KING**, Desmond S. (1988). O Estado e as Estruturas Sociais de Bem-Estar em Democracias Industriais Avançadas. Novos Estudos CEBRAP, SP. n.22 - Outubro
- KUNTZ**, Rolf. (1993) O neoliberalismo é um integrismo. Revista USP Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo. n. 17 - mar, abr, mai
- KURZ**, Robert. (1992) O Colapso da Modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Paz & Terra, SP
- LHULLIER**, Louise A. (1993) O PT no Governo. Utopia e Crise na Prefeitura de Campinas (1989-1991). Mimeo
- LIMA**, Gilson. (1993) Uma aventura responsável. Novos desafios das administrações populares. Sagra-DC Luzzatto Editores, RS
- LIMA JÚNIOR**, Olavo Brasil de. (1993) O Mercado Político e o sistema Partidário no Brasil: 1945 a 1990. 17º Encontro Anual da ANPOCS, MG. - Outubro
- LINCE**, Léo. (1993) O modo petista de lutar no Parlamento. in 1994: Uma Alternativa da Esquerda à crise brasileira, SADER, Emir (org). Ed. Relume Dumará, RJ
- LINDBLOM**, Charles E. (1980) O processo de decisão política. UNB, DF. n.33

LOUREIRO, Maria Rita.(1993) Os Economistas no Brasil Pós-64: Profissão e Participação Política XVII Encontro Anual ANPOCS, MG. - Outubro

LYRA, Rubens Pinto.(1993) O Impacto dos regimes do Leste Europeu no Partido dos Trabalhadores e no Partido Socialista Brasileiro. 17° Encontro Anual da ANPOCS- Outubro

MACCHIOCCHIO, Maria Antonietta.(1980) A favor de Gramsci. Paz e Terra, RJ - 2° Edição

MANDEL, Ernest.(1980) A Crise do Capital. Os fatos e sua interpretação marxista. Editora Ensaio/UNICAMP, SP

\_\_\_\_\_.(1977) O Estado e as Classes Sociais in Teoria Marxista do Estado. Ed. Antidoto, Lisboa

MATTA, Roberto da.(1983) Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Zahar, RJ - 4° Edição

MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich. (1986) O Manifesto do Partido Comunista. Global Editora, SP. - 6° Edição

\_\_\_\_\_.(1987) A Ideologia Alemã (Feuerbach) Hucitec, SP. 6° Edição

MELLO, João Manuel Cardoso.(1993) Conseqüências do Neoliberalismo. Revista do Instituto de Economia da UNICAMP-Economia e Sociedade n.1- Agosto

MELO, Marcus André B.C.(1990) A formação de Políticas Públicas e a Transição Democrática: O Caso da Política Social. Revista Dados.Vol.33-IUPERJ,RJ

MENEGHELLO, Rachel.(1989) PT: a formação de um partido (1979/1982). Paz e Terra, SP

MERQUIOR, José Guilherme.(1991) O Liberalismo - Antigo e Moderno. Nova Fronteira, RJ

**MIGLIOLI, Jorge.**(1994) Debate: O Marxismo e a desagregação da União Soviética. *in* Revista Crítica Marxista. Ed. Brasiliense, SP - 2° Edição. Vol.1, n.1(61-63)

**MILIBAND, Ralf.**(1993) Reflexões sobre a crise dos regimes comunistas. *in* Depois da Queda. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. BLACKBURN, Robin (Org.). Paz e Terra, RJ - 2° Edição

**MINELLA, Ary.**(1988) Banqueiros - Organização e Poder Político no Brasil. Espaço e Tempo/ANPOCS, RJ

**MOISÉS, José Álvaro.**(1986) Sociedade Civil, Cultura Política e Democracia: Descaminhos da Transição Política. *in* A Democracia que não Temos. COVRE, Maria de Lourdes M. (Org.). Ed. Brasiliense, SP

**MORAES, João Quartim de.**(1994) Debate: O Marxismo e a desagregação da União Soviética. *in* Revista Crítica Marxista. Ed. Brasiliense, SP - 2° Edição. Vol.1, n.1(67-70)

**MOURA, Gilnei Luiz de.**(1995) Planejamento Estratégico e Planejamento Participativo na Gestão Municipal: O caso do município de POA - Gestão 1989/1993. Dissertação de Mestrado, UFSC/SC

**NAVES, Márcio Bilharinho.**(1994) Debate: O Marxismo e a desagregação da União Soviética. *in* Revista Crítica Marxista. Ed. Brasiliense, SP - 2° Edição. Vol.1, n.1(71-74)

**NELSON, Joan M.**(1993) A política da transformação econômica: a experiência do terceiro mundo é relevante para a Europa Oriental? *in* Estado, Mercado e Democracia. SOLA, Lourdes (Org.). Paz e Terra, RJ

**NETTO, José Paulo.**(1994) Debate: O Marxismo e a desagregação da União Soviética. *in* Revista Crítica Marxista, Brasiliense, SP - 2° Edição. Vol.1, n.1(65-66)

**NÓVOA, Jorge Luiz Bezerra.**(1993) Impasses da Modernidade: Capitalismo e Barbárie. XVII Encontro Anual ANPOCS, MG. - Outubro

**NUNES**, Geraldo Luis dos Reis.(1993) O Sr. Empresário e sua criada, a Constituição - Uma análise do discurso brasileiro. Tese Doutorado, UFRJ

**O'DONNELL**, Guilherme. (1988a) Transições, continuidades e alguns paradoxos. *in* A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guilherme (Orgs). Ed. Vértice, SP.

\_\_\_\_\_.(1988b) Hiatos, Instituições e Perspectivas Democráticas *in* A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guilherme (Orgs). Ed. Vértice, SP

\_\_\_\_\_.(1988c) Situações - Microcenos da privatização do público em São Paulo. *in* Novos Estudos-CEBRAP,Outubro. n. 22

**OFFE**, Claus.(1984) Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Tempo Brasileiro, RJ. n.79

\_\_\_\_\_.(1989) Trabalho & Sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Vol.I A Crise. Tempo Brasileiro,RJ. n.85

\_\_\_\_\_.(1991) Trabalho & Sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho Vol.II. Perspectivas. Tempo Brasileiro,RJ. n.89

**OLIVEIRA**, Francisco de.(1986) E agora, PT? *in* Novos Estudos-CEBRAP, SP, Julho. n. 15 (32-43)

\_\_\_\_\_.(1988) Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática. *in* A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guilherme (Orgs). Ed. Vértice, SP

**OLIVEN**, Ruben George.(1989) O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. Revista Brasileira de Ciências Sociais-ANPOCS,SP. n.9-Vol.3-Fevereiro



**PAIXÃO**, Antônio Luiz.(1988) Crime, Controle Social e Consolidação da Democracia: As metas da cidadania. *in* A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guilherme (Orgs). Ed. Vértice, SP

**PASSOS**, Walmir dos.(1992) Elementos para uma avaliação das contradições e implicações das políticas neoliberais: O governo Collor e o neoliberalismo. UFSC. Mimeo.

**PAZ**, Cleider Geissler.(1993) O empresariado industrial gaúcho e a "Abertura" política (1978-1984): O discurso sobre a democracia. Dissertação de Mestrado, UFSC, SC. junho

**PESAVENTO**, Sandra.(1988) Da Fábrica para a sociedade: Os primeiros passos da Organização Classista *in* A Burguesia Gaúcha. Dominação do Capital e disciplina do Trabalho,RS(1889-1930).Ed.Mercado Aberto,POA

**PORTELLI**, Hugues.(1987) Gramsci e o Bloco Histórico. Paz e Terra, RJ - 4° Edição

**POULANTZAS**, Nicos.(1978) As Classes sociais no capitalismo de hoje. Zahar, RJ - 2° Edição

\_\_\_\_\_.(1990) Poder Político y clases sociales en el Estado Capitalista. Siglo XXI,México - 25° Edição

\_\_\_\_\_.(1990) O Estado, o Poder, o Socialismo. Ed.Graal, RJ - 3° Edição

**PRZEWORSKI**, Adam & **WALLERSTEIN**, Michael.(1988) O Capitalismo Democrático na Encruzilhada. Novos Estudos CEBRAP, SP, Outubro. n.22

**PRZEWORSKI**, Adam.(1989) Capitalismo e Social-Democracia. Cia. das Letras, SP

\_\_\_\_\_.(1994) Democracia e Mercado - No Leste Europeu e na América Latina Dumará, RJ

**REIS FILHO, Daniel Aarão.**(1993) Reforma, decomposição e ditadura. Os descaminhos do socialismo real. 17° Encontro Anual da ANPOCS, MG. Outubro

**REIS, Elisa Pereira.**(1989) Política e Políticas Públicas na Transição Democrática. Revista Brasileira de Ciências Sociais-ANPOCS,SP. n.9 Vol.3-  
Fevereiro

**REIS, Fábio Wanderley.** (1988) Partidos, ideologia e consolidação Democrática. in A democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. REIS, Fábio W. & O'DONNELL (Orgs.). Ed.Vértice, SP

**RIBEIRO, Luiz César de Queirós & SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos.** (Orgs.).(1994) Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana - O futuro das cidades brasileiras na crise. Civilização Brasileira, RJ

**RODRIGUES, Leôncio Martins.**(1990) Partidos e Sindicatos - Escrito de Sociologia Política. Ática, SP

**ROUSSEAU, Jean-Jacques.**(s/d) O Contrato Social e outros escritos. Cultrix, SP

**SADER, Éder.**(1982) Um Rumor de Botas. A militarização do Estado na América Latina. Pólis, SP

**SADER, Emir.**(1993) O poder, cadé o poder? in 1994: Uma Alternativa da Esquerda à crise brasileira. SADER, Emir (org). Ed. Relume Dumará, SP.

**SANTOS, Wanderley Guilherme dos.**(1989) A lógica dual da ação coletiva. Dados - Revista de Ciências Sociais, RJ. Vol 32, n. 1

**SAXE-FERNANDEZ, John.**(1989) Os fundamentos da "direitização" nos Estados Unidos. in Tempos Conservadores. CUEVA, Agustín (Org.). Ed. Hucitec, SP

**SCHMITTER, Philippe C.**(s/d. Reflexões sobre o conceito de Política in Curso de Introdução à Ciência Política. UNB,DF

**SELSE, Gregório.**(1989) "Conflito de baixa intensidade, a nova denominação de contra-insurreição. in Tempos Conservadores. CUEVA, Agustín (Org.). Ed. Hucitec, SP

**SILVEIRA**, Alair S. (1993) Do poder da cidadania à democracia vigiada. UFSC, Mimeo.

**SINGER**, Paul. (1988) Reflexões sobre inflação, conflito distributivo e democracia. in A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guilherme (Orgs). Ed. Vértice, SP

\_\_\_\_\_. (1989) A Crise do "Milagre" - Interpretação crítica da economia brasileira. Paz & Terra, SP - 8° Edição

**STEPAN**, Alfred. (1986) Os militares: Da Abertura à Nova República. Paz e Terra, RJ - 3° Edição

**TEIXEIRA**, Francisco José Soares. (1994) Vícios Privados, Benefícios Públicos? A ética na riqueza da nações. in Políticas de industrialização e Reestruturação Produtiva. Ceará. Mimeo

**THERET**, Bruno. (1994) O Neoliberalismo como retórica econômica e Modo de Ação Política-De uma clivagem esquerda/direita e uma fratura entre o financeiro e o social: o caso francês. Revista brasileira de Ciências Sociais-ANPOCS. n.24 - Ano 9 - fevereiro

**TOLEDO**, Caio Navarro de. (1994) A Modernidade Democrática da Esquerda: Adeus à Revolução? in Revista Crítica Marxista, Brasiliense, SP - 2° Edição. Vol.1, n.1(27-38)

**TOURAINÉ**, Alain. (1986) As Possibilidades da democracia na América Latina. Revista Brasileira de Ciências Sociais-ANPOCS, SP. n.1-Vol.1

**TRINDADE**, Hélió. (1986) Burguesia e Estado no Brasil: Um balanço Crítico. Revista Ensaio FEE, POA. Ano 7 n.1

**TROTSKY**, Leon. (1980) A Revolução Traída. Coleção Bases. n. 32. Ed. Global, SP

**VÉRAS**, Maura Pardini Bicudo, & **BONDUKI**, Nabil Georges. (1986) Política Habitacional e a luta pelo direito à habitação. in A Cidadania que não Temos. COVRE, Maria de Lourdes M. (Org.). Ed. Brasiliense, SP

VERLE, João & MÜZELL, Paulo. (1992) Porto Alegre: O desafio da Mudança. POA/RS., Agosto. Mimeo.

ZANGHERI, Renato. (1989) Entre a crise do capitalismo e o novo socialismo no Ocidente. in História do Marxismo Hoje. Eric J. Hobsbawm (Org.) 2° Parte. Vol. 12. Paz & Terra, SP

WEFFORT, Francisco. (1980) O Populismo na Política Brasileira. Paz e Terra, SP - 3° Edição

\_\_\_\_\_. (1986) Porque Democracia? Ed. Brasiliense, SP - 4° Edição.

WHITEHEAD, Laurence. (1993) Dimensões internacionais da democratização: Um levantamento das alternativas. in Estado, Mercado e Democracia. SOLA. Lourdes (Org.). Paz e Terra, RJ

#### OUTROS DOCUMENTOS CONSULTADOS

Anuário dos Trabalhadores. DIEESE. SP. 1993.

Anuário Estatístico do Brasil. IBGE. 1993

Boletim DIEESE. SP. Referente Estatística de Greves locais, regionais e nacionais durante o período de agosto/1988 a dezembro/1992.

Censo Demográfico - População. IBGE/RGS. 1991

Censos Econômicos Municípios: Indústria, Comércio, Serviços. IBGE, 1985. Vol. 4 - Região Sul

Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Referente Intervenção Transporte Coletivo do município de POA/RS.  
Dias: 14/02; 16/02; 28/02; 30/05 e 28/12/1989.

Lei Orgânica do município de Porto Alegre. Ed. CORAG, POA. 1990

Nominata Vereadores Eleitos em 1988 e 1992. TRE/RS.

Pesquisa Mensal de Emprego/PME. IBGE. 1988 e 1992.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Região Metropolitana de Porto Alegre. IBGE, 1990.

Relação da Circunscrição Eleitoral de Porto Alegre. TRE/RS.

Relatório Economia e Estatística (FEE). POA/RS, 26/05/94. Mimeo.

Resultados Eleitorais do Município de POA em 1988 e 1992. TRE/RS.

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

Curriculum Vitae Vereadores. Setor de Imprensa.

Interesse Específico: Vereadores Eleitos para mandato de jan/1989 a dez/1992.

Decreto n. 10.213 de 14/02/1992. De autoria do Executivo Municipal. Relativo a simplificação de exigências de documentação para a habilitação de microempresas, nos procedimentos licitatórios.

Intervenções dos Vereadores. Setor de Anais.

Áreas Específicas: Transportes, Funcionamento Comércio e Solo Urbano.

Período: jan/1989 a dez/1992.

Leis Ordinárias e Complementares. Setor de Biblioteca.

Período: jan/1989 a Dez/1992.

Área de Interesse Preferencial: Transportes; Funcionamento Comércio; Solo Urbano.

Projetos de Lei Aprovados de Autoria do Legislativo durante os anos de 1989 e 1992. Setor de Protocolo.

Interesse Específico: Identificar áreas de atuação preferencial dos Vereadores eleitos.

**ENTIDADES EMPRESARIAIS**

A Idéia Liberal - Liberalismo: Perguntas e Respostas (I). IL/SP, 1990.

A Idéia Liberal - Liberalismo: Perguntas e Respostas (II). IL/SP. 1991

Arquivos matérias de jornais e revistas. FECOMÉRCIO.

Período: Agosto/1988 a dezembro/1992

Ata Reunião Diretoria. FIERGS/CIERGS.

Período: Agosto/1988 a dezembro/1992.

Informativo SINDUSCON/RS. Sindicato da Construção Civil.

Período: Agosto/1988 a Dezembro/1992

Instituto Liberal: Os primeiros 10 anos (1983/1993). IL/RJ. s/d.

Jornal da FEDERASUL. Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul.

Período: Agosto de 1988 a Dezembro de 1992.

Princípios dos Institutos Liberais - Declaração do Rio de Janeiro. IL/RS. s/d.

Boletim Produto. Informativo FIERGS/CIERGS.

Período: Agosto/1988 a Dezembro/1992.

Revista Amanhã. FIERGS. Ano IV. n. 38 - Setembro/1989

Revista Amanhã. FIERGS. Ano IV. n. 47 - Setembro/1990

Revista Amanhã. FIERGS. Ano VII. n. 67 - Outubro/1992

Revista Amanhã. FIERGS. Ano VIII. n. 77 - Setembro/1993

Revista Lojista do Sul. Federação do Clube dos Diretores Lojistas do Rio Grande do Sul (FCDL/RGS).

Período: Agosto/1988 a Dezembro/1992.

#### ENTREVISTAS

**Ana Lúcia D'Ângelo** (Professora) - Presidente do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA) - Gestão: jul/1987 - jul/1989  
Entrevista em 25/05/95

**Darvin Ribas** (Engenheiro) - Presidente do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA) - Gestão: jul/1989 - set/1991  
Entrevista em 09/05/95

**Elisabete Tomasi** (Socióloga) - Presidente do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA) - Gestão: set/1991 - set/1993  
Entrevista em 17/05/95

**Eunice Araújo** - Coordenadora da Coordenação das Relações com a Comunidade (CRC/PMPOA). Gestão Olívio Dutra (1989/1992) e Tarso Genro (1993/1996)  
Entrevista em 19/05/92

**Luiz Mário Magalhães Sá** - Diretor Executivo da Associação dos Transportadores de Passageiros (ATP)  
Entrevista em 24/05/95

**Milton Pantaleão** - Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio e Coordenador Político na Secretaria - Gestão Olívio Dutra (1989/1992) e Tarso Genro (1993/1996).  
Entrevista em 24/05/95

**Olívio Dutra** - Prefeito do Município de Porto Alegre  
- Gestão: jan/1989 - dez/1992  
Entrevista em 02/05/95

**Ricardo Zamora** - Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito Tarso Genro na Gestão de Olívio Dutra (1989/1992) e atual Assessor Legislativo na Gestão Tarso Genro (1993/1996).  
Entrevista em 22/05/95

**Sandra Raquel Artigas Medina** - Socióloga da Secretaria Municipal de Educação (SMED) durante Gestão Olívio Dutra (1989/1992) e Tarso Genro (1993/1996).  
Entrevista em 19/05/95

**Valdir Bronzatto** (Pequeno Empresário) - Presidente da Associação Nova Azenha (ANA) - Gestão: 1991/1992 e 1995/1996  
- Diretor da Empresa Porto Alegrense de Turismo (EPATUR) durante os anos de 1993 e 1994 - Gestão Tarso Genro (1993/1996).  
Entrevista em 23/05/95

## JORNAIS

### 1 - De massa

- Jornal Zero Hora (ZH). Grupo RBS.  
     Período:     Agosto a Dezembro de 1988.  
                   Agosto a Dezembro de 1992.
- Jornal do Comércio (JC). Família Jarros  
     Período:     Agosto a Dezembro de 1988.  
                   Agosto a Dezembro de 1992.

### 2 - Partidários

- Jornal EM TEMPO. Tendência Democracia Socialista/PT.  
     Período:     Agosto/1988 a Dezembro/1992.
- Jornal Convergência Socialista. Tendência Convergência Socialista/PT.  
     Período:     Agosto/1988 a Dezembro/1992.

## PARTIDO DOS TRABALHADORES

O que é o Partido dos Trabalhadores? Secretaria de Formação Política PT/RS.  
 Escola Éder Sader. Dez/1992

Partido dos Trabalhadores: Regimento Interno. PT/RS.

PT: Programa, Manifesto, Estatuto e Discurso da Convenção de 1981. SP.  
 Março/1986.

Resoluções do 1º Congresso PT. SP. Nov/dez/1991.

Roteiro para uma avaliação da Administração Popular. PT/RS. setembro/1991

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE/PMPOA

Anuário Estatístico 1993. Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Censo Econômico da Cidade de Porto Alegre. Prefeitura Municipal de Porto Alegre/SMIC. 1990

Documento dos critérios classificatórios das carências infraestruturais das vilas. Orçamento Participativo. CRC/PMPOA. 1995

Documentos sobre concepção pedagógica. Secretaria Municipal Educação/SMED.  
 Gestão:     Neuza Canabarro (1985/1988)  
 Gestão:     Esther Grossi (1989/1992)

Foro contra a recessão e o desemprego. Ano I - PMPOA. Maio/1992

Movimento Contra a Crise - Investimento, Emprego, Abastecimento. PMPOA/RS.  
 s/d.

Mapa do Orçamento Participativo - Regionalização. CRC/PMPOA. 1995

Plano de Desenvolvimento Econômico: Crescimento em todos os sentidos.  
Prefeitura Municipal de Porto Alegre - SMIC. Dez/1994.

Plano de Investimentos 1995. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 1995

Regiões por Bairro Oficiais. Orçamento Participativo. CRC/PMPOA. 1995

Relação de empresas prestadoras de Serviço e Mão-de-Obra. Departamento  
Municipal de Água e Esgoto/DMAE

Período: Dezembro/1988 e Dezembro/1992

Relação de empresas prestadoras de Serviço e Mão-de-Obra. - Secretaria  
Municipal da Fazenda - Centralizada.

Período: Dezembro/1988 e Dezembro/1992